

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Daniela Silva Huberty

**A NARRATIVA JORNALÍSTICA IMEDIATA E TARDIA DO
DESASTRE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE
JANEIRO EM 2011**

**Santa Maria, RS
2020**

Daniela Silva Huberty

**A NARRATIVA JORNALÍSTICA IMEDIATA E TARDIA DO DESASTRE
SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO EM 2011**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS
2020

Huberty, Daniela Silva

A narrativa jornalística imediata e tardia do desastre socioambiental na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 / Daniela Silva Huberty.- 2020.

203 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2020

1. Narrativa jornalística 2. Cobertura de desastres 3. Desastres socioambientais 4. Região Serrana do Rio de Janeiro I. Amaral, Márcia Franz II. Título.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

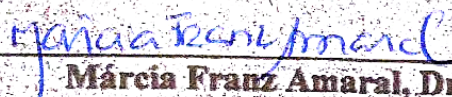
**A narrativa jornalística imediata e tardia do desastre socioambiental
na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011**

elaborada por
Daniela Silva Huberty

Aprova em 28 de abril de 2020.

**Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestra em Comunicação**

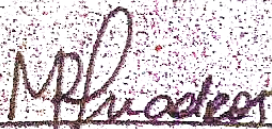
COMISSÃO EXAMINADORA:



Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)
Presidenta/Orientadora



Eloisa Beling Loose, Dra. (UFRGS)
Participação por parecer



Mirian Redin de Quadros, Dra. (UFSM)
Participação por parecer

Santa Maria, 28 de Abril de 2020

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de uma jornada traz à tona diferentes sensações e, nesse caso, não poderia ser diferente: alegria por ver a materialização do estudo e do esforço empenhado nos últimos dois anos, alívio pela conclusão do trabalho e dos momentos de ansiedade dos últimos meses, e (antecipadamente) saudade dos bons momentos e das pessoas que fizeram parte da minha trajetória no curso de Mestrado da UFSM.

Entregar esta dissertação significa muito mais do que a obtenção pessoal de um título acadêmico: é a prova de que seguimos e seguiremos fazendo ciência na Universidade Pública!

Assim, não posso começar a denominar quem gostaria de agradecer de outra forma: minha mãe Cristina e meu pai Edilberto, pois são as pessoas que me proporcionaram a oportunidade de seguir meus estudos e, em nenhum momento, desacreditaram dos meus sonhos. Ao amor inestimável que vocês me dão, minha eterna gratidão!

Ao Pedro Aírton, agradeço pela “irmandade”: a vida não teria nenhum sentido se você não estivesse aqui conosco. A ti, hoje, dedico este trabalho!

Ao Everton, agradeço imensamente pelo companheirismo, cumplicidade e compreensão com o meu jeito de ser. As dificuldades enfrentadas nos últimos anos não teriam sido superadas da mesma forma sem teu apoio.

À Márcia, orientadora desde o tempo da graduação, agradeço pela paciência, pelos ensinamentos e por permitir e nos instigar a pensar o jornalismo de outra forma. És um exemplo de professora e mulher!

Da mesma forma, são exemplos de mulheres e pesquisadoras resilientes as companheiras (e ex-companheiras) do grupo de pesquisa Estudos de Jornalismo – Isabel, Elise, Juliana, Lara e Júlia – e, a elas, agradeço pelas trocas e reflexões e, principalmente, pelos momentos de amizade.

É um orgulho dizer que encerro esse ciclo com a aprovação de uma banca também feminina: Eloisa e Mirian, agradeço por aceitarem meu convite e pelo olhar atento e gentil ao meu trabalho e às contribuições que fizeram na banca de qualificação.

Agradeço ainda às colegas e aos colegas de Mestrado do Poscom que dividiram, durante esse tempo, não só as angústias da caminhada acadêmica da pós-graduação, mas também seus êxitos. Que sigamos ocupando estes importantes espaços!

Aos amigos Mateus, Jean, João e Louis, agradeço pela convivência diária no último ano, um momento tão importante para o encaminhamento desta pesquisa. Estar com vocês me trouxe a calma que, muitas vezes, eu precisava para continuá-la.

Às demais amigas e aos demais amigos que estiveram comigo nessa empreitada, assim como familiares e colegas do COMIN, mesmo sem denominá-las e denominá-los aqui, agradeço pelo apoio e incentivo sempre.

Por fim, agradeço às professoras e aos professores do Poscom por suas contribuições em sala de aula e fora dela, e a todas e todos que trabalham diariamente na UFSM e fazem desta uma universidade de referência.

*Porque o jornalismo é uma paixão insaciável
que só se pode digerir e humanizar mediante a
confrontação descarnada com a realidade.
Quem não sofreu essa servidão que se alimenta
dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la.*

Gabriel García Márquez

RESUMO

A NARRATIVA JORNALÍSTICA IMEDIATA E TARDIA DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO EM 2011

AUTORA: Daniela Silva Huberty
ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

Esta dissertação busca compreender de que modo a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se transforma ao longo do tempo na cobertura jornalística do portal de notícias UOL, a partir do cotejamento entre as notícias que fazem parte de sua narrativa imediata e aquelas publicadas ao longo de um amplo eixo temporal. Para isso, baseia-se teórica e metodologicamente na Narratologia e, mais especificamente, na Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013). Teoricamente, o estudo apreende o desastre como um acontecimento (QUÉRÉ, 2005) e discute-se a necessidade de compreendê-lo por um viés sociológico que permita que a narrativa jornalística vá além do “dia do desastre” (VALENCIO, 2012) para que se possa problematizar questões como a prevenção e a redução de riscos. O *corpus* da pesquisa é formado pela seleção de 58 notícias veiculadas desde o dia 12 de janeiro de 2011 até o dia 11 de janeiro de 2016, referentes às primeiras 24, 48 e 72 horas do desastre, um mês, e aquelas alusivas às efemérides, quando o mesmo comemora um, dois e cinco anos. A partir da reconstrução da narrativa através da construção de uma linha do tempo do acontecimento, e da decomposição e recomposição de sua intriga, identificamos os elementos que se destacaram em cada um dos seus episódios e a consequente mudança na forma de narrar ao longo do tempo. Concluímos que a narrativa foi construída em torno das consequências do desastre: a narrativa imediata privilegiou a informação factual, através da atualização constante de dados e a busca por personagens ligadas ao governo e às instituições, enquanto a narrativa tardia partiu de um discurso testemunhal e emocional em que as vítimas foram protagonistas.

Palavras-chave: Narrativa jornalística. Cobertura de desastres. Desastres socioambientais. Região Serrana do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

THE IMMEDIATE AND LATE JOURNALISTIC NARRATIVE OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN THE MOUNTAINOUS REGION OF RIO DE JANEIRO IN 2011

AUTHOR: Daniela Silva Huberty

ADVISOR: Márcia Franz Amaral

This dissertation seeks to understand how the journalistic narrative about the socio-environmental disaster of 2011 in the mountainous region of Rio de Janeiro is transformed over time inside the journalistic coverage of the UOL news portal, based on the comparison between the news that is part of its immediate narrative and those published over a wide time frame. For this, it is theoretically and methodologically based on Narratology and, more specifically, on the Critical Narrative Analysis proposed by Motta (2013). Theoretically, the study apprehends the disaster as an event (QUÉRÉ, 2005) and discusses the need to understand it from a sociological point of view that allows the journalistic narrative to go beyond the “day of disaster” (VALENCIO, 2012) so that issues such as prevention and risk reduction can be problematized. The research corpus is formed by the selection of 58 news items released from January 12, 2011 to January 11, 2016, referring to the first 24, 48 and 72 hours of the disaster, one month, and those alluding to the ephemeris, when it celebrates one, two and five years. From the reconstruction of the narrative through the construction of a timeline of the event, and the decomposition and recomposition of its intrigue, we identified the elements that stood out in each of its episodes and the consequent change in the way of narrating over time. It was concluded that the narrative was built around the consequences of the disaster: the immediate narrative privileged factual information, through the constant updating of data and the search for characters linked to the government and institutions, while the late narrative started from a testimonial and emotional discourse in which the victims were protagonists.

Keywords: Journalistic narrative. Disaster coverage. Socio-environmental disasters. Mountainous Region of Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Serrana do Rio de Janeiro	20
Figura 2 – Conflitos secundários: dia do desastre	156
Figura 3 – Conflitos secundários: consequências imediatas	157
Figura 4 – Conflitos secundários: um mês após o desastre	163
Figura 5 – Conflitos secundários: um ano após o desastre	166
Figura 6 – Conflitos secundários: dois anos após o desastre	170
Figura 7 – Conflitos secundários: cinco anos após o desastre	172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - 2011 a 2016	106
Gráfico 2 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - 2011	107
Gráfico 3 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - janeiro de 2011	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	NARRATIVA E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NO JORNALISMO	31
2.1	NARRATIVA COMO ABORDAGEM TEÓRICA: PERSPECTIVA PARA COMPREENDER O JORNALISMO	32
2.1.1	Narrativa: modo de apreender o mundo	32
2.1.2	Jornalismo como narrativa: desafios e contribuições	35
2.2	ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA	43
2.3	MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: TENSÕES ENTRE LEMBRAR E ESQUECER ...	47
2.4	NARRATIVA COMO PERCURSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA	52
3	DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E A NARRATIVA JORNALÍSTICA	59
3.1	DESASTRES: DADOS E CARACTERIZAÇÕES	60
3.2	NÃO É APENAS NATURAL: O DESASTRE COMO ACONTECIMENTO SOCIAL	65
3.3	NARRATIVA JORNALÍSTICA DE DESASTRES: CARACTERÍSTICAS E MUDANÇA HISTÓRICA	71
3.4	DESAFIOS DA NARRATIVA E DA COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES	77
3.4.1	Quando irrompe o desastre: o durante e o depois	78
3.4.2	Prevenir para reduzir: o antes	84
3.4.3	O que dizem os manuais sobre a cobertura jornalística de desastres	90
4	A NARRATIVA JORNALÍSTICA DO DESASTRE NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO	99
4.1	JORNALISMO ONLINE E O PORTAL UOL	99
4.2	PERCURSO METODOLÓGICO	105
4.2.1	Definição do <i>corpus</i>	105
4.2.2	Movimentos de análise	110
4.3	O DESASTRE NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO: LINHA DO TEMPO DO ACONTECIMENTO	115
4.4	DECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA: OS DIFERENTES EPISÓDIOS DA NARRATIVA	124
4.4.1	Dia do desastre	125
4.4.2	Consequências imediatas	130
4.4.3	Um mês após o desastre	140
4.4.4	Um ano após o desastre	142
4.4.5	Dois anos após o desastre	149
4.4.6	Cinco anos após o desastre	150
4.5	COMPOSIÇÃO DA INTRIGA: A SÍNTESE DO HETEROGÊNEO	152
4.6	A NARRATIVA AO LONGO DE UM AMPLO EIXO TEMPORAL: LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS	174
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	187
	APÊNDICE A – <i>CORPUS</i> ANALISADO	201

1 INTRODUÇÃO

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011, uma sequência de fortes chuvas atingiu a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, ocasionando o que seria um dos piores desastres socioambientais brasileiros dos últimos tempos. O grande volume de chuvas registrado na localidade, iniciado na noite do dia 11 e que se estendeu na madrugada do dia 12, causou enxurradas que, não apenas deixaram a região completamente inundada, mas também foram responsáveis por causar deslizamentos de terra que intensificaram o desastre, deixando cidades devastadas e irreconhecíveis e inúmeros corpos soterrados.

Na manhã do dia 12, já circulavam nos meios jornalísticos informações e imagens que davam conta do que estava acontecendo na região: rodovias bloqueadas, localidades sem energia elétrica, pane na telefonia, veículos arrastados, imóveis destruídos e pessoas ilhadas sendo resgatadas ou tentando se refugiar em locais que ainda pareciam seguros. Aos poucos, vieram as notícias das primeiras dezenas de mortes confirmadas.

Alguns desastres em específico foram destaques na narrativa jornalística nos últimos anos. Citamos, como exemplo, as enchentes em Santa Catarina¹ em novembro de 2008, e as enxurradas e deslizamentos em Angra dos Reis (RJ)² em janeiro de 2010, e no Morro do Bumba (Niterói/RJ)³ em abril do mesmo ano. Entre esses e outros inúmeros desastres relacionados a enxurradas e deslizamentos em grandes cidades brasileiras, o da Região Serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011 marcou por sua proporção em todos os aspectos: apesar do Rio de Janeiro ser afetado, periodicamente, por desastres relacionados a eventos hidrológicos (que

¹ O desastre em Santa Catarina foi considerado um dos piores na história do estado. A grande quantidade de chuvas, no final de novembro de 2008, causou enchentes em diversas localidades, principalmente no Vale do Itajaí e região litorânea. Ao total, 110 pessoas morreram, mais de 80 mil ficaram desalojadas e desabrigadas, 60 municípios decretaram Situação de Emergência e 14 Estado de Calamidade Pública (BANCO MUNDIAL, 2012b).

² No dia 1º de janeiro de 2010, 52 pessoas morreram em dois deslizamentos no Morro da Carioca, em Angra, e na Praia do Bananal, na Ilha Grande. O município de Angra dos Reis chegou a registrar o acúmulo de 400 mm de chuva, sendo que a média para o mês de dezembro é 225,3 mm (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES, 2013b).

³ Niterói foi a cidade mais atingida do Rio de Janeiro durante fortes chuvas que assolaram o estado nos dias 5 e 6 de abril de 2010, juntamente com ventos de até 70 km/h. Ao total, 165 morreram no município e quase metade (48%) da população foi declarada afetada pelo desastre. No Morro do Bumba, um antigo lixão desativado desde 1981 e um dos locais mais atingidos, um deslizamento provocou a morte de 45 pessoas na madrugada do dia 7 de abril (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES, 2013b).

acarretam, na maioria das vezes, problemas geológicos), não havia acontecido, nos últimos tempos, uma situação de tamanha gravidade no estado⁴.

De acordo com o relatório Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011⁵, elaborado pelo Banco Mundial, o desastre provocou a morte de 905⁶ pessoas em sete cidades e afetou diretamente 304.562 (ou 42,68% da população dos municípios atingidos e 1,9% da população do estado)⁷. As mais de 900 mortes provocadas pelo desastre representam 50% do total de óbitos em 20 anos de desastres contabilizados no estado do Rio de Janeiro: de 28 desastres registrados, entre os anos de 1991 e 2010, houve 1.783 vítimas fatais ao total, segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais⁸. Quanto ao número de pessoas desabrigadas, o desastre na Região Serrana equivale a mais de 20% do número total de desabrigadas e desabrigados em todo o estado no mesmo período de 20 anos.

Além do número expressivo de pessoas que vieram à óbito e das milhares que, direta e indiretamente, foram atingidas, esse desastre provocou uma enorme destruição nos municípios onde ocorreu, trazendo danos irreparáveis. As cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Areal, Bom Jardim, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto foram as mais afetadas, com destaque para as três primeiras, decretando Estado de Calamidade Pública. Também foram atingidos os municípios de Santa Maria Madalena, Sapucaia, Paraíba do Sul, São Sebastião do Alto, Três Rios, Cordeiro, Carmo, Macuco e Cantagalo.

Figura 1 – Mapa da Região Serrana do Rio de Janeiro

⁴ O desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro apenas perde em posição para o desastre na Serra das Araras em 1976. Na ocasião, 275 milímetros de chuva caíram sobre a região em apenas três horas e 1.700 pessoas morreram.

⁵ Disponível em: <http://mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=74dde46c-544a-4bc4-a6e1-852d4c09be06&groupId=10157>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁶ Número contabilizado e disponibilizado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro.

⁷ Número informado pelos Relatórios de Avaliação de Danos (Avadans).

⁸ Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.



Fonte: Solo Suporte

As perdas e danos financeiros totais, conforme o relatório do Banco Mundial, foram estimados em 4,8 bilhões de reais (BANCO MUNDIAL, 2012). O setor social foi o que teve maior impacto: 58% dos custos estimados, refletindo, principalmente, os prejuízos no setor habitacional. Houve ainda perdas e danos significativos nos setores de infraestrutura (transportes, água e saneamento e energia) e econômico (agricultura, indústria e comércio e serviços). Esse valor, no entanto, segundo o próprio relatório, acabou omitindo impactos relevantes em setores como o da educação, saúde, turismo e telecomunicações e ambiente – áreas que não puderam ser consideradas em função da indisponibilidade de informações detalhadas, o que demonstra que a amplitude do desastre é maior do que estima os dados oficiais.

Mais de mil funcionárias e funcionários de diversas instituições e órgãos, como a Defesa Civil, a Força Nacional e as prefeituras, atuaram nas operações de resgate na região. Sem água potável, luz e telefone em certas localidades, as equipes envolvidas enfrentaram o que foi chamado de “situação de guerra” (SEM ÁGUA, 2010). O desastre ainda mobilizou os governos Estadual e Federal e, em pouco tempo, ganhou destaque nos meios de comunicação internacionais e nas redes sociais, como o Twitter e o Facebook.

Por todos esses motivos, embora sejam recorrentes inundações, enxurradas e até mesmo deslizamentos no Rio de Janeiro e também na Região Serrana do estado, o desastre de janeiro de 2011 marcou o país e, até hoje, seus efeitos e consequências são sentidos pela população local e pelas e pelos sobreviventes. Nove anos depois, ainda é possível perceber sinais de

devastação nos municípios atingidos, muitas vítimas ainda sofrem consequências físicas, psicológicas e/ou financeiras, nenhuma investigação oficial foi aberta e ninguém foi responsabilizada ou responsabilizado pelo que aconteceu – o desastre foi considerado apenas natural. Além disso, mais de mil pessoas seguem morando em áreas de risco na Região Serrana do estado, apesar da promessa de entrega de moradia para todas as envolvidas e todos os envolvidos no desastre de 2011.

Ao jornalismo, quando irrompe um desastre, cabe “organizar o caos e dar sentidos ao acontecimento” (AMARAL, 2015, p. 43) em meio às inúmeras possibilidades de interpretação e disputas pela forma de narrá-lo e a necessidade de torná-lo público. Porém, as condições para a cobertura jornalística de desastres são muito complexas e geram desafios para além da rotina produtiva jornalística. Fatores institucionais, mercadológicos, profissionais e mesmo culturais (AMARAL, 2019), além das próprias condições de emergência dos desastres, conferem dificuldades à instância jornalística e afetam a maneira de narrar esse tipo de acontecimento.

Além da preocupação com o acontecimento em si e seu relato factual, a narrativa jornalística de desastres tem o papel de fazer circular informações que esclareçam o que está acontecendo de forma a promover e ampliar a discussão sobre as causas, consequências e quem detém a responsabilidade sobre o ocorrido. Mas, mais do que isso, o que se espera do jornalismo diante de um desastre é que centre sua narrativa em outros aspectos importantes desse tipo de acontecimento, os quais, pela dificuldade de cobertura em um primeiro momento, são deixados de lado – como a temática dos riscos, vulnerabilidades sociais e ambientais e formas de prevenção (LOOSE, CAMANA; BELMONTE, 2017; LOOSE; GIRARDI, 2018; LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2018; VICTOR, 2015).

Esses aprofundamentos são possíveis quando a jornalista ou o jornalista mantém uma cobertura mais densa e investigativa e, conseqüentemente, por um maior eixo temporal, pois a ampliação temporal da narrativa – tanto antes quanto depois – permite que se vá além da produção jornalística imediata ao irromper de um acontecimento, abordando questões e problemáticas que fogem da lógica narrativa do “aqui e agora”. Ao ir além do “dia do desastre”, considerando-o como um processo de longa duração (VALENCIO, 2012), a narrativa jornalística é capaz de organizar o acontecimento com diferentes conflitos e personagens, trazendo novos aportes e até mesmo explicações sobre o ocorrido, definindo aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, assumindo um importante papel “no processo de reconfiguração do passado” (MAIA; ANICETO, 2018, p. 43) e dotando a narrativa de novas significações.

A necessidade de que a instância jornalística mantenha as temáticas que envolvem os desastres em pauta é, inclusive, uma demanda recorrente nas críticas que são feitas à cobertura jornalística de desastres e nos próprios manuais que tratam sobre a cobertura e a narrativa desse tipo de acontecimento; tanto porque os desastres têm efeitos prolongados, seja nos locais onde ocorreram ou sobre as pessoas que por eles foram afetadas (QUÉRÉ, 2005; VALENCIO, 2012), quanto porque, mantendo a pauta em voga, é possível colaborar com a redução de sua ocorrência e até mesmo evitá-los.

Comprendemos, portanto, que o fluxo temporal afeta o modo de narrar do jornalismo e, por isso, a narrativa de um acontecimento se modifica ao longo do tempo. Dessa forma, em nosso trabalho, lançamos o olhar tanto para a narrativa imediata do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro quanto para a sua narrativa tardia. Devido à dimensão e complexidade que caracteriza os acontecimentos desastrosos e a magnitude e inúmeras consequências que teve esse desastre em particular, a instância jornalística seguiu dando destaque ao que havia acontecido nos dias seguintes à sua irrupção: acompanhou-se a situação calamitosa da região, o atendimento às pessoas afetadas, o resgate das vítimas, a busca e identificação de corpos, a arrecadação de doações e as medidas adotadas pela administração pública. O desenrolar dos fatos, no entanto, não se deu apenas na primeira semana: as enxurradas e deslizamentos na Região Fluminense ganharam repercussão na narrativa jornalística ainda por um longo eixo temporal, inclusive sendo rememorados, em diversos meios jornalísticos, anos depois quando completavam um novo ano do ocorrido.

Além de apreender as especificidades da cobertura jornalística desse acontecimento, ao prolongar nossa visão para um maior eixo temporal – retornando ao passado do desastre para acompanhar o seu desenrolar nos primeiros dias, meses e anos –, podemos refletir sobre a forma como o jornalismo narra os desastres ao longo da evolução desse tipo de acontecimento e como a narrativa jornalística desses casos é afetada pelo fator tempo. A análise da transformação na forma de narrar um acontecimento desastrosos pelo jornalismo e das rupturas e continuidades presentes nessa narrativa nos ajuda também a pensar sobre a qualidade desse tipo de cobertura, seus limites e potencialidades.

Partimos, para isso, da perspectiva teórico-metodológica da narratologia e, mais especificamente, de um olhar narrativizante, o qual Leal (2006) definiu como o ato de conectar fragmentos serializados da realidade a fim de reconfigurar uma narrativa ampliada. Assim, podemos identificar, em meio às notícias isoladas sobre o desastre a ser analisado, uma narrativa mais ampla desse acontecimento e compreendê-la como um processo. Adotar esse olhar em

nossa pesquisa permite entender que, apesar de alguns textos não parecerem narrativos por excelência, ao comporem uma intriga entre si, o conjunto deles vai constituir uma narrativa contínua; e, conseqüentemente, será possível perceber, ao longo dessa mesma narrativa, determinados formatos com os quais o jornalismo lida com os desastres. Afinal, cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores que elegemos a perspectiva da narrativa, “reordenar a selvagem cronologia jornalística, encontrar os antecedentes, identificar e reposicionar as personagens, seus papéis e funções no desenrolar dos episódios (MOTTA, 2013, p. 98).

Consideramos importante, já nesse momento, justificar o porquê da escolha do termo “desastre” para designar o caso que estamos estudando. Ela está em consonância com o que propõe a Defesa Civil, que define desastre como o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998). Dessa forma, acordamos que os desastres são acontecimentos, pois afetam a alguém (QUÉRÉ, 2005), bem mais complexos do que aparentam ser em uma narrativa jornalística (LOZANO ASCENCIO; AMARAL 2018) e reafirmamos nosso entendimento de que é preciso refletir sobre a sua ocorrência através de um enfoque que escape do momento da sua irrupção somente. Assim sendo, em nossa pesquisa, buscamos um aporte teórico que compreende os desastres como acontecimentos sociais que envolvem riscos e vulnerabilidades e que considera a necessidade da narrativa jornalística sobre desastres tratar de temas como a prevenção e a redução de riscos.

Ao trabalhar com um longo eixo temporal, entendemos que há variáveis a serem consideradas, como, por exemplo, os diferentes tempos históricos e as diversas pessoas que estiveram envolvidas na cobertura jornalística. Por esse motivo, optamos pela análise não só de apenas um acontecimento, mas também de um único objeto de pesquisa: o portal de notícias UOL. Segundo um levantamento feito pela Amazon, de acordo com a lista de sites Alexa⁹, o UOL ocupa a sétima posição dos sites mais populares do Brasil. Antes dele, o único site que poderia ser enquadrado como de conteúdo jornalístico é a Globo.com, que ocupa o quinto lugar no ranking¹⁰. A escolha pelo UOL como objeto empírico deste trabalho, no entanto, aconteceu não apenas pelo grande número de acessos e alcance de público – já que é um portal de

⁹ Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

¹⁰ Os primeiros lugares são ocupados pela Google.com.br, Youtube.com, Google.com, Facebook.com e, em sexto lugar, Live.com.

abrangência nacional –, mas também pela quantidade de notícias encontradas sobre o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro e a atualização constante durante essa cobertura, o que pôde ser comprovado através de um estudo exploratório de busca de conteúdo nos portais UOL, Globo e Terra durante o primeiro ano da pesquisa.

Já a escolha pelo ambiente online se deu principalmente pela disponibilização de material jornalístico: uma das principais características do jornalismo online, a “memória” se caracteriza pela grande capacidade de armazenamento de material produzido pelos sites. Na internet, pela primeira vez, é possível que se ofereçam as edições anteriores de um noticiário ou as notícias de um acontecimento do passado junto às notícias atuais. Por estarmos trabalhando com um acontecimento antigo, analisar a narrativa online nos possibilita maior facilidade de acesso e coleta, pois as notícias na web podem ser recuperadas através dos motores de busca que permitem que sejam feitos múltiplos cruzamentos de palavras-chaves e datas (PALÁCIOS, 2002), o que talvez não fosse tão simples se fossem analisados materiais impressos. Além disso, a internet é um suporte que proporciona uma cobertura praticamente ilimitada – o que, acreditamos, nos permite ter acesso a um maior número de notícias e, conseqüentemente, um *corpus* mais amplo e diversificado. Por fim, a internet é um dos meios em que a busca pela instantaneidade, tão presente na cobertura jornalística de desastres, mostra-se de forma mais acentuada e esse será um importante aspecto a ser considerado em nosso trabalho para refletir sobre a transformação da narrativa.

Com base no exposto até então e na compreensão de que a duração de um acontecimento corresponde ao “tempo que dura o seu campo de possível, a modificação de situações, a provocação e a acção daqueles a quem acontece” (BABO-LANÇA, 2005, p. 89) e que o jornalismo organiza o tempo e configura os desastres publicamente de forma narrativa, nossa pesquisa gira em torno da seguinte problemática: *De que modo a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se transforma ao longo do tempo?*

O objetivo geral do trabalho é analisar como se modifica a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal de notícias UOL, cotejando as primeiras notícias sobre o acontecimento com aquelas publicadas em um amplo eixo temporal. A partir disso, desdobramos os seguintes objetivos específicos para nossa pesquisa: a) caracterizar, com base na revisão de literatura, a narrativa e a cobertura jornalística de desastres, refletindo sobre seus limites e potencialidades; b) reconstruir a narrativa sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro de forma cronológica, a

partir da elaboração de uma linha do tempo do acontecimento; c) decompor e recompor a intriga da narrativa jornalística do portal UOL sobre o desastre na Região Serrana, identificando seus conflitos e personagens; e d) verificar como a narrativa jornalística sobre o desastre na Região Serrana é composta nos diferentes eixos temporais do acontecimento, assinalando o que é lembrado e o que é esquecido com o passar do tempo.

Para a construção da nossa pesquisa a partir dos objetivos acima, nosso referencial teórico perpassa três eixos principais: a relação do jornalismo e a narrativa, a organização do tempo no jornalismo e a cobertura jornalística de desastres. Metodologicamente, nos baseamos na Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013) a partir de uma adaptação ao nosso objeto empírico e aos objetivos da nossa pesquisa. Analisamos a narrativa jornalística do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 da Região Serrana do Rio de Janeiro apoiadas em um *corpus* composto por 58 notícias, veiculadas desde o dia 12 de janeiro de 2011 até o dia 11 de janeiro de 2016, referentes às primeiras 24, 48 e 72 horas do desastre, um mês, e quando o mesmo comemora um, dois e cinco anos.

Os desastres fazem parte de nossas investigações desde 2011, ano em que ingressei na iniciação científica através do desenvolvimento da pesquisa “Testemunhos e experts nos acontecimentos das catástrofes ambientais”¹¹, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenada pelas professoras e pesquisadoras Márcia Franz Amaral e Rejane de Oliveira Pozobon. A pesquisa envolveu o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (Poscom/UFSM) e o Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo, do qual fiz parte durante a graduação e sigo como integrante na pós-graduação. A partir dos resultados da pesquisa e das inquietações que ela trazia, a problemática dos desastres resultou em tema do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A emoção no discurso jornalístico: análise da cobertura de catástrofes ambientais”¹².

Percebemos, ao longo desse percurso, a importância dos desastres para a instância jornalística e a complexidade da narrativa jornalística desse tipo de acontecimento, além, claro,

¹¹ O objetivo da pesquisa era analisar como o acontecimento das catástrofes é construído do ponto de vista do discurso de testemunhos e caracterizar a relação com as fontes autorizadas e experts nas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* durante o ano de 2011.

¹² A monografia verificou de que forma a emoção estava presente no discurso jornalístico de catástrofes ambientais através da análise de reportagens da Revista *Época*. Entre os acontecimentos presentes nas notícias analisadas, estava o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

da singularidade dessa narrativa devido ao enquadramento dramático que permeia a grande maioria das notícias e reportagens sobre acontecimentos traumatizantes, à presença constante da figura da vítima, suas histórias e relatos, e à identificação do público pela experiência da outra e do outro. Dessa forma, constatamos a pertinência do debate acerca da relação desastre e jornalismo. Ao seguir pesquisando sobre esse tipo de acontecimento, além de dar continuidade aos nossos estudos, estamos constantemente compreendendo não apenas o que o jornalismo faz com os desastres, mas também, e principalmente, o que os desastres fazem com o jornalismo.

Na pesquisa realizada para o Estado da Arte, não encontramos teses e dissertações que analisem os desastres através de uma ideia de temporalidade, bem como trabalhos sobre jornalismo e desastres que se utilizam da narratologia como base teórico-metodológica – o que reforça a justificativa da necessidade da discussão que nos propomos a fazer. Apesar dos trabalhos encontrados não tratarem a temática dos desastres, da narrativa jornalística e da temporalidade de forma conjunta, é importante destacarmos alguns dentre eles. A pesquisa foi feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹³, no Portal de Periódicos da CAPES/MEC¹⁴ e no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁵

Começamos com dois trabalhos que dizem respeito ao tema “desastres” a partir da visão do jornalismo e que analisam, dentre diversos acontecimentos, as enxurradas e deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011. O primeiro é a dissertação defendida por Juliana Frandalozo Alvez dos Santos no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2014, “Do desastre para o risco: qualidade na cobertura em revistas semanais de informação”. O trabalho trata sobre a cobertura jornalística de qualidade referente a tragédias e a responsabilização da mídia diante de assuntos de interesse público, como é o caso dos desastres, relacionando o jornalismo com seu papel de comunicação e informação na gestão e Redução de Risco e Desastre. No entanto, seu foco está no aspecto da redução de risco e de uma cobertura mais imediata desses acontecimentos, não sendo levado em conta uma mudança temporal dessas coberturas – o que nosso trabalho se propõe a fazer. A análise tem como *corpus* revistas semanais e entrevistas feitas com jornalistas que trabalharam na cobertura de desastres. A autora conclui que a cobertura tem qualidade de informação

¹³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

¹⁴ Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

¹⁵ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

suficiente, mas que, em poucos momentos, notou-se uma visão que fosse além do acontecimento ou extrapolasse para o que existe por trás de cada desastre.

A dissertação de Luiz Claudio Ferreira, “Dimensões da investigação no ‘jornalismo desastre’”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) em 2012, busca identificar as estratégias da cobertura jornalística em diferentes cenários de desastres socioambientais a partir da divisão em três categorias de investigação: dimensão factual, dimensão dramática e dimensão causal. O trabalho traz discussões relevantes como a relação da reportagem e as complexas condições de produção e a própria questão do jornalismo diante do desastre. Apesar de metodologicamente trabalhar com Análise de Conteúdo, a pesquisa traz a narrativa como viés a ser considerado, através de autores que também fazem parte da nossa investigação, como Ricoeur e Motta.

Ainda tratando sobre a relação “desastres” e “jornalismo”, encontramos, em nossa pesquisa do Estado da Arte, teses e dissertações sobre a cobertura jornalística de outros desastres, como a tragédia em Mariana (MG) (CARVALHO, 2018; SOUZA, 2017), as enchentes em Santa Catarina e São Paulo (OLIVEIRA JUNIOR, 2016), e o incêndio na Boate Kiss em Santa Maria (RS) (OLIVEIRA, 2016). Apesar de não serem o foco central de nossas investigações, é importante destacar também trabalhos sobre a temática da redução e comunicação de riscos (DELEVATI, 2012) e das mudanças climáticas (LOOSE, 2016; RUBIN, 2011; WINCH, 2017). Muitas dessas dissertações e teses são trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Pesquisa do qual participamos, intitulado Estudos de Jornalismo (UFSM/CNPq). Há uma tradição do mesmo em estudar temáticas que envolvem jornalismo, desastres, discurso e narrativa. Referindo-se a esta última, destacamos as pesquisas de Mirian Redin de Quadros (2018) e Lara Nasi (2019) para pensarmos a narrativa tanto de maneira teórica quanto metodologicamente; especificamente a Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta – metodologia aplicada por ambas as autoras e que também é utilizada em nosso trabalho.

Por fim, é importante destacarmos algumas pesquisas que relacionam “jornalismo” com o “fator tempo”, como a tese de Carlos Eduardo Franciscato (2003) que investiga a temporalidade operada pelo jornalismo e as formas como ele atua na construção de um tipo específico de experiência social do tempo presente; a tese de Elton Antunes (2007) que discute o estatuto da noção de temporalidade para a construção do discurso da informação jornalística em modernos jornais diários impressos; e a dissertação de Eliza Bacheга Casadei (2010) que aborda a forma como o passado circunscreve eventos do presente relatados pelas narrativas

jornalísticas dentro de um conjunto de significados já estabelecidos, ao mesmo tempo em que analisa como o próprio acontecimento jornalístico constrói o passado e o futuro.

Ao atestarmos a dificuldade de encontrarmos estudos que articulem jornalismo, desastres, narrativa e temporalidade, esperamos, com o nosso trabalho, trazer uma significativa contribuição ao campo da pesquisa em jornalismo. Essa contribuição não se revela apenas na articulação entre esses eixos, mas também na aplicação metodológica da Análise Crítica da Narrativa desenvolvida por Motta (2013), por ser esse um método ainda incipiente e pouco utilizado na pesquisa em jornalismo, apesar de estar muito bem sistematizado pelo autor; e na discussão relacionada à cobertura jornalística de desastres: uma prática que precisa ser problematizada e repensada em suas características.

Além desta Introdução, a dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo 2, refletimos sobre jornalismo, narrativa e temporalidade, visto que nossa pesquisa está situada no viés dos estudos da narrativa e trabalha a partir da perspectiva de um longo eixo temporal. A pretensão é mostrar que apreendemos o jornalismo como configurador de narrativas que representam a realidade e conformam nossas experiências. Para isso, refletimos sobre a narrativa em si e o jornalismo enquanto narrativa, destacando os desafios e as contribuições desse entendimento. Tratamos também da narrativa como metodologia de pesquisa, a partir da Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013) – método que usaremos em nosso trabalho e compreende a narrativa como um dispositivo argumentativo composto por diferentes disputas e correlações de poder.

O capítulo traz ainda a relação da narrativa jornalística com o tempo: o jornalismo não opera somente no momento da irrupção do acontecimento, mas também no desenrolar dos fatos e, anos depois, a partir da produção de efemérides. Isso faz com que seja importante tratar sobre a relação jornalismo-memória e narrativa-memória: é a narrativa quem ordena os fatos temporalmente e a narrativa jornalística vai recorrer à memória para produzir conteúdo, principalmente na cobertura memorativa dos acontecimentos. Nessa produção, no entanto, a memória está em constante disputa com o esquecimento e, assim como a narrativa traz à tona certos elementos, também pode esquecê-los em função de seu caráter seletivo.

No capítulo 3, abordamos a temática dos desastres e suas especificidades, relacionando-os com a narrativa e a cobertura jornalística. Primeiramente, trazemos dados sobre a ocorrência de desastres no Brasil a partir de relatórios técnicos e pesquisas. Nesse momento, será importante explicar algumas nomeações, como a especificação da nomenclatura do

acontecimento que estudamos. Nossa intenção é apresentar a problemática dos desastres a partir de uma abordagem sociológica que os constitui, primeiramente, como acontecimentos sociais. Dessa forma, já partimos da ideia de que a maioria dos desastres não podem ser qualificados apenas como “naturais”.

Discutimos ainda sobre as características da narrativa jornalística de desastres, enfatizando como essa foi mudando ao longo tempo devido ao próprio entendimento do que é um desastre; e os desafios da narrativa e da cobertura jornalística de desastres, pois, sabemos, esses são acontecimentos desestabilizadores e as condições de cobertura dos mesmos são extremamente complexas. Nosso objetivo aqui é buscar na literatura e nos manuais sobre desastres o que é considerada uma cobertura jornalística dita de qualidade, ressaltando os três tempos do desastre: o antes, o durante e o depois. Nessa abordagem, destacamos a importância do jornalismo pensar “para além do dia do desastre”.

O capítulo 4 traz a aplicação da análise proposta em nosso trabalho. Em um primeiro momento, situamos o objeto empírico onde buscamos as notícias que compõem o *corpus* a ser analisado: o portal de notícias UOL, assim como as especificidades do jornalismo online. Passamos então à apresentação do nosso percurso metodológico, começando pela construção do nosso *corpus* de pesquisa até a explicação dos dois movimentos de análise inspirados em Motta (2013) que serão utilizados: reconstruir a narrativa de forma cronológica e compreender a intriga como síntese do heterogêneo. Para tanto, será preciso que nos debruçemos sobre os aspectos específicos da narrativa, como os conflitos secundários, as personagens e as estratégias argumentativas.

Através da construção de uma linha do tempo do acontecimento e da decomposição e recomposição da intriga narrativa, observamos como o jornalismo narrou o desastre em um longo eixo temporal e o que mudou da narrativa imediata para a sua narrativa tardia. Fazendo um movimento de retorno às discussões feitas até então pelo trabalho e com os resultados da análise, será possível refletir sobre as questões que foram pertinentes na narrativa jornalística do desastre analisado nos diferentes eixos temporais e aquelas que acabaram sendo silenciadas. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências consultadas.

2 NARRATIVA E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NO JORNALISMO

As narrativas são fenômenos dinâmicos e complexos. Elas vão atravessar o cinema, a telenovela e a publicidade, mas também o jornalismo, as novas mídias e a fotografia, por exemplo (MOTTA, 2013), caracterizando-se por serem um modo de expressão universal que constitui a realidade a partir de uma construção discursiva tanto ficcional quanto fática. Entre diferentes motivos elencados para se estudar e analisar a narrativa, Motta (2013) destaca seis razões: compreender quem somos e como construímos nossas autonarrações; entender como criamos representações e apresentações do mundo; esclarecer as diferenças entre representações factuais e fictícias; entender como representamos o tempo, tornando-o um tempo humano; verificar como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos; e estudá-las para melhor contá-las. Nessa última razão, situamos, principalmente, o jornalismo e a reflexão que nos propomos a fazer, compreendendo o jornalismo como configurador de narrativas e estas um aporte teórico-metodológico para entender os desastres.

Partimos da constatação de que as narrativas representam a realidade, mas, mais do que isso, ajudam os indivíduos a constituírem essa realidade, pois “apresentam e organizam o mundo” (MOTTA, 2013, p. 33-34), dando ordem ao caos e àquilo que está disperso, configurando, assim, nossas experiências (LEAL, 2013) em um contexto temporal.

[...] as narrativas não são apenas, nem principalmente, puras representações da realidade, mas formas de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente, em contexto, de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação (MOTTA, 2013, p. 82-83).

As atuais perspectivas sobre o estudo da narrativa, as quais nos filiamos nessa pesquisa, compreendem que a narrativa não pode mais ser considerada como “uma expressão ingênua, nem é uma obra fechada sobre si mesma, mas um sentido em construção” (MOTTA, 2013, p. 12). Enfatiza-se o processo de comunicação narrativa; afinal, “a narrativa é produção de significado e o significado é uma relação de troca” (MOTTA, 2013, p. 15). Esse processo, além da existência de um código e cultura comuns entre os sujeitos interlocutores, pressupõe uma estratégia da narradora ou do narrador, a qual irá gerar certo tipo de relação e irá influenciar na organização do discurso narrativo para que seja interpretado de determinada maneira. Por isso,

a narrativa se caracteriza pelo caráter intencional e argumentativo e é configurada por meio de disputas simbólicas e jogos de poder.

Neste capítulo, trabalhamos teoricamente a relação entre a narrativa e o jornalismo, compreendendo a narrativa como um processo de ordenamento e produção de sentidos que não está ligada apenas ao campo do literário, e a narrativa jornalística como um instrumento mediador da realidade. Para isso, tratamos das novas vertentes da narratologia, apresentamos as contribuições e desafios de se pensar o jornalismo narrativamente, além da metodologia que será utilizada em nossa pesquisa: a *Análise Crítica da Narrativa*, proposta por Motta (2013). Também refletimos sobre a organização do tempo na narrativa jornalística e discutimos a relação memória e esquecimento e sua vinculação com a narrativa, visto que nossa pesquisa busca analisar como se dá a transformação da narrativa jornalística sobre o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro em um amplo eixo temporal.

2.1 NARRATIVA COMO ABORDAGEM TEÓRICA: PERSPECTIVA PARA COMPREENDER O JORNALISMO

2.1.1 Narrativa: modo de apreender o mundo

O ser humano, desde a ancestralidade e origem da humanidade, sempre relatou histórias que o fizeram e o fazem transmitir conhecimentos e, com isso, compreender melhor o mundo em que vive. A sua realidade é, assim, percebida de forma narrativa. “Somos seres narrativos” (MOTTA, 2013, p. 62): todas e todos narramos. Esse é um fenômeno universal que perpassa toda e qualquer cultura e que constrói sentidos permanentemente pelos sujeitos envolvidos. Como diz Ricoeur (1994, p. 116), “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas”.

Motta (2013, p. 17) afirma que “vivemos mediante narrações”. A história e as culturas foram e são constituídas a partir de múltiplas narrações, ao mesmo tempo em que os indivíduos construíram e constroem suas vidas e relações, seja com o mundo real ou irreal, pelo ato de narrar. Ao afirmar que vivemos narrando, estamos dizendo que compreendemos a narrativa como uma ação comunicacional (como detalharemos melhor adiante) e que nossas relações são

vividas através das narrações e, por isso, nossas vidas são consideradas acontecimentos narrativos (MOTTA, 2013).

As narrativas fazem parte, portanto, do exercício humano: concebem nossas identidades, valores, costumes e instituições (LEAL, 2013). Ao narrarmos, estamos construindo um passado, presente e futuro, além de tudo o mais que nos cerca pessoal e coletivamente; lidamos com os acontecimentos e com aquilo que não entendemos e/ou não temos resposta e nos desafia. Relatamos, ao traduzirmos aquilo que conhecemos sobre o mundo objetivo e subjetivo em narrativa, sucessivos fatos que são produtores de sentido. Logo, as narrações são essenciais à nossa vida e à nossa existência, pois dão significado a elas: “São as narrativas de cada sociedade e de cada época – os mitos, os contos, as fábulas, os romances e, hoje, também, o jornalismo – que ensinam e orientam o homem sobre o mundo, seus valores e modos de agir” (QUADROS, 2018, p. 24).

É o jornalismo que dá significação aos acontecimentos que eclodem a todo o momento, ao mesmo tempo em que caracteriza o presente como um tempo que, cada vez mais, se expande e mostra sua importância. Esses mesmos acontecimentos, no entanto, só ganham sentido no momento em que são narrados, pois é ao ordená-los (a eles e nossas experiências) que a narrativa jornalística vai incorporá-los em um mundo pré-figurado, fazendo com que se tornem inteligíveis e compreensíveis. Essa pré-figuração narrativa faz parte do que Ricoeur (1994) chama de mimese narrativa.

Segundo o autor, narrar é realizar uma atividade mimética. Considerada uma espécie de imitação, a mimese narrativa funciona como uma metáfora da realidade, a qual ganha um novo significado¹⁶. Isso quer dizer que existe um mundo pré-narrativo e, por isso, a narrativa produz uma representação da intriga e suas e seus personagens são construídas e construídos através da representação de seres concretos e de suas condutas e comportamentos. “Imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (RICOEUR, 1994, p. 101).

¹⁶ Além da atividade mimética, esse novo significado, diz Motta (2013), também pode ser criado pela identificação virtual por parte dos indivíduos, e seus respectivos valores e memória cultural, diante das narrativas.

Ao estudar a mediação entre o tempo e a narrativa, na obra que leva o mesmo nome – “Tempo e narrativa”¹⁷ –, o filósofo afirma que a narrativa está atrelada a um mundo temporal e aquela só aconteceria através de um processo mimético composto por três etapas de percurso que formam um círculo virtuoso: a tríplice mimese. Na mimese I (mundo pré-figurado), estão os acontecimentos e a ação reais; na mimese II (mundo configurado), é feita efetivamente a mediação entre a experiência real e a recepção e está a tessitura da intriga; e na mimese III (mundo refigurado), a narrativa é reinterpretada pela recepção, concluindo-se o percurso. Essa conclusão, no entanto, não significa uma volta da narrativa ao ponto de origem quando o processo chega à mimese III. Por isso, Ricoeur (1994) chama esse processo de círculo virtuoso e não vicioso, pois entende que esses deslocamentos são todos dinâmicos.

O centro do estudo de Ricoeur (1994) está na configuração da tessitura da intriga¹⁸, a mimese II, pela relevância dessa etapa para o processo de mediação. Segundo o autor, a função mediadora da intriga caracteriza-se por três motivos: sua capacidade de transformar acontecimentos em histórias narradas e integrar fatos que estão dispersos temporalmente na totalidade de uma determinada história, e por estabelecer-se na articulação de duas dimensões temporais: cronológica e não cronológica.

A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos *em* história. Esse ato configurante consiste em “considerar junto” as ações de detalhe ou o que chamamos de os incidentes da história: dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal (RICOEUR, 1994, p. 104, grifo do autor).

A compreensão de Ricoeur (1994) serve de base para os estudos sobre narrativa jornalística das autoras e dos autores aqui citadas e citados. Motta (2012), autor em que nos apoiamos teórica e metodologicamente, vai dizer que as narrativas jornalísticas funcionam como esboços instáveis e provisórios da realidade, estando elas configurando e reconfigurando-se constantemente devido à simultaneidade com que o jornalismo narra e atualiza os mais

¹⁷ No livro, o autor analisa e articula esses dois termos a partir do entendimento de Santo Agostinho e Aristóteles em suas obras “Confissões” e “Poética”, respectivamente. O conceito de mimese utilizado por Ricoeur provém deste último autor e está relacionado à noção de “muthos” – a tessitura da intriga que advém do agenciamento dos fatos.

¹⁸ Trataremos sobre a intriga na narrativa com mais detalhes no capítulo 4 ao explicarmos nossos movimentos de análise.

diversos acontecimentos. Por esse motivo, entende que o jornalismo se configura como forma de experimentação da realidade e vê as narrativas jornalísticas como história do tempo presente (MOTTA, 2004, 2013).

Ao concordarmos com esse pensamento, refutamos as teorias que defendem serem as notícias um reflexo da realidade ou a própria realidade, como a teoria do Espelho¹⁹, e assumimos a perspectiva que atesta o caráter narrativo das notícias, sendo estas produtos seletivos da percepção de mundo de jornalistas em meio à complexidade de suas dinâmicas pessoais e profissionais de um tempo que é imediato.

Compreender o texto noticioso como uma estória narrada é reconhecer seu caráter simbólico enquanto realidade construída a partir da atuação de profissionais, com seus interesses e constrangimentos e de acordo com as referências culturais e sociais provenientes do contexto (QUADROS, 2018, p. 26).

Leal (2013, p. 27) lembra, no entanto, que a narrativa pouco é problematizada nas abordagens tradicionais do jornalismo, inclusive naquelas presentes nos manuais de redação e em livros introdutórios, apresentando-se como “um resultado da produção da informação que deve ou não ser evitada, valorizada ou restrita [...], que tem fronteiras claras e que se distinguiria de outros modos de composição textual, baseados no argumento ou no conceito”, aproximando-se, assim, de técnicas de outros campos, principalmente da literatura. A narrativa aparece, dessa forma, apenas como ponto de passagem²⁰, como veremos a seguir.

2.1.2 Jornalismo como narrativa: desafios e contribuições

Pensar a construção e a constituição do mundo de forma narrativa ganha maior importância se o fizermos sob o viés da mídia, já que é cada vez maior a importância da mediação desta para a representação e conhecimento de mundo que temos. Além disso, Motta

¹⁹ Desenvolvida a partir dos anos 1850, a Teoria do Espelho é a mais antiga teoria do jornalismo e atribui a este um papel de mediador desinteressado. Para essa teoria, as notícias são como são porque a realidade assim as determina.

²⁰ Já em outras disciplinas, como a antropologia e a história, o estudo da narrativa é cada vez mais importante, pois a “ênfase é dada aos textos enquanto construções culturais” (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 359).

(2013) afirma que encontramos formas narrativas na mídia muito mais do que imaginamos que poderia ter.

Os jornalistas, produtores, diretores e editores de TV e de cinema, os roteiristas e publicitários sabem que os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, que eles e elas constroem temporalmente suas experiências. E exploram com astúcia, premeditação e profissionalismo o discurso narrativo, para causar efeito de sentido. Fazem isso tanto quando o efeito pretendido é o efeito de real como quando o efeito desejado é a emoção (MOTTA, 2013, p. 91).

As narrativas midiáticas podem ser fáticas ou fictícias (e até mesmo um híbrido das duas) e é no primeiro caso que localizamos o jornalismo e a narrativa analisada em nossa pesquisa.

A partir do final da década de 1970 e início de 1980, passam a ser relevantes os estudos que compreendiam o jornalismo pelo viés da narrativa (LAGE, 2013), principalmente por intelectuais como Tuchman e Schudson. Aquela autora e este autor entendiam que o jornalismo possui espécies de modelos – denominados por Tuchman (2016) de enquadramentos ou molduras simbólicas e por Schudson (2016) de convenções narrativas – que vão orientar o relato de suas histórias. No entanto, o entendimento do jornalismo como narrativa não é unânime, pois há, no campo jornalístico, uma errônea ideia de que os valores da profissão estariam contrastando com as narrações – entendidas aqui simplesmente como histórias em oposição aos fatos.

Lage (2013) diz que abordar o jornalismo como narrativa é enfrentar e superar ao menos dois problemas: um é a negação da qualidade narrativa dos relatos jornalísticos, o que advém da desconfiança das jornalistas e dos jornalistas devido à ideia de que o jornalismo informa exatamente o real; e o outro é o entendimento, por parte das teóricas e dos teóricos da narratologia²¹, de que não são legítimas narrativas as histórias narradas pelo jornalismo. Vamos nos deter e refletir sobre o primeiro problema apresentado pelo autor.

O jornalismo faz parte de uma narrativa que se diz objetiva, já que seus relatos buscam representar a realidade através da ideia de que as histórias nascem da observação dos acontecimentos e a narradora ou o narrador apenas se atém ao fato e é fiel a ele, distanciando-

²¹ Segundo Motta (2013, p. 75), é a “teoria da narrativa e os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas”. O termo foi cunhado por Tzvetan Todorov.

se ao máximo para não fazer nenhum tipo de juízo de valor. Por isso, a jornalista ou o jornalista, como narradora ou narrador do texto, não aparece de forma visível; ao contrário, ela ou ele se ausenta da narrativa para que não se relacione o discurso narrativo a subjetividades – o que Motta (2004, p. 4) chama de “mediador discreto” –, deixando ao público a tarefa de tirar conclusões e fazer suas próprias interpretações. Essa precisão exigida pela profissão faz com que as profissionais e os profissionais, em sua maioria, tenham a pretensão de descrever os acontecimentos e não escrever e contar histórias²², mesmo estando elas relacionadas à realidade.

As notícias, assim, em grande maioria, remetem a uma linguagem direta e descritiva que se utiliza de fontes que mostram diferentes “lados da questão”, da apresentação de provas auxiliares, do uso judicioso das aspas e da estruturação em uma sequência que segue o modelo da pirâmide invertida – características que Tuchman (2016) chamou de “procedimentos estratégicos” e que pressupõem um caráter de veracidade e imparcialidade à notícia. No entanto, apesar dessa pretensão objetiva do jornalismo, ele é um fenômeno cultural marcado pela pluralidade e suas regras e estratégias possuem determinados valores e características que o insere em tempos e espaços que são particulares (LEAL, 2013) e, assim, mesmo caracterizando-se pela descrição e informação, o jornalismo possui uma dimensão narrativa em seus enunciados. Motta (2004) exemplifica isso com o caso das notícias “duras” da editoria de economia: mesmo sendo estas notícias que lidam com números, taxas e dados objetivos, há certa subjetivação no momento em que a jornalista ou o jornalista agrega a elas depoimentos de pessoas que, de alguma forma, serão afetadas por algum tipo de mudança econômica, como o aumento na taxa de juros ou a queda no investimento, o que aproxima o público e suaviza a notícia.

Outra questão a ser superada é a dicotomia realidade e ficção, presente fortemente quando se pensa no jornalismo como narrativa (LEAL, 2013), em um claro movimento que lembra o positivismo e sua perspectiva científica. A ideia de ficção – entendida como invenção ou algo irreal e, por isso, ligada à literatura – é seriamente refutada pelo jornalismo, já que estaria distanciando a instância jornalística do compromisso com a verdade dos fatos. Tuchman (2016, p. 358), no entanto, afirma que “dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo

²² Bird e Dardenne (2016, p. 361) entendem que a divisão entre *hard* e *soft news* como sendo dois tipos de notícias que colocariam em oposição, respectivamente, a ideia de importância e interesse, informação e história, tem “retardado a discussão das qualidades narrativas das notícias”, pois coloca as notícias em um modelo de transmissão tradicional que impede de vê-las como um todo unificado e, portanto, sem divisões e, com isso, não percebemos as qualidades estruturais de cada história individualmente.

nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia”²³. Entender o jornalismo como narrativa é compreender que “as formas narrativas são mais do que construções literárias; elas conferem às pessoas um esquema para perspectivarem o mundo e viverem a sua vida” (JOHNSON, 1983 apud BIRD; DARDENNE, 2016, p. 376). É perceber que a oposição entre informação e narrativa (ou realidade e ficção) não é justificada.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de considerá-las como correspondentes da realidade exterior, afectando ou sendo afectadas pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática, mas introduz uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as “estórias” de notícias transcendem suas funções tradicionais de informar e explicar. As notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os “factos”, “nomes” e “números” que os jornalistas tentam apresentar com tanta exactidão. Estes pormenores – significantes e insignificantes – contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem. Os factos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura social na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 361-362).

Logo, para se pensar o jornalismo como narrativa é preciso, antes de mais nada, superar a ideia de que a narrativa está ligada unicamente ao texto. Ela se dá na linguagem, mas não é apenas materialidade. “A narrativa é um fenómeno que transcende em muito o fazer jornalístico e sua conformação textual”, pois narrar, como vimos, “é estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de comunicar-se com o outro” (LEAL, 2013, p. 28) e a outra. É preciso apreender que o entendimento que se tem da narrativa no jornalismo – ou melhor, da narrativa jornalística – envolve relações bem mais complexas que apenas noções que a relacionam à forma e texto ou à linguagem e escrita.

Por isso, a narratologia midiática, diferentemente da narratologia literária que foca na obra e em sua estrutura, ou seja, na narrativa em si, considera como fundamental o processo de comunicação narrativa – a relação entre a narradora ou o narrador e a destinatária ou o destinatário – e, conseqüentemente, a posição e atitude da narradora ou do narrador, suas intencionalidades e estratégias (implícitas ou explícitas) em cada ato de fala, seu papel mediador, as relações de poder e os efeitos de sentido que são possíveis.

²³ Leal (2013) vai dizer ainda que essa dicotomia apenas faz reduzir e simplificar as noções de realidade e ficção.

É importante lembrar que a teoria da narrativa, ou narratologia, nasce junto ao movimento linguístico do formalismo russo e ao estruturalismo antropológico e literário francês. Esses movimentos, em meados do século 20, passaram a rejeitar a crítica literária historicista e humanista da época devido ao seu caráter retórico e especulativo. Eles buscavam o estabelecimento de uma teoria da crítica literária que tivesse viés científico, através da observação empírica e sistemática dos textos a serem analisados, examinando uma estrutura que fosse comum a todas as narrativas e pudesse ser investigada (MOTTA, 2013).

Aos poucos, a narratologia vai se desvinculando desses movimentos para abarcar novos campos e formas de análises, como a comunicação e o jornalismo. Dessa forma, insere-se a narratologia entre as ciências interpretativas e a narrativa é entendida a partir de uma perspectiva conceitual e epistemológica voltada ao cultural e, portanto, ao antropológico, e menos às ciências da linguagem ou teoria literária. Ou seja, uma perspectiva que vê as narrativas não apenas como fatos literários ligados ao ficcional, mas como procedimento de análise cultural da sociedade, conferido pelo seu caráter agora multidisciplinar – o qual remete à retórica, à psicanálise, à historiografia, à filosofia da linguagem, etc.

Assim entende Motta. Seguindo uma vertente mais atual dos estudos da narratologia, o autor a compreende como “ramo das ciências humanas que *estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades*” (MOTTA, 2013, p. 78, grifos do autor). Um estudo, teórico e metodológico, que inclui as produções relatadas em um suceder temporal e que são organizadas discursivamente por um contar; todos os processos de relações humanas que vão construir sentidos por meio de expressões narrativas factuais ou ficcionais.

A narratologia pode ser utilizada não somente para a crítica de romances, filmes, contos e novelas, como ocorre predominantemente ainda hoje, mas como um *procedimento analítico para compreender os mitos, as fábulas, os valores subjetivos, as ideologias, a cultura política inteira de uma sociedade* (MOTTA, 2013, p. 80, grifos do autor).

Essa perspectiva de análise social geral deslocou a atenção voltada ao enunciado narrativo para a enunciação narrativa e, dessa forma, mais que a própria narrativa (vista de forma fechada), passou a privilegiar a narração: o processo de comunicação narrativa e sua interlocução, os atos de fala em um contexto, as relações culturais e suas trocas; não se limitando, portanto, ao texto. É preciso, de acordo com ela, ir além do interior de determinada narrativa e observar a situação de comunicação em que está inserida, “em uma sociedade ou

contexto cultural concreto, em função de estratégias, estratagemas e astúcias argumentativas particulares” (MOTTA, 2013, p. 81).

A compreensão de que o significado da narrativa é o produto de uma relação que, conseqüentemente, faz parte de um contexto histórico e social que possui determinadas crenças, valores e cultura – e isso tudo deve ser levado em conta –, além de refletir nos movimentos de análise propostos por Motta, como veremos no subcapítulo 2.4, demonstra a conformidade do autor com o pensamento de Ricoeur (1994) quanto ao papel de mediação da narrativa e nos faz lembrar o processo mimético apresentado por este último autor, mais precisamente a mimese III e a circularidade narrativa. Considerando o jornalismo, podemos afirmar que é por meio da narrativa que este exerce sua função de mediação da realidade, uma mediação simbólica e cultural.

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura (MOTTA, 2004, p. 11).

Nesse processo, é o público quem irá encadear as diversas notícias e seus sentidos inacabados em uma temporalidade significativa, percebendo e configurando o mundo e suas próprias experiências narrativamente.

É o receptor das fragmentadas notícias quem vai conectar as partes, tecer os laços de significação temporal, preencher as lacunas, reconfigurar as indeterminações, articular passado, presente e futuro, montar os atravessados quebra-cabeças das intrigas e significados através de atos criativos de recepção. É na interpretação imaginativa do leitor ou ouvinte que a narrativa jornalística ganha narratividade e consistência, ganha contornos morais e éticos, reconfigura histórias significativas independente da identidade ou qualidades intrínsecas e dos estilos do texto (MOTTA, 2004, p. 15).

Motta (2013, p. 11, grifos do autor) compreende o enunciado “como um elo entre dois interlocutores que se envolvem em uma *coconstrução narrativa* do mundo” e, dessa forma, a ênfase de seu estudo recai sobre a relação da construção de sentido e não na composição da obra. Esse enunciado narrativo tem o objetivo de atrair, envolver e convencer a interlocutora ou o interlocutor, fazendo com que ela ou ele compartilhe esses sentidos. Já a enunciação é

entendida por ele como “ato produtor da narrativa, a atividade linguageira exercida por aquele que fala no momento em que fala” (MOTTA, 2013, p. 11). É a enunciação narrativa que irá mediar, portanto, as interlocutoras e os interlocutores. Ela é intencional e argumentativa, pois há um efeito de sentido pretendido ao se configurar e contar uma história²⁴: a forma como são ordenadas as ações e sequências da narrativa, como estão demarcados os episódios, quais são os pontos de virada, como se caracterizam as personagens e suas funções, etc. Por isso, o autor afirma que a narrativa tem como origem uma estratégia enunciativa e narrar é uma “técnica de enunciação dramática da realidade” (MOTTA, 2013, p. 74), definida como um processo de mudança exercido para produzir determinados efeitos de sentido através de uma linguagem persuasiva e sedutora que visa envolver um sujeito em uma história.

Organizadas narrativamente, as intrigas produzem significados, interpretações da realidade, proporcionam inteligibilidade à natureza e às relações humanas. Mas são os sujeitos que fazem isso, conforme suas intenções e desejos. Ao estabelecer sequências dramáticas de continuidade (ou descontinuidade), eles integram ações no passado, presente e futuro, dotando-as de sequenciação, criando o tempo do relato no relato, mas fazem isso em razão de seus interesses comunicativos (MOTTA, 2013, p. 81).

Pensando na instância jornalística, Motta (2013) reforça que existem três tipos de narradoras ou narradores a serem levadas ou levados em conta no processo de comunicação narrativa: o veículo, a jornalista ou o jornalista, e a personagem²⁵. Essas narradoras e esses narradores relacionam-se na produção da narrativa jornalística de forma sobreposta e, diz o autor, em uma constante negociação simbólica e política pelo poder de voz. Essa disputa – pela “sedução, a visibilidade, o posicionamento favorável na estória, a perspectiva ou ângulo através do qual a estória será contada (ponto de vista), os enquadramentos” (MOTTA, 2013, p. 110), etc. – se dá de forma estratégica de acordo com os interesses de cada um dos diversos atores sociais envolvidos e vai acabar refletindo na narrativa final que chega ao público.

²⁴ Motta (2013) diz que é a vontade de sentido que vai ser capaz de diferenciar uma narrativa ficcional de uma narrativa factual. Essa vontade vai ser estabelecida durante o processo comunicativo pelos sujeitos que dele fazem parte. No jornalismo, por exemplo, jornalista-narradora ou jornalista-narrador organiza uma narrativa de veridicção, a qual relata-se o “mundo como ele é”, e, ao ser aceita pelo público, atesta o efeito de real. “O real é, portanto, o *efeito* produzido pelo discurso, compactuado pelo narrador e o receptor” (MOTTA, 2013, p.39-40, grifo do autor) e pela narradora e a receptora que acabam por compartilhar semelhantes intenções, como a busca da verdade e da objetividade.

²⁵ A personagem, na definição de Motta (2013, p. 175), é aquela que “protagoniza a ação, gera conflitos, conduz a intriga, personifica as contraditórias dualidades (herói-vilão, marido-mulher, esposa-amante, rico-pobre, jovem-velho, etc)”.

O veículo, como primeiro-narrador, é aquele que está fora da história e tem como função atrair a audiência através da publicação de suas histórias e o enunciado das manchetes, títulos e chamadas. Seria esse um jogo de atração, sedução e persuasão que está relacionado a interesses comerciais e institucionais; um poder amparado em um *ethos* próprio e legitimado pela sociedade que o reconhece em sua autoridade pública.

Subordinada e subordinado a esse primeiro-narrador está a jornalista ou o jornalista, a quem se dá o papel de segunda-narradora ou segundo-narrador. É quem está dentro da história e, portanto, enuncia a narração, organizando a tessitura da intriga, suas ações, sequências, conflitos e personagens para que formem uma narrativa verídica, coerente e atraente. Para isso, vale-se de valores pessoais e profissionais, além da própria negociação com os interesses do veículo onde trabalha e com as fontes.

Também dentro da história está a personagem, terceira-narradora ou o terceiro-narrador, nesse caso “os sujeitos em torno de quem a narrativa é construída, bem como as fontes ouvidas e, para as quais, o jornalista dá voz na construção da notícia” (QUADROS, 2018, p. 41). A personagem, nos lembra Motta (2013), ganha cada vez mais autonomia na narrativa jornalística, participando ativamente das disputas simbólicas do campo jornalístico com suas estratégias de visibilidade.

Assim, Motta (2013, p. 232) vai compreender a narrativa jornalística como “uma arena discursiva na qual os atores sociais atuam como agentes ativos de uma disputa pelo poder simbólico, cada qual detendo certo capital e poder, e exercendo-os conforme as oportunidades” e a hierarquia da história: primeiro o veículo, depois a figura da jornalista ou do jornalista e, por último, a personagem. Essa hierarquia, no entanto, não é linear, o que significa que há negociações entre os diversos atores da situação de comunicação por esse poder de voz.

É preciso ressaltar que a disputa pelo poder de voz na narrativa, seja ela entre as narradoras ou os narradores, entre elas ou eles e as personagens ou mesmo entre as próprias personagens, caracteriza-se por ser uma luta simbólica e política, pois se dá pelo poder de determinar um ponto de vista e impor sua própria definição diante dos conflitos, e até mesmo das personagens, a fim de legitimar o que seria a verdadeira versão dos fatos para torná-la a realidade natural; consolidando, assim, uma posição de reconhecimento – tudo isso acontecendo, geralmente, de maneira invisível e sutil.

Todo esse processo de comunicação narrativa, como vimos, vai se dar intrinsecamente ligado a uma lógica temporal; afinal, a própria narrativa está atrelada à noção de temporalidade.

Ao relacionar os conceitos de tempo e narrativa, Ricoeur (1994, p. 93) afirma que “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal”. Atravessadas por diferentes tempos, as narrativas se apresentam como as configuradoras da dinâmica presente-passado-futuro (LAGE, 2014), organizando o tempo dos acontecimentos e, conseqüentemente, fazendo-os produzir sentidos (ZAMIN, 2011). Vamos agora nos deter às implicações dessa problemática para o campo do jornalismo.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Muito além das questões que envolvem a relação do tempo com a rotina produtiva diária de jornalistas e empresas jornalísticas, como a imprevisibilidade dos acontecimentos e o cumprimento do *deadline*, o tempo é um aspecto essencial para a produção e o entendimento do próprio jornalismo.

O fenômeno temporal é um componente essencial da definição e das relações que o jornalismo desencadeia na sociedade. O jornalismo é uma prática social voltada para a produção de relatos sobre eventos do tempo presente. Ao fazer isso, o jornalismo atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social, enquanto produtor de formas específicas de sociabilidade (FRANCISCATO, 2005, p. 15).

É no presente que são narrados os acontecimentos pelo jornalismo e é também no presente que serão desencadeadas ações referentes a essa narrativa. Os próprios manuais de redação e livros que apresentam normas e orientações sobre o fazer jornalístico dizem que a notícia deve ser, além de verdadeira, objetiva e de interesse público, inédita e recente, o que leva ao entendimento de que à jornalista ou ao jornalista cabe narrar histórias que tenham vínculo com a atualidade.

A atualidade, porém, acaba por envolver diversas temporalidades. Ela se comporta como um “tempo *narrativamente configurado*, até mesmo forjado, capaz de abrigar tempos outros” (LAGE, 2014, p. 82, grifos do autor). Por isso, a noção de atualidade jornalística, segundo Franciscato (2005), deve ser compreendida pela capacidade de reunir a complexidade

de sentidos referente ao aspecto temporal que o jornalismo carrega. É a pluralidade de temporalidades e relações temporais relacionadas ao presente que vai dar sentido ao termo²⁶.

O jornalismo e suas práticas estão comumente associados às temporalidades, visto que o tempo presente, território próprio da área, não se configura sem as marcas do passado e sem as fendas abertas para o campo dos possíveis ou das expectativas do futuro. Vítima de certo preconceito por parte de outros campos do conhecimento, visto que, muitas vezes, assumiu o discurso do “presentismo” de maneira absoluta, o jornalismo [...] configura-se como o espaço da intersecção entre as várias épocas, assumindo um lugar proeminente para se refletir e conhecer as histórias de determinadas comunidades, pessoas, fenômenos e lugares do mundo contemporâneo (MAIA; TAVARES, 2017, p. 73).

Ao tratar sobre o presente no jornalismo, não estamos falando, portanto, apenas sobre o instante em que ocorrem os acontecimentos. Os acontecimentos, ao serem narrados pelo jornalismo, fazem parte de um processo temporal; mas esse processo, nos lembra Lage (2014), não inscreve os acontecimentos em uma realidade temporalmente determinada ou preexistente. Mesmo que eles tenham sido produzidos ou concluídos em um tempo passado, por exemplo, não significa que o jornalismo narra apenas acontecimentos passados: ele articula diferentes temporalidades.

Os textos jornalísticos relatam acontecimentos em âmbito factual, mas também contam e remontam histórias que transpassam a linearidade cronológica do olhar temporal ao qual estamos condicionados, utilizando enunciados, imagens, cores, sons, entre tantos outros recursos verbais, visuais e sonoros, por meio de relações de temporalidade (MAIA; TAVARES, 2017, p. 79).

Superando a ideia de que a narrativa age resgatando os acontecimentos que estariam fixados a uma realidade temporal específica, compreendemos, a partir da definição de Lage (2014, p. 83), que narrar vai além da mera atualização dos acontecimentos e sua inscrição no tempo em que ocorreram; mas, sim, que narrar “pressupõe a transposição imediata do tempo das ocorrências ao tempo da intriga”, o tempo da história contada. Lage (2014) afirma, no que

²⁶ O autor propõe cinco categorias descritivas para o fenômeno da temporalidade no jornalismo: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. A categoria da revelação pública, por exemplo, mostra que, tão importante quanto a ideia de imediatismo, interessa ao jornalismo o momento da veiculação pública e a apresentação do acontecimento: o jornalismo também se interessa em articular o que é considerado como novidade àquilo que já existe (FRANCISCATO, 2005).

concordamos com o autor, que negar o caráter temporal do jornalismo ou circunscrevê-lo a uma única temporalidade seria também negar a perspectiva de narratividade de seu discurso.

Todo o narrar acarreta narratividade, “qualidade de descrever algo enunciado em uma sucessão de estados de transformação” (MOTTA, 2013, p. 88), um desenvolvimento temporal que se encaminha a um desenlace. Contudo, a narratividade no jornalismo é difícil de ser encontrada, pois, como aponta Ricoeur (1994), essa não é uma qualidade intrínseca ao texto. Além de caracterizar-se como uma narrativa fragmentada e difusa, o jornalismo possui uma lógica mais complexa, a qual implica “considerar a possibilidade de um ‘texto’ para além da notícia e acionar outras relações presentes no espaço e no tempo” (LEAL, 2013, p. 40). Ou seja, a qualidade da narratividade no jornalismo não está localizada em seu produto final, mas atenta ao todo do processo de produção e é constituída pela relação tanto de emissoras ou emissores quanto de receptoras ou receptores. Esses significados serão construídos pela audiência não apenas pelo texto em si da notícia, mas, como já dito antes, pelo contexto e, conseqüentemente, suas experiências, memórias e culturas (MOTTA, 2013).

A cobertura jornalística de um acontecimento é influenciada diretamente pelo fator tempo (TRAQUINA, 2016). As diversas durações que um acontecimento pode ter ao ser narrado pelo jornalismo estão relacionadas com o seu desdobramento e os critérios de noticiabilidade que possui. De acordo com Schlesinger (2016), isso faz com que as histórias venham a ter um valor temporal que está implícito no processo de produção da narrativa e que pode ter duas formas: ele dá seqüência a uma história e/ou fixa uma duração particular. Dessa forma, a narrativa de um acontecimento pode ser prolongada ou encurtada.

O acontecimento jornalístico não gera interesse apenas no momento de sua ocorrência. Muitos acontecimentos vão além do seu “dia noticioso” e, de acordo com seus desdobramentos, continuam a ser narrados posteriormente, sendo rememorados semanas, meses ou até anos depois. São acontecimentos de longa duração, como é o caso dos desastres. Assim, a narrativa jornalística vai acionar temas, pessoas e eventos que nem sempre fazem parte de vivências imediatas.

Na maioria das vezes, o que se vê é a seqüência da narrativa nos primeiros dias após um acontecimento, quando ainda há fatos que vão sendo descobertos e precisam ser narrados. No jargão jornalístico, isso é chamado de *suíte*. A *suíte* é aceita sempre que se tenha novas informações sobre um assunto e se possa despertar o interesse do público (ERBOLATO, 2004). Segundo o Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo (1997, p. 274), ela é

“indispensável logo depois da divulgação do fato, como seu desdobramento natural ou mesmo provocado”.

Além do desenvolvimento de suítes, faz parte da cultura jornalística que as efemérides tenham valor-notícia. Elas dizem respeito à rememoração devido à comemoração de um acontecimento, ou seja, acontecimentos antigos que devem ser lembrados por motivo de aniversário, desde que tenham, conforme o Manual de redação da Folha de S. Paulo (2010), inegável importância e sejam publicados preferencialmente nas datas redondas. O tempo, e mais precisamente uma data específica, portanto, pode ser e é usado como *news peg*²⁷, como denomina Traquina (2016), justificando a noticiabilidade de um fato que, nesse dia, completa um ano, cinco ou dez, por exemplo. Segundo o autor, o termo se refere a “qualquer acontecimento da atualidade que legitima a noticiabilidade de outro acontecimento, assunto ou problemática” (TRAQUINA, 2016, p. 238).

As efemérides presentificam e interpretam o passado. Golin, Cavalcanti e Rocha (2015, p. 623-624) as definem como “recursos para atualizar a memória em torno de determinados temas, reinserir pautas, personagens e produtos na economia da oferta dos bens culturais”, utilizadas através de ganchos jornalísticos que marcam movimentos cíclicos. Segundo o Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo (1997, p. 176), a jornalista ou o jornalista não deve nunca deixar “cair no esquecimento fatos que tenham sido objeto de intenso noticiário jornalístico meses ou anos antes, sem, no entanto, se poderem considerar encerrados”, mesmo que, aparentemente, não exista nenhuma informação nova a respeito do assunto. Um dos argumentos é que a própria omissão das pessoas responsáveis é motivo suficiente para a divulgação.

A narrativa jornalística tem, assim, um papel fundamental nesse processo de rememoração ao possibilitar que determinados acontecimentos, que ainda geram diferentes sentidos, sejam transformados em memória. Mas, assim como seleciona o que será lembrado, trazendo à tona a lembrança do passado de um acontecimento relacionado à memória do presente, também pode silenciar esse passado. A narrativa assim como impõe a memória também o faz, portanto, com o esquecimento, lidando com a constante tensão entre

²⁷ A expressão pode ser entendida como um “cabide” para pendurar a notícia (TRAQUINA, 2016).

essas duas instâncias. Como diz Ricoeur (2007, p. 459), “ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer o outro”.

Os desastres são acontecimentos que ganham relevância na narrativa jornalística tanto imediata quanto tardia, tendo um maior prolongamento de sua cobertura e retornando aos noticiários em anos posteriores. É o que aconteceu com o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro: devido à sua dimensão e complexidade e as consequências que trouxe, nos dias seguintes à sua irrupção, a narrativa jornalística seguiu dando destaque ao caso e o desenrolar dos fatos não se deu apenas na primeira semana ou mês, ganhando repercussão na narrativa jornalística por um maior eixo temporal, incluindo a existência de efemérides. Essas narrativas tardias, porém, vão diminuindo ao longo do tempo – como será demonstrado de forma mais detalhada nos capítulos 3 e 4 –, provando que o “tempo do durante o desastre” (ARAÚJO, 2013) é aquele no qual o jornalismo está mais interessado.

Essa dialética entre lembrança e esquecimento está pressuposta no jornalismo na seleção de quais acontecimentos serão lembrados e esquecidos, mas também na forma como esses acontecimentos são narrados – o que está diretamente relacionado à compreensão da função mediadora da narrativa. De acordo com Ricoeur (2007), a narrativa não é capaz de lembrar completamente de tudo o que aconteceu. “Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia (sic) de narração exhaustiva é uma idéia (sic) performativamente impossível” (RICOEUR, 2007, p. 455) e, por isso, a narrativa se caracteriza por uma função organizadora da memória.

A perspectiva dos estudos da memória e do esquecimento é a que utilizaremos a partir de agora, a fim de que, em nossa análise, possamos verificar aquilo que foi lembrado e esquecido com o passar do tempo na narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

2.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: TENSÕES ENTRE LEMBRAR E ESQUECER

Falar de memória é aludir-se ao passado, ao que já aconteceu e é então recordado. Dependemos dela para ter acesso, no presente, às imagens e lembranças do que não existe mais. A memória opera na “esteira da imaginação”, como diz Ricoeur (2007). Ambas, memória e

imaginação, buscam a presença da ausência; no entanto, diferente desta, a memória refere-se a fatos que já aconteceram, já foram parte da vivência e da experiência de determinados sujeitos.

Ricoeur (2007), no livro “A memória, a história, o esquecimento”, desenvolve uma fenomenologia da memória. O autor parte da diferenciação de dois termos gregos fundamentais para sua proposta, que conta com o debate fenomenológico da memória feito por filósofos como Platão e Aristóteles: *mnémé* e *anamnésis*. A lembrança evocação (*mnémé*) ocorre quase que espontaneamente com o passar do tempo; ao contrário da lembrança recordação (*anamnésis*), produzida através de uma procura, um esforço para que algo seja recordado (diríamos, então, um esforço contra o esquecimento).

A fenomenologia da memória ricoeuriana parte da questão “o quê” do ato de memória para, em seguida, ocupar-se do “quem”. Isso vem ao encontro do caráter objetual da memória, relacionado ao fato de que recordamos das coisas, quaisquer que sejam elas. Ricoeur trata então, primeiramente, da coisa (o “quê?”) e depois estende às pessoas (o “quem”). Assim, partimos para a dimensão pragmática da memória – o “como” –; afinal, a memória é exercida, há um ato prático de fazer memória por parte dos seres no mundo. Há uma ação de busca implicada no verbo lembrar-se, não apenas uma ideia de passividade de que se recebe determinadas imagens do passado (RICOEUR, 2007). Todas e todos fazemos memória e, da mesma forma que há um poder investido nesse ato, há uma questão de seleção (BABO-LANÇA, 2012): à memória não podemos dar a responsabilidade por lembrar-se de tudo²⁸. Ao falar de memória, não há como não tratarmos, portanto, sobre esquecimento.

O esquecimento parece denotar uma ideia de distorção, impedimento: ele seria lesivo e destrutivo àquilo que é preciso ser lembrado e representado do passado, uma ameaça à memória e à própria história. “De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 424).

Esse aspecto negativo do esquecimento – que não teve seu surgimento na contemporaneidade, mas, antes, é um pensamento que vem de muitos anos – pode estar ligado à falta de uma fenomenologia mais desenvolvida. Huysen (2014) afirma, inclusive, que há um

²⁸ Apesar disso, a *ars memoriae* vai recusar toda e qualquer forma de esquecimento, valorizando a memorização em detrimento da recordação.

descaso com o tema do esquecimento no estudo europeu sobre as temporalidades – ao contrário da memória que sempre foi central nos debates e nas obras de diversas e diversos intelectuais, havendo uma espécie de supervalorização do assunto.

Pode haver um excesso de memória, mas trata-se de um excesso de uma coisa boa. Enquanto isso, o esquecimento continua suspenso sob uma nuvem de suspeita moral, como uma falha evitável, uma regressão indesejável e uma negligência crítica. A memória, por outro lado, é considerada crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Todos os tipos de identidade dependem dela. Uma sociedade sem memória é um anátema (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

O autor, no entanto, admite que essa predominância pelas reflexões sobre a memória é compreensível diante de certos eventos históricos, como, por exemplo, a Shoah. Quanto à fenomenologia do esquecimento, apesar de citar a importância de teorias propostas, como a do próprio Ricoeur, critica a falta de profundidade e pouco destaque dado ao tema por esse autor; mas também não propõe uma em específico.

Huyssen (2014) acredita que, assim como a memória, o esquecimento é construído e envolto por um complexo campo de estratégias que possui seus termos e fenômenos, tais como silêncio, evasão, apagamento, desarticulação, desgaste, repressão e ausência.

O esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução nas narrativas que compõem nossa vida pública e nossa vida íntima. Esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória (HUYSSSEN, 2014, p. 158)²⁹.

²⁹ Para demonstrar que a memória e o esquecimento funcionam juntos, o autor reflete sobre dois acontecimentos históricos: a Ditadura argentina e o Holocausto alemão. A partir desses exemplos, sustenta a ideia que o esquecimento foi necessário para que se criasse uma política nacional de memória e ambos, memória e esquecimento, tiveram grande importância para a formação dos estados democráticos nesses países após os períodos de ditadura e opressão. Na Argentina, o esquecimento (ou mesmo o silenciamento) das mortes provocadas pela guerrilha armada fez despontar as desaparecidas e os desaparecidos da época como vítimas, intensificando a lembrança do terrorismo de Estado e sua responsabilização pelos crimes cometidos durante o regime militar; enquanto que, na Alemanha, o episódio esquecido foi a guerra aérea ocasionada pelos bombardeios nas cidades alemãs na Segunda Guerra Mundial, transformando o Holocausto em um momento crucial da história mundial e de compreensão do próprio povo alemão e unificando a nação contra a América. Assim, defende uma política de esquecimento com base na constatação de que o esquecimento público, nesses casos, foi crucial para a construção de um consenso nacional a partir de um discurso político de memória desejável. Há, no entanto, um preço a ser pago por isso, segundo o autor. A uma política de memória e esquecimento desejável, por exemplo, pode-se resultar distorções e evasões que geram abrangência, exatidão e complexidade (HUYSSSEN, 2014).

O esquecimento, então, não deve ser entendido como uma falha de memória ou como um simples apagamento de rastros. Memória e esquecimento não devem ser colocados em uma oposição simplista a qual afirma que “a memória parece exigir esforço e trabalho, enquanto o esquecimento, por outro lado, apenas acontece” (HUYSSSEN, 2014, p. 157). Também não devemos preceder a um senso comum que considera o esquecimento uma deficiência da memória – mesmo que, em alguns casos, realmente seja – ou a uma visão que o compreende simplesmente como um complemento dela. Antes, o esquecimento pode ser considerado como uma condição da memória, assumindo os riscos e as tensões dialéticas existentes entre ambos.

Ricoeur apresenta uma perspectiva a qual diz que o esquecimento faz parte do processo memorialístico. Ainda que cause medo, “é o esquecimento que torna possível a memória” (RICOEUR, 2007, p. 450). Huyssen (2014), no entanto, diz que essa ideia de que o esquecimento seria constitutivo da memória deve ser superada, pois ela permite que se siga privilegiando a memória em detrimento do esquecimento, e a política de uma não pode prescindir a da outra. Para deixar clara essa diferença, tratamos agora de outro tópico sobre a memória e o esquecimento: a classificação de seus usos e abusos.

Há, assim como na memória, uma pragmática do esquecimento. Afinal, como aquela, o esquecimento também é exercido. Assim como possibilita o seu uso, o exercício da memória e do esquecimento pode levar ao risco do abuso. A análise ricoeuriana apresenta três tipologias para os abusos da memória³⁰: memória impedida, memória manipulada e memória obrigada. A função narrativa da memória permite que estes abusos também sejam classificados em conjunto com o esquecimento e, portanto, também considerados abusos de esquecimento.

A memória impedida refere-se a um impedimento, pessoal e patológico-terapêutico, à recordação, ao acesso a um passado: memória e esquecimento são, assim, preteridos ao inconsciente; a memória manipulada, a uma oportunidade de manipulação, por parte de quem tem o poder, da memória e do esquecimento pela via ideológica e identitária, em que há um desapossamento dos indivíduos de sua capacidade de narrar; e a memória obrigada, que está no nível ético-político ao dever de memória³¹ e traça seu paralelo com o esquecimento comandado, relacionado com a forma institucional da anistia.

³⁰ Ricoeur (2007, p. 72) afirma que “entre uso e abuso insinua-se o espectro da ‘mimética’ incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado”.

³¹ O dever de memória, conforme Ricoeur (2007, p. 101), é o “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”. Não diz respeito apenas à rememoração característica da memória, mas é, sobretudo, o dever de

O esquecimento como memória manipulada é o foco de nossa reflexão; afinal, é nessa distinção que memória e esquecimento se relacionam à narrativa e sua inerente característica de seleção. Primeiro, porém, é necessário fazer outra distinção entre o pensamento de Ricoeur e Huyssen. Para Ricoeur (2007), esse tipo de esquecimento é resultado de uma má-fé e de um “não querer saber”. Ao contrário, Huyssen (2014) não aposta unicamente nessa visão negativa, pois essa é uma questão que vai depender de quem manipula e qual a finalidade desta ação³².

Dessa forma, para finalizar, trazemos a afirmação de Woortmann (2000, p. 213) de que “a memória opera no sentido de ‘trabalhar’ o passado para forjar o presente e construir o futuro, e isto pode ser feito tanto pela rememoração como pelo esquecimento”, e, com isso, depreendemos que relembrar o passado é essencial ao campo jornalístico para construir a narração dos acontecimentos e tanto a memória quanto o esquecimento ocupam importantes espaços na narrativa jornalística, assim como o fazem nas narrativas historiográficas e ficcionais³³. Tavares e Antunes (2015) acreditam, inclusive, que o jornalismo e a memória possuem uma relação simbiótica, já que o jornalismo necessita da memória para, ao posicionar e recontar os eventos, poder contextualizá-los ao público; enquanto que a memória precisa do jornalismo, pois é este quem vai fornecer a ela o que eles chamam de “rascunho público” dos acontecimentos³⁴.

Porém, sabemos que há uma disputa de sentidos a partir da tensão narrativa entre um lembrar e um esquecer. Lage (2012), por exemplo, afirma que a memória está sujeita a estratégias de manejo e que o jornalismo, enquanto espaço de memória, utiliza estrategicamente tanto da memória quanto do esquecimento, não sendo essa apenas uma simples relação de presentificação do passado na narrativa jornalística, mas de organização e gestão. As efemérides são um exemplo disso: para Golin, Cavalcanti e Rocha (2015), elas demonstram a capacidade que o campo jornalístico possui de construir uma memória social, participar das disputas pelo que deve ser lembrado ou não e definir como essas lembranças serão acionadas.

não esquecer. Uma obrigação, um imperativo da justiça e projeção do luto, uma ideia de dever para com os outros.

³² Da mesma forma, Huyssen (2014) não concorda com Ricoeur quanto ao esquecimento comandado, pois a anistia, de acordo com ele, nem sempre surte os efeitos aos quais está intencionada, podendo produzir efeitos exatamente contrários.

³³ Afirma Babo-Lança (2012, p. 62, grifos da autora) que, “se o jornalismo vive *ao ritmo do acontecimento*, constituindo o seu lugar de irrupção pública preferencial, também é hoje dominado pela lógica arquivística e rememorativa”.

³⁴ No entanto, esta é também uma relação desigual em que há cruzamentos, mas também total autonomia e, por isso, não há aparência de dependência entre eles.

Contudo, não compreendemos esse esquecimento simplesmente por um viés manipulador e ideológico em que a narrativa jornalística estaria “escondendo fatos” – um “não querer saber”, como diz Ricoeur (2007)³⁵ –, mas, antes, a partir da ideia de que o caráter seletivo da narrativa está envolto por todo um processo de produção jornalística que vai desde a aprendizagem dos critérios de noticiabilidade jornalísticos para a escolha do que é mais relevante ser narrado e como fazer isso, até as condições mercadológicas e profissionais da área³⁶; além, claro, por disputas e jogos de poder que caracterizam a intencionalidade que está por trás de toda e qualquer narrativa (MOTTA, 2013) e que buscam a hegemonia de certas visões de mundo.

2.4 NARRATIVA COMO PERCURSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

Nos diz Motta (2013, p. 88) que “toda e qualquer narrativa é a enunciação de uma sucessão de estados de transformação” e essa enunciação é responsável pela organização da narrativa de determinada maneira para que a mesma produza significados. Esse entendimento nos permite aferir a possibilidade de utilizarmos os estudos da narrativa não apenas como perspectiva teórica para compreendermos o jornalismo em nossa pesquisa, mas também como aporte metodológico para que possamos observar a articulação do tempo e da narrativa e seus diversos elementos. O método utilizado para responder a problemática central deste trabalho será a análise narrativa proposta por Motta (2013), denominada por ele como Análise Crítica da Narrativa.

Como vimos no subcapítulo 2.1, ao adotar uma postura antropológica e simbólica mais ampla que o permite partir de uma perspectiva na qual a narrativa não é vista de forma autônoma

³⁵ Huyssen (2014, p. 161, grifos do autor) acredita, diante da análise feita das lembranças argentinas e alemãs, que “o esquecimento consciente e voluntário pode ser produto de uma política que, em última instância, beneficia o *vouloir savoir* [querer saber] e a construção de uma esfera pública democrática”. Apesar de constatar a ironia de que as lembranças, ao se tornarem comuns e massivas, sendo transformadas, muitas vezes, em clichês de um país, possibilitam que uma nova ameaça à memória apareça, também não considera que esse seja um tipo de esquecimento gerado por um “não querer saber”, o *ne pas vouloir savoir* da memória manipulada de Ricoeur (2007).

³⁶ Em relação à temática dos desastres, essas condições de produção, critérios de noticiabilidade priorizados e consequentes características da cobertura jornalística serão detalhados no capítulo 3.

e/ou isolada, como propõe o estruturalismo e a teoria literária³⁷, Motta leva em conta o elo entre interlocutoras e interlocutores no qual o processo de comunicação narrativa está imbricado. Dessa forma, o autor afirma que a análise de toda e qualquer narrativa deve ser feita levando-se em conta o todo: as relações culturais, históricas e sociais nas quais ela está inserida, ou seja, o contexto comunicativo. Afinal, “as narrativas só existem em contexto” (MOTTA, 2013, p. 120). São elas que ligam as narradoras e os narradores com as destinatárias e os destinatários em uma situação de comunicação e o que deve ser analisado são os aspectos dessa relação e as intencionalidades dos sujeitos envolvidos, pois é ela que vai produzir significado³⁸ – mesmo que, na maioria das vezes, metodologicamente, a análise seja feita tendo como ponto de partida o próprio texto narrativo. Precisamos conhecer, primeiramente, o contexto do acontecimento analisado para compreendê-lo em seu sentido – ou, na linguagem do autor, buscarmos a *coconstrução* de significados na comunicação narrativa.

Motta (2013, p. 196) defende que essa é uma relação argumentativa, pois, segundo ele, “toda narrativa é argumentativa. Quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido”. Ou seja, toda a pessoa que narra não o faz por um simples senso estético, ela possui um propósito ao fazê-lo e, portanto, as narrativas não são ingênuas, neutras ou imparciais. Por isso, ele as chama de “dispositivos argumentativos”, os quais são construídos por meio de constrangimentos, hierarquias, relações de poder e estratégias comunicativas que obedecem a desejos, interesses e intencionalidades de narradoras e narradores (sejam conscientes ou não de suas intenções). O autor afirma ainda que o que existem são diferentes retóricas narrativas e não estilos narrativos, e essas retóricas, nas narrativas fáticas, são dissimuladas pelas estratégias argumentativas e a narradora ou o narrador se torna uma pessoa discreta, como se não fizesse parte da narração e sua mediação – o que fica evidente, como já vimos, na narrativa jornalística em sua busca de produção do efeito de real.

³⁷ Apesar de divergir dos estudos estruturalistas utilizados na teoria literária para a análise narrativa, Motta (2013) se utiliza de conceitos e procedimentos cunhados por esses campos para desenvolver seu próprio caminho para análise da narrativa, alegando que são conhecimentos ainda válidos e, sem eles, seria difícil avançar em seus estudos.

³⁸ Por esses motivos, ao invés de tratar de um estudo da teoria e análise da narrativa, Motta (2013, p. 128) considera melhor falar em uma teoria e análise da comunicação narrativa, a qual “coloca imediatamente a atenção sobre a dinâmica do ato narrativo entre dois interlocutores” ou interlocutoras. Apesar de concordar com o autor quanto à importância de se analisar a narrativa além do objeto empírico e, portanto, como um ato de narrar que relaciona diferentes sujeitos em um contexto, seguiremos nesse trabalho, assim como faz o próprio Motta, com o termo até então utilizado – no caso, teoria e análise da narrativa.

Os efeitos de sentido produzidos por essas estratégias se dão de acordo com contratos comunicativos: Motta (2013) parte do pressuposto de que haja um contrato implícito e cognitivo entre as pessoas envolvidas no processo de comunicação narrativa e que as histórias narradas irão refletir as assimetrias sociais existentes entre as interlocutoras e os interlocutores dessa relação, seus valores e ideologias. Nesse contrato, a narradora ou o narrador vai organizar os discursos narrativos a fim de garantir a adesão da destinatária ou do destinatário ao seu ato de fala, induzindo a determinadas interpretações sobre os fenômenos narrados. Para isso, é preciso que ambas ou ambos compartilhem um código em comum, além de um contexto físico, empírico, prático, histórico e social.

A partir desses entendimentos, Motta apresenta um posicionamento metodológico que parte do estruturalismo e do formalismo e está fundamentado em pressupostos da fenomenologia e da narratologia pragmática. A análise da narrativa proposta pelo autor é uma técnica hermenêutica: “técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos” (MOTTA, 2013, p. 124), que tem como ponto de partida a fenomenologia. A perspectiva fenomenológica, apesar de contemplar o fenômeno em si, está interessada em seu sentido, sua significação. Ao partir dessa concepção, é possível que o processo narrativo seja interpretado em sua essência, assim como todas as camadas do objeto a ser analisado. Analisar a narrativa é, portanto, observar a construção de significados.

Ao afirmar que sua análise é uma análise crítica, Motta (2013) lembra que isso não significa a emissão de juízo de valor ou mesmo um julgamento, e sim o lançamento de um olhar rigoroso que seja capaz de identificar quais vozes são predominantes na comunicação narrativa e elucidar as disputas que as envolvem e de quais estratégias fazem uso.

Todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta. A análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar esse jogo de poder, descortinar a correlação de forças que se exerce nas relações discursivas interpessoais e coletivas³⁹ (MOTTA, 2013, p. 19).

³⁹ O autor ressalta que, apesar dos sujeitos, grupos ou instituições narrarem ou interpretarem a partir de posições históricas que já implicam, de alguma forma, uma correlação social de forças, não se pode dizer que essa é inevitavelmente uma situação desigual ou de dominação e, por isso, é preciso que seja analisada empiricamente cada situação comunicativa de maneira específica (MOTTA, 2013).

Assim, baseado em uma perspectiva pragmática, o autor situa a análise da narrativa no interesse pelos “fatores extralinguísticos que interferem no ato comunicativo”, como “as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores” ou das interlocutoras, “suas intenções e fins a alcançar, as estratégias discursivas e argumentativas, o entorno cultural compartilhado (ou não), os efeitos cognitivos obtidos ou reinterpretados” (MOTTA, 2013, p. 23).

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre alguém que construiu argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção (MOTTA, 2013, p. 127).

Essa construção argumentativa, determinada por fatores intencionais, situacionais e contextuais, está baseada em uma organização narrativa do discurso como um projeto dramático. Para Motta (2013), a análise da narrativa tem como objetivo principal a compreensão do projeto dramático da narradora ou do narrador (o qual pressupõe o envolvimento do sujeito que interpreta a narrativa) e é com a recomposição da intriga – a qual trataremos melhor no capítulo 4 – que esse projeto se configura de forma mais clara.

Motta (2013) propõe, em sua *Análise Crítica da Narrativa*, que, primeiramente, as narrativas sejam desmembradas em três camadas: plano da expressão, plano da estória e plano da metanarrativa⁴⁰. O primeiro plano refere-se ao da linguagem e do discurso, da superfície do texto, onde a retórica é observada e pode-se identificar os usos estratégicos e intencionais da produção; o segundo plano é aquele onde os significados se encontram virtualmente representados pela linguagem da narradora ou do narrador; e o último é o plano mais profundo e abstrato, onde localizamos as referências e imaginários culturais, os modelos de mundo e os valores éticos e morais de fundo das construções narrativas.

Situamos o foco da nossa pesquisa no segundo plano – o plano de estória –, pois é ele que abriga o conteúdo da narrativa e onde encontramos a intriga, a sequência das ações, os encadeamentos, os conflitos principais e secundários, as personagens da história e suas características e funções, o enfrentamento entre protagonistas e antagonistas, os cenários, e as

⁴⁰ Apesar da divisão, o autor deixa claro que essa separação só interessa para efeitos operacionais de análise. Afinal, as três instâncias estão superpostas umas às outras na comunicação narrativa real, não havendo hierarquias entre elas e nem sendo percebidas pelos indivíduos em seu dia a dia.

estratégias argumentativas empregadas; por isso, é o plano em que a análise da narrativa fundamentalmente se encontra, apesar deste não dispensar a existência e o estudo dos outros dois planos, principalmente o da expressão. Neste plano, será possível trazermos observações específicas sobre os modos de narrar os desastres e como se transforma a narrativa jornalística produzida pelo portal UOL em relação ao acontecimento de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, realizadas a partir da revisão da literatura apresentada no capítulo 3.

Seguindo uma ideia de desconstrução, Motta (2013) apresenta um percurso de análise empírica a ser utilizado no interior dos planos organizado em sete movimentos de diagnóstico que resumiremos a seguir. São eles:

- a) Compreender a intriga como síntese do heterogêneo: o primeiro movimento proposto visa compreender a intriga central da narrativa e a essência da história, determinando seu início, desenvolvimento e final;
- b) Compreender a lógica do paradigma narrativo: o segundo movimento concentra-se na articulação interna das partes da narrativa, ao mesmo tempo em que a compreende como um projeto dramático construtor da realidade;
- c) Deixar surgirem novos episódios: o terceiro movimento tem o objetivo de identificar a temática e nomear os novos episódios depois de elaborada a nova síntese narrativa;
- d) Permitir ao conflito dramático se revelar: o quarto movimento busca identificar o conflito (ou os conflitos) dramático da história, sua estrutura e organização;
- e) Personagem: metamorfose de pessoa a persona: o quinto movimento destina-se a definir as personagens da narrativa, compreendidas como figuras centrais na qual gira a intriga, suas ações e funções;
- f) As estratégias argumentativas: o sexto movimento objetiva descobrir as estratégias argumentativas empregadas pela narradora ou pelo narrador no processo de comunicação, diferenciando as estratégias de produção de efeitos de real das estratégias de produção de efeitos estéticos; e
- g) Permitir às metanarrativas aflorar: o sétimo e último movimento tem o propósito de penetrar na essência da narrativa, reconhecendo as metanarrativas, o fundo ético e moral da mesma.

Apesar da identificação desses passos para desenvolver uma análise empírica da comunicação narrativa, o autor não estabelece um modelo fechado que vá atender a todas as formas narrativas e afirma que a pesquisadora ou o pesquisador deve realizar uma análise

“criativa e inventiva nos seus procedimentos porque, quase sempre, o próprio objeto indica como pretende ser desvendado” (MOTTA, 2013, p. 133).

Para atender nossa problemática de pesquisa, não utilizaremos a totalidade dos movimentos analíticos de Motta. Como o próprio autor sugere, iremos adequar a metodologia proposta ao nosso objeto de estudo e aos nossos objetivos. Para isso, partimos da concepção de Motta (2013) em relação à análise da narrativa jornalística, a qual afirma que é preciso, antes de mais nada, que o difuso tempo jornalístico seja reorganizado para que se forme uma única narrativa serializada e ordenada temporalmente; e, posteriormente, nos inspiramos em seu primeiro movimento de análise, mas buscando referências no segundo, quinto e sexto movimentos no que diz respeito, principalmente, aos conflitos e personagens narrativos. Dessa forma, acreditamos ser possível analisar a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal UOL e responder aos nossos anseios: apreender de que maneira a narrativa se transforma ao longo de um amplo eixo temporal.

Nossos dois movimentos de análise são aqui denominados como: *reconstruir a narrativa de forma cronológica* e *compreender a intriga como síntese do heterogêneo*. Esses movimentos serão detalhados no capítulo 4. Antes, trataremos sobre os desastres socioambientais e a narrativa jornalística.

3 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E A NARRATIVA JORNALÍSTICA

Os desastres ocorrem, em todo o mundo, há centenas de anos, deixando expressivas marcas às pessoas atingidas por eles e aos locais afetados. Fenômenos como terremotos, tsunamis, inundações e deslizamentos, assim como os efeitos das mudanças climáticas, geram cada vez mais interesse por parte da instância jornalística devido aos danos e prejuízos causados, além da possibilidade de acompanhá-los de forma imediata de diferentes lugares do mundo, ganhando, assim, lugar nas grandes narrativas.

Os “acontecimentos funestos” [...] – as catástrofes⁴¹ – são acontecimentos informativos por excelência, se tivermos em consideração que o aforismo segundo o qual “boas notícias são más notícias” (*goodnewsisbadnews*) é o aforismo central da informação mediática contemporânea (SERRA, 2006, p. 16, grifo do autor).

O jornalismo configura a ocorrência dos desastres organizando-os narrativamente. Mas, ao narrar esses acontecimentos, a jornalista ou o jornalista acaba por extrapolar o seu dever de narração (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016), pois também constrói sentidos sobre o desastre, seja de forma intencional ou não. Como lembram Gallego e Luengo (2014, p. 74, tradução nossa⁴²), “os meios de comunicação não têm responsabilidade por essas catástrofes, mas sim pelo sentido que irão dar à sua cobertura informativa”.

A construção simbólica do desastre pela narrativa jornalística se dá em meio a uma cobertura jornalística complexa, a qual reflete a própria complexidade de um acontecimento como esse, envolto por um cenário repleto de incertezas, controvérsias e inseguranças. Além de afetar a vida de inúmeras pessoas e gerar uma situação de caos, a ocorrência de um desastre causa ruptura na rotina produtiva jornalística e acaba por expor as dificuldades e a falta de preparo do jornalismo para situações limites. A fim de estabilizar a ordem e reduzir as perturbações provocadas pelo desastre, a jornalista ou o jornalista acaba por interpretá-lo e narrá-lo seguindo determinados padrões. Dessa forma, algumas características ganham regularidade nesse tipo de narrativa, como a presença das causas, desdobramentos e

⁴¹ Utilizaremos o termo catástrofe, como o faz Serra (2006) e outras autoras e outros autores de referência para este trabalho, como sinônimo de desastre.

⁴² No original: “los medios no tienen la responsabilidad de estas catástrofes, pero sí la del sentido que han de dar a su cobertura informativa”.

denominações (SOUZA, 2019), o testemunho das vítimas e até mesmo das próprias jornalistas ou dos próprios jornalistas que estão cobrindo o caso, declarações de fontes oficiais e experts e relatos carregados de emoção.

Neste capítulo, abordamos a temática dos desastres e suas especificidades, relacionando-os com a narrativa e a cobertura jornalística. Partimos do entendimento de que os desastres são acontecimentos sociais e que a narrativa jornalística deve pensar para além do “dia do desastre”. Também discutimos como o jornalismo tem narrado esses acontecimentos, visto as múltiplas e variadas facetas dos desastres e perspectivas possíveis, os desafios da narrativa e da cobertura jornalística de desastres diante das condições extremamente complexas quando da sua irrupção e o papel do jornalismo antes e depois de um acontecimento desastroso.

3.1 DESASTRES: DADOS E CARACTERIZAÇÕES

Segundo o relatório do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR) e do Centro de Pesquisas de Epidemiologia em Desastres (CRED)⁴³, que avaliou desastres relacionadas ao clima no mundo e seus danos, houve um aumento de 14% na ocorrência de desastres ambientais entre o período de 2005 e 2014 comparado aos anos de 1995 e 2004 – uma média de 335 desastres registrados anualmente – e quase o dobro da média de 1985 a 1995. O Brasil, segundo o relatório, faz parte dos dez países com maior número de pessoas afetadas por desastres relativos a fenômenos climáticos, sendo o único país das Américas a estar nessa lista. O grupo constatou que, durante os vinte anos analisados, 51 milhões de brasileiras e brasileiros foram atingidas e atingidos por esse tipo de tragédia, que representa 90% dos desastres ditos naturais do planeta.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inseriu em 2013⁴⁴, pela primeira vez, informações sobre a gestão de riscos e desastres⁴⁵. Os resultados do Questionário Básico aplicado em 2013 mostraram que,

⁴³ Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/COP21_WeatherDisastersReport_2015_FINAL.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86302.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

⁴⁵ Segundo a publicação, a importância da coleta desse tipo de dados “surgiu da necessidade de disponibilizar informações a respeito de eventos que implicam riscos nas áreas urbanas e foi focado nos principais eventos causadores de desastres naturais ocorridos nos últimos cinco anos anteriores ao da pesquisa, nos municípios

entre os anos de 2008 e 2013, 2.276 cidades foram atingidas por desastres e quase metade (48% ou 2.676) das 5.570 prefeituras do país não tinham, em 2013, nenhum instrumento de planejamento capaz de contemplar e abordar a prevenção, a redução e a gestão de riscos de desastres⁴⁶. Do total de municípios brasileiros, 40,9% sofreram, durante os anos analisados, ao menos com um desastre dito natural. Os tipos mais comuns no país são os alagamentos, as enxurradas (ou inundações bruscas), as enchentes (ou inundações graduais) e os deslizamentos (ou escorregamentos).

Segundo os dados do IBGE, 2.065 municípios (37,1% do total) declararam terem sido atingidos por alagamentos nesses cinco anos de pesquisa, sendo a maior concentração nas Regiões Sudeste (45,2%) e Sul (43,5%). Desse total, 838 cidades apresentaram, além dos alagamentos, ocorrência de processos erosivos – o que pode ser explicado pela dinâmica dos dois fenômenos, pois estão relacionados à ação da água.

As enxurradas (ou inundações bruscas) totalizaram 13.244 registros em 1.574 municípios (28,3%) e 108 com ocorrência de óbitos. Ao total, 777.546 pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas por esse tipo de evento, sendo que o Rio de Janeiro aparece em terceiro lugar com 91.046 atingidas e atingidos, o que corresponde a 29,4% da Região Sudeste. O ano de 2011 foi o que teve mais edificações afetadas.

Logo após aparecem as enchentes (ou inundações graduais), com 8.942 ocorrências em 1.543 cidades (27,7%) e 445 com ocorrência de óbitos. Esse tipo de desastre desalojou ou desabrigou 1.406.713 pessoas, com destaque para Santa Catarina que teve 260.147 pessoas atingidas. O ano de 2009 foi considerado o mais desastroso em termos de edificações. As enxurradas e enchentes afetaram juntas 948 municípios.

brasileiros” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, p. 96). Além disso, os mapeamentos sobre a gestão de riscos ajudam na atividade de prevenção e na definição técnico-científica da magnitude dos desastres a fim de que se estabeleçam medidas de proteção à população e que se evite ou reduzam os desastres.

⁴⁶ Conforme os dados apresentados na pesquisa, 2.892 municípios (51,9%) possuíam, em 2013, pelo menos um dos instrumentos de planejamento que foram pesquisados. Entre eles, os mais presentes foram: Planos de Saneamento Básico contemplando o serviço de abastecimento de água (em 31,7% das cidades), serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (30%) e serviço de esgotamento sanitário (27,7%). Uma notícia do jornal Folha de S. Paulo, na época do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301201118.htm>), chegou a afirmar que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cptec) haviam previsto o grande volume de chuvas para o local, mas a Defesa Civil do Rio de Janeiro acabou por ignorar os alertas, o que demonstra que a administração pública estava despreparada para lidar com o impacto das chuvas e a falta de sistemas de prevenção nos municípios afetados também agravou a dimensão do desastre.

Os deslizamentos (ou escorregamentos) aparecem na sequência, com um total de 895 (16,06%) municípios atingidos por movimentos de massa de solos, rochas ou detritos em morros, taludes e encostas e 103 com ocorrência de óbitos. Foram 30.858 ocorrências ao total e as Regiões Sudeste e Nordeste foram as que registraram mais casos, sendo que o Rio de Janeiro ficou em terceiro lugar na divisão por estados com 4.969 ocorrências. O número de pessoas que ficou sem casa por determinado tempo ou definitivamente foi de 303.652 e, desse total, 50.336 refere-se a habitantes do estado fluminense.

Dentre esses tipos, encontramos aqueles que deram origem ao desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011. O Cobrade (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres) é o sistema em que nos apoiamos para chegar à denominação desse caso. Segundo essa classificação, dois fenômenos aconteceram no local: enxurradas e deslizamentos.

As enxurradas são definidas como

Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracteriza-se pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial (BRASIL, 2012, p. 73).

Concentradas em um espaço curto de tempo, as enxurradas causam “danos materiais e humanos mais intensos do que as enchentes ou inundações graduais⁴⁷” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, p. 275-276), sendo um dos tipos de desastre de maior ocorrência no país e que causa o maior número de óbitos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES, 2013a). Muitas vezes, as enxurradas desencadeiam outros fenômenos, o que acaba por aumentar seus efeitos destruidores: elas são intensificadas por relevos com acentuadas elevações, como é o caso da Região Serrana do Rio de Janeiro. Dessa forma, as enxurradas acabam por causar também graves deslizamentos, que são

⁴⁷ Segundo o Cobrade (BRASIL, 2012, p. 73), as inundações se caracterizam pela “submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície”.

Movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude (BRASIL, 2012, p. 72).

Lozano Ascencio (1995, 2005) afirma que as catástrofes são eventos destrutivos que acabam por mudar, de forma repentina e irreversível, aquilo que até então era invariável, podendo ter como origem a natureza, a ação humana ou mesmo algo alheio ao meio ambiente. Elas transformam, modificam, desequilibram e regeneram a estabilidade das coisas. As catástrofes se configuram publicamente, de acordo com o autor, porquanto forem percebidas e expressadas pelos sujeitos que estão inseridos em seus contextos.

Essas características nos fazem compreender o desastre como um acontecimento⁴⁸ através da perspectiva apresentada por Quéré (2005). O autor, a partir de um viés pragmatista, situa o acontecimento na ordem da experiência e do sentido. Para ele, “o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém”, o que significa “que ele é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente” (QUÉRÉ, 2005, p. 3). Ou seja, para ser compreendido como um acontecimento, é preciso ir além de suas causas, olhando para os efeitos gerados por ele. Efeitos esses que atingem e afetam a experiência⁴⁹ de alguém de alguma maneira.

Reconhecidos por seu poder de destruição e testemunhados por inúmeras pessoas a cada ano, os desastres afetam não só a experiência individual, mas também a experiência coletiva dos indivíduos. Lozano Ascencio (2005) afirma que uma catástrofe só existe se destrói e que o mais importante nela não é o que existe ou se sucede, mas aquilo que transtorna e como os transtornos são percebidos e relatados. Logo, o valor do acontecimento está relacionado pelo que é destruído e não pelo que originou essa destruição e, portanto, o desastre é medido por sua capacidade de alteração do cotidiano e da vida das pessoas.

Outro aspecto do acontecimento, segundo Quéré (2005, p. 4), e que está em consonância com as características dos desastres, é o seu caráter inaugural e o aspecto do inesperado: o

⁴⁸ Não é o propósito deste trabalho fazer uma revisão exaustiva da definição de acontecimento, mas é importante ressaltar que este é um conceito que vem sendo debatido e discutido no grupo Estudos de Jornalismo, sendo, inclusive, tema significativo para as atuais pesquisas e para meu próprio Trabalho de Conclusão de Curso.

⁴⁹ Para Quéré (2005, p. 18), a experiência é “aquilo pelo qual um sujeito e um mundo se constituem, confrontando-se com o acontecimento, na articulação mais ou menos equilibrada de um saber e de um agir”.

acontecimento revela situações imprevistas e “introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou inédito”, mesmo que este seja um acontecimento previsto.

Os acontecimentos importantes são, em grande parte, inesperados. Quando se produzem, não estão conectados aos que o precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas; rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas. (QUÉRÉ, 2005, p. 4).

Essa descontinuidade introduzida pelo acontecimento só pode ser percebida “num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 4). Por isso, o acontecimento possui um poder de ruptura de acordo com o autor. Nos desastres, esse poder é verificado de forma mais intensa do que em outros acontecimentos, pois eles rompem abruptamente com a ordem estabelecida – aquela que entendemos como natural –, mudam e desestruturam o habitual e o corriqueiro, desorganizam o cotidiano e suas expectativas e normalidades; afetando, dessa forma, a continuidade da experiência.

O acontecimento ainda, segundo Quéré (2005), esclarece seu passado e seu futuro, relativos ambos ao presente, o que acaba por interferir no modo como o próprio acontecimento é entendido, ao serem estabelecidos um “antes” e um “depois” que vai possibilitar a sua construção de sentidos. Esse poder de revelação do acontecimento, que até então parecia incompreensível e produzido contra toda e qualquer previsão, está ligado ao seu campo de possíveis. “Há coisas que acontecem e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido do possível. Ao acontecerem, somos obrigados a reconhecer que havia possibilidades, potencialidades ou eventualidades” (QUÉRÉ, 2005, p. 7) e é possível compreendê-las e interpretá-las. Por isso, um acontecimento não pode “ser enclausurado no momento e nas circunstâncias da sua ocorrência: transborda-os, espacialmente e temporalmente” (QUÉRÉ, 2005, p. 16-17).

Por mais inesperados que sejam, os desastres possuem um passado e um contexto que os tornam acontecimentos com alguma previsibilidade. Ao serem reconstruídos e ordenados temporalmente – o que pode ser feito “invocando os sinais precursores, comparando-os a acontecimentos similares do passado, ou reconstruindo um contexto causal” (QUÉRÉ, 2005, p. 5) –, é possível ir além das consequências e efeitos produzidos, averiguando as causas que os tornaram possíveis, suas condições e particularidades. Aqui, o jornalismo tem papel decisivo, não só para que tenhamos acesso e conhecimento sobre os desastres, mas porque é a narrativa

jornalística que vai explorar e corroborar com a construção e o movimento de sentidos e disputas em torno dos desastres, reduzindo suas descontinuidades ao inseri-los em um contexto em que eles são resultado de uma serialidade. Afinal, os desastres subvertem a ordem, mas o seu relato a estabiliza (LOZANO ASCENCIO, 1995).

À deformidade do acontecimento que se produz em nossa experiência o jornalismo opõe uma organização e uma interpretação, na qual o acontecimento é inscrito numa trama causal. Opera-se uma construção semântica do acontecimento, na qual ele é enquadrado, enredado a outros elementos, como agentes, circunstâncias e motivos, e é inscrito numa intriga, em que recebe um início e um desfecho (LAGE, 2014, p. 80).

O acontecimento jornalístico nasce em uma constante relação entre aquilo que acontece, o que o jornalismo configura como narrativa e o que é interpretado. É o que Lage (2014) chama de jogo de interações e que tem semelhança com o que Quéré (2005) denomina de vida dupla do acontecimento: uma vida existencial e, portanto, vivenciada, e uma vida simbólica, que se refere à sua interpretação e a forma como é construído simbolicamente⁵⁰ – no nosso caso, pelo próprio jornalismo.

3.2 NÃO É APENAS NATURAL: O DESASTRE COMO ACONTECIMENTO SOCIAL

A perspectiva de Quéré nos permite, como afirmam França e Lopes (2017), compreender o acontecimento para além da visão de um mero objeto ou de uma construção da linguagem conformadora da realidade; e, com essa percepção, queremos entender os desastres por um viés que amplia uma definição apenas tecnicista, como a apresentada pela classificação do Cobrede. A divisão e explicação dos tipos de desastre são extremamente importantes para entendermos o que ocorreu em 2011 no caso da Região Serrana do Rio de Janeiro; no entanto, ela se torna restrita para os objetivos desta pesquisa.

Além disso, o próprio Cobrede situa os fenômenos enxurradas e deslizamentos nos grupos hidrológico e geológico, respectivamente, e ambos, de acordo com o sistema, são classificados como desastres naturais (BRASIL, 2011). Acreditamos, ao contrário, que o

⁵⁰ Na prática, essas duas vidas estariam relacionadas, só sendo possível separá-las teoricamente.

desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, assim como tantos outros que aconteceram nos últimos tempos, não pode ser considerado apenas um acontecimento natural, pois, mesmo tendo como efeito deflagrador a grande quantidade de chuvas em uma região caracterizada por morros, montanhas e rios, é inegável que ele está relacionado a uma combinação que incluiu uma área vulnerável devido à degradação ambiental⁵¹, a alta densidade populacional do local⁵² e a ocupação desordenada de áreas consideradas de risco⁵³. A própria ocorrência de deslizamentos tem como causa principal a “infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, p. 276), o que demonstra que o fator humano agrava as consequências desses fenômenos.

Dessa forma, compreendemos os desastres por uma perspectiva humanista e sociológica que os constitui, primeiramente, como acontecimentos sociais (FREITAS et al, 2012; MARCHEZINI, 2014; MATTEDI; BUTZKE, 2001; VALENCIO, 2012; VALENCIO; VALENCIO, 2017) e, por isso, neste trabalho, enfatizamos isso chamando o caso de 2011 da Região Serrana do Rio de Janeiro de desastre socioambiental.

Para Valencio (2012), as abordagens não humanistas não dão conta de interpretar os desastres de forma adequada, pois, apesar de trazerem ao debate aspectos importantes e detalhados, principalmente relacionados às ameaças e aos riscos, as informações técnicas (e hegemônicas) não são capazes de trazer à tona a questão do meio social – elemento primordial para que se entenda que os desastres não são apenas naturais. O pensamento da socióloga vai ao encontro ao de Quarantelli (apud VALENCIO, 2012). O autor acredita que os desastres têm

⁵¹ Quanto maior a degradação ambiental em uma área, maior a vulnerabilidade da mesma. Segundo Freitas et al (2012, p. 1581), na Região Serrana, ao longo dos anos, houve intensa “extração de madeira nativa, desmatamento e implantação de florestas com espécies exóticas para fins industriais”, além do próprio acúmulo de lixo, o que agravou a ocorrência do desastre em 2011.

⁵² Freitas et al (2012) trazem dados importantes sobre o crescimento populacional da Região Serrana do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1950 e 2010, houve um aumento considerável em alguns municípios: a população triplicou em Petrópolis, quadruplicou em Nova Friburgo e quintuplicou em Teresópolis. Esse crescimento acabou levando as pessoas a distribuírem-se e construírem suas casas em áreas como encostas e margens de rios, tanto através de ocupações ilegais quanto oficiais, já que alguns estabelecimentos públicos também foram para esses locais. Não houve um planejamento de urbanização por parte do Estado e este pouco ou nada fez para solucionar o caso ou evitar que acontecesse.

⁵³ É o que constata o Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM-RJ). Segundo o DRM-RJ, as enxurradas e deslizamentos na Região Serrana em 2011 foram resultado da entrada de massas de ar proveniente da Zona de Convergência do Atlântico Sul associada ao uso e ocupação do solo e às chuvas antecedentes e erosões fluviais e pluviais no local (BANCO MUNDIAL, 2012a).

implicações sociais muito sérias e, por isso, a tecnologia não basta para solucioná-los. É preciso que haja um maior entendimento de como funcionam as estruturas sociais e, conseqüentemente, uma reconceitualização das políticas públicas. Compreender, portanto, que os desastres estão

Nutridos pelas estruturas e dinâmicas socialmente complexas, exigindo o desvendamento de suas regularidades e especificidades socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas e psicossociais, tanto no que concerne à sua ocorrência como nos mecanismos que concorrem na sua redução (VALENCIO, 2012, p. 90).

Valencio (2012) afirma que, ao reconhecer o desastre como um acontecimento social, é possível interpretá-lo configurando um campo⁵⁴, onde há disputas por um projeto político emancipatório⁵⁵. Isso faz com que se possa tratar o tema de forma crítica e consciente, problematizando-o. A partir do entendimento sociológico de que as relações sociais estão imbricadas nos desastres, a autora vai conceituá-los como um “tipo de crise na esfera social” (VALENCIO, 2012, p. 89) que tem relação com a administração pública. Um risco concretizado que causa fratura, “um acontecimento trágico e crítico que ultrapassa o cotidiano, invade-o, desarruma-o” (VALENCIO, 2012, p. 91), resultado da interação destrutiva de fenômenos naturais ou tecnológicos com a organização social e que é experimentado coletivamente de forma súbita e involuntária, causando prejuízos e danos multidimensionais.

A compreensão social do desastre está também alinhada à evolução e modificação da relação homem e ambiente. No passado, os desastres eram considerados fatalidades causadas por uma espécie de “fúria da natureza”. Os indivíduos se mostravam dependentes dos desastres e a vida era outra depois da irrupção de uma tragédia: a experiência do trauma vivido era carregada de forma coletiva e duradoura por muitas gerações que, a fim de representar o que era considerado inexplicável, recorriam à mitologia e à ritualidade (LOZANO ASCENCIO,

⁵⁴ A autora entende campo pelo sentido atribuído por Bourdieu. Na teoria proposta por este autor, o campo caracteriza-se como um espaço social e simbólico que “no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido se não relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 2003, p. 179). Um campo constitui-se, assim, por diferentes agentes que possuem interesses específicos e, de acordo com suas posições, lutam para tentar conservá-lo ou transformá-lo.

⁵⁵ Há diversas disputas em volta de um acontecimento, sejam elas econômicas, sociais, culturais, etc. Ao tratarmos sobre os desastres, podemos afirmar que diversos atores encontram-se em disputa para enunciar e dar sentido aos mesmos – inclusive dentro do campo jornalístico, onde as fontes representam diferentes pontos de vista (SOUZA, 2019) –; afinal, inúmeros indivíduos são envolvidos, de alguma forma, nesse tipo de acontecimento.

1995). Com o passar do tempo, os indivíduos foram buscando o controle e, conseqüentemente, a prevenção desses acontecimentos, pois é a sociedade que é afetada diretamente por eles. Há, atualmente, uma espécie de dominação da natureza e centralização no ser humano quando se trata de desastres, o que Lozano Ascencio (1995, 2005) chama de “interpretação antropológica” das catástrofes: “Se no passado muitos dos danos inexplicáveis eram atribuídos aos deuses, à natureza ou simplesmente ao destino, na atualidade praticamente todos os perigos que nos ameaçam [...] se devem, a princípio, a decisões humanas” (LOZANO ASCENCIO, 2005, p. 291, tradução nossa⁵⁶).

O que antes, então, apenas era justificado como natural ou vontade divina, agora é representado e explicado por diferentes campos – como o científico, o político e o próprio campo jornalístico –, os quais possuem funções diferentes. “Ao campo político, cabem as políticas públicas, as ações de prevenção, os planejamentos e também a operacionalização de ações imediatas no momento das catástrofes” (AMARAL; POZOBON, 2013, p. 123), enquanto que o campo científico fica com a tarefa de investigar os riscos, explicar os desastres e anunciar medidas preventivas para os mesmos. Já à instância jornalística cabe a construção de uma narrativa que faça com que o público possa assimilar o que está acontecendo, organizando o caos diante da magnitude desse tipo de acontecimento.

Ao compreendermos que os desastres não são apenas naturais e sim acontecimentos produzidos socialmente, constatamos que a afetação da experiência está direta e inversamente relacionada ao grau de desenvolvimento econômico e social de um local (FREITAS et al, 2012), pois, apesar de toda e qualquer pessoa estar suscetível a ser afetada e virar vítima de um desastre, os danos (materiais e humanos) causados por esse tipo de acontecimento, em sua grande totalidade, decaem sobre aqueles indivíduos em situação de pobreza e que vivem em territórios vulneráveis, o que acaba intensificando esse quadro. Valencio e Valencio (2017, p. 172) destacam, no entanto, que a ocorrência de desastres não pode ser considerada como uma situação de falta de desenvolvimento e sim “de um tipo de desenvolvimento que mantém desigualdades sócioespaciais (sic) estruturais”.

No Brasil, isso é ainda mais recorrente: “Essas massas destituídas, computadas em milhões de brasileiros, são os alvos preferenciais dos desastres e revela a catástrofe social

⁵⁶ No original: “Si en el pasado muchos de los daños inexplicables se atribuían a los dioses, a la naturaleza o simplemente al destino, en la actualidad prácticamente todos los peligros que nos amenazan [...] se deben, en principio, a decisiones humanas”.

precedente para a qual temos fechado nossos olhos” (VALENCIO, 2012, p. 55). Aqui, incluímos o poder público que, ao se ausentar e não tomar as devidas providências quanto à origem dos desastres, abandona e deixa de proteger as inúmeras famílias que estão expostas aos riscos de uma tragédia, ao mesmo tempo em que parece transferir a responsabilidade para essas pessoas. Após um desastre, diversos esforços são imputados pelas autoridades competentes para que se restabeleçam, ao menos materialmente, a vida das pessoas afetadas, como a mobilização de recursos e a tomada de providências emergenciais. Essas medidas geram, em um primeiro momento, uma falsa aparência de que o desastre já teve seu fim. Porém, após o “dia do desastre”, pouca coisa é feita, o que colabora para que novos desastres sigam acontecendo, inclusive no mesmo local, e se tornem, no Brasil, ocorrências já banalizadas (VALENCIO, 2012). Acontecimentos que seriam excepcionais acabam tornando-se regulares.

A insuficiência na resolução de um desastre acaba sendo, em grande medida, a causa da ocorrência do desastre seguinte, pois o espaço ainda se encontra suscetível. Nele, os grupos sociais afetados podem ser os mesmos devido, sobretudo, à incapacidade econômica de autoprovimento de meios adequados de proteção, associada à falta de apoio público adequado. Assim, se vistos como processos, os desastres inumeráveis e sucessivos nesses espaços desenham uma espiral de desfiliação social (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 175).

É o que aconteceu na Região Serrana do Rio de Janeiro. O desastre de janeiro de 2011 foi antecedido por outros desastres que, apesar de não terem a magnitude daquele, colaboraram para a ocorrência dessas enxurradas e deslizamentos “como sintomas de um desastre anunciado” (FREITAS et al, 2012, p. 1582). Através de um histórico de desastres nos municípios da região, Freitas et al (2012) provam esse argumento: nos anos de 1987, 1988, 2000, 2001, 2003, 2007 e 2008, diversos fenômenos como deslizamentos, enchentes e chuvas fortes causaram a morte de 628 pessoas e deixaram mais de duas mil desabrigadas nas cidades de Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis.

Após o desastre de 2011, o estado do Rio de Janeiro seguiu sofrendo com as consequências das chuvas. Trazendo dados mais recentes, lembramos que, nos primeiros dias de 2020, fortes chuvas atingiram novamente os municípios da Região Serrana, causando alagamentos e deslizamentos de terra e a interdição de rodovias entre as cidades de Petrópolis,

Teresópolis e Nova Friburgo. Dados de notícias do UOL⁵⁷ afirmam que, em Petrópolis, choveu 148 milímetros em quatro horas, transbordando os rios Piabanhas e Quitandinha⁵⁸. Não houve registro de óbito.

O problema da gravidade das chuvas assolou o estado muitas vezes também em 2019, deixando os municípios fluminenses em Estado de Atenção e a cidade do Rio de Janeiro, no fim do ano, em Estágio de Observação (o segundo em uma escala de cinco, emitido quando há riscos de ocorrência de alto impacto). Em maio, as chuvas causaram o desabamento de parte da estrutura do Túnel Acústico Rafael Mascarenhas, que liga as zonas sul e oeste da cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Gávea, atingindo um ônibus que transitava no momento⁵⁹. Um deslizamento de terra interditou os dois sentidos da Avenida Niemeyer, também na zona sul, e atingiu uma casa⁶⁰, fazendo o município entrar em um Estágio de Crise (a mais grave em uma escala de três) em função dos danos na mobilidade da cidade.

Um mês antes, em abril, o município já havia ficado “paralisado”, como salienta notícia do UOL, devido às fortes chuvas. Na ocasião, parte da ciclovia Tim Maia desabou⁶¹, assim como dois prédios na Muzema, imóveis ficaram destruídos, ruas interditadas por árvores caídas e alagamentos e faltou energia elétrica em diversos pontos. Ao menos dez pessoas morreram. Conforme dados trazidos pelo UOL, em 24 horas choveu quase o dobro do volume esperado para todo o mês de abril e, em um intervalo de quatro horas, choveu mais que nos dias 6 e 7 de fevereiro, quando as chuvas que atingiram a cidade provocaram a morte de seis pessoas e o desmoronamento de duas encostas na Favela do Vidigal⁶².

Além do poder público, podemos tratar do papel fundamental da própria instância jornalística – “uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico” (AMARAL, 2015, p. 44) – de trazer ao debate, através de sua narrativa, todas essas questões sociais que permeiam um acontecimento desastroso. Antes, no entanto, de abordar sobre a responsabilidade e os

⁵⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/02/temporal-atinge-regiao-serrana-do-rio.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/08/chuva-alaga-ruas-de-petropolis-carros-sao-arrastados-pela-enxurrada.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁵⁹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/17/rj-tunel-zuzu-angel-deslizamento-de-terra-desmoronamento.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁶⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/05/16/deslizamento-de-terra-interdita-avenida-niemeyer-no-rio.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁶¹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/09/ciclovia-trecho-queda-quarta-vez.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁶² Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/06/chuva-forte-inunda-hotela-zona-sul-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

desafios da narrativa e da cobertura jornalística de desastres, vamos tratar de suas características.

3.3 NARRATIVA JORNALÍSTICA DE DESASTRES: CARACTERÍSTICAS E MUDANÇA HISTÓRICA

A narrativa jornalística sobre desastres também se modificou ao longo dos anos. Antigamente, restringia-se a uma suposta naturalidade dos fatos e à contagem do número de mortes e feridas e feridos. A maior parte das narrativas indicava, junto a esses números, os prejuízos econômicos e “frisavam o tempo que ia demorar para a vida retornar ao normal” (VAZ; RONY, 2011, p. 226). Para isso, usavam como fontes autoridades públicas e representantes de diferentes associações, sendo que as vítimas – pessoas direta ou indiretamente afetadas pelo acontecimento – pouco apareciam e, quando acontecia, eram anônimas e usadas para relatar, de forma generalizada, a necessidade de se voltar à vida. O poder destrutivo da natureza é considerado por Lozano Ascencio (2005) como um dos primeiros esquemas narrativos existentes e, pela relevância dos prejuízos econômicos, pela anonimidade das vítimas e pela ênfase no retorno à normalidade, o ponto de vista adotado nessas narrativas era o da coletividade, na medida em que ela tanto é quem causa sofrimentos (porque nela há desigualdade), quanto quem irá sofrer as consequências (VAZ; RONY, 2011).

Aos poucos, essas narrativas jornalísticas passam a conter os depoimentos de quem sofreu, de forma direta e indireta, com o desastre para constituir o sentido do acontecimento. Assim, é delegada às vítimas, através de seus depoimentos, a função de tornar verdadeiro e sensível o terror dos acontecimentos desastrosos. Elas são escolhidas para representar todo o sofrimento do povo, mesmo que nunca tenham sido vistas por quem consome essas narrativas. Mas, apesar do destaque, essas vítimas são apresentadas sem nome e apenas no tempo presente, sem nenhuma informação sobre como eram suas vidas e nem como será a partir de então.

Vaz e Rony (2011) afirmam que foi a partir da enchente que ocorreu em Santa Catarina em novembro de 2008 que as narrativas jornalísticas de desastres passaram, efetivamente, a serem narradas a partir do ponto de vista das vítimas, que se tornam fontes essenciais para a construção desse tipo de narrativa devido ao seu tom testemunhal. São as fontes testemunhais que presenciaram o acontecimento, envolveram-se com suas causas e consequências

(AMARAL, 2015). Esses relatos testemunhais tanto podem se dar de forma simultânea ao acontecimento, quanto através de lembranças. Mesmo que sejam momentâneas, quando obtidas durante o desenrolar do desastre, são essas histórias que permitem dar um efeito de real ao acontecimento desastroso, pois carregam a experiência vivida e o drama do acontecimento. “A fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento” (AMARAL, 2013a, p. 187), corroborada por imagens que expressam a tristeza e a dor através dos gestos e rostos dessas pessoas. Essas vítimas são apresentadas agora com nome, idade e profissão, e ganham “um espaço midiático que, anteriormente, era reservado às personalidades públicas mortas em catástrofes ou acidentes” (VAZ; RONY, 2011, p. 228).

A experiência do drama do desastre também está, muitas vezes, presente na narrativa jornalística através do relato da própria jornalista ou do próprio jornalista que está ou foi ao local do acontecimento. “A situação é tão dramática que presenciar os momentos pós-tragédia é suficiente para ser testemunha do acontecimento traumático” (AMARAL, 2013a, p. 187), mesmo não sendo uma vítima direta deste.

O jornalista ocupa o lugar de testemunha, mas trata-se de um tipo de testemunho específico que se utiliza do poder também de organizar a narração, escolher quem fala, o que fala e como fala. Evidentemente, quanto maior é a tragédia, mais marcas de testemunho similares às das vítimas estarão presentes no discurso do jornalista. Assim, o teor testemunhal pode estar presente também em declarações de outros tipos de fontes [...]. Também é possível notar que, na cobertura de catástrofe, muitas vezes, o teor testemunhal está diluído em toda a matéria (AMARAL, 2013a, p. 188).

Amaral (2013a) afirma que esse envolvimento da profissional ou do profissional jornalista com um desastre, devido às particularidades que possui – como o surgimento de diversas emoções durante os momentos da cobertura jornalística e até mesmo o risco de se tornar uma vítima do desastre –, não é vivenciado na cobertura de outros temas do dia a dia; o que confirma, mais uma vez, a singularidade desse tipo de acontecimento.

A busca pelo relato das vítimas remete tanto a uma maneira de se compreender os desastres atuais, já que parece impossível dar sentido a algo de tamanha magnitude, quanto uma forma do jornalismo mobilizar as suas leitoras e os seus leitores (AMARAL, 2013b). Isso porque esse tipo de acontecimento vai além do registro dos fatos e, por isso, trazer o lado comum das vítimas – como os detalhes do seu passado e as descrições individuais e da personalidade de cada pessoa – e contar sobre a interrupção da felicidade de suas vidas e a experiência de um sofrimento que parece, agora, irrecuperável, atua como processo de

identificação com quem está consumindo a narrativa, através de um sentido de individualização e proximidade.

A apresentação das vítimas na narrativa jornalística de desastres é essência das histórias de interesse humano. Mais do que isso, construir a narrativa de um acontecimento desastroso pelo relato das vítimas, seus detalhes biográficos e seus dramas pessoais, enfatiza uma lógica emocional, acentuada pela singularidade que o desastre carrega e as descrições de suas particularidades. A atenção pelo momento da crise acaba evidenciando o lado excepcional do acontecimento (PINHEIRO, 2015) e a narrativa jornalística de desastres, muitas vezes, acaba por descrever “os aspectos mais superficiais, chamativos e inclusive estéticos do que aconteceu no centro do transtorno” (LOZANO ASCENCIO; SÁNCHEZ CALERO; MORALES CORRAL, 2017, p. 25, tradução nossa⁶³). Em consonância com essa ideia, Amaral (2013b, p. 76) afirma que essa narrativa pode se dirigir a uma “tendência ao catastrofismo, ao sensacionalismo e pela preponderância da imagem sobre a análise”. A própria autora lembra, no entanto, que não é o uso das fontes testemunhais e seus relatos carregados de emoção que causam esse tipo de excesso nas narrativas jornalísticas de desastres – até porque esses são aspectos constitutivos desse tipo de narrativa, como vimos até então –, e sim a estagnação por um longo tempo da exposição dessas vítimas e desse discurso de afetação da experiência (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016).

A mudança histórica da construção da narrativa jornalística de desastres não se limita, portanto, ao ponto de vista de como o evento é narrado – seja da sociedade, como antigamente, ou do indivíduo sobrevivente ou vítima do desastre. A mudança reside, principalmente, no sentido do reconhecimento do sofrimento, sua afetação.

Não basta que o fato seja emocionante em si, é preciso carregar nas tintas de descrições individuais, de relatos parciais e envolventes. O discurso midiático busca boas vítimas⁶⁴ que possam fazer o seu leitor, do conforto de sua leitura, compadecer-se com o que aconteceu (vítimas virtuais). Quando o testemunho fala de dores, cheiros e sentimentos como medo e angústia, dá o tom da veracidade, parece reproduzir a experiência imediata (AMARAL, 2013b, p. 76).

⁶³ No original: “los aspectos más superficiales, llamativos, e incluso estéticos de lo que ha sucedido en el centro del transtorno”.

⁶⁴ Ponte (2004) chama de boa vítima aquela pessoa ou personagem com quem podemos nos compadecer ou identificar, através de um processo no qual há uma relação com a história narrada e com os indivíduos envolvidos no acontecimento.

O conceito de vítima virtual traz a ideia de que “ninguém sai de um evento traumático são e salvo” (VAZ; RONY, 2011, p. 215). Assim, um desastre não só causa trauma diretamente às vítimas e pessoas próximas a ele, mas também afeta aquelas e aqueles que apenas testemunharam ou souberam do acontecimento através da narrativa jornalística e que, por isso, sentem como se estivessem juntas e juntos da vítima real, colocando-se no lugar dela. A figura de vítima se torna, aqui, subjetiva e generalizada e os indivíduos são incitados a ocupar a posição de uma vítima que está de fora. Vaz e Rony (2011) creditam a generalização da posição de vítima também pela sua emergência, já que o que aconteceu com uma determinada vítima poderia ter acontecido com qualquer pessoa, ou, ainda, poderia nem ter acontecido. Por essas razões, para a produção da vítima virtual, é preciso, cada vez mais, que a narrativa jornalística desse tipo de acontecimento seja orientada para vítimas concretas, identificadas e caracterizadas e que favoreçam a formação de um elo de compaixão para com quem está consumindo essa narração, através do acionamento de diferentes sentimentos.

Lozano Ascencio (2005) acredita que a sensação de imediatez e invisibilização tecnológica colabora na aproximação do público com o desastre e a impressão de ter estado no mesmo.

Diante das catástrofes os meios de comunicação realizam coberturas informativas em que os receptores se expõem a fluxos de dados cuja principal característica é o imediato. Daria a sensação de que o receptor esteve no local dos fatos, como se fosse mais uma vítima. Os suportes técnicos, onde as informações são executadas para economizar tempo e distâncias, são totalmente invisíveis. Não estamos falando de desaparecimento dos instrumentos tecnológicos, mas sim de sua aparente inexistência no processo de comunicação. Essa “invisibilidade técnica” dissocia definitivamente a mensagem (conteúdo) do suporte (meio) pelo qual as informações são apresentadas e acessadas. Em consequência, diante das catástrofes, os meios de comunicação, mesmo estando presentes, não são percebidos com a mesma intensidade que as mensagens que transmitem. [...] O receptor fica exposto, é verdade, à abundância de imagens e declarações para perceber, antes de mais nada, a sensação e perigo (LOZANO ASCENCIO, p. 294, tradução nossa⁶⁵).

⁶⁵ No original: “Ante las catástrofes los medios de comunicación realizan coberturas informativas en las que los receptores se exponen a flujos de datos cuya principal característica es la inmediatez. Daría la sensación de que el receptor estuviera en el lugar de los hechos, como si se tratara de un damnificado más. Los soportes técnicos, por donde discurre la información para salvar el tiempo y las distancias son totalmente invisibles. No estamos hablando de la desaparición de los instrumentos tecnológicos, sino de su aparente inexistencia en el proceso de comunicación. Esta ‘invisibilidad técnica’ dissocia definitivamente al mensaje (contenido) del soporte (medio) por el que se presenta y se accede a la información. En consecuencia, ante las catástrofes, los medios de comunicación, aún estando presentes, no son percibidos con la misma intensidad que los mensajes que transmitem. [...] El receptor se expone, es cierto, al torrente de imágenes y declaraciones para percibir, antes que nada, la sensación del peligro”.

Ao mesmo tempo em que mobiliza a audiência consumidora, a narrativa jornalística de desastres também valoriza os sujeitos (BIONDI, 2013). Quanto mais desastres acontecerem, maior é o fortalecimento do apelo à solidariedade. Deixa-se de ser mera espectadora ou espectador do sofrimento alheio para se tornar um sujeito atuante. A narrativa legitima essa atitude solidária ao destacar a adesão de voluntárias e voluntários às causas e às ações e o envolvimento por novos padrões morais e critérios afetivos; assim como também destaca histórias de “heroínas” e “heróis” do acontecimento – pessoas que, de alguma forma, contribuíram para salvar ou amenizar a dor das atingidas e dos atingidos.

A narrativa jornalística de um desastre não é apenas construída pela combinação do testemunho das vítimas e da jornalista ou do jornalista. Para a construção do acontecimento desastroso, outras fontes jornalísticas também ganham voz, mesmo que em menor proporção: são as autoridades e experts, pessoas acionadas para responder pelo acontecimento e explicá-lo, respectivamente. Ao pesquisar sobre o papel das fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística de catástrofes, Amaral (2015) analisou as citações literais dessas fontes nas revistas informativas semanais brasileiras *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* em 2011 e concluiu que às fontes testemunhais, como já vimos, coube a descrição da experiência do acontecimento e a emoção da narrativa jornalística. As fontes experts, aquelas que “dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas” (AMARAL, 2015, p. 44) – e, por isso mesmo, bastante procuradas durante a cobertura de desastres –, apresentaram um comportamento crítico: não só explicaram cientificamente os desastres, mas também deram declarações com opiniões, avaliações e proposições. A partir de suas falas, foi possível pautar o que seria questionado ao Poder Executivo diante do acontecimento. Já as fontes autorizadas, aquelas que representam instituições políticas ou organizacionais, tiveram uma postura de tergiversação nessas narrativas, ao contrário do que se espera de pessoas que têm certas responsabilidades e devem tomar decisões diante de acontecimentos que provocam o caos, como é o caso dos desastres.

Os desastres são acontecimentos que causam indignação na medida em que há o entendimento de que o Estado poderia ter garantido a segurança dos indivíduos que foram mortos e afetados, que os locais destruídos não podem ser recuperados e que eles só causaram injustiça e dor à população. Se, por um lado, a narrativa jornalística de desastres baseia-se no relato pormenorizado do testemunho e na personalização das vítimas, por outro, apura a responsabilidade dos desastres fazendo um movimento inverso: a despersonalização. Isso porque as causas e responsabilidades desses acontecimentos quando são reconduzidas ao

sistema político não são apenas imputadas às governantes e aos governantes em exercício, como também àquelas e àqueles que as antecederam e os antecederam, sendo também, “em última análise, de todos e de cada um dos cidadãos” (SERRA, 2006, p. 19) e de cada uma das cidadãs.

A narrativa jornalística desses acontecimentos confere ao poder público, muitas vezes, a incapacidade de previsão ou prevenção, o que, de acordo com Serra (2006), tem consequências profundas para a natureza da política contemporânea; entre elas o aumento do desequilíbrio do sistema social, já que se perde a confiança na política.

[...] o político é obrigado a demonstrar, da forma mais clara possível, que elas [catástrofes] não se devem nem à sua acção nem à sua não acção – que ele (político) é, paradoxalmente, um agente que é um não agente, um agente que está para lá do dilema entre acção e não acção (SERRA, 2006, p. 13).

No entanto, ainda que haja cobrança do poder público por parte da narrativa jornalística em relação às causas dos desastres, elas ainda estão muito atreladas à questão dos fenômenos naturais: a força da natureza e a imprevisibilidade do acontecimento – o problema meteorológico da grande quantidade de chuvas até então inesperadas, no caso de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro. Assim, o processo social por trás desses desastres, e que desencadeia os mesmos, e suas dimensões sociopolíticas não ganham o espaço necessário e não são apresentados ao grande público. É o que demonstra Pinheiro (2015) ao comparar a cobertura jornalística feita pelo jornal O Globo sobre dois acontecimentos desastrosos ocorridos em momentos históricos distintos: as enxurradas e deslizamentos no estado do Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1966 – narrada, na época, como o maior temporal de todos os tempos – e na Região Serrana Fluminense em janeiro de 2011.

A autora conclui que, em 1966, a causa do desastre foi atribuída à natureza: uma “normalidade do verão” e, por isso, a destruição era inevitável. A narrativa jornalística só designou às instituições do governo a responsabilidade pelo controle do acontecimento, por meio dos deslocamentos da população. Não houve propostas de prevenção social e ambiental e nem o resgate de antecedentes: o foco ficou no tempo presente e nas ações emergenciais, sendo que o acontecimento foi reconhecido como “flagelo” e as vítimas como “flageladas” e “flagelados”.

Já em 2011, a causalidade foi associada ao caos do desastre, tanto climático quanto ao que se refere à irresponsabilidade das instituições governamentais. Nesse caso, a narrativa

privilegiou o discurso de que o controle desse tipo de acontecimento deveria ser feito pela instalação do estado de alerta permanente, apontando que equipamentos técnicos, pessoal especializado e fortalecimento dos órgãos públicos são capazes de atenuar essas situações. Pinheiro (2015) enfatiza, porém, que a narrativa de descaso das instituições feita pelo jornal se refere apenas à falta de medidas de prevenção em situações de emergência, o que acaba por privilegiar a ideia de que o desastre é uma causalidade das mudanças climáticas e, portanto, não há possibilidade de intervenção ou como evitá-lo, apenas certa precaução que alivie sua dimensão.

A preferência por determinadas narrativas e interlocutoras e interlocutores, segundo Valencio e Valencio (2017), acaba interferindo no campo jornalístico e nos conflitos interpretativos em relação ao desastre. Apesar dessas constatações, no entanto, a própria autora e o próprio autor admitem que a opinião pública tem requerido outras explicações e interpretações por parte dos meios de comunicação sobre a realidade socioambiental do país, como veremos nos próximos subcapítulos, o que prova o desgaste desse tipo de narrativa jornalística.

3.4 DESAFIOS DA NARRATIVA E DA COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES

Todas as características do desastre fazem dele um acontecimento com grande relevância para a narrativa jornalística e garantem seu potencial de noticiabilidade, fazendo com que tenha presença significativa na cobertura jornalística. Essa cobertura, no entanto, é muitas vezes criticada e reflete os desafios que a instância jornalística tem ao narrar esse tipo de acontecimento, como veremos a seguir. Vamos tratar agora sobre a cobertura jornalística nos diferentes eixos temporais – o antes, o durante e o depois de um acontecimento desastroso – e, depois, apresentar o que dizem os manuais sobre o que seria uma narrativa e uma cobertura jornalística ideais.

3.4.1 Quando irrompe o desastre: o durante e o depois

Araújo (2013, p. 123) afirma que um acontecimento extraordinário, como é o caso dos desastres, possui “três tempos abertos: o tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre (o momento da urgência) e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre (o longo prazo)”; sendo que o segundo é aquele no qual o jornalismo atua de forma mais ativa⁶⁶ devido ao desenrolar do acontecimento e a demanda pelas consequências imediatas do desastre. Trataremos então, primeiramente, do “dia do desastre”.

Logo após a irrupção de um acontecimento desastroso, a instância jornalística inicia “um exaustivo esquadramento do ocorrido” (AMARAL, 2015, p. 43): busca-se o discurso de outros campos sociais para que se possa explicar as causas e mensurar as consequências, dar assistência às pessoas afetadas e voz a quem viveu e esteve envolvido no desastre. Assim, é reconstituído o acontecimento, apurado o número de vítimas fatais, desabrigadas e desabrigados e desalojadas e desalojados, descrito e mostrado os locais afetados e expressa a emoção diante do ocorrido.

Analisando como as vítimas aparecem nas primeiras 24 horas da narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental em Mariana (MG)⁶⁷, Amaral e Motta (2018) entendem que o jornalismo faz articulações necessárias para configurar o acontecimento e tentar inseri-lo em um contexto significativo. Isso, no entanto, impõe-se como um desafio devido à desestruturação do ambiente nessas primeiras horas. A busca pela instantaneidade jornalística soma-se às ambiguidades e complexidades características do momento da irrupção desses acontecimentos – entre elas a ausência de fontes e a consequente falta de esclarecimentos sobre o desastre ou, ao contrário, o grande volume de informações que, muitas vezes, podem estar desconstruídas e fragmentadas ou serem apenas boatos e suposições.

Nesse primeiro momento, a instância jornalística precisa agir para que a surpresa e a ansiedade provocadas pelo impacto inicial do desastre transformem-se em estabilidade e esta

⁶⁶ Confirmaremos essa constatação mais adiante ao trazermos os números da composição do *corpus* de nossa pesquisa.

⁶⁷ No dia 5 de dezembro de 2015, um rompimento na barragem de rejeitos de mineração chamada “Fundão”, da mineradora Samarco em conjunto com as empresas Vale S.A. e BHP Billiton, no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana (MG), causou a morte de 19 pessoas e fez com que 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos fossem despejados pela barragem, afetando diversas cidades às margens do Rio Doce, incluindo o próprio, e o litoral do Espírito Santo.

seja socializada (QUÉRÉ, 2005), situando o acontecimento em um contexto e um passado para tentar, continuamente, diminuir o seu poder de ruptura para que se possa compreendê-lo e explicá-lo de forma provisória até que sejam apuradas novas informações a respeito. Uma das características da cobertura jornalística logo após a irrupção de um desastre é o chamado tom do “ao vivo”, quando há a busca pela apuração em tempo real e a narrativa das experiências imediatas e das sensações diante de um acontecimento de tamanha proporção. “Flashes de âncoras famosos ‘direto do lugar da tragédia’ ganham destaque, mantém-se o tom da gravidade e as informações por um determinado tempo são as mesmas e chegam à beira da fruição ou da catarse” (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 248).

Por isso, nesses primeiros instantes, é recorrente o uso daquilo que Lozano Ascencio e Amaral (2018) chamam de esquemas narrativos espetaculares: as consequências ganham maior importância na narrativa jornalística em detrimento das causas do desastre e imagens que retratam os danos e as perdas, sejam elas humanas ou econômicas, juntamente com o relato dos dramas pessoais, figuram como centrais na cobertura jornalística. As vítimas são as fontes capazes de oferecer relatos que atestem o efeito de veracidade e comoção diante do acontecimento – apesar das declarações, muitas vezes, serem confusas e perturbadas. Por isso, são consideradas as primeiras protagonistas.

[...] os protagonistas dos ambientes violados, em primeira instância, são os sobreviventes e os que presenciaram o fato, ou seja, o que denominamos de testemunhas. Posteriormente, os protagonistas são os voluntários ou profissionais de salvamento, os especialistas e, num terceiro momento, os responsáveis pela tragédia e os representantes do poder público (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 246).

Também é nesse primeiro momento, pelo seu caráter repentino, que se desestabilizam as rotinas produtivas das redações⁶⁸, pois, por mais precavida ou precavido que a profissional ou o profissional possa estar, não há plano, estratégia ou treinamento que a prepare ou o prepare para um acontecimento emergencial e tudo aquilo que acontece quando da sua irrupção

⁶⁸ As primeiras horas de um desastre oferecem um olhar privilegiado para as práticas jornalísticas, assim como para as questões sociais como um todo. Lozano Ascencio (1995, p. 83, tradução nossa) lembra que “estudos realizados nessas situações de emergência destacam os momentos em que todos os tipos de atitudes sociais emergem e se resumem, o que em tempos normais levaria muito tempo para surgir, ou simplesmente não surgiria”.

(SANTOS, 2014)⁶⁹. Além da complexidade do acontecimento desastroso em si e das informações referentes ao mesmo, a jornalista ou o jornalista precisa lidar com dificuldades logísticas e emocionais e a exposição a situações traumáticas que extrapolam a realidade diária de seu trabalho.

Ao entrevistar jornalistas que atuaram na cobertura dos desastres de Santa Catarina em 2008 e na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, Santos (2014) concluiu que as maiores dificuldades encontradas por essas e por esses profissionais foram a forma de lidar com as pessoas atingidas pelos acontecimentos, a quantidade de informações desconhecidas e os problemas operacionais que surgiram em decorrência da destruição provocada pelo desastre.

Nos dias subsequentes ao acontecimento desastroso, com o trabalho mais estabilizado, há uma progressiva demanda por novas informações, o que faz com que a instância jornalística precise estender sua cobertura por um maior eixo temporal. Na medida em que vão surgindo, essas informações e novos relatos complementam o que já foi narrado até então. É nesse momento que a narrativa jornalística busca possíveis explicações para a ocorrência do desastre, incluindo a responsabilização pelo mesmo, e as fontes experts são acionadas.

Essa demanda, no entanto, vai diminuindo com o passar dos dias, devido às próprias condições de produção jornalísticas que privilegiam a busca por novos acontecimentos. É o que constataram Houston, Pfefferbaum e Rosenholtz (2012) ao analisarem 927 notícias de onze grandes catástrofes ditas naturais. O autor e as autoras concluíram que, na média, a mídia americana cobriu os desastres por curtos períodos de tempo em comparação a outros temas: enquanto notícias em geral tinham uma vida de 18,5 meses na mídia, as relativas aos desastres só tiveram 12 meses.

Temos que reconhecer que, quando apenas se tem informação sobre o que aconteceu em uma catástrofe, o interesse jornalístico aumenta bastante. Qualquer dado se transforma em notícia sobre o que pode acontecer e qualquer indício se transforma em manchete pela grande probabilidade de ser um risco catastrófico. Por outro lado, uma vez que, com o passar do tempo, há muito mais informações (verificadas e confiáveis) para explicar o ocorrido, a catástrofe vai deixando de ter interesse como notícia, já não faz parte das primeiras páginas, nem das manchetes, no máximo será publicada

⁶⁹ O Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2010) fala, inclusive, na formação de uma editoria de emergência para casos de coberturas especiais, de grande porte ou importância, composta por uma equipe transitória com profissionais de diversas editorias.

em lugares muito menos destacados (LOZANO ASCENCIO; SÁNCHEZ CALERO; MORALES CORRAL, 2017, p. 24, tradução nossa⁷⁰).

Assim, o desastre vai desaparecendo da narrativa jornalística e, de uma hora para outra, transforma-se em “pauta invisível”, conforme chama Marchezini (2014). É o que afirmam Gallego e Luengo (2014, p. 75-76) ao descreverem o que dizem serem as seis fases informativas nas quais, geralmente, é dividida a cobertura jornalística de desastres. São elas: 1) ruptura da ordem, quando há a descoberta do fato e os primeiros dados sobre o ocorrido; 2) informação minuciosa e abundante sobre o fato, com destaque para as perguntas “o que, quando e onde”; 3) redundância sobre o desastre e as circunstâncias de sua ocorrência, ou seja, o “como”; 4) determinação das causas, se possível; 5) restituição forçada da normalidade; e 6) desaparecimento do tema.

Valencio (2012, p. 40) lembra, no entanto, que os desastres perduram até quando “houver repercussões sérias nos meios e no modo de vida regular” dos grupos que foram afetados, o que vai ao encontro da perspectiva do acontecimento de Quéré (2005). Para o autor, o acontecimento, por acontecer a alguém, continua a ocorrer enquanto gerar efeitos de sentido naquelas e naqueles que afetou. Por isso, o desastre não acaba ao cessar das chuvas – para falarmos do caso de 2011 da Região Serrana do Rio de Janeiro – ou quando todos os corpos das vítimas são encontrados ou mesmo quando as desabrigadas e os desabrigados e as desalojadas e os desalojados têm acesso a um novo abrigo. Igualmente, não é possível assentir que haja algum tipo de restauração da normalidade na vida das pessoas afetadas ou nos locais destruídos pelo acontecimento desastroso (ao menos não precipitadamente).

[...] a restituição da normalidade é apenas *imaginária*, e acontece no plano da realidade informativa, não no da existência real. A mídia tenta, quase sempre, destacar a superação do evento, por mais improvável e impossível que seja voltar à normalidade frente à irrupção de uma catástrofe; oferecer o relato segundo o qual *a normalidade foi restaurada* parece que ajuda a aceitar a tragédia e enfrentar o desafio

⁷⁰ No original: “Tenemos que reconocer que cuando apenas se tiene información sobre lo sucedido en una catástrofe se incrementa muchísimo el interés periodístico. Cualquier dato se convierte en noticia por lo que puede llegar a pasar, y cualquier indicio se convierte en un titular por la gran probabilidad de consumir un riesgo catastrófico. En cambio, una vez que, con el paso del tiempo, se tiene mucha más información (contrastada y fiable) para explicar lo sucedido, la catástrofe va perdiendo el interés como noticia, ya no forma parte de las primeras páginas, ni de los titulares, a lo sumo se publicará en lugares mucho menos destacados”.

que é encarar o golpe recebido (GALLEGO; LUEGO, 2014, p. 76, grifos dos autores, tradução nossa⁷¹).

No momento em que o desastre desaparece da narrativa jornalística, apesar das pessoas afetadas ainda viverem as consequências do acontecimento, deixa-se de vivê-lo como um drama público (MARCHEZINI, 2014); o que, de certa forma, parece trazer alívio às pessoas que acompanharam a cobertura jornalística sobre o caso.

A narrativa jornalística tem, dessa forma, um importante papel não apenas fazendo circular informações para a população de uma maneira geral quando da irrupção de um desastre, acompanhando a situação das vítimas e o papel da administração pública e/ou privada responsável pela ocorrência do acontecimento, mas, também, promovendo debates de forma permanente sobre gestão competente e responsável (BUENO, 2017). Essa chamada “vigilância cívica”, segundo Bueno (2017), pela qual o jornalismo seria um dos responsáveis, juntamente com as autoridades, órgãos de fiscalização e governos, não pode, no entanto, ficar atrelada apenas aos dias após a ocorrência dos desastres. Ela deve ser permanente: antes, durante e depois desse tipo de acontecimento, com o objetivo de que sejam todos evitados.

Além de dar mais destaque ao tempo “depois do desastre”, é preciso também que esse tipo de pauta não fique restrita apenas quando da irrupção do acontecimento. O silenciamento da narrativa jornalística sobre desastres em outros momentos gera “vazios de informação” que, de acordo com Victor (2015, p. 4), vão contribuir “para a construção de percepções equivocadas, subestimando a importância da discussão e do enfrentamento do problema no país”. A narrativa jornalística dedica-se muito mais a divulgar um desastre e seu poder destrutivo do que a pautar questões sobre prevenção, riscos e vulnerabilidades, por exemplo. Ou, como dizem Lozano Ascencio e Amaral (2018), privilegia-se esquemas narrativos de simplificação (espetaculares) em detrimento de esquemas narrativos mais complexos que buscam o rigor e a comprovação.

A ênfase da narrativa jornalística à ocorrência de desastres em detrimento de temas como prevenção e redução de riscos também reforça a ideia de que os desastres são

⁷¹ No original: “[...] la restitución de la normalidad sólo es *imaginaria*, y acontece en el plano de la realidad informativa, no en el de la existencia real. Los medios tratan, casi siempre, de poner de relieve la superación del evento, por improbable e imposible que resulte volver a la normalidad tras la irrupción de una catástrofe; ofrecer el relato según el cual *la normalidad há sido restaurada* parece que ayuda a aceptar la tragedia y a afrontar el reto que representa encajar el golpe recibido”.

acontecimentos relacionados a fenômenos meramente naturais (VICTOR, 2015), não levando o aspecto sociológico para a discussão. A perspectiva sociológica do desastre, ao compreender que este é o resultado de diversos processos interacionais, permite que se vá além do “dia do desastre”. Essa problematização político-social poderia ser feita através das diversas contribuições científicas e empíricas de estudiosas e estudiosos das Ciências Sociais que pesquisam o tema (VALENCIO; VALENCIO, 2017), indo além do mero acontecimento, dos dados oficiais apresentados e de uma narrativa de desastres conservadora e estereotipada, buscando explicações alternativas e uma narrativa mais crítica⁷².

Por um lado, essa insistência argumentativa, apoiada em “provas” – por exemplo, no fato de que uma família empobrecida construiu efetivamente a sua moradia em local suscetível a inundações ou deslizamentos – pode vir a escamotear convenientemente o processo, temporalmente mais abrangente, de continuadas injustiças e desigualdades sociais que levam a essa “opção” individual. Por outro, a recorrente acusação midiática de que famílias insistem em morar nas ditas “áreas de risco”, não encontra similar esforço em denunciar, como origem desses desastres, as políticas públicas insuficientes que resultam na precariedade de espaços densamente povoados (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 186).

Isso acontece pelo fato da cultura profissional jornalística estar baseada em critérios de noticiabilidade que priorizam a ruptura da rotina, a novidade e o factual, além, claro, da preocupação com questões reais. O jornalismo estaria orientado, devido ao seu ritmo de trabalho, a dar “ênfase sobre acontecimentos e não problemáticas” (TRAQUINA, 2016, p. 244). Outras condicionantes relacionadas a esses silenciamentos seriam o mercado de trabalho instável, a pressão de anunciantes e o próprio interesse privado das proprietárias e dos proprietários dos meios de comunicação que fazem com que haja, inclusive, diferentes critérios de noticiabilidade para diferentes riscos (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017). Podemos ainda citar a não preparação, tanto profissional quanto acadêmica, das jornalistas e dos jornalistas para tratar temas que envolvem um desastre socioambiental e a falta de uma cultura de previsão e prevenção de desastres e riscos que se utilize da instância jornalística e dos meios de comunicação para esses interesses (LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2018), como veremos adiante.

⁷² Com isso, não estamos afirmando que a questão ambiental não seja importante para se pensar os desastres e, sim, que há outros fatores desencadeadores dos mesmos e que merecem atenção da narrativa jornalística.

3.4.2 Prevenir para reduzir: o antes

“Os desastres não viram desastres sem antes haver uma situação de risco” (SANTOS, 2014, p. 121) e, portanto, é fundamental que o jornalismo não fique restrito à cobertura factual. Priorizar apenas esse aspecto dos desastres ajuda que se crie uma compreensão errônea sobre os riscos, ao mesmo tempo em que “prejudica a percepção de que pertencemos à sociedade de riscos⁷³ e que, portanto, o problema seria de todos” (VICTOR, 2015, p. 6) e de todas – apesar de, majoritariamente, decair sobre as pessoas mais vulneráveis.

Os riscos funcionam como projeções e antecipações: eles são a probabilidade de ocorrência dos desastres ou qualquer fato que produza danos e prejuízos. Não se trata, portanto, de algo material, e sim “uma atribuição especulativa feita pelos observadores ao perceberem e interpretarem a instabilidade ou anormalidade do que mais chama a atenção do ambiente” (LOZANO ASCENCIO; SÁNCHEZ CALERO; MORALES CORRAL, 2017, p. 20, tradução nossa⁷⁴).

Os riscos são diferenciados e dinâmicos, assim como afetam as pessoas de maneiras diferentes, estão sempre em processo de alteração em função do grau de vulnerabilidade; ou seja, quanto maiores forem as vulnerabilidades de uma comunidade e de um local – sejam elas físicas, sociais, econômicas ou ambientais –, maiores os riscos e, conseqüentemente, as chances de um desastre atingi-la (LOPES et al, 2010). Por isso, os riscos só podem ser enfrentados no momento em que os aspectos sociais relacionados aos mesmos são levados em conta (BECK, 2010). Ao identificar e avaliar os riscos, é possível então estimar e reduzir a intensidade e as conseqüências de um desastre e até mesmo prevenir que um acontecimento assim ocorra.

Uma das formas da narrativa jornalística tratar a questão dos desastres para além do acontecimento em si é através da Comunicação de Riscos. O conceito, segundo Loose e Girardi (2018, p. 213-214), surge em decorrência do investimento na gestão de riscos e da tentativa de “diminuir a lacuna entre o conhecimento a respeito do risco e a percepção que as pessoas têm

⁷³ A Sociedade de Risco é um conceito cunhado por Beck (2010). De acordo com o autor, ao passo em que a humanidade avança cientificamente, ela também se mostra, cada vez mais, exposta a riscos. Para ele, “a sociedade de risco é uma sociedade catastrófica” (BECK, 2010, p. 28) que se caracteriza por ser globalizada, individualizada e reflexiva.

⁷⁴ No original: “[...] una atribución especulativa que hacen los observadores al percibir e interpretar la inestabilidad o anormalidad de lo que más les llama la atención del entorno”.

sobre ele”. É através da Comunicação de Riscos que a população teria acesso às informações necessárias sobre os riscos, sendo esclarecida e alertada sobre os mesmos e as possíveis soluções para seus danos, ao mesmo tempo em que seria possível conceber um modelo de educação o qual permitisse que a sociedade se tornasse menos vulnerável à ocorrência de desastres (LOOSE; GIRARDI, 2018; VICTOR, 2015) – algo extremamente importante devido à frequência, cada vez maior, desses acontecimentos no país.

A Comunicação de Riscos é uma das ferramentas das políticas de Redução de Riscos de Desastres, a RRD⁷⁵, que, no Brasil, está sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec⁷⁶), órgão do Ministério do Desenvolvimento Regional⁷⁷.

Os objetivos da Comunicação de Riscos são

reduzir o medo e a ansiedade das pessoas, promover e divulgar informações adequadas, com linguagem adaptada a cada audiência, e disseminadas no tempo e nos canais igualmente adequados, contribuir para a comunicação dialógica entre os diversos atores sociais, amparada na credibilidade e na confiança entre as partes, e, especialmente, devolver às comunidades mais expostas aos riscos o direito de participar das tomadas de decisão que dizem respeito às suas vidas (VICTOR, 2015, p. 2-3).

Essa comunicação, em relação aos desastres, demandaria uma “efetiva interação e diálogo entre os interlocutores, impedindo o surgimento de fenômenos que ampliam socialmente os riscos, como rumores, pânico, desorientação e desconfiança” (VICTOR, 2015, p. 10). Uma troca de informações e conhecimentos interdisciplinar entre aquelas e aqueles que estão envolvidas e envolvidos em um desastre e/ou dele fazem parte de forma indireta, para que haja percepção em relação aos riscos e uma participação democrática na tomada de decisões para seu enfrentamento.

[...] a comunicação de risco torna-se imperativa, tanto na gestão de riscos (ou seja, na gestão da redução, previsão e controle de riscos de desastres) quanto na gestão do

⁷⁵ A RRD “inclui todas as políticas, estratégias e medidas que podem tornar pessoas, vilas, cidades e países mais resilientes a ameaças, e reduzir os riscos e as vulnerabilidades aos desastres” (LEONI; RADFORD; SCHULMAN, 2012, p. 18). Entre seus diferentes componentes estão a prevenção, mitigação, preparação, recuperação e reconstrução.

⁷⁶ A Sedec atua a nível federal, estadual e municipal na redução de desastres a partir de ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução – as fases do ciclo de um desastre.

⁷⁷ Em 1º de janeiro de 2019, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades foram fundidos e transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional.

próprio desastre (gestão da emergência, mediante ações de preparação, resposta e passos iniciais da reabilitação do cenário atingido pelo desastre (LOPES et al, 2010, p. 63).

Victor (2015) apresenta quatro modelos para a Comunicação de Riscos de desastres: intrainstitucional, interinstitucional, comunitário e midiático⁷⁸. A Comunicação de Riscos de desastres intrainstitucional acontece dentro da estrutura da Defesa Civil, sendo esta uma única instituição; a interinstitucional amplia para a participação das instituições ligadas direta ou indiretamente aos programas e ações de RRD; na midiática, a Defesa Civil se utiliza dos meios de comunicação para transmitir informações, aproveitando seu alcance, poder e credibilidade junto à população, ao mesmo tempo em que a mídia recorre à Defesa Civil em busca de dados sobre riscos; enquanto que, na comunitária, a comunicação se dá pelo contato face a face entre as diferentes interlocutoras e os diferentes interlocutores.

Esses modelos reforçam a ideia de que a Comunicação de Riscos não deve ser um monólogo; ao contrário, seu papel é envolver os diferentes atores da sociedade na troca de informações, como os órgãos e autoridades públicas, organizações da sociedade civil, especialistas, meios de comunicação, comunidades afetadas e público em geral, pois, “se não partir de todos os interessados no processo, ele não se estabelece e, em algum momento, uma lacuna de informação pode fazer causar um grande problema” (SANTOS, 2014, p. 92).

Em relação à mídia, mais precisamente, para além do acesso à informação, Victor (2015) exalta o papel do jornalismo como peça fundamental do processo de redução de riscos de desastres e afirma que é preciso que a narrativa jornalística aproxime mais o tema das mudanças climáticas com a realidade da população, sendo uma espécie de guia da sociedade.

Cenários de incertezas e de riscos de perdas, sejam humanas ou materiais, provocam um turbilhão de sentimentos que afetam as percepções dessas populações em relação aos riscos, às mensagens, aos interlocutores e às soluções apresentadas a elas. A insegurança e a preocupação elevada são sentimentos que comprometem as medidas de adaptação às mudanças climáticas, como a adoção de comportamentos resilientes aos desastres (VICTOR, 2015, p. 14).

⁷⁸ Apesar da divisão, Victor (2015) afirma que os quatro modelos compõem um todo e ela só é necessária para que se entenda a Comunicação de Riscos como o resultado da soma desses quatro processos, cada qual para uma audiência e em um contexto e tempo próprios.

O jornalismo e a Comunicação de Riscos pertencem a campos diferentes; por isso, Victor (2015) reforça que não podem ser considerados sinônimos, pois os objetivos desta, como vimos, vão além do papel social do meio jornalístico, seja ele especializado ou não. Isso não quer dizer, porém, que a instância jornalística não seja importante para tratar a problemática dos riscos, assim como prevenção e enfrentamento das mudanças climáticas, e mesmo para o agendamento dessas temáticas, lembra a autora. Até porque a Comunicação de Riscos precisa ser dialógica e, portanto, beneficia-se amplamente da presença e credibilidade do jornalismo para alcançar seus objetivos.

Loose, Camana e Belmonte (2017, p. 14) entendem que o jornalismo possui um papel estratégico na redução dos riscos ambientais, já que sua narrativa colabora com a divulgação de propostas e esclarecimentos sobre os mesmos, além de permitir que sejam construídos quadros interpretativos “mais contextualizados e condizentes com a perspectiva da prevenção” – totalmente associada ao contexto dos riscos. Através da Comunicação de Riscos, a instância jornalística poderia interpretar melhor os acontecimentos e pautas socioambientais, sendo capaz de influenciar outros campos sociais a fazerem o debate público necessário sobre o tema e alertar a população sobre prevenção e adaptação ao efeito de desastres que já ocorreram, contribuindo, até mesmo, para seu enfrentamento (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017; LOOSE; GIRARDI, 2018).

O próprio caso do desastre na Região Serrana demonstra esse papel estratégico do jornalismo para a prevenção e redução de riscos. Como lembra Victor (2015), foi a cobertura jornalística sobre o acontecimento de 2011 associada à pressão da opinião pública que fizeram com que o governo federal divulgasse, na época, um conjunto de ações voltadas à RRD. Entre elas, a reestruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad)⁷⁹, ligado à Sedec, e a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)⁸⁰, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). As medidas possibilitadas com a irrupção do desastre na Região

⁷⁹ Criado em fevereiro de 2005, o Cenad tem o “intuito de gerenciar, com agilidade, ações estratégicas de preparação e resposta a desastres em território nacional e, eventualmente, também no âmbito internacional” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL).

⁸⁰ Além do “monitoramento das ameaças naturais em áreas de riscos em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais”, o Cemaden realiza pesquisas e inovações tecnológicas a fim de “contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o país” (CEMADEN, 2011-2017).

Fluminense, tamanho seus efeitos, foram consideradas “um marco nas políticas de gestão de riscos e desastre no país” (BANCO MUNDIAL, 2012a, p. 9).

Essas consequências lastimáveis foram responsáveis por uma mudança de paradigma no que tange à gestão dos Desastres Naturais. A maneira de pensar, tanto da população quanto das autoridades, mudou drasticamente e trouxe à tona a importância da prevenção, mitigação e criação de cidades mais resilientes, ou seja, que suportem melhor as adversidades naturais e diminuam as vulnerabilidades as quais a população está exposta (BRASIL, 2012, p. 68)⁸¹.

A reformulação no sistema de Defesa Civil e a forma diferenciada com a qual os desastres passam a ser percebidos, seja pela instância jornalística, governo, órgãos responsáveis ou população em geral, são resultados do que Quéré (2005) chama de novos campos problemáticos do acontecimento – nesse caso, revelados com a emergência do desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011.

Se a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos, que perduram enquanto os problemas e as respectivas causas se mantêm, também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos, nomeadamente a partir do trabalho realizado em torno deles, explicitando o que está em causa, no âmbito da regulação política das condições do viver-conjuntamente numa colectividade (publicização) (QUÉRÉ, 2005, p. 21).

Mas, assim como pode ampliar e legitimar a narrativa dos riscos, o jornalismo também os silencia e, como já vimos, dificilmente os riscos serão pauta se não houver um acontecimento no momento. A preferência pelo factual também dificulta que a temática da prevenção esteja

⁸¹ O Cemaden, atualmente, monitora 958 municípios em todas as regiões brasileiras, de acordo com informações encontradas em seu website (Disponível em: <<https://www.cemaden.gov.br/>>. Acesso em: 3 out. 2019). Os municípios monitorados são aqueles com histórico de registros de desastres ditos naturais decorrentes de movimentos de massa, como os deslizamentos de encostas, e/ou de processos hidrológicos, como alagamentos, inundações e enxurradas. Apesar de ter sido criado a partir do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, provando o quanto esse caso é emblemático no país e mudou a percepção sobre a necessidade da prevenção de desastres – fato que o próprio órgão enfatiza ao afirmar que, a partir desse acontecimento, “tornou-se indispensável dispor de um sistema de alerta que reunisse competências científicas e tecnológicas de várias áreas do conhecimento, principalmente, de meteorologia, hidrologia, geologia e desastres naturais” (CEMADEN, 2011-2017) –, através da busca dos municípios monitorados, encontramos apenas oito cidades da Região Fluminense que foram atingidas pelas enxurradas e deslizamentos em janeiro de 2011: Nova Friburgo, Petrópolis, Areal, Bom Jardim, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Santa Maria Madalena e Cantagalo. Outros oito municípios que também foram afetados não estão sendo monitorados pelo centro, segundo a busca. São eles: Teresópolis, Sapucaia, Paraíba do Sul, São Sebastião do Alto, Três Rios, Cordeiro, Carmo e Macuco; sendo que o primeiro foi um dos mais atingidos e com o segundo maior número de vítimas fatais, chegando a decretar, na época, Estado de Calamidade Pública.

presente na narrativa jornalística, exatamente por não haver um risco ainda materializado. É preciso então romper com esses silenciamentos, principalmente aqueles que se dão pela predominância do fator econômico sobre o interesse social e ambiental, para que o jornalismo possa vir a ser mais engajado e não seja, ele mesmo, cúmplice do acontecimento desastroso (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017). É preciso que a instância jornalística pautar as diferentes situações de risco e vulnerabilidades e reconheça a Comunicação de Riscos como um importante meio não só para a prevenção e redução de desastres, mas também como um caminho para uma cobertura jornalística de mais qualidade e preparada profissionalmente.

Beck (2010) acredita que a sociedade como um todo não trata sobre a temática dos riscos em função da produtividade econômica e necessidade de desenvolvimento e consumo. Ter consciência do risco global é a possibilidade de se criar espaço para o que ele chama de “futuros e modernidades alternativas” e, por isso, exalta a importância da comunicação nesse processo ao ressaltar que, “sem meios de comunicação de massa, os riscos não são absolutamente nada” (BECK, 2010, p. 362).

O jornalismo também está atrelado à lógica econômica e à necessidade de atrair o público para se manter. Dessa forma, ainda que haja interesse da instância jornalística em cobrir riscos, nem todos terão espaço na narrativa jornalística em função dos critérios de noticiabilidade impostos pela cultura profissional, lembram Loose e Girardi (2018, p. 128).

Ainda que o papel do Jornalismo seja fundamental para desencadear preocupações e ações em relação à prevenção, é preciso rever mudanças na própria lógica jornalística, que não pode se omitir de pensar no futuro quando estamos imersos em uma sociedade voltada para tal direção (LOOSE; GIRARDI, 2018, p. 218).

As autoras falam no “Princípio de Precaução” como uma diretriz a ser seguida pela instância jornalística no que diz respeito à seleção do que será notícia, alterando o raciocínio de que a narrativa jornalística deve partir do que já aconteceu ou está acontecendo: uma narrativa que privilegia a prevenção vai além do simples relato dos fatos e é capaz de mudar a realidade, pois preocupa-se com o futuro e o que irá ocorrer. Além disso, acreditam que a contextualização ajudaria para um melhor e mais global entendimento das questões; o que, conseqüentemente, acarreta na melhoria da qualidade do jornalismo.

Entretanto, mesmo com o rompimento desses silenciamentos, a prevenção dos riscos sociais e ambientais é um tema que ainda pouco estimula o jornalismo. De acordo com

Kitzinger e Reilly (2002), essa falta de estímulo acontece por três motivos: incerteza científica típica dos riscos, que não atrai jornalistas; falta de medida preventiva do governo ou outra instituição, o que acaba deixando o tema sem valor-notícia; e o fato dos riscos se referirem a projeções e incertezas e, portanto, não são um acontecimento propriamente, apenas um gatilho para a produção jornalística. Também Loose, Camana e Belmonte (2017) entendem que é possível inferir o fato de que não há imagens fortes para os riscos, por antecederem acontecimentos e, portanto, serem invisíveis e multifacetados. Tudo isso colabora para que os riscos apenas apareçam na narrativa jornalística quando da irrupção de um desastre, bem como o fato deste carregar mais valores-notícias e gerar mais audiência e, portanto, mais interesse da instância jornalística do que sua própria prevenção.

3.4.3 O que dizem os manuais sobre a cobertura jornalística de desastres

Ressaltamos a importância que o jornalismo possui ao narrar acontecimentos como os desastres socioambientais e em explorar temas como a prevenção, as vulnerabilidades e a redução de riscos em suas narrativas cotidianas. Sabemos, no entanto, das dificuldades que a instância jornalística possui para tanto. Por isso, vamos tratar agora sobre o que manuais de conduta falam sobre a cobertura jornalística de desastres a fim de explorar o que seria, de acordo com eles, uma cobertura e uma narrativa ideais diante desses acontecimentos. Acreditamos que esses são importantes guias para orientar a instância jornalística diante da emergência de um acontecimento extraordinário, como é o caso dos desastres, e mostrar possíveis temáticas que fogem ao “dia do desastre” e qualificam a narrativa jornalística.

Selecionamos quatro manuais em português que trazem questões sobre a cobertura jornalística de desastres. São eles: “Comunicação de Riscos e Desastres”, do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) ligado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de autoria de Lopes et al (2010); “Comunicação em Desastres – A Atuação da Imprensa e o Papel da Assessoria Governamental”, editado também pelo CEPED juntamente com a UFSC, o Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC) e o Governo do Estado de Santa Catarina, tendo como autoras Zenatti e Sousa (2010); “RRD, Mídia e Jornalistas”, escrito por Victor (2013) e patrocinado pelo Banco Itaú; e “O desastre sob o enfoque de novas lentes – Para cada efeito, uma causa”, um guia para cobertura jornalística em

Redução de Riscos de Desastres da Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR), de autoria de Leoni, Radford e Schulman (2012).

Os manuais ressaltam a importância da comunicação para as pessoas reagirem e tomarem decisões diante dos desastres, além, claro, no processo de redução de riscos de desastres e prevenção devido à troca instantânea de informações e o acesso fácil que se têm aos meios de comunicação⁸². Isso gera também um desafio: ter os meios de comunicação como aliados nesse processo, para que sejam responsáveis pela divulgação de informações, recomendações e emissão de alertas não só durante e depois de um desastre, mas também antes de acontecerem (LOPES et al, 2010; ZENATTI; SOUSA, 2010).

Como diz Victor (2013, p. 11), no manual de sua autoria:

Se a cobertura da mídia deixar de abordar apenas o desastre e abrir espaço para as ações de RRD, os meios de comunicação poderão contribuir com a construção de uma sociedade capaz de perceber, conhecer, entender e enfrentar os riscos aos quais está exposta, sem esperar pelo desastre.

Os desafios relacionados à RRD, para a autora, são: definir as principais facetas para abordar o problema, identificar o ponto de cruzamento entre elas e aproximar o debate da população. Afinal, “à medida que esses assuntos ganham espaço na mídia, a população parece entender a sua vulnerabilidade em relação aos desastres” (VICTOR, 2013, p. 11). Leoni, Radford e Schulman (2012, p. 74-75), ao reafirmarem o pensamento de que a RRD deve fazer parte da pauta diária jornalística mesmo não estando relacionada a um desastre – pois é ela uma pauta política, econômica, ambiental, cultural, de direitos humanos e de gênero, fonte de boas histórias e um assunto que interessa a todas e a todos –, exemplificam algumas maneiras de tratar o tema, como: “questionar a atuação dos governos e governantes, emitir alertas e ajudar um grupo vulnerável em particular a lidar com um desastre em potencial”, “cobrir riscos e perigos corriqueiros e recorrentes, lembrar desastres passados, reportar esforços de

⁸² Lembrando o caso do furacão Catarina, que atingiu a costa do Estado de Santa Catarina em março de 2004, Zenatti e Sousa (2010) afirmam que as consequências do mesmo poderiam ter sido maiores se não houvesse, por parte dos meios de comunicação em parceria com a Defesa Civil catarinense, a disseminação intensa de informações que alertavam sobre o fenômeno, sua previsão e prevenção antes do desastre.

reabilitação e reconstrução, bem como ações positivas que podem salvar vidas, como educativas ou de conhecimento tradicional”⁸³.

Lopes et al (2010, p. 130) sugerem que a instância jornalística, “antes do desastre”, deve:

- Conhecer as vulnerabilidades sociais, discutir e mostrar os riscos e contribuir com sua minimização, por meio do repasse de informações confiáveis, sobre o tema, para a população.
- Ampliar a divulgação de temas que contribuam com o processo de redução de risco e que despertem o interesse social sobre o assunto.
- Fiscalizar o trabalho das instituições responsáveis pelo gerenciamento de desastres.
- Conhecer e organizar fontes para subsidiar a produção de informações relativas aos desastres, em suas diferentes fases.
- Promover a discussão sobre o tema entre os comunicadores.
- Profissionalizar jornalistas para atuar em situações de emergência.

O manual recomenda a especialização do jornalismo para a cobertura de desastres e riscos, principalmente nas áreas relacionadas à ciência e ao meio ambiente⁸⁴ – jornalismo científico e ambiental, respectivamente –, pois essa seria a forma de diminuir os erros presentes na narrativa jornalística desse tipo de acontecimento, além de fortalecer uma comunicação mais responsável e cidadã. No mesmo sentido pensam Lozano Ascencio e Amaral (2018), ao compreenderem que os desastres deveriam ser como pontos de partida para a realização de uma cobertura especializada e que trata de temas como a prevenção e os riscos, implicando, dessa forma, na busca e na transmissão de dados mais confiáveis e em um maior rigor da instância jornalística e das profissionais e dos profissionais diante da complexidade desses acontecimentos – evitando, assim, esquemas narrativos simplificados e de espetacularização.

Ao analisar a cobertura dos desastres de 2008 em Santa Catarina e 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, nas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, Santos (2014, p. 219) concluiu que houve um “acréscimo valioso” à mesma quando escrita por jornalistas especializadas e especializados na temática ambiental, pois, de acordo com ela, essas pessoas têm “uma visão

⁸³ A cobertura da redução de riscos de desastres estaria muito mais atrelada ao que seria uma mudança de comportamento das jornalistas e dos jornalistas – e junto com isso a constituição de boas fontes de informação e compreensão e conhecimento sobre as temáticas que envolvem um desastre – do que uma necessidade de ampliação de orçamento ou mesmo de novos profissionais (LEONI; RADFORD; SCHULMAN, 2012).

⁸⁴ Lozano Ascencio (1995) aponta que são os desastres as principais portas de entrada para as questões ambientais nos jornais.

mais ampla e multifacetada do assunto e contribuem para uma abordagem mais precisa, fornecendo informações que fogem do trivial, foco diferenciado e contexto correto”.

A divulgação de certas temáticas científicas e ambientais, no entanto, emperra no pouco tempo e espaço destinado a elas nos meios de comunicação e na dificuldade de entendimento do público consumidor em relação a alguns temas complexos e que deveriam ser, por isso mesmo, mais aprofundados. Além, claro, de muitas vezes serem assuntos segmentados que não estão disponíveis à maioria da população⁸⁵. Por isso, dizem Lopes et al (2010) que a pauta e a narrativa de temas especializados devem ter uma função pedagógica de esclarecimento e diálogo para que toda e qualquer pessoa possa entender e ser envolvida; além de ser cativante⁸⁶, mas sem explorar o desastre através do sensacionalismo. Elas devem, essencialmente,

encaminhar o debate para soluções não mágicas, portanto, não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas, quase sempre, são amplos, complexos e de solução a médio e longo prazos. Não deve também sugerir que é obrigação exclusiva das autoridades ou dos governantes o encaminhamento de saídas para resolver os problemas, mas assumir que a solução exige o concurso de todos e que não se encerra em ações isoladas ou pontuais (LOPES et al, 2010, p. 101).

Indo ao encontro do que as autoras e os autores que abordamos anteriormente afirmam, o manual de autoria de Lopes et al (2010) entende que, apesar da especialização, não se deve partir de uma perspectiva única – como, por exemplo, a econômica ou técnico-científica – para construir uma narrativa, pois ela deve ser interdisciplinar, considerando também aspectos sociais, políticos e culturais. Afinal de contas, como já discutimos no subcapítulo 3.2, o próprio desastre é um acontecimento que resulta de diversos fatores. Portanto, como lembra Victor (2013, p. 13), “essa lógica precisa estar presente na cobertura jornalística sobre o assunto. Abordagens isoladas dificilmente conseguem aproximar-se da realidade social e pouco contribuem para enfrentamento do problema”.

A narrativa de desastres também não deve partir de uma única fonte: a jornalista ou o jornalista precisa levar em conta que existem discordâncias das fontes especializadas em temas

⁸⁵ Quanto à temática ambiental, Bueno (2017) afirma que, apesar da existência de jornalistas especializadas e especializados e meios de comunicação independentes que tratam o tema, esta é uma pequena parcela, predominando, no Brasil, a falta de profissionais que sejam capacitadas e capacitados para esse tipo de cobertura. Esse fato contribui, segundo ele, para que a problemática ambiental se transforme em uma narrativa “fragmentada, descontextualizada e imprecisa” (BUENO, 2017, p. 26).

⁸⁶ O manual diz que é preciso “ter um bom título ou chamada, boas ilustrações ou imagens” (LOPES et al, 2010, p. 109), além da utilização de infográficos nos meios impressos e efeitos de animação na televisão.

científicos e ambientais, principalmente em relação a assuntos polêmicos e controversos, e que é preciso então “buscar fontes que contribuam para o debate, evitando permanecer refém de pesquisadores ou cientistas que se postulam ‘donos absolutos da verdade’” (LOPES et al, 2010, p. 93) ou que estejam comprometidas com outros interesses extracientíficos, como políticos e comerciais, ou crenças pessoais. Por isso, também é importante que fontes não especializadas sejam trazidas ao debate, como é o caso dos testemunhos, e que a profissional ou o profissional conheça minimamente o tema a ser tratado.

Victor (2013) lembra que, quando da irrupção de um desastre, a instância jornalística vive a pressão de fazer uma cobertura com boa apuração de informações e que as mesmas sejam úteis, ao mesmo tempo em que deve corresponder aos interesses da audiência que, culturalmente, busca narrativas mais sensacionais e espetaculares, o que faz com que a narrativa jornalística desse tipo de acontecimento acabe por privilegiar a dor das vítimas – o que, segundo a autora, afasta o jornalismo da função de prestador de serviço, ou seja, um jornalismo de interesse público em detrimento do interesse do público. Assim, aponta como dicas práticas às jornalistas e aos jornalistas: a) o estudo da pauta, pesquisando a região atingida, o tipo de desastre e os possíveis riscos desencadeados pelo mesmo, buscando um tom que seja de conciliação, sem apontar quem seriam responsáveis pelo acontecimento ou o que é certo e errado, pois qualquer erro é capaz de provocar rumores e medo; b) apurar os fatos com fontes confiáveis, sendo as primeiras a serem ouvidas aquelas que são oficiais: Sedec, Defesas Cíveis estaduais e municipais e Corpo de Bombeiros, sem reproduzir informações de outras ou outros jornalistas ou ou redes sociais; afinal, qualquer informação equivocada pode impactar ainda mais as pessoas que já estão vulneráveis com o desastre; c) avaliar o que é realmente importante noticiar (como exemplo, informações de orientação à população e dicas de segurança em detrimento da busca por responsáveis ou causas do desastre⁸⁷); d) preservar o direito de imagem das pessoas afetadas, não as expondo a nenhum tipo de situação constrangedora, principalmente as crianças; e) cuidar o apelo no momento de dor, pois, por mais que as imagens de dor e sofrimento causadas pelo desastre sejam reais e sensibilizem a audiência e até mesmo causem revolta, também ocasionam constrangimentos às vítimas⁸⁸; e f) prezar pela segurança antes da

⁸⁷ O que não significa que essas não sejam importantes informações a serem buscadas no decorrer do tempo do desastre, até mesmo como forma de evitar novos acontecimentos (VICTOR, 2013).

⁸⁸ Victor (2013, p. 19) acredita que a pergunta a ser feita pela instância jornalística nesse momento é: “A imagem traz uma informação importante? Ou ela apenas explora o momento de dor dos afetados pelo desastre?”.

notícia, respeitando os limites impostos pelos órgãos responsáveis, não só como forma de proteger a própria vida, mas também o trabalho das equipes de resgate e a vida das vítimas.

Para Lopes et al (2010, p. 113), em geral, o erro da cobertura de desastres (e riscos) está na não incorporação de “um planejamento adequado, pela ausência prévia de informações qualificadas sobre as suas causas e consequências, e pelo sensacionalismo que costuma caracterizar a mídia em momentos de crise”. O planejamento citado deve responder às seguintes perguntas: o que realmente aconteceu?; como aconteceu?; por que aconteceu?; quais são os públicos atingidos e em que proporção?; e quais as saídas para superar o problema?

Apesar da narrativa jornalística de desastres responder a esses questionamentos, esse manual aponta que isso é feito de forma superficial e, por isso, a cobertura desses acontecimentos contém informações confusas e até mesmo errôneas. Muitas vezes, são ouvidas fontes que não têm a devida credibilidade, conceitos não são explicados de forma correta, há espetacularização diante do sofrimento das vítimas para que haja um aumento da audiência e a comunicação se torna difusa para com o público interessado e a opinião pública em geral. Isso acarreta que a população fique mal informada e venha a tomar decisões que podem colocar em risco tanto sua saúde quanto a própria vida, gerando até mesmo uma onda de pânico diante do caos causado por um acontecimento desastroso⁸⁹. Zenatti e Sousa (2010, p. 30) ressaltam que “a cobertura de um desastre deve ter um compromisso com a sociedade de informar sem criar pânico e garantir a segurança das pessoas” e, por isso, “a compreensão do cenário e do meio no qual está inserido é primordial na disseminação das informações corretas”⁹⁰.

A indicação sobre o que deve ser feito “durante o desastre”, por Lopes et al (2010, p. 132), é:

- Divulgar as informações de forma responsável, priorizando sempre o bem-estar e a segurança da população.
- Respeitar as determinações das equipes que atuam no gerenciamento do desastre e contribuir com elas.
- Corrigir rumores falsos sobre a situação.

⁸⁹ Lozano Ascencio, Sánchez Calero e Morales Corral (2017, p. 19) lembram que “a informação de catástrofes não é, e nem deveria ser, uma informação catastrófica”.

⁹⁰ Tratando sobre a atuação da assessoria de imprensa nos desastres, Zenatti e Sousa (2010) afirmam que as instituições responsáveis pelo gerenciamento de fenômenos limites devem estar sempre preparadas, principalmente durante o acontecimento, pois, nesse momento, qualquer desinformação, especulação ou mesmo descrédito das organizações pode gerar mais problemas à população e ao próprio desastre. Essa preparação está atrelada à elaboração de um plano de comunicação onde serão listadas as ações desenvolvidas pela assessoria de imprensa antes, durante e depois de um desastre, a fim de reduzir os riscos o máximo possível.

- Apurar e levar informações até a população que ajudem a minimizar os danos e prejuízos.
- Repassar orientações corretas e de interesse público, com agilidade.
- Consultar fontes que enriqueçam e acrescentem outros dados às informações disponíveis.
- Avaliar as informações antes da divulgação.
- Agir de forma responsável e comprometida com a redução dos riscos.

Esse manual recomenda que a jornalista ou o jornalista, em meio à cobertura de um desastre, considere, sobretudo, as demandas específicas das vítimas e comunidades atingidas pelo acontecimento, ao mesmo tempo em que manifesta solidariedade para com elas, comprometendo-se em encontrar rapidamente uma solução para a crise na qual estão envolvidas.

Trata-se de um processo que necessariamente inclui o envolvimento e o comprometimento dos cidadãos e que não deve pautar-se por uma perspectiva unilateral, que vislumbra os públicos direta e diretamente atingidos como meros receptores passivos de informações especializadas. Muito pelo contrário; é fundamental, na definição das pautas jornalísticas, na escolha das fontes, na elaboração dos textos e no momento da edição e veiculação das notícias e reportagens ter presente o perfil dos públicos, de modo a propor conteúdos e formatos que lhes sejam acessíveis (LOPES et al, 2010, p. 121-122).

Em relação a isso, o momento do “depois do desastre” é fundamental segundo o manual. Além de informar sobre os prejuízos causados pelo acontecimento, esse é o momento em que o jornalismo colabora com a reabilitação dos locais e pessoas afetadas. Também é nesse momento que as ações podem ser avaliadas e corrigidas. Portanto, “depois do desastre” é preciso:

- Contribuir para que o assunto não caia no esquecimento.
- Fomentar a divulgação de informações para evitar que novas tragédias aconteçam.
- Acompanhar o restabelecimento da normalidade junto às comunidades e divulgar informações que favoreçam a retomada do cotidiano das vítimas.
- Participar da avaliação dos danos e prejuízos.
- Informar sobre as mudanças que o desastre provocou e colaborar com o processo de reconstrução (LOPES et al, 2010, p. 133)⁹¹.

Algumas dicas de Leoni, Radford e Schulman (2012) são: informar sobre as causas do desastre e não somente os fatos, analisando o porquê e como poderia ter sido evitado; fazer

⁹¹ O manual também traz recomendações do que fazer antes, durante e depois de um desastre quando se trata do trabalho em assessorias de imprensa. Não trataremos dessas reflexões aqui, pois não é o foco do nosso trabalho.

divulgação sobre o sistema de alerta e alarme, planejamento urbano, construção da resiliência, as ações das pessoas responsáveis pela gestão do acontecimento, investimentos, recursos financeiros e políticas em RRD; investigar os impactos econômicos, sociais e culturais do desastre; encontrar o maior número de especialistas para tirar lições; buscar desastres semelhantes ocorridos em outros países a fim de informar como foram solucionados; acompanhar a longo prazo os efeitos, bem como a reconstrução e reabilitação; e, claro, estar sempre alerta a novas ameaças visitando áreas de risco.

Ao corroborar em muitos aspectos com a análise das autoras e dos autores antes mencionadas e mencionados, as recomendações desses manuais nos permitem aferir que a narrativa jornalística de desastres necessita ir além do seu enfoque tradicional e dos efeitos do “aqui e agora”, transformando questões sobre prevenção, vulnerabilidades e redução de riscos em pautas constantes e não tornando o acontecimento desastroso um espetáculo. Muitas e muitos jornalistas têm consciência disso, como é possível atestar nas entrevistas feitas por Santos (2014) em que profissionais consideraram que há o que explorar além da cobertura factual de um desastre, como é o caso dos riscos – ação impedida, segundo o levantamento feito, pela não familiaridade com o tema dos desastres e seus subjacentes. Essas e esses jornalistas compreendem que esse tipo de cobertura deve ser feito através de um constante e próximo acompanhamento aos locais vulneráveis, assim como às autoridades e órgãos responsáveis e às políticas públicas existentes, sempre estimulando a abordagem de temas que têm relação com a ocorrência de acontecimentos desastrosos.

Dessa forma, o jornalismo tem como desafio estar presente desde o tempo “antes do desastre” e também “depois do desastre” a fim de não se submeter à mera disseminação de informações sobre o acontecimento. Como dizem Lozano Ascencio e Amaral (2018), é necessário que a percepção social retratada pelo jornalismo e identificada pelo público em relação aos desastres, a qual os identifica apenas no âmbito da atualidade informativa e de maneira espetacular, comece a ser modificada. “Abordar rigorosamente os riscos e catástrofes fora das rotinas dominantes da mídia significa compreender o jornalismo de forma diferente, com base em outros valores-notícia” (LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2018, p. 7, tradução nossa⁹²) e outros tipos de fontes, como os manuais apresentados nesse subcapítulo.

⁹² No original: “Abordar rigurosamente riesgos y catástrofes fuera de las rutinas dominantes de los medios significa comprender el periodismo de forma diferente, con base en otros valores noticiables”.

4 A NARRATIVA JORNALÍSTICA DO DESASTRE NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

Após discorrermos sobre a narrativa jornalística e, mais especificamente, a narrativa jornalística de desastres, voltamos agora ao que tratávamos na seção 4 do primeiro capítulo (“Narrativa como percurso metodológico: a Análise Crítica da Narrativa”) para avançarmos nossa pesquisa a fim de responder à nossa problemática: de que modo a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se transforma ao longo do tempo.

Neste capítulo, além de detalharmos os dois movimentos de análise inspirados em Motta (2013) que serão utilizados em nossa proposta metodológica – *reconstruir a narrativa de forma cronológica e compreender a intriga como síntese do heterogêneo* –, descrevemos o processo de construção e definição do nosso *corpus* de pesquisa. Com o percurso metodológico delineado, procedemos à análise da narrativa e à discussão dos resultados. Antes, contudo, para iniciar o capítulo, apresentamos o objeto empírico no qual está veiculada a narrativa que será analisada: o portal de notícias UOL. Além da contextualização do portal, ressaltamos as especificidades da cobertura jornalística online, pois consideramos essencial conhecer as particularidades desse meio para que possamos compreender e analisar a narrativa em questão.

4.1 JORNALISMO ONLINE E O PORTAL UOL

Diante de um desastre, como já vimos, a instância jornalística busca estabilizar o caos através de sua narrativa, ordenando as informações em uma lógica temporal que constrói sentidos sobre o acontecimento. Essa narrativa, no entanto, adquire características próprias quando parte da lógica produtiva do jornalismo online devido às particularidades desse meio, principalmente aquelas relacionadas à aceleração do tempo de produção na internet, e é sobre isso que iremos tratar nesse subcapítulo, assim como as especificidades do portal de notícias UOL, nosso objeto empírico.

A chegada (e conseqüente consolidação) da internet alterou o processo de produção jornalística, sua rotina, linguagem, edição e disseminação de informações, assim como a própria forma do público interagir com as notícias. As potencialidades do ambiente online para a

instância jornalística são várias: desde a capacidade de armazenamento, disposição de conteúdo tanto textual quanto audiovisual, até o trabalho com novas ferramentas, como a utilização de bases de dados e a possibilidade de pesquisa sobre os mais diversos assuntos. Em relação ao público, a internet descentralizou a informação e permitiu ao jornalismo ampliar, cada vez mais, seu alcance e a participação das pessoas – como no caso das redes sociais que colaboram intensamente com a repercussão e a mobilização de acontecimentos extraordinários como os desastres.

Alguns desses aspectos citados fazem parte da classificação de Palácios (2002) quanto às características principais do jornalismo online⁹³. São elas: multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, customização de conteúdo/personalização, memória, e instantaneidade/atualização contínua. Nos deteremos na discussão em torno desta última característica, pois nos parece ser essa uma das maiores “apostas” de grande parte dos portais de notícias; antes, porém, vamos discorrer resumidamente sobre as anteriores.

A multimídia diz respeito à convergência dos formatos tradicionais – imagem, texto e som – na narrativa do acontecimento jornalístico, possibilitada pela digitalização da informação e sua circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas. A interatividade faz com que o público se sinta parte diretamente envolvida no processo jornalístico, pois possibilita sua interação com a jornalista ou o jornalista, entre si e com a própria navegação pelo hipertexto. Este último refere-se à interconexão dos textos por meio de links (as hiperligações), os quais possibilitam que, a partir de uma notícia, possa-se navegar para outros pontos do site ou outros sites. A customização de conteúdo/personalização é uma opção oferecida ao público para que o mesmo configure os produtos jornalísticos conforme seus interesses e preferências individuais; enquanto a memória se caracteriza pelo volume de informações disponíveis a esse público, bem como à jornalista ou ao jornalista – uma acumulação potencialmente muito maior e mais viável, técnica e economicamente, quando comparada a outros meios de comunicação.

Quanto à instantaneidade/atualização contínua, Palácios (2002, p. 3) vai dizer que:

⁹³ Palácios (2002) considera o aparecimento dessas características como continuidades e potencializações e não como rupturas em relação ao jornalismo praticado nos meios anteriores. O autor lembra, no entanto, que a existência dessas características não significa que o jornalismo e os portais de notícias, necessariamente, as explorem efetivamente, “quer por razões técnicas, de conveniência, adequação à natureza do produto oferecido ou ainda por questões de aceitação do mercado consumidor” (PALÁCIOS, 2002, p. 2) e, quando o fazem, utilizam esses potenciais de forma diferente e em maior ou menor escala.

A rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas tecnologias telemáticas, permitem uma extrema agilidade de actualização do material nos jornais da Web. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse.

A possibilidade de produzir e disponibilizar novas narrativas a qualquer momento exige que o jornalismo tenha uma cobertura ágil, acelerando a produção em função da constante actualização das informações, em um contínuo *deadline*. Possibilita ainda a correção e o acréscimo de informações nas notícias já publicadas – como foi constatado no *corpus* da nossa pesquisa.

A cada instante, a fim de garantir sua eficiência no meio online, os portais de notícias produzem inúmeras narrativas que tanto vão se referir a diferentes acontecimentos quanto ao acompanhamento do desenvolvimento de um mesmo. Assim, é oferecido ao público o maior número de notícias no menor tempo possível, em um fluxo de actualização das informações que se dá praticamente em tempo real – uma instantaneidade que fica ainda mais evidente na cobertura de acontecimentos desastrosos.

Essa busca pela instantaneidade é a meta dos jornais online, segundo Adghirni (2002, p. 1): “Atualizados a cada cinco minutos em média, os sites dos mais importantes jornais transformam-se em verdadeiras agências de notícias em tempo real e em concorrência”. Segue a autora, afirmando que “o que importa é a ordem cronológica dos acontecimentos e não sua importância social ou política. Aquilo que acabou de acontecer derruba a notícia anterior na hierarquia do tempo real” (ADGHIRNI, 2002, p. 2).

A noção de tempo real teria sido introduzida no jornalismo quando do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, as quais possibilitaram que as informações passassem a circular de forma mais rápida e eficaz nas redes globalizadas (ADGHIRNI, 2002). Essa valorização e “fetiche da velocidade” e a pressão pela transmissão da informação em tempo real, também encontradas no radiojornalismo e no telejornalismo, vão ser potencializadas com o advento da internet e a prática do então jornalismo online (MORETZSOHN, 2002).

Isso tem como consequência um processo em que o público, cada vez mais, passa a exigir instantaneidade, principalmente dos portais de notícias. Esse “afã publicador”, como chama Martinez (2007), já presente nos primeiros anos da internet comercial no país, fez com que se modificassem as funções nas redações online e suas respectivas tarefas, até então tradicionais nos jornais, além da técnica de construção e reprodução da notícia, demonstrando

que o tempo agora não é mais determinado pela rotativa da máquina. O importante é informar primeiro, por isso, as notícias passam a ser produzidas de forma fragmentada, sem necessariamente precisarem conter a visão mais ampla do acontecimento, o cruzamento de fontes e até mesmo a revisão de uma editora ou um editor.

A grande diferença do novo processo digital está no fato de que os meios de produção foram parar totalmente na mão do jornalista – em geral um jornalista jovem, recém-formado, com facilidade para lidar com softwares, mas pouca experiência para tratar da informação. Ele passa a coletar, administrar, filtrar, editar e publicar as notícias (MARTINEZ, 2007, p. 15-16).

Apesar de contribuir com a velocidade com que as notícias são produzidas, essa lógica pode trazer problemas à narrativa jornalística devido à falta de apuração, o que leva à publicação de informações incorretas, imprecisas e até falsas (MARTINEZ, 2007) – questões que acabam por reduzir a qualidade da cobertura jornalística.

A fragmentação das notícias, apesar de fazer parte do processo de produção jornalística, é uma característica que também se ampliou no jornalismo online em decorrência da necessidade de constantes atualizações em função dos novos dados e referências que vão surgindo no desenrolar dos acontecimentos somado à busca pela instantaneidade e fluxo contínuo. As narrativas são, assim, construídas ao mesmo tempo em que os fatos acontecem e o público precisa articular essa realidade fragmentada para que a mesma venha a fazer sentido por completo.

Essa narrativa fragmentada e instantânea e com atualizações nas próprias notícias foi a que encontramos no portal UOL durante o desenrolar do desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro. O UOL (Universo Online), como já citamos na introdução, está na lista dos dez sites mais populares do Brasil, ocupando a sétima posição. Informações encontradas em seu site dão conta de que “nove em cada dez internautas acessam o UOL todos os meses” (o que significa uma cobertura de 89,3% da internet brasileira) e que “sua homepage recebe mais de 111 milhões de visitantes únicos por mês” (UOL, 1996-2020) – marca alcançada em 2019, quando torna-se líder entre as maiores produtoras e os maiores produtores de conteúdo do país.

Fundado em 28 de abril de 1996, em São Paulo – município onde está sua sede, apesar de ter escritórios em diversos locais do país –, o UOL foi pioneiro na produção de conteúdo na internet brasileira: entrou no ar como o primeiro portal de conteúdo do país, “com serviço de

Bate-Papo, edição diária da Folha de S. Paulo, arquivos da Folha com cerca de 250 mil textos, reportagens do The New York Times (traduzidas para o português), Folha da Tarde e Notícias Populares, Classificados, Roteiros e Saúde e a revista IstoÉ” (UOL, 1996-2020).

Um ano depois, colocou no ar a TV UOL, primeira TV produzida exclusivamente para a internet no Brasil, sendo agora pioneiro na transmissão de conteúdos ao vivo e na interligação com a TV aberta, interatividade com o público e construção de um acervo de vídeos. Em 2002, fez a primeira transmissão via internet de um jogo da seleção brasileira e, em 2010, transmitiu o primeiro debate presidencial exclusivo para internet na história do país. Outras marcas ainda são destacadas pelo portal, como o recorde de acessos batido quando da apuração dos votos das eleições em 2014 e, dois anos depois, em 16 de março de 2016, o recorde de audiência com os diálogos entre o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma Rousseff – ocasião em que sua homepage obteve a audiência de 6,8 milhões de usuárias e usuários e mais de 54,9 milhões de carregamentos durante o dia.

Com mais de 20 anos de trajetória, a empresa diz se guiar pela constante busca por inovação e credibilidade. A produção própria do portal envolve, atualmente, segundo informações do site, mais de 300 profissionais de imprensa. Além disso, o UOL faz parte de uma rede de mais de 400 parceiras e parceiros, como a Folha de S. Paulo, Band, Discovery, ESPN, RedeTV e Jovem Pan. A produção de informação do portal também vai além de seu website: encontramos o UOL em diversas redes sociais, entre elas o Twitter, Facebook e Instagram – espaços onde há interação direta com seus conteúdos. No entanto, o portal não se caracteriza apenas pela produção de conteúdo, mas também tecnologia, serviços e meios de pagamentos digitais; o que pode ser comprovado pelo investimento que vem fazendo em novos produtos e serviços.

O portal, que tem como slogan “o melhor conteúdo”, está dividido nas seguintes páginas principais: Produtos, Notícias, Carros, Economia, Folha, Esporte, Entretê, TV e famosos, Universa, Vivabem, Tilt (plataforma de tecnologia), Ecoa (com foco em jornalismo propositivo), Mov (produtora de vídeos), Nossa (foco em viagem, gastronomia, moda e decoração), TAB e Start (cobre o universo de games e eSports). A divisão mostra a mescla de conteúdos informativos, de entretenimento e de serviços, típica de portais de notícias, como mostra a definição de Barbosa (2001, p. 8): “páginas que centralizam informações gerais e especializadas, serviços de e-mail, canais de chat e relacionamento, shoppings virtuais, mecanismos de busca na Web, entre outros, e cuja intenção é ser a porta principal de acesso a orientar a navegação do usuário pela WWW”.

Os portais de notícias, portanto, surgem como um espaço em que há diversidade de canais e de fontes às usuárias e aos usuários, sendo uma categoria que se diferencia dos sites de jornais exatamente por agregar outros elementos que não só o informativo, apesar do conteúdo jornalístico ser um dos principais, como lembra a autora:

Os portais são mesmo emissores de grande conteúdo e neles o jornalismo é uma das maiores fontes de geração de tráfego e acesso. Tanto que, no geral, eles abarcam as edições online dos grandes jornais (nacionais e internacionais até), além de garantirem conteúdo próprio produzido por equipes de/ jornalistas, muitos dos quais trazidos da mídia impressa (BARBOSA, 2001, p. 9).

A partir da diferenciação feita entre “megaportais” ou “portais genéricos” e “portais locais”⁹⁴ apresentado também por Barbosa (2001), identificamos o portal UOL na primeira classificação: nele, encontramos informações – a partir de banco de dados, hipertextos, áudio e vídeo – juntamente de serviços e produtos que vão contribuir para alavancar a audiência e seu engajamento; o que não significa que o conteúdo produzido se torne menos importante ou de menor qualidade se comparados aos sites jornalísticos.

Para falar mais especificamente do conteúdo jornalístico do UOL, é possível perceber que este divulga suas notícias a partir das características principais do jornalismo online (PALÁCIOS, 2002): há intenso uso de hiperlinks; as notícias, quanto à multimídia, contam com suporte de fotos e vídeos e ainda podemos verificar o uso de infográficos e mapas, como, por exemplo, nas próprias notícias referentes a desastres; o portal permite ter acesso às notícias antigas através de seu mecanismo de busca – memória que nos possibilitou coletar as notícias referentes ao acontecimento de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro; é possível comentar em cada uma das notícias publicadas e também há uma tentativa de interatividade em algumas ao solicitarem a participação do público – em nosso *corpus* de pesquisa, a notícia “Tragédia no Rio de Janeiro é destaque nas redes sociais” pede que as internautas e os internautas que registraram fotos ou vídeos sobre o desastre enviem o conteúdo ou utilizem a plataforma multimídia do UOL para carregar e disponibilizar no portal; e, por fim, constatamos, como característica mais marcante, a instantaneidade e atualização contínua das notícias na

⁹⁴ Os “portais locais” estariam relacionados àqueles que buscam gerar audiência local e, portanto, direcionam seu conteúdo e serviços a um local em específico (BARBOSA, 2001).

produção de conteúdo jornalístico do portal, sendo que as principais manchetes do momento ficam em destaque em sua homepage.

É, no entanto, no link “Últimas notícias”⁹⁵ que verificamos de forma mais evidente essa constante atualização e cobertura de certos acontecimentos que se dá em tempo real e ao longo das 24 horas do dia, apresentando, ao final do mesmo, uma quantidade considerável de publicações sobre temas diversos. Mielniczuk (2003, p. 55), ao definir os formatos de notícias encontrados em webjornais, classificou “últimas notícias” (ou breaknews) como “informações em formato de notas [...] disponibilizadas de maneira imediata, explorando a possibilidade de atualização contínua” – o que podemos constatar ao percebermos a narrativa fragmentada das notícias no ambiente digital, principalmente nas primeiras horas de um acontecimento e na sua cobertura imediata. No UOL, essas notícias são marcadas pelo seu horário de divulgação e, nas notícias coletadas e selecionadas para o nosso *corpus* de pesquisa, foi possível observar que muitas, nos primeiros dias da cobertura sobre o desastre de 2011 na Região Serrana, tinham seu texto atualizado ao longo do dia.

Em relação aos desastres, é ainda interessante observar que, na construção da história do portal, em seu site, há um destaque para o dia 11 de setembro de 2001 (data do atentado ao World Trade Center, em Nova Iorque), pois, nesse dia, o portal elaborou e mudou sua homepage para a cobertura desse acontecimento, além de ter sido o único site noticioso do país que não ficou fora do ar – o que demonstra a importância que o mesmo dá a acontecimentos extraordinários.

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO

4.2.1 Definição do *corpus*

Para a construção do *corpus* da referente pesquisa, coletamos, em um primeiro momento, todas as notícias que estavam ligadas, de alguma forma, ao desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal de notícias UOL⁹⁶ desde o momento da

⁹⁵ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas/index.htm>>.

⁹⁶ Link para acesso: <https://www.uol.com.br>.

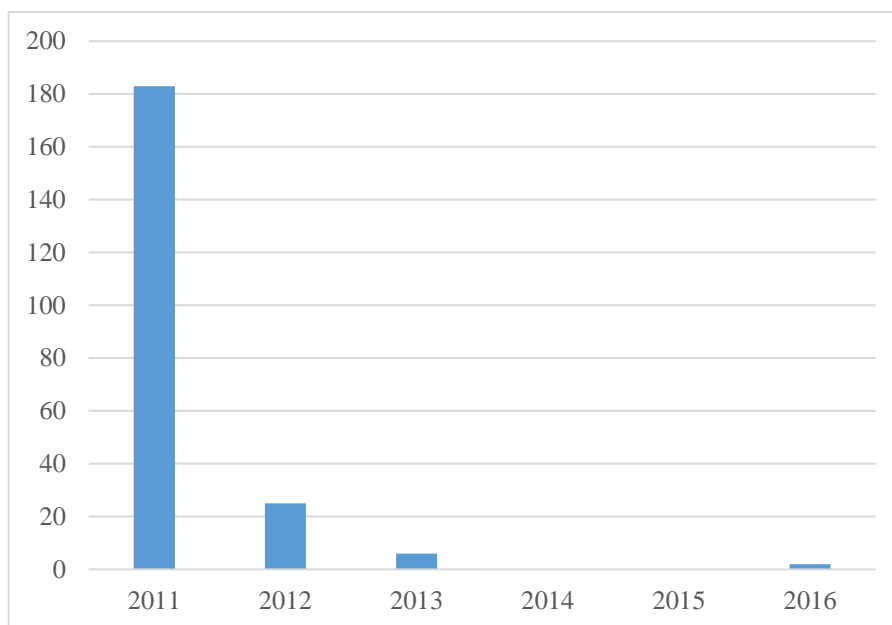
irrupção do acontecimento. A coleta foi feita através da ferramenta de busca do próprio portal, por meio da combinação das palavras-chave “Região Serrana”, “Rio de Janeiro”, “desastre” e “tragédia”, além do nome dos municípios mais atingidos: “Nova Friburgo”, “Petrópolis” e “Teresópolis”. Também utilizamos o site de buscas Google⁹⁷, pois a própria busca pelo portal UOL poderia não localizar alguma notícia referente ao desastre, e encontramos muitas notícias a partir dos hiperlinks localizados junto daquelas que iam sendo selecionadas sobre o caso.

A partir dessa primeira coleta, selecionamos as notícias que tratavam diretamente do acontecimento ou de seus desdobramentos e efemérides, descartando editoriais e/ou artigos de opinião sobre o assunto. Apesar de muitas notícias conterem fotos, vídeos, mapas e infográficos, decidimos por não incluir esses elementos na análise proposta. Quanto aos títulos, é importante esclarecer que estes serão compreendidos como parte das notícias a serem analisadas.

Ao total, 216 notícias foram selecionadas, datadas de 12 de janeiro de 2011 a 24 de dezembro de 2016. Dessas, 184 notícias (85,18%) referem-se ao primeiro ano do desastre, 25 (11,57%) são de 2012, cinco (2,31%) foram encontradas em 2013 e duas (0,92%) em 2016, conforme o Gráfico 1. Nos anos de 2014 e 2015, não encontramos nenhuma notícia referente ao acontecimento de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, o que pode ser explicado pelo fato de não serem anos “redondos” de comemoração – ao contrário dos anos anteriores quando o acontecimento completou um e dois anos, e de 2016 quando o desastre fazia cinco anos.

Gráfico 1 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - 2011 a 2016

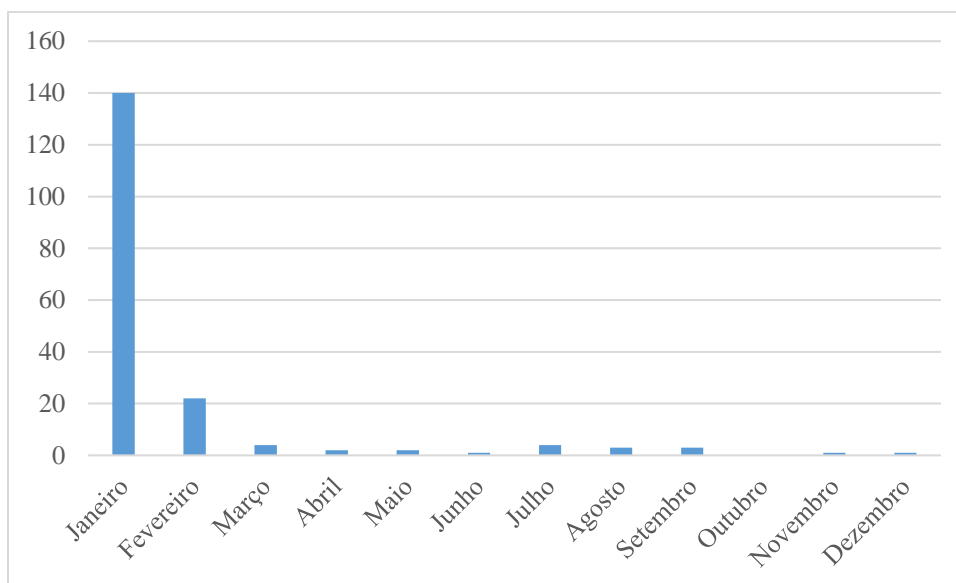
⁹⁷ Link para acesso: <https://www.google.com.br>.



Fonte: Elaborado pela autora

Em nossa coleta, constatamos uma cobertura jornalística do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro que pode ser considerada longa: começa em 2011 e tem as últimas notícias sobre o acontecimento publicadas em 2016. No entanto, também percebemos que essa cobertura jornalística deixa de ser intensa a partir do segundo mês do acontecimento, como é possível verificar pelos números apresentados anteriormente e pela seguinte quantidade de notícias publicadas de acordo com cada mês de 2011: 140 em janeiro, 22 em fevereiro, quatro em março, duas em abril e em maio, uma em junho, quatro em julho, três em agosto e em setembro, nenhuma em outubro, e uma em novembro e em dezembro.

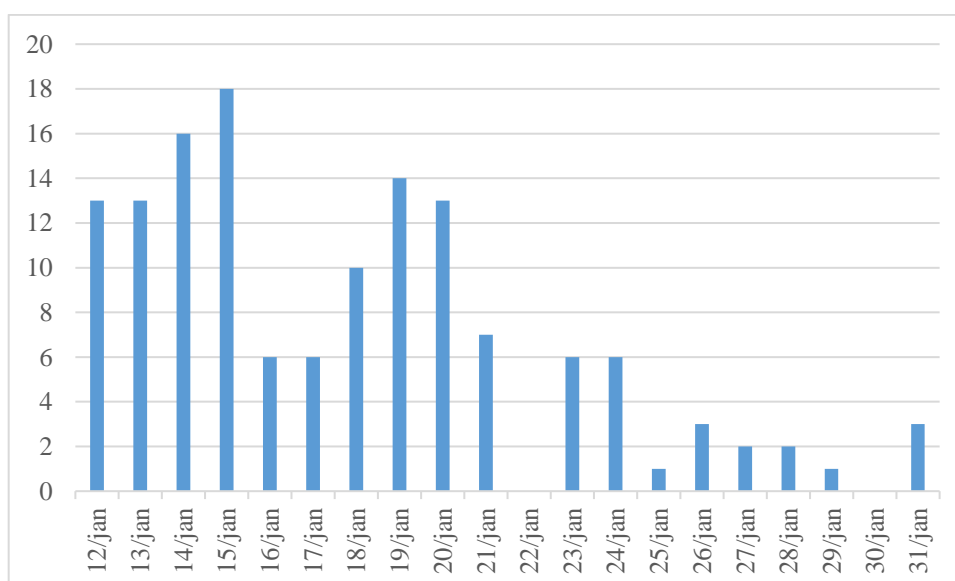
Gráfico 2 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - 2011



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisarmos apenas o mês de janeiro de 2011, também é possível averiguar como a intensidade da cobertura jornalística vai diminuindo com o passar dos dias da irrupção do acontecimento: a maior quantidade de notícias sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal UOL concentra-se nos dez primeiros dias do ocorrido, diminuindo assim que se aproxima o fim do mês, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Notícias sobre o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro - janeiro de 2011



Fonte: Elaborado pela autora

Analisando esses números, corroboramos a constatação de Araújo (2013) de que a cobertura jornalística atua de forma mais ativa no “tempo do durante o desastre”. Ao mesmo tempo, confirmamos que há um esquecimento da narrativa jornalística, com o passar do tempo, perante o acontecimento e frisamos a importância das efemérides para lembrar o caso.

Ao expandirmos nossa busca no portal UOL para além das notícias referentes ao acontecimento, verificamos que, apesar do desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana Fluminense ter alertado o país para a necessidade de maior investimento e fortalecimento na gestão de riscos e desastres no Brasil, como vimos anteriormente no capítulo 3, a narrativa jornalística não o menciona quando da cobertura de outros fenômenos parecidos. A notícia “Rio tem previsão de chuva forte; temporal pode interromper buscas em Muzema”⁹⁸, de 2019, por exemplo, mesmo com a informação que, desde 2011, a prefeitura possui um sistema de alerta a qual inclui, dentre outras coisas, sirenes que devem acionar quando os pluviômetros marcam determinado nível, para que as moradoras e os moradores de comunidades expostas a riscos possam procurar abrigos, não se refere, em nenhuma momento, ao desastre de 2011 na Região Serrana e às novas políticas de gestão de riscos e de desastres implementadas após sua irrupção.

Para a análise de nossa pesquisa, selecionamos, dentre as 216 notícias ao total, aquelas que fazem referência às primeiras 24, 48 e 72 horas do acontecimento, um mês e as efemérides, totalizando 58 notícias: 13 referentes às primeiras 24 horas, 12 relativas às 48 horas, 14 alusivas às 72 horas, três quando o acontecimento completa um mês e 16 efemérides (sendo 13 notícias de 2012, duas de 2013 e uma de 2016⁹⁹). Esses marcos temporais, os quais consideramos de extrema importância na evolução do acontecimento desastroso e na cobertura jornalística de desastres, vão auxiliar a divisão da narrativa em diferentes episódios, como será explicado no próximo subcapítulo.

⁹⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/14/rio-tem-previsao-de-chuva-forte-temporal-pode-interromper-buscas-em-muzema.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

⁹⁹ Apesar de sabermos que novas narrativas sobre o caso podem surgir – afinal compreendemos que o acontecimento ainda não teve o seu fim devido às diversas consequências que trouxe e não foram totalmente solucionadas e aos efeitos ainda sentidos pelas pessoas afetadas e que atingem seus modos de vida (QUÉRÉ, 2005; VALENCIO, 2012) –, escolhemos, como final da narrativa, a última notícia encontrada no portal UOL durante o levantamento de coleta do *corpus*, a qual faz referência à passagem de mais um ano do acontecimento, referente a 11 de janeiro de 2016.

Passamos agora a detalhar os passos metodológicos da pesquisa.

4.2.2 Movimentos de análise

Detalharemos, neste subtópico, os movimentos de análise propostos para a referente pesquisa. Antes, porém, é preciso deixar claro que, em nosso trabalho, estamos considerando a cobertura jornalística do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro como uma narrativa. Como nos lembra Motta (2013, p. 81, grifo do autor), “a lógica narrativa é o agrupamento de unidades que se *coesionam* sintaticamente ao serem articuladas em sequências e intrigas dramáticas”. A narrativa completa sobre o desastre é, portanto, construída pelo encadeamento de diferentes unidades encontradas em um amplo eixo temporal no portal UOL.

Baseadas na Análise Crítica da Narrativa, metodologia apresentada por Motta (2013) e já descrita anteriormente na seção 4 do capítulo 2, adequamos o método aos nossos objetivos e objeto de pesquisa, chegando a dois movimentos analíticos: *reconstruir a narrativa de forma cronológica e compreender a intriga como síntese do heterogêneo*. A partir de ambos, buscamos construir um referencial metodológico que nos possibilite compreender como a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se modifica ao longo do tempo no portal UOL, cotejando as primeiras notícias sobre o acontecimento com aquelas publicadas em um amplo eixo temporal.

Motta (2013) afirma que encontramos elementos narrativos em todas as partes do jornalismo: está nas chamadas *soft news* e reportagens que se dizem literárias e também nos textos jornalísticos de *hard news*, considerados mais duros; no entanto, é em relação às *hard news* que reside o grande desafio para quem analisa narrativas jornalísticas. Entre os motivos para essa complexidade está, além do fato de o jornalismo estar ligado a uma ideia de reprodução fiel da realidade e, por isso, não seria uma instância para contar histórias (como já debatemos no capítulo 2), na fragmentação, inconclusão e dureza desse tipo de notícia, o que faz com que a intriga não apareça composta de forma integral, pois nem sempre os acontecimentos se apresentam de uma forma completa em um primeiro momento. À medida que novos fatos vão surgindo, o jornalismo retoma a história do acontecimento, configurando-se, assim, em uma narrativa seriada que é apresentada em meio a tantas outras que estão

circulando. Inclusive, é esta fragmentação que diferencia a narrativa jornalística das narrativas historiográficas ou ficcionais.

Para Motta (2013, p. 96), “a lógica narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam”, pois, o tempo, no jornalismo, tem sua própria lógica cronológica e costuma estar em uma ordem invertida e difusa, começando pelo final da história para, só depois, chegar aos antecedentes. Por isso, como passo fundamental, o autor afirma que precisamos reconstruir a narrativa de forma cronológica – primeiro movimento de nossa análise.

Reunindo informações dispersas sobre *um mesmo tema ou assunto* (que podem estar separadas por intervalos de dias, semanas ou meses no noticiário), o analista junta as pontas, encontra os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga, como o leitor faz corriqueiramente (MOTTA, 2013, p. 97, grifos do autor).

Para a reconstrução da narrativa de forma cronológica, será elaborada uma linha do tempo do acontecimento, construída a partir do *corpus* da pesquisa. A linha do tempo do acontecimento será importante não só para compreendermos como a narrativa jornalística sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se desdobra temporalmente pelo portal UOL, mas também para uma melhor contextualização do acontecimento e um primeiro olhar diante de seus possíveis significados e transformações. Além disso, esse movimento auxilia na aplicação do segundo movimento de análise proposto: compreender a intriga como síntese do heterogêneo.

Esse segundo movimento nos possibilitará compreender a integralidade da história e a intriga central da narrativa de forma coerente e coesa, delimitando seu início, meio e fim¹⁰⁰. A partir dele, a analista ou o analista deve observar, decompor e recompor a história, colocando

¹⁰⁰ Essa delimitação temporal, é preciso ressaltar, é feita segundo a ordenação da intriga da narrativa e, por isso, não necessariamente está atrelada ao tempo do acontecimento em si. A partir de uma ideia do todo orgânico (com começo, meio e fim), Ricoeur (1994) vai dizer que tanto o começo quanto o final da narrativa, para fins de análise, estão atrelados a uma não necessidade de sucessão, sendo que o fim vai se dar conforme o que é exigido da composição da intriga. Ou, como afirma Motta (2004, p. 10), “a conclusão não é o final da intriga, é a síntese entre o tempo narrativo linear e a dimensão configurante que transforma a sucessão de incidentes em uma totalidade significativa (tema)”. Apesar de ser fragmentada e difusa, a narrativa jornalística é um todo e, por isso, teria um fim.

junto e de forma compreensiva tudo o que antes estava separado ou parecia estar solto, identificando

suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação (MOTTA, 2013, p. 141).

Ricoeur (1994, p. 70) afirma que “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou verossímil do episódico”. O próprio ato de narrar pressupõe a composição da intriga¹⁰¹, pois a lógica da narrativa está no encadeamento das ações. Assim, através da produção de uma espécie de *storyline*, um resumo-síntese da história em que as diferentes partes são recompostas e ganham continuidade, é possível ver a narrativa como um todo e evidenciar de que maneira a narradora ou o narrador compôs a história, como as ações se articulam ao longo da narrativa e como os microeventos se concatenam ao enredo principal, configurando-se de forma mais clara o projeto dramático de construção da realidade, as relações de poder existentes, as estratégias comunicativas da narradora ou do narrador, os papéis das personagens nos conflitos presentes na narrativa e os efeitos de sentido produzidos¹⁰².

Com a intriga recomposta e coerente e a narrativa vista como um processo, a totalidade da história jornalística é revelada e retomada como uma unidade – ou, como diz Motta (2013), um acontecimento dramático ou acontecimento-intriga. Esse acontecimento será capaz de constituir um novo produto cultural, o qual nos faz entender melhor o jornalismo como produtor de sentidos e formador do pensamento contemporâneo, pois, como já vimos no segundo capítulo, não é somente uma instância que representa a realidade. Também torna ainda mais claro o entendimento do jornalismo como narrativa, pois permite perceber a aproximação das notícias com a ficção, ao tornarem-se “contos, fábulas e mitos da contemporaneidade, impregnando de subjetividade o que antes parecia pura objetividade” (MOTTA, 2013, p. 102).

¹⁰¹ “Sem uma intriga não há estória, sem estória não há narração, e sem narração, a análise da narrativa não é possível”, ressalta Motta (2013, p. 99).

¹⁰² Ao reconfigurarmos a intriga, também é possível que sejam reveladas as metanarrativas de fundo que fazem parte do discurso narrativo (MOTTA, 2013), o que, no entanto, não é objetivo do nosso trabalho.

Por isso, para o autor, é o acontecimento-intriga que vai caracterizar a narrativa noticiosa por excelência, ao apagar a dura referencialidade e revelar o que ele chama de “poética jornalística”.

Para nossa pesquisa, faremos a decomposição e composição da intriga a partir de leituras e releituras da narrativa estudada, como propõe Motta (2013), e da própria reconstituição retrospectiva do acontecimento através da elaboração da linha do tempo do acontecimento – nosso primeiro movimento de análise. Através da integração das notícias isoladas do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro em um conjunto significativo ordenado sucessiva e cronologicamente, será possível verificar como a narrativa jornalística sobre o desastre é composta nos diferentes eixos temporais do acontecimento – sem deixar, no entanto, desaparecer a heterogeneidade dos elementos e das relações que compõem a narrativa (LEAL, 2013), pois, como diz Lage (2013, p. 35), “integrar elementos heterogêneos no curso de uma história sob uma lógica da compreensão narrativa não significa apenas fazê-los concordar, mas inseri-los numa dinâmica concordante-discordante que comporta reviravoltas e surpresas”.

Primeiramente, faremos a decomposição da intriga da narrativa jornalística do portal UOL a partir da divisão por episódios, considerando que nosso *corpus* está baseado em marcos temporais da narrativa do acontecimento (primeiras 24, 48 e 72 horas, um mês e as efemérides – um ano, dois anos e cinco anos após o desastre). Na decomposição da intriga, destacaremos os elementos que consideramos mais expressivos das notícias e que serão importantes para prosseguir a análise.

Com a decomposição e divisão da narrativa a partir dos episódios propostos, e buscando referências no segundo movimento de análise proposto por Motta (2013), “compreender a lógica do paradigma narrativo”, passaremos à recomposição da intriga, reunindo os elementos heterogêneos e colocando-os em relação para identificar as diferentes temáticas que derivam da intriga principal, ou seja, os conflitos secundários – categoria que é percebida exatamente no momento em que se amarram todas as informações pela retomada dos fragmentos dispersos das notícias isoladas. O autor lembra que os conflitos são extremamente importantes para a estruturação das intrigas e para a compreensão da construção do projeto dramático desvelado pela narradora ou pelo narrador. Mesmo afirmando que a dimensão dos conflitos só poderá ser vista plenamente ao final da análise, o autor diz ser recomendável sua identificação desde o início da história, pois, “ao serem identificados enquanto projeto discursivo de apreensão e organização da difusa e confusa realidade, sua percepção orienta e guia os procedimentos

posteriores, esclarecendo as astúcias enunciativas e os efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 167).

No plano da estória, para fins de análise da narrativa sobre desastres, interessam-nos alguns elementos que compõem normalmente o transcurso desses relatos, bem como seus princípios de organização e conflitos já relatados anteriormente; afinal, tanto o conteúdo, como o enredo ou a intriga nesse tipo de narrativa possuem especificidades já sistematizadas pela revisão de literatura que trata sobre os desastres e o jornalismo e é para elas que privilegiamos o olhar em nossa análise. Assim, para nosso segundo movimento de análise, serão consideradas questões observadas na literatura e nos manuais sobre cobertura jornalística de desastres, conforme discussão do capítulo 2, bem como aspectos que o Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (Poscom/UFSM) vem trabalhando e considera como importantes para a narrativa jornalística desse tipo de acontecimento.

Elaboramos uma relação de aspectos cuja presença deve ser considerada na análise da narrativa estudada. No âmbito das causas e das consequências, será observado se as mesmas são mencionadas, se há responsabilização de algo ou alguém perante o desastre e como se dá a explicação da sua ocorrência, buscando as diferentes abordagens trazidas pelo jornalismo em sua narrativa, sejam elas sociais ou apenas ambientais. Temas considerados importantes para se pensar uma narrativa jornalística de desastres dita de qualidade e que vá além do simples relato factual, como questões que envolvem prevenção, redução de riscos e vulnerabilidades, suas consequências e formas de enfrentamento, também serão observados. Por isso, a análise estará atenta ao fato de a narrativa abordar assuntos ou conceitos referentes ao âmbito científico e/ou ambiental. Visto que a narrativa jornalística de desastres é, muitas vezes, pautada pelas histórias e lembranças das vítimas, a presença desses relatos e histórias de solidariedade em torno do desastre serão contempladas por nossa análise, assim como a possibilidade de a narrativa considerar as demandas específicas das vítimas e comunidades atingidas. Além das próprias vítimas, nossa análise está interessada também nas demais personagens da narrativa e, por isso, utilizando-nos de inferências do quinto movimento proposto por Motta (2013) – “personagens: metamorfose de pessoa a persona” –, faremos a identificação dos tipos de personagens presentes na narrativa jornalística do portal UOL sobre o desastre e o papel que desempenham no mesmo. Por fim, sabendo que nossa pesquisa também está interessada nos estudos que tratam sobre a memória, será observada a presença da lembrança de outros desastres na narrativa analisada.

A identificação desses elementos é um passo fundamental para podermos refletir, durante nossa análise, sobre as relações de poder, as intenções e estratégias argumentativas na situação de comunicação e consequentes efeitos de sentido pretendidos pela narradora ou pelo narrador – questões que, apesar de não serem o foco da nossa pesquisa e demandarem uma análise rigorosa para serem reveladas, parece-nos relevante serem minimamente observadas. Aqui, nos valem da discussão que permeia o sexto movimento da análise da narrativa do autor – “as estratégias argumentativas”.

A partir da busca e observação desses elementos na narrativa do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, e tendo em vista que a narrativa possui um caráter seletivo (RICOEUR, 1994), será possível perceber como ela se transforma em um longo eixo temporal, assinalando aquilo que foi lembrado e o que foi esquecido com o passar do tempo, a partir do cotejamento entre as primeiras notícias sobre o acontecimento e aquelas publicadas anos depois.

Expostos nossos passos metodológicos, apresentamos, nos próximos subcapítulos, nossa análise da narrativa a partir dos movimentos propostos para, no fim, tratarmos sobre os resultados da mesma.

4.3 O DESASTRE NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO: LINHA DO TEMPO DO ACONTECIMENTO

A partir das notícias que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, organizamos uma linha do tempo do acontecimento que perpassa, temporalmente, o primeiro, o segundo e o terceiro dia do desastre, um mês, e chega às datas comemorativas em anos posteriores. A construção da linha do tempo do acontecimento, realizada através da organização temporal das informações apresentadas de forma fragmentada pela narrativa jornalística do UOL, é o nosso primeiro movimento de análise – *reconstruir a narrativa de forma cronológica* – e permite a compreensão do modo como o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro se constitui cronologicamente pela narrativa desse portal de notícias.

2011

12 de janeiro

- Chuvas fortes atingem a Região Serrana do Rio de Janeiro: na madrugada entre os dias 11 e 12, chove o equivalente ao esperado para todo o mês de janeiro
- Nova Friburgo registra 30 deslizamentos e três mortes (duas em decorrência do desabamento de um prédio sobre três casas), ruas estão alagadas, estradas interditadas e há falta de luz
- Teresópolis e Petrópolis registram deslizamentos, mas número de vítimas não é confirmado
- Sete mortes registradas na Região Serrana (cinco delas em Teresópolis) e centenas de desabrigadas e desabrigados
- Quatro pessoas bombeiras morrem soterradas em Nova Friburgo durante resgates e três estão desaparecidas
- As estradas RJ-116, BR-116 e BR-040 estão com trânsito bloqueado ou em meia-pista em diversos pontos devido à queda de barreiras
- 20 mortes registradas na Região Serrana
- Polícia Rodoviária Federal começa a receber doações
- Há dificuldade de acesso aos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo; helicópteros da polícia e do Corpo de Bombeiros são mobilizados
- 75 pessoas estão sem energia elétrica; municípios mais atingidos são Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto; concessionária de energia mobiliza helicóptero com pessoas e equipamentos
- Comércio não abre em Nova Friburgo e em bairros de Teresópolis
- Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) vai ao Palácio do Planalto pedir ajuda federal; ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, garante ajuda ao estado
- Presidenta Dilma Rousseff telefona ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para prestar solidariedade
- Teresópolis registra 48 mortes e cerca de mil pessoas desabrigadas; prefeitura afirma que choveu 140 mm; prefeito Jorge Mario aciona o Gabinete de Emergência; pessoas desabrigadas são encaminhadas ao ginásio de esportes da cidade; estrutura é montada para receber doações
- Nova Friburgo registra oito mortes e Petrópolis, nove mortes
- Sérgio Cabral emite nota lamentando “profundamente a perda de vidas” e solicita à Marinha aeronaves para o deslocamento de mais tropas e equipamentos; comandante da Marinha, almirante Júlio Moura, providencia o envio
- Vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, sobrevoa a região para avaliar os estragos e anuncia envio de força-tarefa
- Três pessoas bombeiras morrem em um deslizamento durante operação de salvamento em Nova Friburgo, três são resgatadas e uma está desaparecida; prefeitura de Nova Friburgo decreta Estado de Calamidade Pública
- Defesa Civil informa que áreas localizadas em Itaipava (Petrópolis) são as mais atingidas por quedas de barreiras e que choveu 134 mm na região; equipes do Comitê de Ações

Emergenciais de Petrópolis, Corpo de Bombeiros e órgãos locais reúnem-se para coordenar ações no local

- Sérgio Cabral trata sobre medidas emergenciais para a região com Dilma Rousseff; presidenta determina a visita do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, e do secretário de Estado da Casa Civil, Regis Fichtner, à região
- Grupos de pessoas voluntárias se formam junto de bombeiras e bombeiros para ajudar nos resgates
- Petrópolis registra 18 mortes; Secretaria de Trabalho, Ação Social e Cidadania da cidade organiza postos para entrega de doações
- Mais de 200 mortes registradas na Região Serrana
- Dilma Rousseff assina Medida Provisória (MP) que destina R\$ 780 milhões para os ministérios enviarem auxílio às regiões atingidas pelas chuvas
- Teresópolis registra 130 mortes, mais de 200 pessoas desabrigadas e 400 desalojadas; serviços de luz e água já são restabelecidos na maior parte da cidade; Secretaria Estadual de Saúde autoriza instalação de um hospital de campanha no município; prefeitura decreta Estado de Calamidade Pública e disponibiliza conta para receber doações
- Nova Friburgo registra 97 mortes
- Ministério da Saúde anuncia o envio de mais de sete toneladas de medicamentos e insumos para auxílio às vítimas
- Hospitais federais montam esquema especial de atendimento à população; Departamento de Gestão Hospitalar Federal no Rio de Janeiro coloca à disposição parte das salas cirúrgicas dos hospitais federais

13 de janeiro

- Nova Friburgo se encontra praticamente impossibilitada de ser acessada devido à lama e árvores caídas; transporte público não funciona; postos de gasolina têm filas enormes; ainda não há água, energia elétrica ou serviço de telefonia
- 295 mortes registradas na Região Serrana: 146 em Teresópolis, 107 em Nova Friburgo e 42 em Petrópolis; a maioria ocorreu devido aos deslizamentos
- Cem pessoas do Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro e 35 viaturas são enviadas à região; quantidade de locais inacessíveis atrapalha os salvamentos
- Em Nova Friburgo, 250 pessoas trabalham nas equipes de resgate na cidade; 40 pessoas estão mortas e 35 feridas no córrego Dantas, mas não há acesso para transportá-las; dados confirmam que choveu 310 mm na cidade; Instituto Médico Legal (IML) de campanha é montado e 87 corpos já estão no local
- Ex-prefeito de Nova Friburgo, Paulo Azevedo, está soterrado no distrito de Campo Coelho; sua família caminha seis horas para pedir ajuda
- Em Teresópolis, seis locais funcionam como abrigo para mais de 700 pessoas; só o ginásio de esportes “Pedrão” já tem 267; dezenas de pessoas voluntárias se mobilizam, além da Defesa Civil, Cruz Vermelha e secretarias municipais; donativos não param de chegar;

ainda há regiões isoladas na cidade; IML foi deslocado e improvisado em um imóvel maior e 120 corpos já estão no local

- Petrobrás anuncia o envio de helicópteros para operações de busca em áreas rurais e de difícil acesso em Nova Friburgo
- Doze toneladas de mantimentos são enviadas à Teresópolis e Petrópolis
- Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos reúne-se com prefeitos de Teresópolis e Petrópolis e anuncia a remoção imediata e reassentamento de cerca de cinco mil famílias por estarem em áreas de extremo risco; gabinete é criado para concentrar a ação das secretarias de assistência social das cidades; recursos serão solicitados ao governo federal
- Em Teresópolis, hospital de campanha é instalado com dez profissionais das áreas de Medicina, Enfermagem e Técnico em Enfermagem; equipe da Subsecretaria de Vigilância em Saúde atua nas comunidades afetadas para orientar sobre a prevenção de doenças e nos abrigos para avaliar as condições sanitárias
- Sérgio Cabral solicita reforço da Força Nacional de Segurança Pública; 225 agentes são mobilizadas e mobilizados
- Nova Friburgo recebe 60 policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Grupamento Aéreo Marítimo; 40 pessoas são resgatadas no início dos trabalhos
- Mais de 360 mortes registradas na Região Serrana: Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis registram 14 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas (5.190, 6.500 e 2.240, respectivamente)
- Petrópolis tem cerca de 1.500 casas total ou parcialmente destruídas
- Prefeitos dos municípios da região marcam reunião com Dilma Rousseff e Sérgio Cabral; presidenta e governador visitam Nova Friburgo
- Fuzileiras e fuzileiros navais iniciam atendimento médico em Nova Friburgo; o único hospital municipal já não dá conta do grande número de pacientes; ambulatório do primeiro andar do local está alagado e interditado; bases improvisadas são montadas pela prefeitura para atender as pessoas feridas
- Comércio permanece fechado em Nova Friburgo; vários pontos ainda estão sem luz, água e gás; telefonia opera de forma precária; lixo se acumula pelas ruas; funerária da cidade organiza velório coletivo com apoio da prefeitura
- Sobreviventes que estão nos abrigos relatam ser a segunda vez que perdem suas casas em decorrência das chuvas; locais recebem doativos para as pessoas desabrigadas
- No Twitter, hashtags #chuvassrj e #friburgo e o nome “Cruz Vermelha” entram para a lista brasileira de trending topics; Teresópolis chega à lista de trending topics mundial; hashtag #sosrio e envio de imagens pelo Twitpic mobiliza internautas para fazerem doações e alertam sobre situações de emergência
- No Facebook, criam-se páginas de ajuda com mais de 950 membras e membros
- 470 mortes registradas na Região Serrana: 214 em Nova Friburgo e 208 em Teresópolis; em Petrópolis e Sumidouro há diferença nos registros: a Polícia Civil contabiliza 35 e 13 e as prefeituras falam em 39 e 19, respectivamente.
- Em Nova Friburgo, estima-se que 160 corpos estão no IML improvisado; mais de 220 pessoas estão desaparecidas, sendo metade na Granja Pinelli; ainda há dificuldade de comunicação no local

- Em Petrópolis, equipes de resgate da Defesa Civil chegam às localidades de Alto Cavalo e Santa Rita; 26 pessoas são encontradas e não há registro de mortes; a Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania encaminha mantimentos às vítimas isoladas

14 de janeiro

- Trabalhos de busca são interrompidos na madrugada em Teresópolis e Petrópolis devido à falta de iluminação e chuva, sendo retomados pela manhã
- Bairros seguem sem luz e sem água; estima-se que o desastre terá efeito devastador e por longo prazo no turismo, gastronomia e na vida cultural das cidades da Região Serrana, afetando empregos e economia local
- Informação sobre rompimento de represa em Nova Friburgo leva pânico à população; fuzileiras e fuzileiros navais abandonam o hospital de campanha e orientam a população a buscar lugares altos; grande quantidade de carros tentando sair provoca engarrafamento; funcionárias e funcionários são evacuadas e evacuados
- Prefeitura de Nova Friburgo afirma que notícia de rompimento é boato
- Força-tarefa de 300 garis da cidade do Rio de Janeiro e 30 veículos inicia trabalho de retirada de lama e lixo das ruas de Nova Friburgo; equipes são cedidas pela prefeitura carioca por uma semana
- Profissionais de Geotecnia fazem avaliação das áreas de risco em Nova Friburgo e Teresópolis
- Luiz Fernando Pezão afirma que o resgate de pessoas em áreas isoladas pode ser feito por rapel assim que o tempo melhorar; vice-governador pede tranquilidade à população
- Sérgio Cabral sobrevoa e visita os municípios de Teresópolis e Petrópolis e afirma que a prioridade é o resgate das vítimas; governador critica populismo da política
- Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos inicia levantamento das famílias que receberão aluguel social
- Em Nova Friburgo, são inaugurados hospitais de campanha montados pelo Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Bombeiros; estrutura da Marinha é a mesma utilizada no terremoto do Chile em 2010; 150 militares trabalham na cidade; vítimas fatais começam a ser levadas para quadra de escola de samba, pois o estádio que as recebia não comporta mais corpos
- 240 mortes registradas em Nova Friburgo; comerciantes relatam prejuízos com a perda de mercadorias; há aumento no valor da gasolina, falta água potável na cidade e filas são enormes nos supermercados; população tem medo de assaltos e arrastões
- Hospitais, abrigos e creches são abastecidos de água por redes ou carros-pipa
- Ministro da Integração Nacional informa que, dos R\$ 780 milhões liberados pelo governo federal, R\$ 100 milhões deve chegar às cidades atingidas na Região Serrana até dia 17: R\$ 10 milhões para Nova Friburgo, R\$ 7 milhões para Teresópolis e também Petrópolis, e R\$ 2 milhões para Sumidouro, Areal, Bom Jardim e Vale do Rio Preto
- Pessoas beneficiárias do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vítimas do desastre têm permissão para retirar do fundo até R\$ 5.400,00

- Governo estadual informa que 10 mil pessoas foram atingidas pelo desastre
- 541 mortes registradas na Região Serrana: 246 em Nova Friburgo, 231 em Teresópolis, 43 em Petrópolis (incluindo parentes do executivo da Icatu Holding, Erick Conolly de Carvalho), 17 em Sumidouro e 4 em São José do Rio Preto
- Cerca de 400 corpos já foram identificados
- 283 corpos chegaram ao IML de Teresópolis desde o início do desastre e, destes, 160 já foram sepultados; há muitas filas e mau-cheiro no local, alguns cadáveres precisarão ser congelados para impedir o processo de decomposição; dois contêineres frigoríficos estão à disposição
- Concessionária de energia Ampla informa que a luz voltou para 91 mil clientes da região; 500 pessoas trabalham na operação de restabelecimento de energia; houve doação de geradores e postes de madeira

11 de fevereiro

- 897 mortes registradas na Região Serrana: 423 em Nova Friburgo, 373 em Teresópolis, 74 em Petrópolis (no distrito de Itaipava), 22 em Sumidouro, 4 em São José do Vale do Rio Preto e uma em Bom Jardim
- 406 pessoas seguem desaparecidas
- Autoridades afirmam que prioridade é a identificação de áreas de risco imediato de imóveis que não devem ser ocupados e a retirada de famílias por meio da inclusão no programa de aluguel social e depois o mapeamento emergencial dos locais atingidos pela chuva; novo mapeamento das áreas vulneráveis da região está em curso para que se definam as ações de prevenção
- Estima-se que 56 mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida serão entregues às pessoas desalojadas até o fim do ano
- Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam) aprova verba de R\$ 5,9 milhões para compra de dois radares meteorológicos
- Promotor da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, Leonardo Kataoka, afirma que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) fará a verificação de eventuais responsabilidades do desastre após o mapeamento das áreas críticas
- Em Teresópolis, 1.590 imóveis são interditados e as primeiras residências em áreas de risco começam a ser demolidas (18 imóveis); famílias são cadastradas para receber o aluguel social
- Em Nova Friburgo, confirma-se que há 140 áreas de risco, onde vivem 10 mil pessoas; projeto para construção de “centro de referência” visa abrigar 12 mil pessoas, mas não há prazo para operação
- Em Petrópolis, 1.260 imóveis são identificados em 168 áreas de risco; demarcação para fazer a demolição já começou a ser feita segundo a prefeitura; fala-se em um novo plano diretor para a cidade e mudanças na lei de uso e ocupação do solo; 400 famílias recebem o aluguel social

12 de fevereiro

- Pessoas que moravam na região seguem lamentando o desastre e suas perdas
- Nas regiões atingidas, ainda há sinais de destruição; caminhões e tratores trabalham para remover os montes de barros que foram arrastados pela chuva; árvores que foram arrancadas seguem caídas; automóveis estão danificados e imóveis e eletrodomésticos cobertos por lama ainda são vistos

2012¹⁰³

11 de janeiro

- Mais de 900 mortes registradas pelo desastre na Região Serrana
- Cidades mais atingidas, em ordem de mortes e destruição, são Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis; Nova Friburgo registrou quase 500 mortes, Teresópolis quase 400 e Petrópolis mais de 70 (a maioria em Itaipava)
- Estragos ainda visíveis, tanto na zona urbana quanto rural: casas, comércios, pontes e estradas destruídas, locais interditadas, córregos viraram rios, encostas ainda estão com desabamentos; região segue sem sistema de alerta
- Mais de 150 obras de recuperação a serem feitas detectadas por especialistas, uma dezena foi iniciada e nenhuma terminada, segundo o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Agostinho Guerreiro
- Mais de 170 áreas apontadas como de alto risco de deslizamento de encostas; apenas oito iniciaram obras de recuperação de taludes
- Relatório do CREA-RJ avalia que poucas ações preventivas foram e estão sendo colocadas em práticas pelo poder público e a região não está livre de um novo desastre; conselho recomenda nove ações para impedir outra tragédia; relatório enviado ao MP e a autoridades municipais, estaduais e federais
- Prefeito de Petrópolis, Paulo Mustrangi (PT), afirma que dinheiro recebido do governo federal serviu apenas para ações emergenciais; investigações sobre desvios de recursos públicos em Teresópolis e Nova Friburgo teriam atrasado licitações de obras necessárias na cidade
- Muitas pessoas sobreviventes vivem do aluguel social pago pelo Estado ou pela prefeitura e muitas ainda moram em áreas de risco

¹⁰³ As notícias de 2012 escolhidas para compor o *corpus* não se referem apenas aos dias 11 e 12 de janeiro – datas consideradas comemorativas do “dia do desastre” na Região Serrana do Rio de Janeiro –, mas alongam-se até o dia 17. Todas referem-se a uma série de reportagem em que o portal UOL percorre os três municípios mais afetados pelo desastre (Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis) para mostrar a situação e os estragos causados em cada um. Justificamos essa seleção de notícias, portanto, por entender que, mesmo não sendo veiculadas no dia em que o desastre completaria um ano, elas ainda são consideradas efemérides, pois foram produzidas a partir de uma lógica comemorativa, mas publicadas em dias diferentes.

12 de janeiro

- 342 pessoas cujo desaparecimento havia sido comunicado foram encontradas com vida em seis municípios
- 215 pessoas seguem desaparecidas: 137 em Teresópolis, 44 em Nova Friburgo, 18 em Petrópolis, uma em Sumidouro e 15 não tiveram a localidade informada; operações de identificação das vítimas persistem
- Ossos humanos são encontrados semanalmente por quem trabalha em obras de reparação, segundo moradoras e moradores da região; decomposição dos corpos e danos causados a eles dificultam técnicas de identificação

13 de janeiro

- Prefeito de Teresópolis, Jorge Mario Sedlacke, é cassado por desvios de recursos públicos para a reconstrução dos estragos do desastre, constatados pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e Controladoria Geral da União (CGU); vice-prefeito, Roberto Pinto, sofre infarto dois dias depois de assumir; presidente da Câmara Municipal, Arlei de Oliveira Rosa, é empossado como prefeito
- Sistema de alerta por sirenes é instalado em pontos de Teresópolis para avisar a população sobre cheia do rio em caso de chuvas fortes
- No bairro Caleme (Teresópolis), moradoras e moradores quase agredem agentes da Defesa Civil que tentam interditar imóveis; sobreviventes não querem deixar áreas de risco por não terem lugar onde morar e não acreditarem que vá acontecer outro desastre; vítimas relatam que as pedras que desabaram não foram retiradas e que a resposta será dada “nas urnas”
- No bairro da Posse (Teresópolis), vítimas relatam que não recebem aluguel social e não deixam suas casas porque não têm garantias de área segura e definitiva para onde ir; bairros se transformam em locais “fantasmas” e geram medo à noite; poucas obras são vistas e maquinário está parado; moradoras e moradores escrevem faixa pedindo “socorro” ao prefeito

14 de janeiro

- Em Nova Friburgo, obras de recuperação ainda não estão concluídas e revolta população
- Produtor rural e sobrevivente, Hermínio Botelho escreve poesias com aquilo que lembra do desastre para homenagear quem morreu e agradecer por quem sobreviveu

15 de janeiro

- Em Teresópolis, artista plástica Claudia Watkins constrói 12 canis em mansão para cuidar de animais vítimas do desastre; já são 44 adotados

16 de janeiro

- ONG Cesó-RJ, criada após o desastre por jipeiras voluntárias e jipeiros voluntários, arrecada mantimentos e os leva a comunidades localizadas em pontos de difícil acesso na zona rural de Nova Friburgo
- Acessibilidade de certos locais piorou depois do desastre; moradoras e moradores reclamam de abandono e relatam que vivem de doações e não têm aluguel social

17 de janeiro

- Turismo é afetado pela lentidão das obras de recuperação
- Vítimas relatam que, apesar da retirada de entulhos, córregos ficam cheios com as chuvas e pontes ainda são improvisadas
- MPF ingressará com mais ações judiciais em relação ao mau uso do dinheiro público nas obras de recuperação do desastre, diz procurador Marcelo Medina; desvio de dinheiro causa atraso nas obras
- Em Nova Friburgo, estão paradas ou seguem a ritmo lento a pavimentação das ruas destruídas, demolição de imóveis condenados, construção de pontes e de moradias para quem perdeu e a reativação do teleférico; não há dados do quanto de recursos foi desviado na cidade, mas há irregularidades desde os serviços de desratização e desinsetização em casas interditadas até o uso de verbas em áreas não atingidas e fraudes em processo de contratação

*2013**12 de janeiro*

- Mais de 900 mortes registradas pelo desastre na Região Serrana e sete mil pessoas desabrigadas e desalojadas
- 165 pessoas seguem desaparecidas; operações de localização seguem em aberto
- Presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em situações de risco, Moacyr Duarte, criticam atuação do poder público no controle das consequências das chuvas em áreas de risco e em relação ao atraso nas obras

- Secretaria Estadual de Obras alega que a magnitude do desastre dificultou a elaboração de projetos; Ministério da Integração Nacional não comenta críticas
- Dez de 62 pontes que precisavam ser reconstruídas foram entregues; governo do Rio de Janeiro afirma que mais dez serão entregues em fevereiro e 42 estão em fase de licitação
- R\$ 47 milhões, dos R\$ 106 milhões repassados pelo governo federal para obras de reconstrução no estado do Rio de Janeiro seguem empenhados

2016

11 de janeiro

- Em Nova Friburgo, cerca de 24 mil pessoas ainda vivem em áreas de alto risco; dois mil apartamentos foram construídos pelo governo federal, como o conjunto Terra Nova que já recebeu 1,7 mil famílias; 250 pessoas ainda recebem aluguel social; não há data prevista para a próxima entrega de moradias
- Prefeitura instalou sistema de monitoramento das chuvas e de alerta por meio de 35 sirenes e mensagem por celular, agentes 24 horas, engenheiras e engenheiros e viaturas da Defesa Civil
- Escombros ainda são vistos na região e casas seguem destruídas e interditadas

Através da organização temporal da linha do tempo do acontecimento, percebemos a cronologia da narrativa sobre o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal UOL referente aos três primeiros dias do desastre, um mês e até chegar às efemérides que surgiram em anos posteriores. Já é possível perceber determinados pontos que, com a decomposição e composição da intriga, serão observados e especificados de forma mais detalhada, a fim de compreendermos as mudanças existentes nesses diferentes eixos temporais da narrativa jornalística e percebermos semelhanças e diferenças, regularidades e transformações.

4.4 DECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA: OS DIFERENTES EPISÓDIOS DA NARRATIVA

Em nosso segundo movimento de análise, observamos a narrativa sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro no portal UOL de acordo com os passos propostos por Motta (2013) ao *compreender a intriga como síntese do heterogêneo*, adequando sua metodologia ao nosso objeto e objetivos. Assim, após apresentar a reconstrução

cronológica da narrativa na linha do tempo do acontecimento, vamos proceder à decomposição e composição da intriga da narrativa, reunindo e colocando em relação os elementos heterogêneos a fim de se poder contar a história. Esse movimento, segundo Motta (2013, p. 146), “remete à essência do objeto, a estória”. Isso porque, como constata Ricoeur (1994), a mediação entre os acontecimentos e a história narrada é realizada pela intriga. É a intriga – a qual o autor chama de “síntese dos heterogêneos” – que vai dispor de forma conjunta fatores que são heterogêneos devido à sua função mediadora.

Neste subcapítulo, apresentamos a decomposição da intriga da narrativa para, no próximo, fazer sua recomposição. Para isso, dividimos a narrativa jornalística em episódios nomeados de acordo com a marcação do tempo no qual está baseado nosso *corpus* de pesquisa e da construção da linha do acontecimento, nosso primeiro movimento de análise. Os episódios, segundo Motta (2013, p. 160), são “unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões da estória”, estando ligadas ao todo da narrativa.

4.4.1 Dia do desastre

O desastre socioambiental na Região Serrana do Rio de Janeiro inicia sua configuração narrativa no portal UOL na manhã do dia 12 de janeiro de 2011. A primeira notícia, publicada às 9h01, “Pelo menos três pessoas morrem por causa da chuva na Região Serrana do Rio”, destaca que as chuvas que atingiram a região na madrugada superaram o volume esperado para todo o mês de janeiro e já causaram diversos deslizamentos de terra e a morte de três pessoas: duas devido ao desabamento de um pequeno prédio sobre três casas em Nova Friburgo na tarde do dia anterior (11) – um homem de 64 anos e uma menina de sete – e uma até então não identificada a causa da morte. Outros problemas na região já são apresentados, como a falta de luz e a dificuldade de acesso a algumas cidades devido às estradas estarem interditadas pela queda de barreiras.

Ao dar voz a uma testemunha, Diana Barrozo – uma das duas únicas vítimas que tem seu relato retratado no primeiro dia –, moradora da região onde desabou o prédio que matou as

duas pessoas em Nova Friburgo, trata-se dos deslizamentos como fenômenos “comuns” na região, como é possível constatar em sua afirmação:

O UOL conversou com uma moradora da região, a microempresária Diana Barroso, 28. Segundo ela, os deslizamentos “são comuns” por ali. “Principalmente no loteamento Barroso, uns 2 km próximo dessa rua [a São Roque, onde o prédio desabou], sempre tem deslizamento – e é morro, né?”, contou (PELO MENOS, 2011).

Na segunda notícia do dia, “Região Serrana do Rio de Janeiro é castigada pelas chuvas, com mortes e deslizamentos”, das 10h14, o número de vítimas fatais sobe para sete e já se fala em centenas de pessoas desabrigadas no estado do Rio de Janeiro e a possibilidade do aumento do número de vítimas – que, como sabemos, mostrou-se real. Até esse momento, porém, ainda não há dimensão da proporção dos estragos causados e o fato não é tratado como um acontecimento: mesmo que ganhe importância na narrativa a excessiva quantidade de chuvas que assolaram a Região Serrana na noite do dia 11 e madrugada do dia 12 e os deslizamentos provocados por ela, a narrativa trata do tema de uma maneira mais ampla, ressaltando que está chovendo há dias na região, e trazendo informações do tempo de outras localidades do estado e da Região Sudeste que também estão sofrendo com a quantidade de chuvas, como São Paulo e Minas Gerais.

O restante das notícias da manhã divide-se em três assuntos que focam nas consequências do desastre, constantemente lembradas na narrativa ao longo do dia: queda de barreiras e informações sobre trechos e estradas bloqueadas na região; o recebimento, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Rio de Janeiro, de doações para pessoas desabrigadas; e a interrupção no serviço de energia elétrica nos municípios da região, devido à derrubada de postes e fiação elétrica, que atinge cerca de 75 mil pessoas e, juntamente com os alagamentos¹⁰⁴, impossibilitou a abertura do comércio em algumas cidades e bairros naquele dia. As notícias que tratam sobre esses assuntos e seus horários de publicação, respectivamente, são “Chuva provoca queda de barreiras e deixa estradas bloqueadas no Rio”, às 11h11, “Polícia Rodoviária no Rio poderá receber doações para desabrigados da Região Serrana”, às 12h50, e “Municípios da Região Serrana do Rio têm 75 mil moradores sem energia elétrica”, às 12h54. Nelas, informa-se sobre o que está sendo feito pelas instituições responsáveis e como as equipes estão

¹⁰⁴ Utilizaremos, ao tratarmos das notícias, a mesma nomenclatura usada pela narrativa do portal UOL para descrever os fenômenos que aconteceram na região.

agindo: a grande dificuldade é o acesso aos locais para fazer as reparações necessárias, como mostra a fala da policial da PRF, Marisa Drey: “Os agentes estão ilhados e desde a manhã policiais não conseguem sair e nem chegar ao local. Não há luz, nem internet. Estamos nos falando por telefone celular, quando pega, porque a região é montanhosa e o sinal está muito ruim” (POLÍCIA, 2011). Pede-se, então, que determinadas rodovias sejam evitadas e é comunicado que o restabelecimento de energia, feito em conjunto com a Defesa Civil, está sendo priorizado em hospitais e em sistemas de telecomunicações.

A narrativa, nesse momento, já fala em 20 mortes ao total. Entre elas, as de pessoas envolvidas no trabalho de resgate na região. A notícia “Três bombeiros morrem soterrados em Nova Friburgo; um está desaparecido”, divulgada às 11h05 e atualizada às 14h49, narra a operação de salvamento que acabou vitimando profissionais do Corpo de Bombeiros no município de Nova Friburgo; profissionais que “estavam em um carro em direção a uma das áreas castigadas pela chuva quando teriam sido atingidos por um forte deslizamento de terra” (TRÊS BOMBEIROS, 2011). Outras três pessoas bombeiras foram resgatadas e, até aquele momento, uma permanecia desaparecida.

A notícia “Chuvas matam dezenas na Região Serrana do RJ e bloqueiam rodovias”, publicada às 12h59 e atualizada até às 14h37, informa que Teresópolis já contabiliza 48 mortes, Nova Friburgo oito e Petrópolis nove. Essas três cidades ganham destaque na narrativa jornalística do primeiro dia do desastre no UOL – em detrimento das outras que, sabemos, também foram afetadas, mas, até então, não são citadas na narrativa –, por já serem consideradas, segundo a Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro, as mais atingidas. Os três municípios também são os primeiros a decretarem Estado de Calamidade Pública: primeiro Nova Friburgo e depois Petrópolis e Teresópolis, respectivamente.

Em relação a Petrópolis, a narrativa afirma que os estragos provocados pelos alagamentos são um problema recorrente na região.

Conforme a Defesa Civil do Estado, o problema na região acontece sempre que chove muito nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. A água que desce da serra provoca o transbordamento do rio Santo Antônio, causando grandes alagamentos em toda a região de Itaipava e arredores, deixando os moradores completamente ilhados e causando grandes prejuízos (CHUVAS, 2011a).

No começo da tarde, percebendo a magnitude do desastre, a narrativa passa a adquirir outro tom: o ocorrido se transforma em uma “tragédia anunciada” (CHUVAS, 2011a). Nesse

momento, surgem alguns dados relativos à quantidade de chuvas: em Teresópolis, a Secretaria de Meio Ambiente informou que foram registrados, em 24 horas, 140 milímetros de chuva – o que seria esperado para todo o mês – e na região dos distritos, em Petrópolis, 134 milímetros. Apesar de tratar ainda apenas de dezenas de mortes, a narrativa confirma que o número deve aumentar ao passar dos dias com a intensificação dos trabalhos de resgate, e já sobe a quantidade de pessoas desabrigadas e desalojadas para mais de mil.

Apesar de divulgar já pela manhã que, em nota de assessoria de imprensa, o vice-governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, diz que pretende sobrevoar a região “para avaliar os danos causados pelas chuvas e definir um plano de ação” (REGIÃO, 2011), é a partir da tarde que a narrativa no portal UOL trata em específico das soluções apresentadas pelos órgãos públicos para cuidar do ocorrido e as medidas tomadas até então, destacando a mobilização conjunta do governo e das Polícias Civil e Militar para colaborar e reforçar a força-tarefa do Corpo de Bombeiros.

A notícia “Palocci garante ajuda federal para vítimas de chuvas do Rio, diz Lindberg”, das 13h13, narra o pedido de ajuda do senador eleito pelo Rio de Janeiro, Lindbergh Farias (PT), em visita ao Palácio do Planalto; momento em que o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, compromete-se a fazer “o que for necessário” (PALOCCI, 2011). Na mesma notícia, ficamos sabendo que a presidenta Dilma Rousseff telefonou, pela manhã, ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para prestar solidariedade ao ocorrido e ambos trataram sobre medidas emergenciais para a região afetada.

Dilma e Cabral são personagens centrais de outras notícias do primeiro dia do acontecimento: a notícia “Cabral pede ajuda à Marinha e fala com Dilma sobre auxílio do governo federal”, divulgada às 12h03 e atualizada às 15h10, afirma que o governador pediu à Marinha Brasileira que disponibilizasse aeronaves para deslocamento de equipes e equipamentos, o qual foi atendido pelo comandante, almirante Júlio Moura. Em nota do governo do Rio de Janeiro, replicada pelo UOL, Cabral pede a intensificação do trabalho realizado e “lamenta profundamente a perda de vidas”, manifestando “solidariedade às famílias, inclusive às dos bombeiros que morreram [...]” (CABRAL, 2011). Nesse momento, confirma-se a informação de que o vice-governador Pezão sobrevoou a região e avalia as ações a serem tomadas pelo governo estadual. Também se informa que equipes das secretarias de Saúde e Defesa Civil, Obras, Assistência Social e Ambiente atuam nas áreas atingidas e que o governo federal apoiará o estado através dos ministérios da Integração Nacional, Defesa, Saúde, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Transportes.

A contagem – e o respectivo aumento – do número de vítimas fatais nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis é feita pela narrativa ao longo do dia. Ao final dele, somos informadas e informados que, em Nova Friburgo – local que sabemos, no começo do dia com o iniciar da narrativa sobre o desastre, da morte de três profissionais do Corpo de Bombeiros e duas pessoas que foram soterradas pelo desabamento de um prédio –, o número de vítimas fatais passa para 97; e, em Petrópolis, o primeiro registro trazido pela narrativa de nove mortes sobe para 18, podendo ir a 40, segundo nota oficial da prefeitura que pauta o título da notícia “Petrópolis já contabiliza 18 mortos nas chuvas; prefeitura admite que número pode superar 40”, divulgada às 15h50 e atualizada às 16h22. A notícia informa ainda que estão sendo organizados postos para entrega de doações para as pessoas desabrigadas em pontos diferentes da cidade.

O município de Teresópolis contabiliza 130 mortes confirmadas – cerca de 80 pessoas a mais do que havia sido anunciado no começo da narrativa, quando se falava em 48 vítimas fatais –, o que faz com que a cidade seja considerada a mais atingida pelo desastre até o momento. Fala-se ainda de 200 pessoas desabrigadas, 400 desalojadas, 200 feridas e 200 atendimentos de emergência. O prefeito do município, Jorge Mario (PT), chega a classificar o acontecimento como “a maior catástrofe da história do município” (TERESÓPOLIS, 2011), preanunciando o que seria confirmado não apenas em Teresópolis, mas em toda a Região Serrana do Rio de Janeiro. A narrativa informa que o desastre atingiu principalmente 15 bairros da cidade e que muitas pessoas seguem presas em locais isolados, sem luz e sem água. No município, um plano de atendimento às vítimas foi iniciado, uma estrutura emergencial foi montada para receber doações e acionou-se o “Gabinete de Emergência”. Na notícia que traz todas essas informações, “Teresópolis (RJ) confirma 130 mortos e decreta Estado de Calamidade Pública”, o desastre já soma, ao total, mais de 200 mortes. A notícia, apesar de ser divulgada às 14h54, vai sendo atualizada até às 20h30.

Ao final da narrativa do primeiro dia também é rememorado que essa não é a primeira vez que a Região Serrana é atingida por esses fenômenos e suas consequências, como relata a seguinte passagem:

Menos de um ano depois da tragédia que matou mais de 160 pessoas em Niterói e outras 250 no Estado, em abril passado, e um ano após as mais de 50 mortes em Angra dos Reis, o Estado do Rio de Janeiro volta a sofrer com desmoronamentos provocados pela chuva (TERESÓPOLIS, 2011).

Na noite do primeiro dia do desastre, a presidenta Dilma Rousseff assina uma MP que “destina R\$ 780 milhões para os ministérios enviarem auxílio às regiões afetadas pelas chuvas dos últimos dias” (DILMA, 2011) – R\$ 700 milhões para a Defesa Civil e o Ministério da Integração Nacional e o restante para o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). A notícia que traz a informação, “Dilma assina MP com ajuda de R\$ 780 mi para regiões atingidas pela chuva”, divulgada às 19h58 e atualizada às 20h18, afirma ainda que a presidenta irá sobrevoar, na manhã do dia seguinte (13), as regiões afetadas pelas chuvas no Rio de Janeiro, como fez os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e das Relações Institucionais, Luiz Sérgio. Um pouco depois, através da notícia “Ministério da Saúde anuncia envio de 7 toneladas de medicamentos ao RJ”, divulgada às 22h06 e atualizada dez minutos depois, sabemos que Dilma será acompanhada pelo ministro Alexandre Padilha.

Nessa mesma notícia é anunciado o envio, pelo Ministério da Saúde, de mais de sete toneladas de medicamentos e insumos ao Rio de Janeiro – kits que poderão atender 45 mil pessoas durante um mês. Também é montado um esquema especial para o atendimento da população afetada nos hospitais federais, com a disponibilização de parte das salas cirúrgicas e leitos para internação e a possibilidade de suspensão de cirurgias sem caráter emergencial, além do envio de médicas e médicos e enfermeiras e enfermeiros para a região do desastre. A narrativa então informa que, em Teresópolis, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), depois de parar em função da falta de energia, está funcionando normalmente e que, em Nova Friburgo, será montado um hospital de campanha.

4.4.2 Consequências imediatas

No segundo dia do desastre que assolou a Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, a narrativa do UOL começa o dia, às 6h, com a notícia – que será atualizada mais tarde, às 9h14 – “Sem água, luz e telefone, bombeiros trabalham ‘na garra’; tragédia é pior que a de Angra em 2010”. Dessa forma, a narrativa relembra como começaram as chuvas na Região Fluminense e as compara com a situação vivida um ano antes em Angra dos Reis e também no Morro do Bumba, e demonstra ser aquele um desastre de tamanha proporção que pode ser considerado uma “situação de guerra”, como diz o comandante do Corpo de Bombeiros que está atuando em Nova Friburgo, coronel Mori:

“É literalmente uma situação de guerra. O nosso maior problema é que estamos sem comunicação. A nossa missão principal hoje é resgatar o maior número de pessoas, de preferência com vida” [...] “Eu calculo hoje cerca de 140 mortos, mais do que Teresópolis. Isso com o que nós achamos, fora quando começarmos a procurar. As nossas viaturas não estão chegando a lugar nenhum” (SEM ÁGUA, 2010, grifos do autor).

Essa situação fica mais clara quando a narrativa relata, além do maior número de mortes em Nova Friburgo em relação ao dia anterior, a existência de pessoas com fraturas expostas em locais de difícil acesso na cidade, a presença de pontos de deslizamentos em todos os bairros e o fato de que, mesmo com cerca de 250 pessoas atuando e 35 viaturas disponíveis, todo esse apoio não dá conta da quantidade de resgates a serem feitos. Através da narrativa, sabemos ainda que foi montado, no município, um IML provisório – ou de campanha como é denominado –, preparado para receber até 400 corpos e que o mesmo já estava com 87. Também são atualizados os números do desastre: 295 mortes já são registradas (50 a mais do que informava a narrativa no dia anterior), sendo 146 em Teresópolis, 107 em Nova Friburgo e 42 em Petrópolis. Esses números, lembra a narrativa, podem aumentar não só pelo trabalho de buscas, mas porque é preciso que sejam atualizados com os órgãos responsáveis – o que nem sempre é possível pelos problemas na comunicação.

Apesar de dar voz a pouquíssimas vítimas ainda, a narrativa aqui conta o drama vivido pela família do ex-prefeito da cidade, Paulo Azevedo. Segundo a ex-primeira-dama Deusa Rodrigues, a família caminhou seis horas para pedir socorro ao Corpo de Bombeiros, já que o ex-prefeito está soterrado sob lama e escombros na casa que desabou por inteiro.

Nova Friburgo e a magnitude do desastre também são destaques na notícia “Ilhada, a cidade de Nova Friburgo vive a sua maior tragédia”, publicada às 6h01. O clima de caos é tamanho que as pessoas já formam filas nos postos de gasolina com medo de um possível desabastecimento. A fala de algumas vítimas constata essa situação, ao relatarem que a cidade está irreconhecível e nunca havia acontecido algo assim: não há telefone ou luz, o transporte público não circula e os estragos podem ser vistos em todas as partes. Uma testemunha chega a afirmar que um vizinho ainda está soterrado. Apesar de todo o caos, a narrativa exalta o fato de a população estar tentando se organizar, ajudando, por exemplo, no trânsito que se encontra sem sinalização e interditado em várias vias.

Teresópolis, ainda a primeira cidade com o maior número de mortes, também vive momentos dramáticos conforme a narrativa do segundo dia do desastre e as notícias “Desabrigados de Teresópolis (RJ) lotam estádio da cidade; ‘situação está caótica’, diz Cruz

Vermelha”, divulgada às 9h52, e “Hospital de campanha começa a funcionar em Teresópolis (RJ)”, das 10h47. Um ginásio no centro da cidade, o conhecido “Pedrão”, recebe as famílias vítimas do desastre e, até agora, já abriga 267 pessoas, além de inúmeras voluntárias e inúmeros voluntários que cuidam dos doativos que vão chegando. Esse número, no entanto, aumenta para 700 quando sabemos que há outros cinco abrigos no município. A cidade também precisou improvisar um hospital de campanha, nesse caso do Corpo de Bombeiros do estado, para auxiliar no atendimento às vítimas, e realiza um trabalho, através de pessoas técnicas da secretaria estadual de Saúde e Defesa Civil (Sesdec), de informação e orientação em relação à prevenção de doenças como diarreia e leptospirose – fato comum quando há fenômenos como as enxurradas.

No meio da manhã do segundo dia do desastre, a narrativa volta a atualizar os números oficiais: através da notícia “Governo do Rio calcula que 5.000 moradores da Região Serrana não poderão voltar para suas casas”, publicada às 10h24, ficamos informadas e informados que essas pessoas, por viverem em locais de risco, precisarão ser reassentadas e, segundo o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves, todas deverão receber o aluguel social. A decisão acontece após reunião com os prefeitos de Teresópolis e Petrópolis, momento em que também é estabelecida a criação de um gabinete único para concentrar as ações das secretarias municipais de Assistência Social.

Nesse instante, sabemos que, além do envio, já anunciado no primeiro dia do desastre, de ajuda financeira pelo governo federal e de medicamentos e insumos pelo Ministério da Saúde, o governo estadual enviou três caminhões com 12 toneladas de mantimentos à Teresópolis e Petrópolis e que a Petrobrás fará o envio de helicópteros à Nova Friburgo para o auxílio nas operações de busca em áreas rurais e de difícil acesso. Também ficamos sabendo que, para colaborar com as agentes e os agentes que estão atuando nas operações, esta última cidade recebeu 60 policiais militares do Bope e do Grupamento Aéreo Marítimo, e que esse auxílio já resultou no resgate de 40 pessoas. A notícia das 11h37, “Resgate na Região Serrana ganha reforço de agentes do Bope e da Força Nacional”, narra ainda que, a pedido do governador Sérgio Cabral, 225 agentes da Força Nacional estão a caminho da região para ajudar na identificação dos corpos.

Petrópolis ganha destaque no segundo dia do desastre na notícia “Petrópolis (RJ) tem pelo menos 6.500 desabrigados e desalojados pela chuva, segundo a prefeitura”, divulgada às 12h23 e atualizada às 12h38. O número de mortes que, no começo deste dia, estava em 42, agora desce para 39. Em relação a outros dados, a narrativa afirma que são mais de 6.500

peessoas desabrigadas ou desalojadas na cidade e pelo menos 1.500 casas total ou parcialmente destruídas. No município, as mortes se concentram nos distritos de Itaipava e Brejal. Com esses dados, confirma-se que o desastre na Região Serrana já soma mais de 360 vítimas fatais e quase 14 mil pessoas desabrigadas e desalojadas: 5.190 em Nova Friburgo e 2.240 em Teresópolis.

Uma sequência de três notícias atualiza as informações sobre Nova Friburgo na tarde do segundo dia. “Nova Friburgo enfrenta problemas para atender os feridos pela forte chuva”, das 16h22, narra o drama do atendimento médico às inúmeras pessoas feridas na cidade, pois o hospital municipal já superou sua capacidade, além de ter perdido toda a estrutura de ambulatório emergencial do primeiro andar, inundada em decorrência da enxurrada. Para solucionar o problema, a prefeitura montou bases improvisadas de atendimento hospitalar, inclusive em seu prédio.

Além da dificuldade no atendimento hospitalar às pessoas feridas, a notícia “Nova Friburgo ainda resgata corpos de vítimas da tragédia”, das 16h23, reforça que a cidade ainda tem locais sem luz, água e gás, o sistema de telefonia segue precário, o trânsito está prejudicado pelas grandes filas que se formam ao redor de postos de gasolina que ainda têm combustível e as ruas estão cobertas de lama e de lixo acumulado. O comércio segue de portas fechadas e o único que foi possível fazer foi “tirar o barro de dentro das lojas e ver o que ainda era possível salvar do estoque” (NOVA FRIBURGO, 2011a). Em relação aos trabalhos de resgate, a narrativa afirma que sobe, a todo o momento, o número de mortes, e que o fluxo de carros levando corpos ao IML improvisado é constante. Enquanto aguardam serem reconhecidos dentro do ginásio do Instituto de Educação de Nova Friburgo, parentes ficam ao lado de fora em busca de informações, formando uma multidão. Ao serem liberados, os corpos seguem para um velório coletivo na cidade, organizado por uma funerária local com o apoio da prefeitura.

Aos poucos, a narrativa passa a contar a história de algumas vítimas. Na notícia “Família de Nova Friburgo revive drama de perder a casa por causa das chuvas”, publicada às 16h52, a narrativa afirma que, quatro anos antes, em 2007, Renata, que vivia na época com os pais e a família do irmão, já havia perdido sua casa em decorrência das chuvas na região. Agora, a casa que foi reconstruída no mesmo lugar e abrigava 11 pessoas – o marido, três filhos, os pais e a família do irmão – fora destruída novamente. Seu marido, o frentista Veríssimo Rocha, relata que, possivelmente, todos os pertences da família foram perdidos: “Tudo que a gente tinha estava dentro da casa, até a escova de dentes. Não sei se dá para recuperar alguma coisa, porque nem tivemos a oportunidade de chegar perto da casa para ver como ela está” (FAMÍLIA, 2011).

Assim como Renata e Veríssimo, Paulo César Caetano perdeu sua casa e tudo o que tinha nela. Ao contrário do casal, no entanto, ele está sozinho no abrigo, pois, apesar de ter certeza que sua mulher, seu filho e a neta conseguiram se salvar durante o momento do desastre, ele não sabe onde estão. A narrativa então afirma que a prefeitura de Nova Friburgo ainda não informou o número de pessoas desabrigadas na cidade e lembra que o abrigo improvisado na Sociedade Esportiva Friburguense segue recebendo doativos para as pessoas que ali se encontram.

O UOL relata o fato de o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro estar também nas redes sociais, como o Twitter e o Facebook, através da notícia “Tragédia no Rio de Janeiro é destaque nas redes sociais”, divulgada às 19h58. Logo no começo da manhã, entrava para a lista brasileira de trending topics – os assuntos mais comentados no Twitter – as hashtags #chuvasrj e #friburgo e o nome “Cruz Vermelha”. Teresópolis chegou à lista mundial. No Facebook, páginas, como a chamada “Chuvas no Rio - Eu ajudo”, foram criadas e já contavam com quase mil membras e membros em menos de um dia. Com isso, além de ganhar visibilidade e chamar a atenção, o desastre passou a mobilizar internautas na busca de doações para as pessoas afetadas, principalmente com a utilização da hashtag #sosrio e a palavra “solidariedade”. O uso das redes sociais também foi uma forma de alertar diversas situações de emergência vividas na região, inclusive através do envio de fotografias e vídeos que mostravam a situação em tempo real.

Desde o começo deste segundo dia, estava prevista, para o começo da tarde, uma reunião dos prefeitos das cidades da região com a presidenta Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral na capital do Estado. Essa reunião é confirmada na última notícia, divulgada às 11h31, mas atualizada até às 20h39, “Chuvas no RJ já deixam 470 mortos na Região Serrana”. A narrativa aqui traz o levantamento dos dados oficiais: o desastre na Região Fluminense já levou 470 pessoas à óbito, segundo a Polícia Civil do estado – são 175 pessoas a mais desde o começo da narrativa do segundo dia. Nova Friburgo agora lidera o número de mortes: são 214 vítimas identificadas (e aqui a narrativa ressalta que, entre elas, estão as três pessoas do Corpo de Bombeiros). Teresópolis tem 208 mortes, Petrópolis 35 e Sumidouro 13; no entanto, as prefeituras desses dois últimos municípios apresentam números diferentes: 39 e 19 vítimas fatais, respectivamente. Essa diferença nos dados já demonstra, segundo a narrativa, que o número de mortes ainda deve aumentar; além do fato das buscas por vítimas continuarem nos próximos dias, principalmente nas áreas de difícil acesso.

No terceiro dia do desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, apenas uma notícia é divulgada durante o começo da manhã, às 7h57. “Tragédia tem efeito devastador no turismo e na vida cultural das cidades serranas” trata sobre os prejuízos que o desastre trará às cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo em relação ao turismo e, conseqüentemente, gastronomia, rede hoteleira e vida cultural, atividades articuladas e que fazem parte da economia e geração de renda da população local. Especificamente sobre o último município, a narrativa lembra que a ecologia é o cartão postal da cidade e sempre se ressaltou ser essa “uma das maiores áreas de Mata Atlântica do país, com a cidade e as vilas ocupando apenas 4% do território” (TRAGÉDIA, 2011c). Com as atuais imagens da devastação e mortes causadas pelo desastre, teme-se que, nos próximos anos, nenhuma e nenhum turista queiram conhecer a região.

No meio e no fim da manhã do terceiro dia, a narrativa do UOL retrata o drama vivenciado pelas vítimas na vã tentativa de salvar pessoas. As notícias “Voluntário encontra corpo de amigo sob escombros em Friburgo (RJ)”, das 10h11, e “Empresário relata tentativa desesperada de salvar menina em Nova Friburgo (RJ)”, das 12h48, descrevem com detalhes “as cenas de terror” (VOLUNTÁRIO, 2011) vividas durante os resgates em Nova Friburgo. A primeira notícia narra a busca por um amigo que acabou sendo encontrado sem vida, mesmo com o empenho de um grupo de cerca de 300 pessoas voluntárias e do Corpo de Bombeiros; enquanto a segunda, o pedido de socorro de vizinhas e vizinhos para salvar uma criança presa dentro de casa e que também não foi possível, pois a chuva que voltava à cidade inundou o lugar onde estava. Ao final das duas notícias, narra-se que as famílias, com medo e traumatizadas, vão embora de suas casas.

Outro momento tenso pelos quais passou a população de Nova Friburgo foi com a informação de que uma represa havia rompido e iria inundar a cidade. A notícia do rompimento, a qual foi desmentida pela prefeitura, fez até mesmo com que as próprias pessoas que trabalhavam na assistência médica e no resgate de vítimas no município orientassem a população a procurar um local seguro no alto da cidade e, com medo, abandonassem seus postos de trabalho. Cenas do desespero e engarrafamento de carros são narradas na notícia “Boato sobre rompimento de represa leva pânico à população de Nova Friburgo”, publicada às 11h44. Ao confirmar que passava apenas de um boato, o secretário de Comunicação, David Massena, lembrou que o fato da imprensa divulgar esse como o maior desastre já ocorrido no Brasil faz com que as pessoas fiquem apreensivas e rapidamente entrem em pânico.

Como já vimos, ao fim do segundo dia do desastre, Nova Friburgo já tem o maior número de pessoas mortas em decorrência das enxurradas e deslizamentos. Consequentemente, a situação vivida na cidade ganha destaque na narrativa do UOL. No começo da tarde do terceiro dia do desastre, confirma-se a informação de que a Marinha Brasileira enviou, no dia anterior, fuzileiras e fuzileiros navais para trabalhar no atendimento médico, totalizando 150 militares na cidade. O atendimento é feito em um galpão improvisado, pois o hospital de campanha – que terá capacidade para atender 400 pessoas por dia – ainda não terminou de ser montado, conforme a notícia “Marinha inicia atendimento a feridos em Nova Friburgo”, publicada às 13h26. Além desse trabalho, as fuzileiras e os fuzileiros que chegaram ajudam no resgate às vítimas em locais de difícil acesso, já realizando o salvamento de uma família.

Outro grupo de profissionais que está atuando no município é o de garis da Companhia de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (Comlurb). Por uma semana, uma equipe de 300 profissionais e 30 veículos foi cedida pela prefeitura carioca para fazer a retirada da lama e do lixo das ruas de Nova Friburgo, conforme a notícia “Garis da prefeitura do Rio iniciam ajuda a Nova Friburgo para limpar a cidade”, divulgada às 14h53.

Enquanto, por um lado, há muito trabalho sendo feito para recuperar a saúde das pessoas e a estrutura da região, por outro, centenas de moradoras e moradores precisam largar tudo para enterrar as pessoas que morreram no desastre. Como narra a notícia, divulgada às 16h06, “Cemitério de Nova Friburgo (RJ) tem congestionamento de caixões; ‘Eu me salvei da morte, mas não da amargura’, diz familiar”, agora é a hora em que “os feridos enterram os mortos” (CEMITÉRIO, 2011) e as mortas. Entre os relatos das pessoas sobreviventes, muita dor e tristeza: Alcides Correia da Silva, mesmo com cortes na cabeça e nas costas, pois ficou soterrado até o pescoço, enterra a irmã, o irmão e um sobrinho e está em busca de duas crianças da família; Marco Oliveira enterra a mãe enquanto grita abraçado na namorada; e Anilson da Silva enterra a esposa e afirma que toda sua vida foi embora naquele momento, pois ficou sem mulher, sem casa e sem carro, apenas com a roupa do corpo.

No município mais afetado pelo desastre, um único cemitério não ficou ilhado devido às enxurradas; assim, forma-se congestionamento para fazer os enterros. O caos é tamanho que funcionárias e funcionários da prefeitura precisaram ser deslocadas e deslocados para trabalhar no cemitério e o único que identifica cada gaveta é um número: não há mármore ou foto, apenas o marrom dos tijolos e o cinza do cimento, como diz a narrativa.

Cristiano Marinho é o responsável por pintar com tinta preta a sequência de números nos nichos. Ele estava com o número 156 no começo da tarde. Outro funcionário, com uma prancheta na mão, vai fazendo as cruzes nos números que já foram sepultados e conferindo para não haver troca (CEMITÉRIO, 2011).

O número de mortes, no entanto, como a própria narrativa já mostrou, tende a aumentar, principalmente depois que forem feitos os resgates em áreas de difícil acesso. Apesar da força-tarefa das equipes de resgate e da chegada de reforços da Força Nacional, do Bope e da Polícia Militar para ajudar o Corpo de Bombeiros nessas ações, outras medidas precisam ser tomadas. Entre elas, cogita-se o uso de rapel para descer nas áreas isoladas para levar mantimentos e água às pessoas sobreviventes, conforme afirma o vice-governador, Luiz Fernando Pezão, na notícia “Resgate em áreas isoladas pode ser feito de rapel, diz vice-governador do Rio”, publicada às 16h08. O que impede a prática, até o momento, é o mau tempo na região. A notícia ainda traz a fala de Pezão pedindo tranquilidade à população, apesar do momento difícil: “A gente pede que as pessoas guardem seus carros em casa e evitem ficar circulando pelas ruas. [...] é preciso manter a calma. A difusão de boatos não interessa a ninguém” (RESGATE, 2011a), diz tratando sobre a notícia falsa do rompimento da barragem em Nova Friburgo. Constatase, ainda, que serão contratadas e contratados mais profissionais para ajudar na limpeza urbana e remoção de entulhos na região, visando a não propagação de doenças, e que já começou a ser feito o levantamento das famílias que irão receber o aluguel social.

Nesse momento, ficamos sabendo que a presidenta Dilma Rousseff esteve na cidade de Nova Friburgo no dia anterior. No entanto, ao contrário do que previam as notícias do primeiro dia do desastre, que afirmavam que a presidenta iria sobrevoar a região ao lado do ministro Alexandre Padilha, Dilma foi acompanhada do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. A narrativa nos relata também que Cabral sobrevoou Teresópolis e Petrópolis e aproveitou o momento para criticar o que chamou de “populismo” de políticas e políticos que deram títulos irregulares de posse de propriedade em locais considerados de risco, reafirmando que a prioridade é o resgate às vítimas, mas também o combate a essas ocupações irregulares: “[...] agora é dizer ‘não’ à ocupação irregular. É um dever dos municípios e do Estado dizer não, fazer esse ‘dever de casa’ para impedir que mais vidas sejam perdidas” (RESGATE, 2011a).

A notícia “Bombeiros e Marinha montam hospitais de campanha em Nova Friburgo”, das 16h15, informa que, finalmente, o hospital de campanha do Corpo de Fuzileiros Navais que estava sendo montado em Nova Friburgo foi finalizado. Pela alta demanda de pessoas feridas e

o excesso de atendimentos, o Corpo de Bombeiros também colocou em funcionamento um hospital provisório no centro da cidade.

Em meio às ações de reconstrução, Nova Friburgo volta a sofrer com a disseminação de boatos – mais uma vez desmentidos pela secretaria de Comunicação –, dessa vez relacionados à existência de saques na cidade e invasões de delegacia, como mostra a notícia, divulgada às 18h32, “Em meio a boato sobre saques, moradores de Nova Friburgo (RJ) enfrentam desabastecimento”. A narrativa relata que as moradoras e os moradores vivem momentos de apreensão em função do medo de assaltos e arrastões, mesmo o município estando com forte presença de carros do Exército e policiamento nas ruas. O medo vem, principalmente, da destruição da cidade e a necessidade de mantimentos, água potável e gasolina – itens que, aos poucos, vão acabando no município. A chegada de água na cidade precisa ser escoltada; em relação à gasolina, além das filas enormes nos postos, como já foi tratado na narrativa anteriormente, a população sofre com o aumento do preço em decorrência dos gastos maiores com o frete; e as grandes filas, conta-nos a narrativa, também estão agora nos supermercados. A maioria do comércio, no entanto, segue de portas fechadas no terceiro dia do desastre. Muito mais do que o medo de tumulto e assaltos, muitas e muitos comerciantes perderam grande parte de seus estoques com as enxurradas e deslizamentos e a falta de energia elétrica.

No começo da noite do terceiro dia do desastre, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, informa que, dentro de três dias, deve chegar às cidades atingidas pelas enxurradas e deslizamentos na Região Serrana a metade do valor dos R\$ 100 milhões prometido pelo governo federal: R\$ 10 milhões para Nova Friburgo, R\$ 7 milhões para Teresópolis e a mesma quantia para Petrópolis, e R\$ 2 milhões para cada uma das cidades de Sumidouro, Areal, Bom Jardim e São José do Vale do Rio Preto. O ministro também confirmou que as pessoas atingidas pelo desastre que sejam beneficiárias do FGTS poderão retirar até R\$ 5.400,00 do fundo. Essas informações estão na notícia, divulgada às 20h02, “Governo destina R\$ 100 mi para cidades atingidas pelas chuvas no Rio; 50% devem chegar na segunda”. A mesma ainda informa que medidas de repactuação de financiamento para pequenas produtoras e pequenos produtores que foram prejudicadas e prejudicados com as chuvas serão alvo de estudo dos ministérios responsáveis pela área econômica no país.

Ao fim do terceiro dia, como aconteceu nos dias anteriores, mais uma vez são apresentados os números do desastre (dessa vez, todos corrigidos, de acordo com a própria narrativa). A notícia “Tragédia na Região Serrana do Rio já contabiliza mais de 540 mortos”, publicada às 19h38 e atualizada às 21h01, afirma que o desastre já deixou 541 vítimas fatais e,

destas, 400 corpos já foram identificados. São 246 mortes em Nova Friburgo, 231 em Teresópolis, 43 em Petrópolis, 17 em Sumidouro – com destaque da narrativa para a morte de parentes do executivo da Icatu Holding, Erick Connolly de Carvalho – e quatro em São José do Vale do Rio Preto. Cerca de 10 mil pessoas foram atingidas, conforme o governo do estado. Mais uma vez, também, a narrativa alerta que os números devem aumentar segundo informam as prefeituras e Defesas Cíveis.

A notícia “Decomposição de corpos dificulta a identificação em Teresópolis (RJ); juiz fala em congelamento”, das 21h03, informa que o IML da cidade precisou ser deslocado e, até o momento, já havia chegado 283 corpos ao local. Tudo é improvisado: um computador apenas está disponível para imprimir as fotos dos corpos e as senhas são dadas em pedaços de papel. A espera para o reconhecimento pode demorar horas e, em função do mau-cheiro em frente ao IML, é preciso usar máscaras. O número de corpos é tamanho que o juiz José Ricardo Ferreira de Aguiar, que está à frente da coordenação do IML em Teresópolis, admite a possibilidade de congelamento de alguns cadáveres, pois muitos já estão em estado de decomposição – mesmo a prefeitura tendo alugado um contêiner frigorífico e outro ter sido emprestado de forma particular.

Aqui, narra-se também a dificuldade na identificação dos corpos por parentes das vítimas que, em meio ao medo e à dor já advindas do desastre, precisam viver com a angústia do reconhecimento e de não saber se encontrarão pessoas da família para poder enterrá-las. É o que acontece com o pedreiro Luis Carlos dos Santos Barbosa:

“Não tenho mais vida”, disse. Ele sepultou sua mulher nesta sexta e tentou identificar uma de suas sobrinhas. Luis Carlos afirma tê-la reconhecido através de uma foto em frente ao IML, mas não sabe onde está o cadáver. “A gente já sofre isso tudo... Até para retirar o corpo da minha mulher foi uma burocracia. Agora eu sei que minha sobrinha está aí, mas não estou encontrando.” (DECOMPOSIÇÃO, 2011).

A última notícia do terceiro dia do desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, publicada às 21h42, “Concessionária diz que luz voltou para 91 mil na Região Serrana do Rio, mas ainda há desabastecimento”, traz informações sobre o trabalho de restabelecimento no fornecimento de energia. Ao total, 105 mil pessoas foram afetadas com a falta de energia elétrica em decorrência do desastre, sendo que, para 91 mil, já houve a normalização do serviço – que conta com o trabalho de cerca de 500 profissionais.

4.4.3 Um mês após o desastre

“Terça-feira à tarde, 11 de janeiro. Um prédio desaba sobre casas no bairro Olaria, um dos mais populosos de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro, e três pessoas morrem. Havia chovido forte na véspera, e também de madrugada” (UM MÊS, 2011a). Assim inicia a narrativa da notícia do dia 11 de fevereiro, divulgada às 7h, “Um mês após tragédia que matou mais de 800 pessoas, RJ refaz mapeamento da Região Serrana”, a qual segue:

Um dos bombeiros que foi ao local relatou que o cenário “era assustador”. No dia seguinte, três homens da corporação seriam as novas vítimas de um panorama ainda pior: com cerca de 300 milímetros de chuva [...], encostas, rios e lagos não suportaram e transformam a cidade em um grande lamaçal que varreu construções inteiras. Era o começo de uma tragédia que, dias depois, faria ainda Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim e Areal decretarem estado de calamidade pública (UM MÊS, 2011a).

Ao completar um mês do desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, além de relembrar como começou o acontecimento, a narrativa do UOL atualiza os dados oficiais, segundo informações da Polícia Civil do Rio de Janeiro e das prefeituras das cidades atingidas. Assim, sabemos que o desastre já contabiliza 897 mortes: 423 em Nova Friburgo, 373 em Teresópolis, 74 em Petrópolis (mais especificamente no distrito de Itaipava), 22 em Sumidouro, quatro em São José do Vale do Rio Preto e uma em Bom Jardim. A narrativa um mês depois ainda traz o número de pessoas desaparecidas: são 406 ao total.

Outros dados importantes que são narrados são a lembrança de que, apenas em Nova Friburgo, o MP já havia entrado com 21 ações contra as ocupações em áreas de risco nos últimos anos e que, em 2008, a UFRJ havia feito um mapeamento sobre as áreas mais vulneráveis a fenômenos climáticos de alta intensidade (sem, no entanto, apontar os riscos exatos), a pedido do governo do estado. A narrativa informa, então, a partir da fala do subsecretário-executivo estadual do Ambiente e também ex-presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Luiz Firmino Pereira, sobre o trabalho que vem sendo realizado na região para a retirada de famílias das áreas de risco e inclusão no programa de aluguel social e os próximos passos a serem dados – como o fato de que 56 mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida serão entregues até o fim do ano às famílias afetadas, conforme o subsecretário –, e confirma a informação de que,

após o mapeamento das áreas de risco, o MP-RJ irá verificar se houve omissão do poder público e as eventuais responsabilidades pelo acontecimento.

A notícia, também publicada dia 11 às 7h, “Segundo prefeituras das principais cidades afetadas, famílias serão removidas” retrata especificamente o que vem sendo feito nos municípios mais atingidos pelo desastre um mês depois. Em Teresópolis, as primeiras casas em áreas de risco começaram a ser demolidas (18 ao todo) e algumas, já interditadas preventivamente, começaram a ser visitadas. Ao todo, 1.590 imóveis foram interditados no município até então e as famílias foram cadastradas para receber o aluguel social. Em 15 pontos da cidade, é feita a medição dos índices pluviométricos, além de vistorias técnicas de rotina pela Defesa Civil.

Já em Petrópolis, 1.260 imóveis foram identificados em 168 áreas de risco desde o desastre de janeiro. O trabalho de demarcação para que se comece a demolição desses locais já começou e estima-se que 2.400 famílias serão removidas de 102 pontos diferentes da cidade. Além disso, a prefeitura fala na elaboração de um novo plano diretor e mudanças na lei de uso e ocupação do solo. Em Nova Friburgo, a Justiça concedeu a posse de um terreno para construir três mil casas para as pessoas que vivem em áreas de risco. Através de um convênio com o estado, essas casas já começaram a ser construídas. Além disso, há o projeto de outra área que vai abrigar 12 mil pessoas, mas está no aguardo da emissão de licenciamento ambiental e sem prazo para operação.

A narrativa faz ainda um levantamento sobre o histórico da situação das áreas de risco em cada uma das cidades. A prefeitura de Teresópolis informou sobre a existência de um plano de prevenção de risco datado de 2007, o qual apontava 93 áreas vulneráveis na cidade e uma média de 24 mil pessoas residindo nesses locais; em Nova Friburgo, um plano diretor, também datado de 2007, concluiu que o município possui 140 áreas de risco e 10 mil pessoas, aproximadamente, vivendo nesses locais; e, em Petrópolis, o secretário municipal de Planejamento e Urbanismo, Agnaldo Goivinho, afirmou que um estudo de 2008 apontou cerca de 9.600 pessoas vivendo em áreas de risco, mas que, no entanto, esse número se refere apenas a um distrito do município – não contabilizando, por exemplo, o distrito de Itaipava, local onde se deu o maior número de mortes no desastre de janeiro.

As vítimas do desastre, mais especificamente aquelas do município de Petrópolis, ganham voz na terceira notícia ao completar um mês do desastre: “Um mês após tragédia, moradores da Região Serrana dizem que é difícil esquecer trauma”, publicada dia 12 de

fevereiro, às 13h28. Como o próprio título já expressa, a narrativa traz o lamento em torno da perda dessas pessoas que “dizem não acreditar nas dimensões da destruição” (UM MÊS, 2011b). Uma das vítimas, o caseiro José Henrique Moreira, diz que ainda não esqueceu a noite do desastre, quando perdeu sua casa e só escapou com vida porque deu tempo de fugir para a casa do patrão no alto do morro. “Nunca vi uma coisa assim na minha vida. É muito triste e a gente não consegue esquecer. Tudo passa como se fosse um filme de terror pela cabeça” (UM MÊS, 2011b). Assim como ele, o aposentado Dirceu de Sá afirma que nunca vai esquecer as cenas que viu: “É muita destruição. Tem lugar que a gente nem sabe mais como era antes. A gente olha e só vê lama, terra. Isso aqui acabou tudo. Vai ser difícil esquecer” (UM MÊS, 2011.b). Ao fim da narrativa, já se fala em 900 mortes na Região Serrana e 90 em Petrópolis.

4.4.4 Um ano após o desastre

Ao completar um ano do acontecimento, o portal UOL percorre os três municípios mais atingidos pelo desastre – Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis –, a fim de mostrar, através de sua narrativa, a situação da Região Serrana e das pessoas afetadas. Os dados oficiais do desastre são atualizados e sabemos com a narrativa que, segundo a Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro, ocorreram mais de 900 mortes na Região Serrana em detrimento das enxurradas e deslizamentos dos dias 11 e 12 de janeiro de 2011: quase 500 vítimas fatais em Nova Friburgo, quase 400 em Teresópolis e mais de 70 em Petrópolis (concentradas no distrito de Itaipava). A narrativa demonstra que o acontecimento afetou a todas e todos ao afirmar, por exemplo, que a Posse, um dos bairros atingidos em Teresópolis, “mescla casas simples e condomínio de chácaras luxuosas” (UM ANO, 2012b).

A notícia “Um ano após a tragédia, moradores da Região Serrana do Rio reclamam de medo, abandono e desperdício de dinheiro público”, publicada às 6h do dia 11 de janeiro de 2012, inicia com a fala de duas vítimas, vizinhas na cidade de Teresópolis, que demonstram o quanto o desastre, mesmo um ano depois, ainda afeta as pessoas que moram na região.

[...] com a devida atenção para não tropeçar em escombros, a cozinheira Dalva de Abreu, 53, desabafa: para a vida retornar ao menos a normalidade ainda falta, sim, e muito. “Estou com saudade de lugar bonito. Quero esquecer aquilo lá, mas é muito difícil” (UM ANO, 2012b).

Os relatos de saudades trazidos pela narrativa na voz das vítimas não são apenas de como o lugar era, e mesmo dos bens perdidos, mas, principalmente, sobre parentes e pessoas amigas que morreram com o desastre. A dor das vítimas, no entanto, mistura-se com momentos de desabafo e indignação: “Ficam a dor e a revolta de saber disso e saber de gente que vive ou de aluguel social [benefício de R\$ 500 mensais] ou de favor”, diz (UM ANO, 2012b), por exemplo, uma das vítimas; e a narrativa passa a relatar que as obras de recuperação e de prevenção que deveriam ter sido feitas na região estão sendo realizadas “a um ritmo excessivamente lento” (UM ANO, 2012b) ou sequer começaram. Devido ao pequeno número de obras, a narrativa afirma que é possível ver encostas ainda com desabamentos, as pedras gigantes que deslizaram há um ano, pontes e estradas ainda destruídas, ruas sem pavimentação, esqueletos de construções à espera de demolição, terrenos vazios, córregos que viraram rios e ruas enlameadas, além de montes de areias retirados de rios, casas, creches e escolas interditadas e máquinas paradas; concluindo que “ainda há muito por fazer” (UM ANO, 2012b) e que são as moradoras e os moradores e comerciantes da região que estão arcando com os prejuízos.

“Não é possível que todo ano vai ser a mesma tragédia, né? Essas obras aí são de enganar bobo. Nós, comerciantes, não tivemos ajuda nenhuma; só eu tive mais de R\$ 100 mil de prejuízo. Apresentei todos os documentos [para obter facilidade de crédito], estou pagando o que perdi e o que tive que repor”, desabafa o comerciante Ademir da Costa Maia, 56, dono de uma loja de materiais de construção. “A gente tem que rebolar; as vendas caíram quase 100%” (UM ANO, 2012b).

As marcas físicas deixadas pelo desastre e que ainda podem ser vistas na região, segundo a narrativa, deixam as moradoras e os moradores com a sensação de abandono e não permitem que as lembranças do acontecimento e dos momentos de desespero vividos em janeiro de 2011 sejam esquecidos – o que será, segundo muitas pessoas ouvidas pela narrativa, “respondido nas urnas”, visto que é ano de eleições municipais. Muitas áreas, devido à destruição e ao pouco que restou, transformaram-se em locais “fantasmas” e geram insegurança na população à noite, como mostra a notícia, também publicada às 6h, “Área rural de Itaipava, em Petrópolis (RJ), passa de grande vizinhança a ‘semideserto’”. Mas, mais do que isso, as marcas físicas trazem a sensação de medo de que outro acontecimento como o de 2011 se repita, diante da vulnerabilidade a que os municípios estão expostos e da inoperância do poder público, o que faz com que a população fique sempre alerta e monitore constantemente o nível dos rios e a

situação das encostas, como mostra o relato do comerciante em Petrópolis e presidente da associação de moradores da cidade, José Quintella.

“O problema é que as autoridades da cidade são omissas, e o Estado é distante para a gente reclamar: se eu quiser ligar para criticar ou pedir informação, tenho que gastar com interurbano, não temos nenhum sistema de alerta para a região e, quando chove, ninguém aqui dorme”, conta (ÁREA RURAL, 2012).

Através da narrativa, ficamos sabendo que, um ano depois do desastre, muitas vítimas ainda moram em áreas consideradas de risco e algumas em casas com problemas estruturais devido ao desastre de 2011. A narrativa então retrata as dificuldades dessas pessoas em relação à moradia: muitas sobrevivem com o aluguel social pago pelo Estado ou pelas prefeituras, porém o dinheiro não é suficiente e, por isso, em muitas casas, vive agora inúmeras pessoas dividindo pequenas peças; outras não conseguiram o aluguel social e também precisam dividir moradia; e outras tantas, apesar de terem suas casas danificadas, seguem vivendo no mesmo local por não terem sido classificadas como área de interdição.

A notícia “Um ano após a tragédia, obras de prevenção na Região Serrana do Rio não foram concluídas, diz CREA”, publicada às 12h51, confirma que muito pouco foi feito na região após o desastre de 2011 e afirma que os esforços do poder público se limitaram a ações emergenciais de atendimento às pessoas desabrigadas. A constatação vem de nota do CREA-RJ, órgão que havia realizado a última inspeção no local no dia 4 de janeiro, e da fala do seu presidente, Agostinho Guerreiro, que afirma: “Um ano depois a situação é crítica. Entre as mais de 150 obras detectadas por especialistas que deveriam ser feitas, talvez uma dezena delas tenha se iniciado, mas, mesmo assim, não foram terminadas” (UM ANO, 2012c).

A narrativa então relata que mais de 170 áreas foram apontadas como de alto risco de deslizamento na região e, em apenas oito, iniciaram-se obras de recuperação de talude. Outro problema é a época do ano: as obras deveriam ter sido concluídas até outubro de 2011, pois, a partir desse mês, termina o período de seca e começa a temporada de chuvas, impossibilitando a maioria das obras prosseguirem. Ao final, a notícia deixa claro que, segundo a avaliação dos relatórios do CREA-RJ, faltou, por parte do poder público, planejamento de prevenção a desastres e poucas ações preventivas foram colocadas em prática desde janeiro de 2011. O último relatório, que será enviado ao MPF e a autoridades municipais, estaduais e federais, afirma também que novos desastres podem acontecer na Região Serrana em função das poucas

obras e por não se ter “atacado” a origem do problema, indicando nove recomendações para impedir a situação, como a “elaboração de mapas de risco, o planejamento para remoção da população, obras de intervenções nas encostas para controle de erosão do solo, barragens de cheias e reflorestamento no topo dos morros e encostas acima de 45 graus” (UM ANO, 2012c).

Ao procurar os prefeitos das cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, o UOL só recebeu o retorno do mandante da última, Paulo Mustrangi (PT). Ao falar sobre o desastre, na notícia “Dinheiro serviu apenas para ações emergenciais após tragédia de 2011, admite prefeito de Petrópolis”, divulgada também dia 11 de janeiro, às 14h21, o prefeito afirma que o município recebeu R\$ 7 milhões do governo federal após o desastre e que o valor foi destinado apenas a ações emergenciais, como o acolhimento das vítimas no aluguel social, distribuição de donativos e limpeza da região. O atraso nas obras necessárias para a recuperação das áreas, segundo Mustrangi, estava acontecendo em função das investigações sobre desvios de recursos públicos em Nova Friburgo e Teresópolis, o que acabou por suspender os processos de licitação. A narrativa traz então a promessa do prefeito: a instalação de um sistema de alerta por sirenes para 2012. Esse tipo de sistema, no entanto, ficamos sabendo em notícias posteriores, gera controvérsias nas comunidades de outras cidades: instalado no bairro do Caleme, em Teresópolis, o sistema deveria avisar a população sobre a cheia do rio quando da ocorrência de chuvas fortes; porém, conforme relatos de pessoas que vivem no local, já choveu durante três dias seguidos e, em nenhum momento, a sirene tocou.

Um dia após essas informações, notícia do dia 12 de janeiro, “‘Nos sentimos despreparados’, diz bombeiro de Nova Friburgo (RJ) com casa interditada há um ano”, publicada às 6h, informa que as chuvas de 2012 no estado do Rio de Janeiro, apesar de não terem feito nenhuma vítima na Região Serrana, já deixaram 20 pessoas mortas e 15 mil desabrigadas em 15 cidades do norte e noroeste fluminense de acordo com a Defesa Civil. A notícia então traz a história do bombeiro que atuou nos resgates em 2011, Alfredo Marques Werly, para mostrar que, mesmo com formação técnica em segurança e 17 anos de corporação, o sargento afirma ter medo que aconteça um novo desastre na região, por não se sentir capaz de atuar frente a uma situação de risco como a que aconteceu: “‘Eu e meus colegas nos sentimos totalmente impotentes diante da grandiosidade do que havia ocorrido; estávamos mesmo despreparados para uma situação como aquela. [...] Infelizmente, o poder público não tirou lições disso’, define” (“NOS SENTIMOS, 2012).

Morador de Nova Friburgo, cidade onde três pessoas do Corpo de Bombeiros morreram soterradas, lembra a narrativa – e, sabemos agora, uma delas era seu primo –, Alfredo está com

a casa interditada, mora com a mãe, perdeu um carro no desastre e não teve acesso ao aluguel social. Ao lembrar da noite do acontecimento, relata que conseguiu salvar pessoas da família e da vizinhança assim que ouviu o primeiro estrondo, e que trabalhou nos resgates e busca por corpos três dias sem parar.

Apesar da atuação das equipes de busca na Região Serrana e dos reforços garantidos pelas autoridades federais e estaduais do Rio de Janeiro já no primeiro dia do desastre, 215 pessoas seguem desaparecidas no local: 137 em Teresópolis, 44 em Nova Friburgo, 18 em Petrópolis, uma em Sumidouro e 15 em localidade não informada, segundo o Programa de Identificação de Vítimas (PIV). A notícia “Um ano após tragédia, mais de 200 continuam desaparecidas na serra do Rio”, publicada às 7h43, além de trazer esses dados e a informação de que 342 pessoas que haviam sido comunicadas como desaparecidas foram encontradas, informa que a Operação Serra – operação que identifica as vítimas do desastre de 2011 – ainda não foi encerrada e só será, segundo o coordenador do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid), promotor de Justiça Pedro Borges, “quando zerarmos o número de comunicações de desaparecidos” (UM ANO, 2012a). A narrativa então afirma que é preciso ter esperança na busca pelos restos mortais de familiares e amigos e amigos, mas reitera que a identificação das vítimas, nesse momento, acarreta algumas dificuldades, como o estágio de decomposição dos corpos e danos causados pelos desmoronamentos, além dos próprios contratempos de identificação, como a contaminação das amostras.

A questão da moradia em áreas de risco volta a ser pauta das notícias no terceiro dia da narrativa quando o desastre completa um ano. A notícia “‘A casa só cai se Deus quiser’, diz moradora que não quer deixar área de risco em Teresópolis (RJ)”, publicada dia 13 às 6h, narra a resistência de um grupo de moradoras e moradores do bairro Caleme, em Teresópolis, em sair de suas casas, mostrando que deixar uma casa não é uma questão simples. A narrativa diz que, no local, as moradias estão próximas a uma encosta desprotegida e cheia de pedras e que, toda a vez que chove, a população arca com as consequências deixadas pelo desastre de 2011, como mostra através da seguinte descrição:

Não precisou de mais de 10 minutos para que o barro de encostas descresse pelas ruas. Próximo a pontes destruídas por completo ou pela metade, o cuidado precisa ser tomado a quem passa de carro pelo local, ante as ribanceiras, e a pé: é comum ver ratos passeando à luz do dia em meio ao lamaçal e perto de tubulações de concreto destruídas (“A CASA, 2012).

No entanto, o grupo de moradoras e moradores do bairro alega não ter lugar para onde ir e que, ao invés de interditar os imóveis pagando indenizações que estão aquém dos valores desejados, o poder público deveria retirar as pedras que ainda estão nas ruas e podem rolar, dando melhores condições para viver no local. Além disso, não acreditam que um novo desastre igual ao de 2011 vá ocorrer novamente.

Já no bairro da Posse, também em Teresópolis, os relatos trazidos pela narrativa da notícia “Legado das chuvas: Teresópolis (RJ) tem bairros-fantasma e ‘vale de pedras’”, também publicada às 6h, mostram que não há vontade de ficar, como afirma a empregada doméstica Lourdes Rocha da Silva, que, sem o aluguel social, precisa dividir a casa pequena com seis parentes: “Eu não tenho amor a uma casa, mas à minha vida. Se tivesse para onde ir, já tinha me mudado daqui. Estou desesperada para me mudar. A qualquer hora que fechar os olhos a gente vai lembrar das pessoas pedindo socorro, gritando” (LEGADO, 2012).

Diversas notícias do UOL, um ano depois do desastre, focam nas histórias de pessoas que ajudam a mostrar caminhos de mudança frente ao ocorrido. A notícia “Em Nova Friburgo (RJ), sobrevivente extrai poesia de tragédia”, publicada dia 14, às 6h, narra como o produtor rural Hermínio Botelho, de 77 anos, após três meses do desastre, começou a escrever poesias com as lembranças do acontecimento “para tentar expurgar o que ainda causava dor” (EM NOVA FRIBURGO, 2012), homenageando quem morreu no desastre e agradecendo por quem, assim como ele, conseguiu sobreviver. Já a notícia, publicada um dia depois, às 6h, “Artista plástica constrói 12 canis em mansão para cuidar de cães vítimas da enchente em Teresópolis (RJ)” narra a história de Claudia Winks e dos 44 animais, vítimas das enxurradas e deslizamentos de janeiro de 2011, que foram recolhidos e adotados por ela e o marido. A narrativa informa que, mesmo com o canil construído pela artista plástica em sua casa, há ainda vários animais abandonados na região – o que, segundo Claudia, acontece por omissão do poder público, que deveria se responsabilizar por se tratar de uma questão de saúde pública.

Outra história que ficamos sabendo através da narrativa do UOL ao completar um ano do desastre – mais especificamente no dia 16, às 6h – é a da ONG Cesó-RJ, através da notícia “Jipeiros enfrentam lama, rios e pedras para levar comida a comunidades ainda isoladas em Nova Friburgo (RJ)”. A ONG, criada logo após o desastre, reúne pessoas que possuem jipes e arrecadam mantimentos para levar, nos fins de semana, até comunidades que vivem praticamente isoladas na zona rural de Nova Friburgo. Acompanhando um dia de trabalho da ONG, a narrativa do UOL relata as dificuldades de acesso aos locais e a falta de obras de recuperação, principalmente a partir dos relatos das próprias moradoras e dos próprios

moradores. “‘Ficou muito ruim viver aqui. Se chove, a gente fica preso. Se alguém passar mal, está ‘lascado’: o posto mais perto aqui é o do centro da cidade. E sem estrada para escoar a produção, fica tudo retido’, conta o lavrador Joelson Herdi Simas, 39” (JIPEIROS, 2012).

A inoperância do poder público é, mais uma vez, trazida à tona pela narrativa; não só indiretamente nos relatos de sobreviventes que contam como “se viram” para viver depois do que aconteceu, mas também pela indignação das próprias pessoas integrantes da ONG, que consideram que há falta de preparo das equipes de resgate e de assistência a vítimas de desastres e desconhecimento de sua real situação: “‘É preciso que todos saibam o que está acontecendo com essas pessoas isoladas, não é possível que isso continue’, diz Rabello” (JIPEIROS, 2012), fundador da ONG.

Quanto às investigações de desvio de recursos públicos em Nova Friburgo e Teresópolis, o sexto dia da narrativa que relembra um ano do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro inicia, às 6h, com a notícia “Desvio de dinheiro atrasou recuperação de Nova Friburgo (RJ), diz procurador; turismo está abalado”. Ela traz o relato do representante do MPF em Nova Friburgo, procurador Marcelo Medina, para confirmar que a culpa por boa parte das obras de recuperação dos estragos deixados pelo desastre de 2011 na região não terem sido executadas é o mau uso do dinheiro público: “[...] a recuperação da cidade poderia ter sido mais célere, mas o administrador acabou tendo de fazer um processo de contratação duas vezes em função das irregularidades que apontamos’, diz” (DESVIO, 2012). Entre as irregularidades apontadas pelo MPF, estão desde serviços de desratização e desinsetização em casas interditadas até o uso de verbas em áreas não atingidas pelo desastre e fraudes em processos de contratação. Através da narrativa, nesse momento, ficamos sabendo da cassação dos prefeitos das duas cidades.

Sabemos também que, além de lojas e fábricas fecharem na região em decorrência dos danos do desastre, os prejuízos não se deram somente no comércio e na indústria. O turismo também foi enfraquecido com o acontecimento de 2011, como já se previa na narrativa dos primeiros dias: em Nova Friburgo, por exemplo, o principal ponto turístico da cidade, o teleférico, segue parado e a praça onde ele está localizado não teve a pavimentação concluída. Sobreviventes do desastre, como o dono de charretes de passeio Rodovaldo Calderaro, relatam que o movimento de turistas caiu consideravelmente: “[...] dependendo do dia, até 100%. Ontem, mesmo [um sábado], fiz um único passeio. [...] ‘É como se Friburgo estivesse num CTI (Centro de Terapia Intensiva), mas sem médico para operar’” (DESVIO, 2012).

Também publicada no dia 17, às 6h, a notícia “No meio da Serra Fluminense, o grito dos sobreviventes ainda reverbera, um ano depois: ‘Não está tudo bem’”, volta a dar espaço para as vítimas – chamadas pelo UOL de “sobreviventes”, como as próprias pessoas da região querem ser identificadas, conforme a narrativa afirma – e estas relatam seus momentos de saudade, suas dores e revoltas, o que fica explícito, já no começo da narrativa, ao ser retratada a frase da comerciante de Petrópolis que dá origem ao título da notícia, dona Sandra, ao avistar a equipe de reportagem do portal UOL na região: “‘Vem cá, moça. A gente precisa falar o que tá acontecendo aqui: não tá tudo bem’.” (NO MEIO, 2012). Entre a indignação das pessoas que vivem no local, está o fato de que algumas obras feitas para contenção nos barrancos já foram, inclusive, desfeitas em consequência de novas chuvas que ocorreram na região – obras que são chamadas pelas moradoras e pelos moradores de “enxuga-gelo”.

4.4.5 Dois anos após o desastre

Duas notícias são publicadas pelo portal UOL, no mesmo dia e horário (12 de janeiro de 2013, às 12h25), quando o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro completa dois anos. A notícia “Dois anos após tragédia das chuvas no Rio, obras andam devagar, avaliam especialistas” recorre novamente ao presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, e também ao especialista em situações de risco e professor da UFRJ, Moacyr Duarte, para afirmar que “pouco foi feito para recuperar áreas atingidas e minimizar os impactos de um novo desastre” (DOIS ANOS, 2013a) e que a Região Serrana segue vulnerável em relação às chuvas.

Em relação às obras, a narrativa diz que o governo do Rio de Janeiro informou que dez pontes que precisavam ser reconstruídas nas cidades atingidas pelo desastre estão prontas, dez serão entregues até fevereiro e 42 ainda estão em fase de licitação. Além das poucas obras realizadas, outro problema apresentado pela narrativa é que, durante o verão, pela quantidade de chuvas, não há o que fazer, a não ser investir em abrigos e sistemas de alerta. A constatação é corroborada por Guerreiro, que traz como exemplos de intervenções para controlar ou diminuir as enxurradas – e que deveriam ter sido realizadas antes da temporada de chuvas –: contenções de encostas, dragagem de rios e monitoramento da bacia hidrográfica.

A narrativa ainda fala no reflorestamento como uma ação necessária para impedir o aumento da erosão do solo e da impermeabilidade do terreno afetado, e em um sistema de monitoramento de dados climáticos e meteorológicos. Um sistema hidrológico e meteorológico que funcione de forma mais ágil nas áreas de risco também é cobrado por Duarte. O especialista aponta que “obras simples de engenharia [...] também poderiam estar avançadas se a burocracia não se refletisse em atraso” (DOIS ANOS, 2013a) e que os maiores entraves para os municípios conseguirem verbas federais são vícios em licitações e dificuldade de elaborar projetos técnicos.

A notícia então afirma que, de acordo com a Secretaria Estadual de Obras, a elaboração de projetos voltados às consequências do desastre foi dificultada pela dimensão do acontecimento, e relembra que o governo federal, logo após a irrupção do desastre, repassou verba pública para obras de reconstrução; no entanto, do montante de R\$ 106 milhões, R\$ 47 milhões ainda não foram liberados, de acordo com informações buscadas no Ministério da Integração Nacional – órgão que, procurado pelo UOL, não quis comentar as críticas sobre a burocracia na apresentação de projetos.

A atualização dos dados oficiais em relação ao desastre encontramos na notícia “Dois anos depois de tragédia, 165 pessoas continuam desaparecidas na Região Serrana do Rio”: além das mais de 900 vítimas fatais, a narrativa confirma que o acontecimento deixou 7 mil pessoas desabrigadas e desalojadas e 165 estão ainda desaparecidas, segundo informações do Plid. O programa também informa que, logo após a irrupção do desastre, mais de duas mil notificações foram feitas ao MPF sobre pessoas desaparecidas, resultando em 653 catalogações. Destas, 340 pessoas foram localizadas com vida e 151 em óbito. Devido ao número de pessoas ainda desaparecidas, a narrativa afirma que os trabalhos de localização do Plid seguem em aberto até que todas as notificações sejam solucionadas.

4.4.6 Cinco anos após o desastre

Apenas uma notícia é produzida pelo portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro quando o acontecimento completa cinco anos. A notícia, publicada dia 11 de janeiro de 2016, às 19h, “Cinco anos após tragédia, moradores de Nova Friburgo buscam contornar a dor” tem sua narrativa construída pelo relato das vítimas e, como o próprio título diz, narra as consequências que o desastre causou na cidade de Nova

Friburgo e como estas ainda podem ser sentidas pelas pessoas que moram no local. Para isso, a narrativa traz, desde o começo, histórias de sobreviventes que, através de suas lembranças, relatam o que mudou em suas vidas com o acontecimento, ressaltando a dor da perda, seja ela material ou humana.

A narrativa enfatiza que, mesmo cinco anos após o desastre, ainda é possível ver os estragos físicos causados pelo acontecimento na cidade, como escombros de imóveis destruídos, terrenos onde ficavam moradias e agora estão vazios e abandonados, e lugares ainda interditados. O relato detalhado dos momentos de angústia e aflição vividos pelas vítimas no dia do desastre e a caracterização de como perderam suas casas e familiares é um dos aspectos presentes na narrativa. A partir dessas lembranças, a narrativa faz uma volta ao passado para explicar como o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro aconteceu, demonstrando sua dimensão.

A narrativa traz a informação que, segundo a prefeitura de Nova Friburgo, 250 pessoas ainda recebem o aluguel social no município e não há data prevista para que novas moradias sejam entregues. Além do problema de moradia, a narrativa nos mostra que muitas vítimas do desastre também enfrentam problemas financeiros devido à dificuldade de conseguir emprego na região, pelo prejuízo causado pela perda de empreendimentos ou a impossibilidade de mantê-los, ou mesmo em função das sequelas físicas e psicológicas que o desastre trouxe a centenas de pessoas.

Em meio às histórias das vítimas e descrições dos impactos do desastre em Nova Friburgo, a narrativa relembra o número de mortes no município em decorrência do acontecimento (436 pessoas) e em toda a Região Serrana (mais de 900) e constata que ainda há 36 pessoas desaparecidas na cidade. Outro número trazido pela narrativa é o de pessoas vivendo em áreas consideradas de alto risco em Nova Friburgo: cerca de 24 mil, de acordo com a secretaria de Defesa Civil, sendo que 20 mil pessoas estão morando em locais sujeitos a deslizamentos de encostas e quatro mil em terrenos com probabilidade de inundar.

Alegando que já foram construídos, pelo governo federal, mais de dois mil apartamentos no município e que a cidade é um vale que tem mais que o dobro de moradoras e moradores que poderia suportar – o que justificaria a construção de casas em locais de risco, como encostas e na beira do rio –, o secretário João Paulo Mori informa que as pessoas que não foram contempladas com uma nova moradia já foram notificadas e assinaram um documento que atesta estarem cientes do local onde vivem. Além disso, como forma de evitar um novo desastre,

a prefeitura está monitorando as chuvas e possui um sistema de alerta com 35 sirenes instaladas, agentes 24 horas em unidades de proteção e aviso por mensagem de celular – o que não havia em 2011.

Ao finalizarmos a decomposição da intriga da narrativa do portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, a partir da divisão de episódios de acordo com a marcação temporal no qual nosso *corpus* de pesquisa está baseado, percebemos a quantidade de elementos diferentes dispostos na narrativa. Passamos agora à recomposição da intriga, no próximo subcapítulo, e a consequente síntese desses elementos.

4.5 COMPOSIÇÃO DA INTRIGA: A SÍNTESE DO HETEROGÊNEO

Após a decomposição da intriga, é preciso compô-la novamente para compreender a narrativa como a síntese do heterogêneo; pois, como já vimos, narrar é encadear diferentes ações articuladas em uma relação causal a fim de poder contar-se uma história. Nesse momento então, encadeamos os diferentes elementos presentes na narrativa encontrada no portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, identificando os conflitos secundários que partem da intriga central para observarmos os sentidos que são produzidos pela narrativa para a construção do acontecimento. Para isso, levamos em conta as especificidades encontradas no plano da estória desse tipo de cobertura, conforme a literatura específica e a relação de aspectos considerados importantes para nosso trabalho na composição do discurso narrativo referente a desastres – já explicitada, anteriormente, quando tratamos dos movimentos de análise.

Podemos avaliar, já no começo da narrativa, que a cobertura jornalística do portal UOL compreende que a grande quantidade de chuvas que atingiu a Região Serrana Fluminense entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 de janeiro de 2011 é a causadora do desastre. Apesar de relacionar a maioria das mortes aos deslizamentos de terra, já nos títulos há uma relação entre a chuva e as mortes ocorridas na região, bem como os estragos provocados. Temos, como exemplo: “Pelo menos três pessoas morrem por causa da chuva na Região Serrana do Rio”, “Região Serrana do Rio de Janeiro é castigada pelas chuvas, com mortes e deslizamentos”, “Chuva provoca queda de barreiras e deixa estradas bloqueadas no Rio” e “Chuvas matam dezenas na Região Serrana do RJ e bloqueiam rodovias”.

Desse modo, opera-se a nomenclatura de um fenômeno físico, no caso as chuvas, como o agente responsável pelo desastre quando, na verdade, o desastre não é causado pelas chuvas. Há uma produção simbólica em torno do fenômeno natural das chuvas, das *chuvas atípicas* como agentes do desastre [...] (MARCHEZINI, 2014, p. 179, grifos do autor).

As chuvas, portanto, são mais do que um fenômeno físico natural aqui: a narrativa, ao se utilizar até mesmo da personificação (ou prosopopeia) como figura de linguagem para dizer que são as chuvas que “matam”, atribui a estas a qualificação de personagem na intriga – uma personagem caracterizada pelo poder de provocar dezenas de mortes e deixar inúmeras pessoas desabrigadas e desalojadas e cidades destruídas e, portanto, construída estrategicamente como uma vilã.

Como efeito dessa atribuição e responsabilização dada às chuvas, não são tratadas as possíveis causas sociais envolvendo o desastre e nem mesmo questões sobre vulnerabilidades socioambientais, prevenção ou a temática do risco. Da mesma forma, não há uma explicação técnica sobre o desastre, apenas a informação sobre o volume de chuvas registrado em algumas cidades, como já mencionado anteriormente: 134 milímetros próximo a Petrópolis e 140 milímetros em Teresópolis, o que corrobora o fato de a narrativa sempre se direcionar ao caso com ênfase na adjetivação: “fortes chuvas”, “fortes precipitações”, “excesso de chuvas” ou “forte temporal”.

As consequências, ao contrário, permeiam toda a narrativa desde o primeiro dia do acontecimento: além da quantidade de mortes e de pessoas feridas e desabrigadas, o desastre deixa estradas bloqueadas, locais inacessíveis, pane nos serviços de eletricidade e de telefonia e o comércio prejudicado. Apenas em um momento, ao final do dia, a narrativa informa que há expectativa de que volte a chover na região, ressaltando que não será um volume tão grande quanto o registrado até então. Apesar do alerta, não há proposições sobre o que pode ser feito para que as pessoas que vivem na região fiquem protegidas ou como evitar maiores danos.

Ainda que não haja uma responsabilização direta perante o desastre que vá além da ideia da grande quantidade de chuvas, a narrativa, ao final do primeiro dia, aciona a memória para lembrar que essa é uma “tragédia anunciada” (CHUVAS, 2011a), pois, há pouco tempo, outros desastres envolvendo chuvas e deslizamentos ocorreram no estado, como em Angra dos Reis e no Morro do Bumba, ambos um ano antes. Há também a constatação, trazida pela Defesa Civil do estado, de que os alagamentos provocados na cidade de Petrópolis são um problema recorrente na região quando chove muito em Teresópolis e Nova Friburgo, pois a água da chuva

desce da serra e transborda um dos rios do município. Dessa forma, demonstra-se que, mais uma vez, as chuvas causaram estragos no estado e nada foi feito para impedir. No entanto, a narrativa, em nenhum momento, problematiza ou discute o que pode ser feito diante dessa realidade, ou mesmo o que deveria ter sido feito antes do desastre para que o mesmo fosse evitado.

É nesse instante que a narrativa do portal UOL passa a compreender o desastre socioambiental da Região Serrana como um acontecimento e denomina-o de “tragédia”. A partir desse entendimento, a narrativa passa não só a fazer um balanço constante da situação dos municípios mais atingidos, mas também começa a tratar, mesmo que minimamente, como está sendo o atendimento às vítimas: para onde são encaminhadas e quais estruturas foram autorizadas a serem montadas para recebê-las. Já as demandas específicas das comunidades atingidas ficam restritas, nesse primeiro dia, aos relatos dos postos de entrega de doações organizados pelas prefeituras e por órgãos responsáveis.

Trata-se ainda sobre as ações de resgate de vítimas, mas a narrativa limita-se a explicar como as equipes estão sendo montadas e por quem. Não há busca por relatos de quem foi resgatada e resgatado ou por quem procura uma pessoa desaparecida, nem mesmo de quem está envolvida e envolvido nas equipes de busca. As vítimas também pouco aparecem. Além da moradora de Nova Friburgo que diz ser “comum” a ocorrência de deslizamentos na região devido ao acúmulo de chuvas, ganha voz, na cobertura jornalística do primeiro dia, o comerciante residente na mesma cidade, João Sérgio, que, em depoimento, conta o que perdeu em sua padaria por causa das enxurradas e deslizamentos.

A narrativa do primeiro dia do acontecimento acaba se caracterizando pela atualização dos dados oficiais, principalmente em relação ao número de mortes e pessoas desabrigadas, e também pelas informações referentes à situação das principais cidades afetadas e ações do poder público frente ao ocorrido. Logo, as vozes de instituições e autoridades públicas são recorrentes. Apenas em um momento, logo no começo do dia, a narrativa demonstra falta de precisão na informação narrada: ao se utilizar do que é chamado de “informações extra-oficiais” (REGIÃO SERRANA, 2011) para narrar que quatro pessoas do Corpo de Bombeiros teriam morrido soterradas durante um resgate em Nova Friburgo – informação que é depois confirmada pela Defesa Civil do estado.

As instituições que surgem como personagens são a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a PRF e as concessionárias que administram as rodovias (Rota 116, CRT e Concer)

e o fornecimento de eletricidade da região (não é explicitado o nome da empresa), além das prefeituras das cidades mais atingidas, Palácio do Planalto, Palácio Guanabara e Ministério da Saúde – estas últimas apenas em algumas citações. São essas as personagens que conformam todos os dados trazidos pela narrativa em meio às incertezas e imprecisões desse tipo de acontecimento, principalmente aqueles ligados a números oficiais, e se mostram fundamentais para dar à narrativa um teor de confiabilidade e rigor frente ao desconhecido. São elas também utilizadas, muitas vezes, para afirmar que o número de vítimas pode aumentar, visto a magnitude do desastre e as dificuldades de acesso a determinados locais.

Entre as autoridades que ganham voz na narrativa estão o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o vice-governador do estado, Luiz Fernando Pezão, o senador Lindbergh Farias e os prefeitos Jorge Mario, de Teresópolis, e Paulo Mustrangi, de Nova Friburgo. Também são citadas, na narrativa, atividades da presidenta Dilma Rousseff, dos ministros da Casa Civil, da Integração Nacional e das Relações Institucionais, Antonio Palocci, Fernando Bezerra Coelho e Luiz Sérgio, respectivamente, do secretário de Estado da Casa Civil, Regis Fichtner, do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Pedro Machado, e do comandante da Marinha Brasileira, almirante Júlio Moura, além de secretários estaduais. Essas personagens aparecem, majoritariamente, para demonstrar a busca de soluções emergenciais para as consequências do desastre, como o reforço e a disponibilização de pessoal e de equipamentos para os resgates e ajuda financeira. Dilma, Cabral e Pezão ganham destaque ainda por lamentar o ocorrido.

No entanto, a grande maioria das falas das personagens, nesse primeiro dia do desastre, se dá através de notas públicas e, por isso, a maior parte da narrativa é construída através dos boletins e informações das assessorias desses órgãos e autoridades. Algumas exceções são o major de Operações do Corpo de Bombeiros, Gil Kempers, a agente da PRF, Marisa Drey – personagens que comprovam, através de suas falas, as dificuldades enfrentadas no trabalho das organizações diante do caos provocado pelo desastre – e o secretário estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc. A fala deste último é o primeiro momento em que a narrativa, de alguma forma, trata do desastre para além da questão das chuvas; ficando restrita, no entanto, à sua afirmação de que “a desgraça seria muito maior” (TERESÓPOLIS, 2011) caso o governo não tivesse retirado 200 pessoas das áreas de risco em Teresópolis no ano anterior. Logo após a citação, a narrativa já traz dados sobre o volume de chuvas no município.

Aqui é importante ressaltar que, ao dar voz a essas personagens, principalmente às autoridades que são conhecidas pela grande maioria da população, mostrando as diversas ações

que estão sendo feitas desde o começo da manhã, a narrativa demonstra que há uma intensa mobilização diante do ocorrido e que se está fazendo “todo o necessário” para a região, através da união dos governos municipais, estadual e federal e da presença de profissionais que têm, inclusive, experiência e “atuações destacadas nas tragédias do Haiti, Ilha Grande e morro do Bumba, em Niterói” (TERESÓPOLIS, 2011).

Analisando a narrativa no primeiro dia da cobertura jornalística do portal UOL, percebemos, assim, determinados temas articulados à intriga central que se configuram como conflitos secundários. São eles: a) estragos provocados pelas enxurradas e deslizamentos: dificuldade de acesso às localidades, estradas bloqueadas e corte de energia elétrica; b) apoio e mobilização de recursos dos governos federal e estadual; c) ações das prefeituras; d) força-tarefa para operações de resgate; e e) doações para pessoas desabrigadas.

Figura 2 – Conflitos secundários: dia do desastre



Fonte: Elaborado pela autora

As temáticas encontradas no primeiro dia do desastre e destacadas nessa análise seguem sendo os mesmos conflitos secundários dos segundo e terceiro dias do acontecimento: a) estragos provocados pelas enxurradas e deslizamentos: dificuldade de acesso às localidades e

desabastecimento de serviços, mantimentos e gasolina; b) apoio e mobilização de recursos dos governos federal e estadual; c) ações das prefeituras; d) força-tarefa para operações de resgate, recuperação e assistência; e e) doações para pessoas desabrigadas. Junto delas, também identificamos f) criação de abrigos, hospitais e IMLs improvisados; g) drama das vítimas, principalmente na busca, reconhecimento e enterro de familiares; h) surgimento de boatos; e i) mobilização nas redes sociais.

Figura 3 – Conflitos secundários: consequências imediatas



Fonte: Elaborado pela autora

Já passamos a perceber, após o primeiro dia do desastre, uma narrativa mais estabilizada frente ao ocorrido: uma narrativa que agora tem mais claro como se sucedeu o desastre, apesar de ainda prevalecer o entendimento de que as chuvas são a grande causadora do acontecimento. Também, uma narrativa que se preocupa mais em demonstrar o que está sendo feito na região, principalmente em relação aos trabalhos de resgate e restabilização de serviços básicos – que agora são fundamentais para a população atingida –, do que apenas trazer o balanço dos dados do desastre – apesar de serem estes aspectos que ainda prevalecem, pois são números que não param de crescer.

Os números do desastre seguem sendo uma boa estratégia para demonstrar a magnitude do acontecimento: de três vítimas fatais no começo da narrativa, passa-se a 530 no final do terceiro dia. As consequências, para além desses números, também se ampliam: aparece agora, além da dificuldade de acesso às localidades, estradas bloqueadas e corte de energia elétrica, o problema do desabastecimento e as consequentes filas e tumulto em postos de gasolina e supermercados, os prejuízos do comércio, o surgimento de boatos, e a necessidade de se montar abrigos, hospitais e IMLs improvisados, visto o número de pessoas desabrigadas, feridas e de corpos encontrados.

A descrição dos locais passa a ser retratada: carros e móveis arrastados e cobertos de lama, ruas cheias de barro e lixo, e árvores caídas fazem parte do cenário da região após o desastre; e sua narração intensifica o poder de destruição do acontecimento. Outra estratégia da narrativa, a partir do segundo dia, é o fato das vítimas passarem a ganhar voz, dividindo espaço no discurso narrativo com as autoridades e instituições que predominavam no primeiro dia – inclusive, passando-as, numericamente, em relação à quantidade total de personagens na narrativa, mas mantendo o equilíbrio quanto à frequência. As próprias instituições, que antes falavam por meio de suas assessorias, na maior parte das vezes, passam a ter voz a partir de personagens que respondem por elas.

Encontramos retratadas as falas de 15 vítimas no segundo dia do acontecimento e 20 no terceiro: com exceção de duas pessoas que não quiseram se identificar (apenas reconhecidas como “jovem” e “funcionária do IML”) e outra que apenas foi identificada como “funcionário do bairro Ypu”, todas têm seu nome, idade e, na maioria das vezes, profissão assinaladas. Quanto às instituições e autoridades, temos 14 vozes diferentes nesses dois dias, predominando aquelas relacionadas ao Corpo de Bombeiros, Cruz Vermelha, Vigilância Ambiental e Epidemiológica e secretarias municipais e estaduais, entre elas Assistência Social e Direitos Humanos, Conservação e Comunicação. As notas do governador e do vice-governador do Rio de Janeiro também são substituídas por suas falas. Além disso, a narrativa segue informando sobre as atividades de importantes nomes do governo: novamente da presidenta Dilma Rousseff, do ministro Fernando Bezerra Coelho e dos prefeitos Jorge Mário e Paulo Mustrangi, e também da ministra do Desenvolvimento Social, Teresa Campelo, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Outras instituições que servem como fonte e viram personagens na narrativa, nesses segundo e terceiro dias, são a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Petrobrás, Instituto Nacional de Meteorologia, Secretaria de Estado da Saúde e Defesa Civil, Companhia

de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, Companhia de Água e Esgoto do Estado, Geo-Rio e as concessionárias Águas e Ampla.

As testemunhas, sejam elas vítimas ou pessoas envolvidas nos trabalhos de resgate, recuperação e assistência nas cidades, são convocadas para mostrar o que estão enfrentando no momento e, com isso, dar a real dimensão do acontecimento. As vítimas, mais do que isso, são personagens que acabam por personificar os efeitos irreversíveis do desastre, como a perda de familiares e de suas casas e pertences. Em suas falas, frases como “perdi tudo o que eu tinha, minhas roupas, meus móveis” (FAMÍLIA, 2011), “foi embora toda minha vida”, “eu me salvei da morte, mas não da amargura” (CEMITÉRIO, 2011), e “a vida mudou completamente desde então” (EM MEIO, 2011). O caos é tamanho que o dono de uma funerária de Teresópolis, Maurício Berlim, mesmo trabalhando no ramo há anos, diz não estar preparado para o que estava acontecendo e que “é a primeira vez que vejo isso e estou chocado” (DECOMPOSIÇÃO, 2011).

Assim, podemos considerar que, para além das consequências imediatas, a narrativa demonstra que a Região Serrana vivencia agora os efeitos de uma “tragédia”, como a própria denomina e, da qual sabemos, causa transtornos que modificam e desequilibram toda e qualquer estabilidade e afetam as pessoas das mais diversas formas. A chuva deixa as cidades sem luz, água e serviço telefônico, obstrui rodovias, destrói casas e até leva pessoas à morte devido às enxurradas e consequentes deslizamentos provocados; mas é o desastre que deixa uma cidade “irreconhecível”, “completamente paralisada e ilhada” e faz com que as pessoas vivam “horas de terror” (ILHADA, 2011) e tenham “uma experiência traumatizante” (EMPRESÁRIO, 2011). O coordenador da Cruz Vermelha em Teresópolis, Herculano Abrahão, compara o desastre na Região Serrana aos prejuízos de um tsunami e ao que aconteceu no Haiti, enquanto o vice-governador do estado diz nunca ter visto nada igual. O secretário de Comunicação de Nova Friburgo, David Massena, afirma que “esse acidente não escolheu pobre nem rico” (BOATO, 2011) e o dramaturgo e produtor artístico, Arnaldo Miranda, prevê que a economia da região ficará quebrada em função do desastre, pois Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis são cidades que vivem do turismo e suas nuances: “Quem vai querer vir para cá? Para fazer o quê?” (TRAGÉDIA, 2011c), questiona ele na narrativa.

Mais uma vez, os títulos também nos dão um bom panorama de como o desastre passa a ser compreendido em sua magnitude pela narrativa do portal UOL. Alguns exemplos são: “Ilhada, a cidade de Nova Friburgo vive a sua maior tragédia”, “Sem água, luz e telefone, bombeiros trabalham ‘na garra’; tragédia é pior que a de Angra em 2010”, “Desabrigados de

Teresópolis (RJ) lotam ginásio da cidade; ‘situação está caótica’, diz Cruz Vermelha” e “Tragédia tem efeito devastador no turismo e na vida cultural das cidades serranas”.

A comparação com o desastre de Angra dos Reis, como mostra um dos títulos acima, é uma das estratégias utilizadas pela narrativa para tratar sobre a proporção do desastre vivido na Região Serrana. Além do acontecimento em Angra, a partir do segundo dia, a narrativa se utiliza da memória para lembrar de outros desastres ocorridos no estado do Rio de Janeiro, embora a mesma limite-se a elencar os acontecimentos apenas de 2010. A arte “Tragédias no RJ em 2010”¹⁰⁵ recupera, através do nome do local onde se deu o desastre, da data e de uma pequena explicação do que ocorreu junto ao número de óbitos, a memória dos desastres em Angra dos Reis, Niterói e Morro do Bumba. Ao rememorar, mesmo que minimamente – pois a narrativa não problematiza ou traz informações atualizadas sobre a situação das comunidades e pessoas afetadas nesses locais –, esses acontecimentos tão semelhantes em suas causas e que ocorreram tão próximos espacial e temporalmente, percebemos a possibilidade, e até mesmo a previsibilidade, do que ocorreu em janeiro de 2011 devido a um contexto de instabilidade e de risco iminente em regiões como a Serrana.

Também podemos apreciar essa hipótese quando a narrativa afirma que o município de Sumidouro, conforme a própria prefeitura informou, está em estado de emergência desde dezembro, pois, no mês anterior, já havia situações de mortes na cidade em decorrência de deslizamentos provocados pelas chuvas e, com o desastre de janeiro, essa é a quinta situação de mortes na cidade; e, em Petrópolis, segundo a narrativa do primeiro dia constata, são recorrentes os estragos provocados sempre que há muita chuva nas cidades vizinhas. Em nenhuma dessas situações, porém, a narrativa busca questionar porque nada foi feito.

No final do terceiro dia, a narrativa alerta que poderá chover novamente na região. Mais uma vez, no entanto, ao fazer esse tipo de comunicado, não se trata sobre aquilo que deve ser feito para que os prejuízos não venham a ser maiores caso a informação se confirme ou mesmo para tranquilizar a população que já está vivendo em uma situação de pânico – e saber que voltará a chover pode provocar ainda mais medo.

¹⁰⁵ Ao observarmos as 216 notícias encontradas no portal UOL referentes ao desastre socioambiental de 2011, encontramos a mesma arte sendo usada em vinte delas, todas de janeiro de 2011: sete no dia 13, duas no dia 14, três nos dias 15 e 18, duas no dia 19 e três no dia 20.

Além de seguir não dando nenhum tipo de explicação, seja ela social ou ambiental, para a ocorrência das enxurradas e deslizamentos na região, e nem mesmo tratar sobre as vulnerabilidades e a falta de medidas de prevenção aos riscos, a narrativa nos segundo e terceiro dias segue corroborando a ideia de que o desastre foi natural. Não só por seguir usando termos como “tragédia causada pelas fortes chuvas”, “em consequência da forte chuva” e “uma das maiores tragédias climáticas do país”, mas agora também por dar voz a personagens que ratificam esse entendimento – e é importante dizer aqui que são autoridades e, portanto, têm notável importância e credibilidade. O comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Mori, afirma que o acontecimento “foi uma calamidade” (SEM ÁGUA, 2011) que nunca havia acontecido na cidade; enquanto o governador Cabral é direto: “Foi um desastre natural de proporções nunca vistas” (RESGATE, 2011a). Trata-se sobre a necessidade dos municípios e do Estado combaterem a ocupação irregular das áreas de risco, mas isso somente é feito através de uma fala do próprio Cabral em que o mesmo apenas critica governantes que permitiram essas ocupações e exalta o fato de ser esse um dever a partir de então. A narrativa, assim, sequer questiona a responsabilidade do governador frente ao ocorrido.

Os trabalhos de resgate, recuperação e assistência permeiam a narrativa nesses segundo e terceiro dias. A ênfase nas dificuldades encontradas pelas equipes, principalmente o acesso a certas localidades, demonstra, mais uma vez, a transformação pela qual a região passou ao ser afetada pelo desastre. A própria narrativa se utiliza das dificuldades encontradas na região, como a pane na telefonia, para justificar o porquê da falta de algumas informações. Aqui, os números são importantes: vão sendo atualizadas a quantidade de profissionais e veículos envolvidos nas forças-tarefas de resgate e de retirada de lixo e lama, e nos atendimentos médicos, inclusive em relação à prevenção de doenças provenientes de enxurradas. Também a quantidade de vítimas resgatadas com vida, de corpos que chegam aos IMLs improvisados e de pessoas que vão para os abrigos municipais.

Ao tratar sobre esses últimos dados, sobressaem, na narrativa, as vozes atribuídas às instituições e autoridades envolvidas no acontecimento e segue-se, como no primeiro dia, narrando sobre o esforço que vem sendo empenhado em detrimento do que aconteceu – com destaque para a constante recordação da ajuda financeira do governo federal à região, dos pedidos de reforço do governador Sérgio Cabral (autoridade que, ressalta a narrativa, cancelou sua agenda de férias no exterior por causa do desastre) e do fato deste último, da presidenta Dilma Rousseff e do vice-governador Luiz Fernando Pezão terem sobrevoado as cidades mais atingidas da região. Em apenas um momento, a narrativa reflete divergências em relação ao

esforço que vem sendo feito para solucionar as consequências do desastre e estas são retratadas através da fala de uma das vítimas, Josiane Machado, quando esta afirma que “o resgate está fazendo o máximo possível, mas é pouco, não cobre tudo” (DESABRIGADOS, 2011).

As vítimas também são convocadas pela narrativa quando se trata sobre os trabalhos de resgate, recuperação e assistência na região. A busca por pessoas desaparecidas e por corpos é mostrada pela narrativa como uma das maiores angústias daquelas e daqueles que foram afetadas e afetados pelo desastre nesse momento: é preciso enfrentar enormes filas para ter informações ou fazer o devido reconhecimento. As filas também são retratadas na hora de se enterrar as pessoas mortas: o caos é tamanho que a narrativa descreve o sepultamento em Nova Friburgo como um momento de desespero e, ao mesmo tempo, como um trabalho que se apresenta já, de certa forma, trivial, como podemos ver na seguinte passagem:

Marco Oliveira chora a morte da mãe em meio à balbúrdia dos operários. “Vai, vai. O 61, o 62, o 63 estão subindo”, grita um funcionário. “Pode arrumar o caixão aí mesmo”, aconselha um voluntário. Marco abraça forte a namorada e grita. Comovido, Ernestino da Silva, o Tininho, larga os tijolos que levava e consola o vizinho. “Tem que ser firme, meu irmão.” Depois da pausa, Tininho continua seu trabalho. “Está faltando cimento aqui”, instrui um colega. “Deixa um gole de água para molhar a boca”, dispara para o outro (CEMITÉRIO, 2011).

Ao dar destaque também às lembranças traumáticas vivenciadas quando da tentativa (sem sucesso) de resgatar pessoas conhecidas, através de muitos detalhes e falas cheias de emoção, a narrativa humaniza o desastre, pois consegue passar o verdadeiro sofrimento causado por ele.

“As horas iam passando e só achávamos árvores, pedaços de concreto, pedra. Era muito frustrante. Quando já estávamos desistindo, um dos voluntários, como que por milagre, decidiu cavar em um lugar específico, não sei por quê.” “Ele foi tirando pedrinha por pedrinha, até que ouvimos, ‘Achei!’” Nesse momento, todos acharam que Julio tinha sido encontrado vivo e houve uma onda de aplausos. A família, que esperava aflita na entrada da rua, se encheu de esperanças. Em vão. [...] “Quando a máquina começou a remover os entulhos, vimos que a tragédia tinha sido muito maior. Vi o corpo de um menino sendo erguido na minha frente. Devia ter uns 12 anos, tinha morrido sentado.” (VOLUNTÁRIO, 2011)

Mesmo dando destaque às consequências e momentos desesperadores, como a própria narrativa afirma terem sido, há uma tentativa da mesma em ser positiva em alguns momentos. Isso acontece, por exemplo, através da fala de algumas vítimas: a ex-primeira dama de Nova

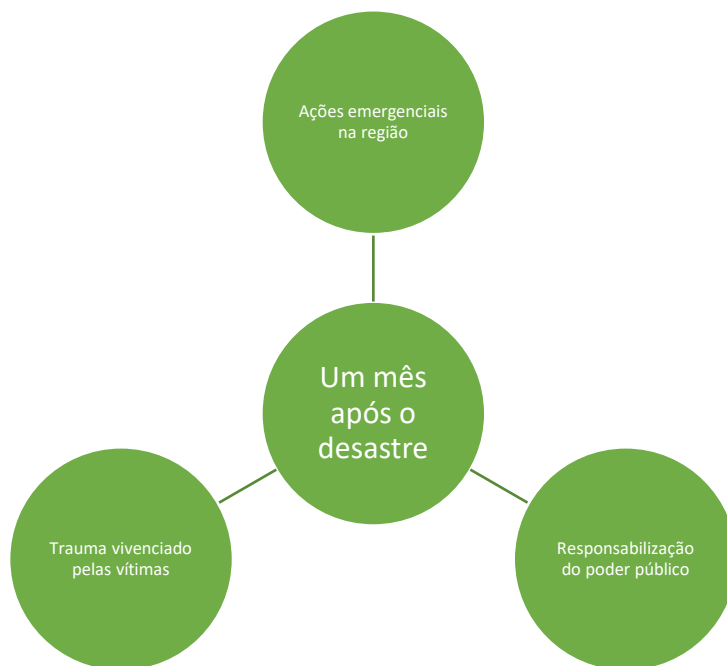
Friburgo, Deusa Rodrigues, ainda que esteja com seu marido soterrado, diz que “tem que ter fé” (SEM ÁGUA, 2011), enquanto Jéssica Matos, que perdeu familiares e amigas e amigos no desastre e tem sua fala retratada a partir de um dos abrigos improvisados, ressalta que “é tempo de arranjar forças para dar a volta por cima” (DESABRIGADOS, 2011). Do mesmo abrigo, o ginásio “Pedrão”, Cristiane Almeida afirma que se sente confortável, pois “Estão nos atendendo bem, nos alimentando bem e tem médico” (DESABRIGADOS, 2011). Outra vítima, Renata, mesmo lamentando a situação, já pensa no futuro da família: “Agora não dá mais pra reconstruir ali. Vamos procurar alugar uma casa e, depois, ver se podemos comprar um terreno que seja seguro” (FAMÍLIA, 2011), diz ela.

Assim, ao mesmo tempo em que ressalta o caos provocado na região por causa do desastre, seja através dos balanços que trazem o número de vítimas fatais e pessoas desabrigadas ou mesmo pelo drama vivenciado pelas vítimas, a descrição de como estão os lugares e toda a mobilização necessária para os trabalhos de resgate, recuperação e assistência, como já vimos, a narrativa começa a tratar, aos poucos, sobre a busca pelo restabelecimento das cidades e da vida das pessoas atingidas. Uma fala de Pezão atesta isso, quando este afirma que resolver a situação das pessoas afetadas é “devolver à (sic) normalidade à população” (GOVERNO, 2011b).

Dessa forma, a narrativa permite que já se fale em ações futuras, como a avaliação das áreas de risco da região e a necessidade de remoção e reassentamento de centenas de famílias que moram nessas áreas, e medidas de repactuação de financiamento.

Alguns desses temas que permeiam os três primeiros dias da narrativa do portal UOL estão presentes quando se completa um mês do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro. Entre os conflitos secundários destacados, encontramos: a) ações emergenciais na região: mapeamento das áreas de risco e remoção de famílias; b) responsabilização do poder público; e c) trauma vivenciado pelas vítimas.

Figura 4 – Conflitos secundários: um mês após o desastre



Fonte: Elaborado pela autora

Na análise da narrativa um mês depois do desastre, mesmo que ainda prevaleça a máxima de que “choveu mais do que o esperado na região”, trata-se sobre a responsabilização do desastre. Para isso, a narrativa relembra que seis cidades atingidas pelo acontecimento faziam parte do mapeamento de áreas vulneráveis a fenômenos climáticos realizado pela UFRJ três anos antes e que o Ministério Público já havia entrado com 21 ações contra ocupações em áreas de risco na região. A falta de atuação preventiva é questionada pela narrativa a representantes do governo e estes, assim como a própria em diversos momentos, utilizam-se da “desculpa” da quantidade de chuvas para minimizar toda e qualquer responsabilidade.

O subsecretário-executivo estadual do Ambiente, Luiz Firmino Pereira, chega a afirmar que o desastre ocorreria mesmo não havendo ocupações nas margens dos rios e morros, pois esse é um “fenômeno climático imprevisível” e somente o número de mortes seria menor – “uns 40% a menos” (UM MÊS, 2011a). Sua tese não é rebatida pela narrativa. Ao contrário, ela parece legitimar a versão do subsecretário-executivo quando reverbera a fala do promotor Leonardo Kataoka – profissional que garantiu que a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva vai apurar as possíveis responsabilidades pelo acontecimento – de que as chuvas da noite do dia 11 e madrugada do dia 12 foram “um evento completamente atípico” (UM MÊS, 2011a).

Outra estratégia desse tipo de personagens (as autorizadas) para escapar da responsabilização frente ao ocorrido é quando demonstram, na narrativa, desconhecimento dos

mapeamentos existentes e de dados completos sobre as áreas de risco e afirmam que algumas soluções estavam sendo buscadas pelas prefeituras, mas a burocracia dificulta a tomada de certas medidas – caso relatado pelo secretário do Meio Ambiente de Nova Friburgo, Eduardo de Vries. Apenas em um momento, a narrativa do UOL contesta a alegação dada por esse tipo de personagem: apesar de afirmar que não há dados atualizados sobre as áreas de risco em Petrópolis, o secretário de Planejamento e Urbanismo, Agnaldo Goivinho, é desmentido por uma fonte (não identificada) da administração municipal, a qual assegura que um estudo foi realizado no ano anterior ao desastre e, neste, é apontada uma média de 40 mil pessoas morando em áreas vulneráveis. A narrativa, tendo essa informação, questiona o secretário e o mesmo apenas admite que seus dados são defasados, alegando que “todos os distritos têm algum ponto de risco” e “nesse tempo todo não houve planejamento urbano” (SEGUNDO, 2011).

As personagens que representam autoridades e instituições são ainda convocadas pela narrativa para relatar o que vem sendo feito emergencialmente na região e o que está sendo planejado; e constata-se que algumas ações previstas, quando o desastre estava no seu terceiro dia, já estão em andamento ao completar um mês – como um novo levantamento das áreas de risco e a retirada das famílias dessas áreas e sua inclusão no programa do aluguel social. Ao mesmo tempo que questiona, portanto, a narrativa mostra que o poder público está trabalhando na prevenção de novos desastres, o que, de certa forma, gera uma imagem positiva para as mesmas. Aqui, alguns números são importantes para confirmar esse discurso, como a quantidade de casas identificadas em áreas de risco, interditadas e que já começaram a ser demolidas, e quantas famílias recebem o aluguel social. Além das vozes já mencionadas, são citadas atividades da Secretaria de Estado do Ambiente, Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano e do Banco Mundial.

Quanto às vítimas, apenas duas aparecem quando o desastre completa um mês. Essas vozes recordam os momentos de angústia vividos quando da irrupção do acontecimento; mas, seu papel é, principalmente, comprovar que os traumas deixados pelo desastre ainda são sentidos por quem por ele foi afetada e afetado. Destacamos o uso dos verbos dicendi “lamentou” e “lembrou emocionado”, além de frases como “é muito triste e a gente não consegue esquecer” e “isso aqui acabou tudo. Vai ser difícil esquecer” (UM MÊS, 2011b).

A presença dos dados oficiais segue sendo uma das estratégias utilizadas para expressar a dimensão do desastre: além dos já citados e do balanço de vítimas fatais que já vinha sendo narrado nos três primeiros dias, agora também é importante retratar a quantidade de pessoas

desaparecidas. Os dados são obtidos da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Ministério Público Estadual e prefeituras das cidades atingidas. Outro elemento que ganha intensidade é a descrição dos locais afetados – que seguem em um estado extremamente semelhante ao dos três primeiros dias do desastre – e o trabalho de recuperação e limpeza das áreas.

Esses elementos, mencionados no parágrafo anterior, são aspectos que vão seguir permeando todo o restante da narrativa do portal UOL. Quando o desastre completa um ano, os temas que mais se sobressaem como conflitos secundários são: a) ineficácia do poder público; b) obras de recuperação não concluídas; c) situação de risco ainda iminente na região; d) desvios de dinheiro público; e) lembranças do dia do acontecimento por parte das vítimas; e f) histórias de solidariedade.

Figura 5 – Conflitos secundários: um ano após o desastre



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisarmos a narrativa um ano depois, verificamos que o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro segue sendo chamado de “tragédia” e relacionado às “fortes chuvas” da noite do dia 11 e madrugada do dia 12 de janeiro de 2011, além de ser marcado como “o pior desastre natural da história do Brasil” (NO MEIO, 2012). Assim como na narrativa dos primeiros três

dias do desastre e um mês após o acontecimento, as consequências se mostram como um dos elementos principais de sua composição. Agora, no entanto, trata-se das consequências a longo prazo. Dessa forma, ao contrário do que as autoridades relatavam nos primeiros dias do desastre sobre a necessidade de devolver a normalidade à população da região, através dos trabalhos de recuperação e assistência que começavam a ser desenvolvidos, a narrativa prova que, na prática, isso ainda não aconteceu e pouca coisa mudou.

Para frisar as consequências trazidas pelo acontecimento, a narrativa segue utilizando como estratégia a atualização dos dados oficiais em relação ao número de mortes e pessoas desaparecidas e se utiliza das descrições e caracterizações de determinados lugares que provam a dimensão do desastre. Essas descrições têm um diferencial em relação à narrativa anteriormente: elas são possíveis pela ideia de “presença” das jornalistas e dos jornalistas do UOL nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, como é relatado pela narrativa desde o começo. São essas narradoras e esses narradores que, como personagens da história, atestam a presença de escombros, pedras e montes de lama ainda nas ruas, encostas com desabamentos e “bairros fantasmas”.

As consequências, no entanto, são retratadas fundamentalmente por meio dos relatos das vítimas, personagens que se mostram essenciais para a construção da narrativa um ano depois. Trinta e três vítimas ganham voz, provando a importância das testemunhas para o portal UOL nesse momento da narrativa. Essas vozes têm o papel de dar veracidade à narração dos efeitos do desastre, provando que a situação – retratada por uma das testemunhas como de “um abandono total” (UM ANO, 2011b) – segue tão ruim quanto um ano antes.

É pelas histórias das vítimas que o acontecimento é rememorado e podemos saber detalhes que, nos primeiros momentos do desastre, a instância jornalística não teve acesso. Como afirma a narrativa, as moradoras e os moradores da região “têm viva na memória” (UM ANO, 2011b) a noite e a madrugada do dia do desastre: são histórias que, ao mesmo tempo em que exaltam o fato das pessoas terem sobrevivido, lamentam por tudo que passaram e o que lhes foi tirado, como a do casal de comerciantes Deni Maria Teixeira de Carvalho e Lair Carreiro de Carvalho Filho e a do vigia Luiz Otávio Vieira Afonso.

“Você me pergunta a idade, mas eu tenho mesmo é um ano de vida. Fomos salvos por um milagre”, conta Carvalho Filho. A mulher explica: “Em segundos a água que batia na canela veio à altura do peito, e só escapamos porque ficamos de mãos dadas em cima do colchão que flutuou e parou no teto. Ficamos ali das três às seis da manhã, pelo menos. O resultado: hoje moramos todos na mesma casa, porque meu filho

perdeu a dele, e minha nora levanta toda noite para ver a altura do rio”. “Nosso colchão foi a Arca de Noé”, compara o marido (ÁREA RURAL, 2012).

“Eu me sinto um sobrevivente, mas tenho muito medo e não sou mais a calma em pessoa que eu era até a tragédia” [...] Afonso lembra em detalhes a noite da chuva. “Comecei a ver que enchia o rio, estava sentado, mas não achei que fosse aumentar tanto o volume da água. Até que vi gente que começou a passar na correnteza de lama gritando, e geladeira, e carro... liguei pra minha mulher e disse: o mundo tá acabando” (ÁREA RURAL, 2012).

As vítimas legitimam toda a dor e tristeza da perda de pessoas próximas e bens materiais. A narrativa aqui, ao dar voz a essas testemunhas, foca também no número de familiares e pessoas conhecidas que cada uma e cada um perderam, como podemos ver no seguinte trecho: “A mulher de Maia, Sandra Helena da Ponte Maia, 44, se emociona ao lembrar dos 13 mortos só na família dela: ‘Fora amigos, clientes, vizinhos...[...]’” (UM ANO, 2012b).

A narrativa um ano após o desastre também parte de exemplos de histórias de solidariedade para mostrar outra perspectiva do acontecimento: um sentido positivo e esperançoso para o mesmo. Para isso, usa estrategicamente de personagens que se transformam em “heroínas” e “heróis” do acontecimento; seja porque ajudam as pessoas atingidas, como o caso das voluntárias e dos voluntários da ONG Cesó-RJ, que arrecadam mantimentos e os leva às comunidades localizadas em pontos de difícil acesso em Nova Friburgo; ou os animais que ficaram abandonados, como a artista plástica de Teresópolis que construiu 12 canis para cuidar de cães vítimas do desastre; ou porque conseguem que um acontecimento tão devastador se transforme em poesia que vai trazer beleza em meio ao caos, como o faz o sobrevivente de Nova Friburgo (EM NOVA FRIBURGO; ARTISTA; JIPEIROS, 2012).

Contudo, são os relatos de indignação diante da inoperância dos governos em efetivamente solucionar o ocorrido e ajudar com os prejuízos que ganham destaque na narrativa, mostrando que há interesse da mesma nas demandas específicas das pessoas e comunidades atingidas. A narrativa dá ênfase para a responsabilidade (ou, nesse caso, a falta de) do poder público em recuperar os locais atingidos e dar a assistência necessária às pessoas afetadas. Faz isso ainda mostrando a contradição: enquanto descreve as inúmeras propagandas relacionadas a investimentos públicos na região, trata sobre as obras de contenção e recuperação não concluídas – algumas já, inclusive, desfeitas em função de novas chuvas e outras que sequer começaram.

Essa responsabilização dos governos se torna maior ao sabermos que muito do que poderia estar sendo reconstruído e até mesmo pensado para que se previnam novos acontecimentos desastrosos não foi possível devido aos desvios de dinheiro público – um problema, sabemos, recorrente nas administrações públicas do país e reforçado estrategicamente aqui pela narrativa através da voz autorizada do procurador do Ministério Público de Nova Friburgo, Marcelo Medina. O “imbróglio político”, como diz a narrativa, vem acompanhado do silêncio dos prefeitos das cidades de Nova Friburgo e Teresópolis: apenas o mandatário de Petrópolis, Paulo Musturangi, quis falar com o portal e, como personagem da narrativa, reconheceu o atraso nas obras, mas também fez sua própria defesa declarando que foram as investigações sobre os desvios de recursos nas outras cidades que acabaram por prejudicar as licitações.

Para corroborar com a consequente responsabilização do poder público pela falta de planejamento e de celeridade nas obras da região, a narrativa também se vale de dados técnicos – nesse caso, as conclusões do relatório apresentado pelo CREA-RJ – e das vozes de experts, como o presidente da instituição, Agostinho Guerreiro, e o engenheiro civil, Adacto Ottoni, personagens que acabam tendo o papel de criticar a forma como os governos estão lidando com o desastre, mas também propor soluções de prevenção a fim de evitar novos acontecimentos desastrosos. A narrativa ainda dá voz ao coordenador do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, promotor de Justiça Pedro Borges, que traz um balanço das pessoas desaparecidas e explica as técnicas de identificação de vítimas.

A temática do risco é trazida, principalmente, a partir do momento que a narrativa trata sobre o tema da moradia: muitas pessoas ainda vivem em casas que estão em locais considerados de risco e nem todas recebem o aluguel social – o que colaboraria, em parte, para a busca de outra residência. A narrativa dá voz tanto às vítimas que não querem deixar suas casas, quanto àquelas que desejam se mudar. Apesar de trazer esses dois lados que envolvem a questão, não há uma problematização quanto a isso: a narrativa não busca saber para onde essas pessoas poderiam ir, se há uma contrapartida do governo relacionada à construção de moradias para as afetadas e os afetados pelo desastre, quais os critérios para receber o aluguel social e quantas pessoas têm esse direito, por exemplo. Da mesma forma, a narrativa não verifica se as 56 mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida que foram prometidas pelo subsecretário-executivo estadual do Ambiente, Luiz Firmino Pereira, foram entregues, conforme o mesmo disse que seria feito logo após o desastre completar um mês.

A narrativa apenas retrata a questão do risco no sentido de se evitar novos desastres quando elenca algumas recomendações do relatório do CREA-RJ e quando as vítimas relatam o medo de que isso possa acontecer novamente e a constante sensação de perigo. Um exemplo é a fala de um dos bombeiros que, além de ter trabalhado nas operações de resgate, também foi vítima do acontecimento: mesmo com todo seu conhecimento, ele afirma se sentir “impotente” caso um desastre ocorra novamente.

Algumas questões apresentadas até então seguem presentes na narrativa do portal UOL quando o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro completa dois anos. A ênfase, nesse momento, no entanto, recai sobre dois conflitos secundários: a) obras na região; e b) número de pessoas desaparecidas.

Figura 6 – Conflitos secundários: dois anos após o desastre



Fonte: Elaborado pela autora

A análise da narrativa dois anos após o desastre nos permite constatar que pouca coisa mudou de um ano para o outro em relação às obras de recuperação do local e, mais uma vez, a falta de agilidade do poder público fez com que chegasse a época de verão sem que as devidas soluções preventivas tenham sido tomadas – o que acarreta no medo da iminência de um novo

desastre. O diferencial, agora, é o maior interesse da narrativa na explicação dada pelas fontes experts, inclusive na temática dos riscos, e o maior enfoque em questões ambientais e científicas – interesse manifesto até mesmo na linguagem utilizada pela narrativa, com o uso de termos como “enxurradas”, “enchentes” e “desabamentos” para caracterizar o acontecimento. Apesar disso, não há uma explicação do porquê do uso desses termos em específico, e ainda falta aprofundamento nos temas ambientais que fazem relação com os problemas de vulnerabilidades ambientais e sociais encontrados na Região Serrana.

Consideramos que a procura por esse tipo de personagem e o uso das denominações científicas por parte da instância jornalística pode ser o resultado não só de um momento de estabilização do acontecimento – e, portanto, a possibilidade de se tratar com mais “fôlego” sobre o mesmo –, mas também pela mudança que aconteceu no país e no estado do Rio de Janeiro em relação ao investimento na gestão de riscos e desastres após a irrupção do desastre de 2011 na Região Serrana e a consequente estrutura criada para tratar sobre o assunto. Apesar desse entendimento, também constatamos que importantes instituições que surgiram ou foram reestruturadas nesse período, como o Cemaden e o Cenad, não ganham voz na narrativa; o que também poderia, em parte, explicar o não aprofundamento em questões científicas e socioambientais referentes ao acontecimento na Região Fluminense.

Outra questão a ser ressaltada é que, ao mesmo tempo em que se utiliza desses termos e trata sobre os riscos vivenciados na região, a narrativa segue usando expressões como “fortes chuvas”, “temporal” e “tromba d’água” para se referir ao ocorrido. Assim, a narrativa defende que as chuvas seguem sendo consideradas a causa do desastre – como podemos perceber já no título da notícia “Dois anos após tragédia das chuvas no Rio, obras andam devagar, avaliam especialistas”.

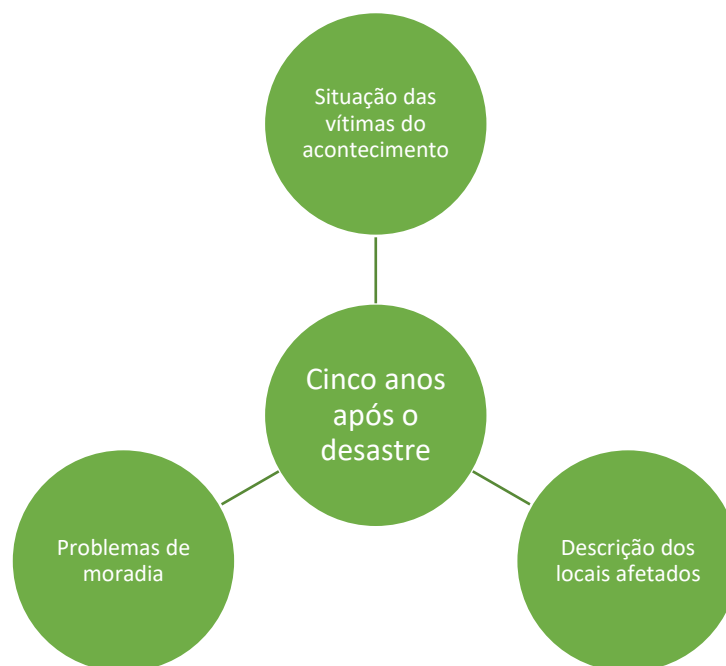
Constatamos que, mais uma vez, a narrativa se concentra no âmbito das consequências do desastre; porém, o que vemos agora é uma narrativa mais propositiva: a explicação, a partir da fala das personagens experts, do que deveria ser feito como forma de solucionar os impactos causados pelo desastre e impedir que outros aconteçam (e não apenas o exemplo de algumas recomendações de um relatório, como faz a narrativa no ano anterior). As vozes especialistas trazidas pela narrativa são do professor da UFRJ e especialista em situações de risco, Moacyr Duarte, e, novamente, do presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro. Além do papel de avaliarem as medidas tomadas até então para recuperar a região e explicarem o que ainda precisa ser feito, é através da fala dessas personagens que a narrativa cobra certas questões do poder público. Como um direito de resposta, a narrativa também traz notas do governo do Rio

de Janeiro e da Secretaria Estadual de Obras, que tratam sobre o trabalho desenvolvido na região atingida pelo desastre.

O interesse nas fontes experts como personagens desponta em detrimento das vítimas que, na narrativa dois anos depois do desastre, não têm suas histórias ou lembranças retratadas. As vítimas apenas aparecem de forma indireta ao ser tratado sobre a atualização da quantidade de pessoas desaparecidas – números que impressionam, visto que já se passou um tempo considerável do acontecimento. Mesmo com a grande quantidade de desaparecimentos ainda registrados (165), a narrativa demonstra que se pode ter esperança na localização dos corpos, pois os processos seguirão abertos – informação trazida pela voz de um dos responsáveis pelo Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

Isso muda quando o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro completa cinco anos. Na narrativa do portal UOL cinco anos após o acontecimento, é possível perceber que os principais conflitos secundários giram em torno dos temas da a) situação das vítimas do acontecimento; b) descrição dos locais afetados; e c) problemas de moradia.

Figura 7 – Conflitos secundários: cinco anos após o desastre



A partir de nossa análise, podemos inferir que, assim como a narrativa um ano após o desastre, as vítimas aparecem, cinco anos depois, como personagens primordiais para se saber o que aconteceu em 2011, já que são elas que podem descrever o que viram e vivenciaram desde então, e como está a situação das pessoas e dos locais afetadas pelo acontecimento. Uma das estratégias utilizadas pela narrativa para isso é fazer um movimento de ir ao passado relembrar como era e mostrar como é agora, fazendo a comparação com os diferentes momentos vivenciados pela população local: os relatos dão conta da felicidade que predominava antigamente, substituída, agora, pela tristeza de saber o que aconteceu e ver como a paisagem se transformou.

Antônio José Fernandes, 62, volta todos dias ao local onde comemorou aniversários, natais e domingos na piscina. Só que no lugar da casa que foi de sua família por 30 anos, no centro de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro, há um estacionamento com chão de brita, onde trabalha com o filho. A casa onde moravam o irmão, a cunhada, a sobrinha e a filha dela veio abaixo com a encosta que soterrou parte da rua. Ludmilla e a filha, Beatriz, 5, morreram. [...] O filho de Antônio, Danilo Fernandes, 34 anos, lembra que a Juvenal Namem era uma rua tranquila, onde a família costumava estacionar os carros em dias de chuva, por ser mais elevada e ter menos riscos de enchentes. "A gente convivia muito aqui e isso [o deslizamento] me afetou muito." (CINCO ANOS, 2016).

Seis personagens testemunhais fazem parte da construção da narrativa e a maior parte dessas vozes têm a função de mostrar o drama vivido pelas vítimas, tanto no momento do desastre quanto no presente. Um dos exemplos, para ilustrarmos a situação, é a história de Joelma e sua família: após ficar nove meses em um abrigo da cidade, há apenas três meses receberam uma nova casa para morar, apesar da promessa de que isso aconteceria logo após o desastre.

Moradora de uma encosta no bairro de Duas Pedras, Joelma Botelho, de 35 anos, não conseguia sequer saber onde ficava sua casa quando foi socorrida. Por volta das 4h, a lama invadiu a residência enquanto todos dormiam, arrastando parte da família morro abaixo. As paredes e o teto desmoronaram, e três dos cinco filhos não sobreviveram. [...] A faxineira ficou meia hora soterrada e foi resgatada pelo marido, que a encontrou no meio da lama. "Não sabia onde estava ninguém. Fui arrastada pela água lá pra baixo e não tinha noção de onde estava. Estava escuro e chovendo muito", lembra. [...] Três dias depois, no entanto, foi internada com pneumonia e descobriu que havia madeira e vidro alojados em seu corpo por causa do desmoronamento (CINCO ANOS, 2016).

A narrativa do UOL, cinco anos depois do acontecimento, trata apenas do município de Nova Friburgo – que, como sabemos foi o mais afetado em número de vítimas fatais. Essa última informação, no entanto, não está presente na narrativa, nem há referência sobre as outras cidades afetadas, assim como não são mencionadas as causas do desastre – que é denominado apenas como a “tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro”. São atualizados os números referentes às mortes e desaparecimentos no município e na região como um todo, mas não há referência à fonte oficial pela qual foram obtidas essas informações.

Ao tratar sobre a problemática da moradia, a questão do risco é trazida à tona. A partir da constatação de que ainda há pessoas morando em locais de risco e a cidade ainda vive uma situação de vulnerabilidade, a narrativa procura o poder público na voz do secretário municipal de Defesa Civil, João Paulo Mori. Contudo, fica restrita à sua fala e dados institucionais sobre o que foi e o que está sendo feito na região e, em nenhum momento, essas informações são postas à prova através de algum tipo de comprovação ou há a busca por outro tipo de personagem que possa trazer outras problemáticas sobre o tema. Da mesma forma, a narrativa apenas trata de formas de prevenção através da referência às medidas tomadas pela Defesa Civil e prefeitura de Nova Friburgo, deixando de pautar o tema de forma mais informativa e educativa à população, com propostas e divulgação adequada.

4.6 A NARRATIVA AO LONGO DE UM AMPLO EIXO TEMPORAL: LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS

Através da construção cronológica do desastre e da integração das notícias isoladas e da conexão de seus elementos heterogêneos, possibilitada pela decomposição e recomposição da intriga da narrativa, percebemos, com base na análise apresentada, que a narrativa jornalística sobre o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro proposta pelo portal UOL se configura em torno da lembrança constante das consequências do desastre. Essa narrativa, no entanto, vai se transformando ao longo do tempo, como também foi possível constatar com o desenvolvimento da análise a partir dos dois movimentos baseados na Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013); e é sobre esses resultados que refletimos agora, levando sempre em conta que estamos analisando a narrativa jornalística de um portal de notícias e, portanto, as características do mesmo e as especificidades do jornalismo online são levadas em conta nesse processo.

No primeiro dia do acontecimento, a ruptura provocada pelo desastre e a necessidade de esclarecimentos sobre o ocorrido se reflete em uma narrativa mais informativa, onde encontramos a presença constante de dados que vão sendo atualizados frequentemente – como o número de vítimas fatais e de pessoas desabrigadas e as estradas que estão bloqueadas na região – e a busca por personagens que possam falar sobre as medidas que estão sendo tomadas emergencialmente para diminuir os impactos provocados – nesse caso, as instituições e autoridades. Nesse momento da narrativa, há muito pouco interesse nos relatos de experiência das vítimas, o que pode ser justificado pelo transtorno do ambiente e também pela dificuldade e complexidade da cobertura jornalística logo da irrupção de um acontecimento extraordinário.

Contudo, essa narrativa, que privilegia a informação e se caracteriza pela atualização contínua, também é resultado do próprio objeto empírico e da lógica produtiva do jornalismo em “tempo real” (MORETZSOHN, 2002): na busca pela instantaneidade e consequente estabilização do acontecimento desastroso, é importante que a narrativa jornalística se atenha a questões que respondam, rapidamente, ao que está acontecendo naquele momento na região – e, em função de um acontecimento extraordinário, como um desastre, ter um grande poder destrutivo e, no caso específico do desastre de 2011 na Região Serrana Fluminense, as consequências terem sido de ampla dimensão, constatamos a intensa difusão de conflitos secundários na narrativa imediata (diferente da narrativa tardia), o que também prova a lógica do “aqui e agora” desenvolvida pela produção jornalística online – e, para isso, dá voz a personagens que, mais do que possuírem as informações necessárias, são fontes confiáveis e têm credibilidade junto ao público.

Nos seguintes dois dias após o acontecimento, passados os primeiros momentos do caos provocado pelo desastre, ainda prevalece uma narrativa que busca informar sobre os efeitos do mesmo. Nesse momento, a narrativa relembra os conflitos secundários já narrados no primeiro dia – e que agora vão sendo atualizados conforme chegam novas informações a respeito de cada temática –, mas também revela novas problemáticas e conflitos referentes ao desastre; e, conseqüentemente, novas vozes ganham lugar na narrativa. Aqui, novamente, as características da lógica de produção do jornalismo online referentes à instantaneidade e atualização contínua estão fortemente presentes.

Aos poucos, no entanto, as consequências vão passando de uma dimensão macro para o individual. Ou seja, se, em um primeiro momento, a narrativa demonstra a magnitude do desastre a partir da lembrança da quantidade de pessoas vitimadas e dos estragos que causam danos a toda uma população, como a falta de energia, água e o desabastecimento de produtos –

privilegiando, majoritariamente, a fala de personagens que estão ligadas ao governo e a instituições –, passadas as primeiras 24 horas do acontecimento, essa mesma narrativa começa já a buscar pequenas histórias que vão, muito mais do que reproduzir a imediatividade do desastre, gerar um efeito de veracidade e dramatização ao mesmo (AMARAL, 2013b).

Essa mescla entre a necessidade de informar as ações empenhadas na região para conter o poder destrutivo do desastre e a de contar histórias pessoais que atestem os transtornos causados por essa mesma destruição se dá de forma mais acentuada quando a narrativa completa um mês – o que pode ser constatado pela presença dos conflitos secundários que tanto privilegiam as ações que ainda estão sendo realizadas na região e a responsabilização do poder público (que aparece pela primeira vez na narrativa), quanto o trauma vivenciado pelas vítimas. Nesse momento, as personagens caracterizadas como autoridades e ligadas a instituições passam a ter outro tipo de função: para além de informar sobre as ações emergenciais (e, muitas vezes, lamentarem o ocorrido), agora seu papel também é tomar decisões para soluções a longo prazo, pois começam a ser cobradas pela narrativa. Aqui, é possível perceber uma postura de tergiversação dessas personagens, principalmente das autorizadas, que vai ser observada até o fim da narrativa.

Com um mês do acontecimento, pode-se perceber a estabilização da cobertura jornalística que vai se refletir em uma narrativa que, a partir de então, não tem mais como principal preocupação dar a notícia mais rápida e já é capaz, inclusive, de rememorar o acontecimento, indo além das perguntas básicas do “o quê”, “quando” e “onde” – apesar destas ainda fazerem parte da narrativa – para agregar o “como”, mesmo que não de forma tão aprofundada. Essa função é basicamente das personagens que são vítimas.

Já nas efemérides, temos a ênfase na fala das personagens especialistas ou experts: a partir do primeiro ano, acentuando-se no segundo e sendo esquecidas ao completar cinco anos do acontecimento. Mas, são as vítimas as personagens protagonistas da narrativa tardia, principalmente um e cinco anos após o desastre: é a partir das lembranças do passado e de histórias pessoais que grande parte da narrativa é construída. Agora, essas personagens definitivamente não têm mais o papel de gerar um efeito de imediatividade ao acontecimento e sim dar o tom do sofrimento causado pelo desastre; afinal, como acontecimento, o desastre se caracteriza por gerar efeitos que afetam a experiência de alguém (QUÉRÉ, 2005) e são as vítimas que carregam a experiência e o trauma e, por isso, elas têm papel fundamental na narrativa para que a mesma possa tratar sobre as consequências a longo prazo do desastre.

As consequências do desastre – que, na narrativa imediata, eram narradas a partir da comprovação do número de mortes e de pessoas desabrigadas e desalojadas e pelos estragos físicos provocados na região – são apresentadas então, na narrativa tardia, com base em um discurso narrativo testemunhal: as vítimas recorrem à memória para recordar e comparar como eram suas vidas antes e depois do desastre, os locais onde moravam e as condições em que vivem agora, e as pessoas que perderam por causa do acontecimento.

Os detalhes do passado, os relatos individuais e as descrições sobre a vida de cada vítima postos em evidência na narrativa dão um sentido de individualização e proximidade à mesma, remetendo a uma maneira da narrativa jornalística mobilizar seu público (AMARAL, 2013b). Isso porque essas vítimas são apresentadas sob forte emoção devido ao luto e ao sofrimento que passaram e a forma como vivem atualmente. Essa lógica emocional encontrada na narrativa tardia é acentuada pela singularidade do desastre, pois a narrativa sempre lembra que mais de 900 pessoas foram mortas em decorrência do acontecimento. Mas, a escolha pela construção da narrativa pelo viés do testemunho também é uma forma de se compreender o desastre e dar sentido ao mesmo, já que é através das recordações das vítimas que vivenciaram o acontecimento que este vai ser reconstruído. Por isso, a importância de se identificar e dar voz a essas vítimas durante (quase) toda a narrativa.

Outra personagem que ganha voz e é lembrada tanto na narrativa imediata quanto na narrativa tardia é a Defesa Civil. Ao relembramos os quatro modelos para a Comunicação de Riscos de desastres elaborados por Victor (2015) – intrainstitucional, interinstitucional, comunitário e midiático –, mais especificamente este último, recordamos que a Defesa Civil é uma importante instituição a ser levada em conta para a comunicação de riscos e prevenção e, por isso, sua presença é significativa na narrativa do portal UOL e destacamos aqui. No entanto, ela está atrelada basicamente à função de divulgação e confirmação do número de vítimas fatais e desabrigadas e desabrigados – com maior recorrência nos três primeiros dias, quando esses dados são requeridos de forma mais intensa devido à necessidade de estabilização do acontecimento e a busca pela instantaneidade e atualização contínua.

A memória, seja ela individual ou coletiva, é constituída por três critérios segundo Pollak (1992): os acontecimentos vividos pessoalmente e/ou pelo grupo ao qual a pessoa pertence (chamados por ele de acontecimentos “vividos por tabela”, pois a pessoa pode não ter participado diretamente, mas ganhou grande proporção no seu imaginário); pessoas e personagens, tenham feito direta ou indiretamente parte da vida; e lugares, locais que se ligam a certas lembranças. O autor afirma que esses elementos tanto podem corresponder a projeção

de eventos, quanto, e aqui situamos o caso analisado, a acontecimentos, pessoas e lugares reais. A narrativa tardia encontrada no portal UOL sobre o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro lembra esses três elementos: o acontecimento, ao relembrar como aconteceu o desastre, principalmente a partir da fala das vítimas, e o quanto ele afetou a geografia das cidades e a vida de milhares de pessoas; as personagens, especialmente as vítimas diretas e indiretas do desastre e que tiveram seu testemunho utilizado para a construção da narrativa, com suas histórias de vida e sofrimento, mas também as fontes experts e autoridades; e o lugar, a partir da descrição e da comparação de como eram as cidades da região e como estão agora.

Enquanto enfatiza as consequências do desastre, tanto na narrativa imediata quanto na narrativa tardia, a narrativa não faz o mesmo com as causas – questão que consideramos de extrema relevância na cobertura jornalística de desastres socioambientais. A grande quantidade de chuvas na região é lembrada, em quase toda a narrativa, como a única causa do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro e é representada como a culpada por toda a destruição provocada pelo acontecimento; e, por isso, ela acaba se tornando uma personagem da mesma.

Podemos dizer, então, que há uma espécie de silenciamento em toda a narrativa diante das causas do desastre, pois, apesar de tratar sobre isso, a narrativa não o faz de forma exaustiva e faltam informações mais qualificadas: não há nenhum tipo de problematização, nem mesmo sobre o porquê da quantidade de chuvas que assolou a região, ou mesmo a busca de personagens que pudessem explicar o ocorrido. Esse silenciamento em relação às causas acentua-se ao fim da narrativa, pois, cinco anos depois, não se faz sequer menção da grande quantidade de chuvas na região: não importa mais o que causou o desastre, somente suas consequências, as marcas deixadas por ele para as pessoas que vivenciaram aqueles que foram, possivelmente, os piores momentos de suas vidas. O que é lembrado, e também atualizado sempre, são os números e dados sobre mortes, desaparecidas e desaparecidos, desabrigadas e desabrigados.

A falta desse aprofundamento quanto às causas reflete (ou é gerada por) uma narrativa que não responsabiliza ninguém pelo desastre – a não ser as chuvas, como já mencionado. O que chama a atenção é que, logo no primeiro dia, a narrativa chega a afirmar que essa é uma “tragédia anunciada” (CHUVAS, 2011a) e, sequencialmente, rememora casos que, há pouco tempo, haviam acontecido no estado e também estavam relacionados aos mesmos fenômenos físicos e geraram danos também irreparáveis, sejam para as pessoas vitimadas ou para os locais afetados; além de, a partir do primeiro mês, trazer à tona a realidade da Região Serrana de que centenas de pessoas viviam (e ainda vivem) em áreas consideradas de risco. Essas questões

trazidas pela narrativa poderiam ser utilizadas estrategicamente tanto para cobrar pessoas responsáveis, sejam elas autoridades ou instituições, quanto para aprofundar o debate acerca de outras temáticas importantes para a narrativa jornalística de desastres; o que, no entanto, não foi feito, privilegiando-se, como já vimos, as consequências do acontecimento.

A narrativa só atribui responsabilidade diante das medidas para solucionar os impactos do desastre, ou seja, à falta e ao atraso nas obras de restauração e prevenção de novos desastres na região. A responsabilização de que trata a narrativa, portanto, não está relacionada à origem do desastre – e, nesse caso, é importante frisar, uma responsabilização imputada ao poder público, particularmente aos governos municipais das cidades mais afetadas pelo desastre: Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis; e que só aparece a partir do primeiro mês do acontecimento. Antes, inclusive, ao contrário de cobrar qualquer responsabilização, a narrativa imediata exalta, de certa forma, o esforço das autoridades e instituições em relação às ações empenhadas quando da irrupção do acontecimento, lembrando-as, constantemente, principalmente no que diz respeito à ajuda financeira e à mobilização de equipes e equipamentos para as forças-tarefas de resgate e assistência.

O trabalho desenvolvido na região segue sendo lembrado até o fim da narrativa, sendo, no entanto, a partir do primeiro mês, questionado pela mesma. Esse questionamento e responsabilização é reforçada pelo discurso de personagens que são especialistas na temática dos riscos (mas que, como vimos, só aparecem a partir do primeiro ano) e, tanto direta quanto indiretamente, pela fala das vítimas. Não há um pedido por justiça e/ou punição de pessoas responsáveis que não venham dessas personagens. Essas personagens também apenas ganham voz na narrativa para se ater às ações depois do desastre, sem questionamento sobre o antes.

Percebemos, então, que a narrativa jornalística do portal UOL, mesmo em um maior eixo temporal, acabou por não aprofundar, e até mesmo sequer tratar, aspectos importantes para uma cobertura jornalística de desastres socioambientais considerada ideal, segundo a literatura e os manuais sobre o assunto – como uma comunicação estratégica para a redução de riscos (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017; LOOSE; GIRARDI, 2018) e a necessidade de prevenção. Quando tratados, esses temas limitaram-se às ações, principalmente emergenciais, do poder público na região.

As questões sobre vulnerabilidade social e ambiental também não estiveram direcionadas a tratar sobre o “antes do desastre”, discutir sobre políticas públicas necessárias para se evitar a degradação ambiental e o problema habitacional na região, ou até mesmo para

averiguar como estão outras áreas no estado do Rio de Janeiro que também podem vir a sofrer com um desastre parecido. Essa temática foi apresentada somente pela constatação de que ainda havia encostas desprotegidas nas cidades da região, cheias nos rios e pessoas morando em áreas consideradas de risco. Em relação a esse último fato, o não aprofundamento do assunto por parte da narrativa jornalística acaba, inclusive, por reforçar o estigma de que, embora a quantidade de chuvas que caiu na região tenha excedido o esperado, as pessoas não deveriam ter escolhido viver nos locais onde há risco, culpabilizando as mesmas, como afirma Valencio (2012).

Ainda, o não aprofundamento sobre a temática da vulnerabilidade reitera a ideia trazida durante toda a narrativa de que as chuvas são as grandes culpadas pelo desastre. Sabemos, no entanto, conforme discutiu-se no capítulo 3, que não foram apenas as enxurradas e consequentes deslizamentos – para utilizarmos a denominação técnica – os responsáveis pelo acontecimento de 2011; mas, a combinação da grande quantidade de chuvas em uma área de alta vulnerabilidade social e ambiental que concentrava inúmeras pessoas vivendo em áreas degradadas e consideradas de risco. Afinal, como nos lembra Marchezini (2014, p. 177), “as ações humanas têm um impacto sobre o clima e sobre o regime de chuvas [...]” (MARCHEZINI, 2014, p. 177) e, portanto, o meio social é também responsável pela ocorrência do acontecimento em si.

Nos parece que a explicação para a pouca ênfase nas causas e na responsabilização do desastre e nas temáticas que versam sobre a prevenção de riscos e vulnerabilidades pode se dar pelas especificidades da produção jornalística online e dos portais de notícias como o UOL – principalmente em relação à narrativa imediata, pois é nesse momento que percebemos a busca pela instantaneidade e constante atualização de informações tão característica das “últimas notícias” (MIELNICZUK, 2003), e, portanto, questões que envolvem o “porque” e o “como” ficam menos evidentes. Mas, esse esquecimento está atrelado também às limitações da produção jornalística e, mais ainda, da cobertura jornalística de desastres; e, principalmente, ao fato de que o discurso narrativo é construído através de estratégias comunicativas, as quais provam que sua organização, “ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória: realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente) desejados” (MOTTA, 2013, p. 82).

A forma de narrar o desastre, como vimos, privilegiou a informação factual na narrativa imediata, e o emocional na narrativa tardia. Isso evidencia a intencionalidade por trás da narrativa de aproximar o público e mantê-lo informado, sem ser necessário problematizar o

acontecimento; o que verificamos também pelo papel desempenhado pelas personagens que ganham voz na narrativa. Da mesma forma, não há necessidade de problematização quando se reverbera o entendimento de que o desastre é natural, pois isso traz uma ideia de neutralidade e imparcialidade que acaba por omitir as disputas e relações de poder em torno do acontecimento (MARCHEZINI, 2014).

Se aplicássemos o planejamento para a cobertura de desastres (e riscos) citado por Lopes et al (2010), poderíamos concluir que a narrativa jornalística do portal UOL sobre o desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro respondeu às perguntas “como aconteceu” o desastre e “quais são os públicos atingidos e em que proporção”, não conseguindo, no entanto, responder totalmente “o que realmente aconteceu?”, “por que aconteceu?” e “quais as saídas para superar o problema?”. Assim, constatamos que a narrativa analisada prioriza os aspectos factuais e simplificados em detrimento de esquemas narrativos mais complexos (LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo, ao organizar os acontecimentos narrativamente, não confere apenas uma ordenação temporal e causal aos diferentes elementos que dele fazem parte – como os episódios, conflitos e personagens –, encadeando-os para poder contar uma história; mas, também produz os mais variados sentidos, a partir daquilo que seleciona para ser lembrado, assim como aquilo que desconsidera e, portanto, acaba sendo esquecido, em um jogo que abarca disputas e intencionalidades pela interpretação social e hegemônica do acontecimento e que vai influenciar na forma como a narrativa vai sendo construída e compreendida pelo público. Essa produção de sentidos, podemos dizer, é privilegiada pela transformação da narrativa.

Nos lembra Motta (2013, p. 71, grifos do autor) que narrar é “*relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão interrelacionados* (sic)”. Foram exatamente esses processos que nos desafiamos a compreender ao longo deste trabalho: processos que têm suas particularidades tanto em função da singularidade do acontecimento e do objeto empírico, quanto das condições de produção da cobertura jornalística e da maneira, de certa forma já consolidada, da instância jornalística narrar os desastres – a qual, acreditamos, precisa ser questionada.

Adotar um olhar narrativizante (LEAL, 2006) foi essencial para visualizarmos a narrativa de maneira ampliada e como um processo, com início, meio e fim – o que validou o desenvolvimento da análise a partir dos movimentos analíticos baseados na Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013). Ao reconstruirmos a narrativa de forma cronológica e, depois, decompormos e recompormos sua intriga, fomos capazes de verificar os formatos pelos quais o jornalismo lida com os desastres durante e depois da irrupção do acontecimento, e como encadeia os elementos para compor o acontecimento-intriga.

A narrativa imediata comporta situações que refletem o momento da ruptura causada por um acontecimento desastroso, seja na esfera social ou na rotina produtiva jornalística, caracterizando-se pela imediatez e abundância de informações. A produção e circulação de sentidos gira em torno de uma cobertura que busca responder o mais rápido possível e da forma mais ampla “o quê” está acontecendo, a fim de reduzir as discontinuidades provocadas pelo caos do acontecimento.

À medida que o mesmo vai sendo estabilizado, a narrativa jornalística passa a buscar um olhar vigilante que se preocupa com as demandas específicas das comunidades afetadas pelo acontecimento e busca pautar conflitos que, até então, não faziam parte da narrativa, como a temática dos riscos e das vulnerabilidades – mesmo que apareçam de maneira pouco aprofundada e relacionados aos aspectos factuais do acontecimento. Na narrativa tardia, faz isso como uma estratégia de mobilização da audiência: a narrativa construída fundamenta-se na voz de personagens que vivenciaram o drama do desastre e, através dessas histórias, confere um efeito de sentido emocional à medida em que a inserção dessas vozes tem como papel fundamental legitimar a dor das perdas materiais e imateriais do desastre.

Entender o desastre socioambiental de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro e analisar os aspectos que compõem a construção da narrativa feita pelo portal UOL sobre esse acontecimento e a forma como essa história vai se transformando ao longo do tempo, permite-nos compreender a narrativa e a cobertura que é feita pelo jornalismo quando este se depara com acontecimentos extraordinários e perturbadores, e nos faz refletir sobre a qualidade desse tipo de cobertura, seus limites e potencialidades.

Podemos confirmar que a cobertura jornalística de desastres precisa, sim, ir além do “dia do desastre” (VALENCIO, 2012). Esse prolongamento temporal da narrativa, muito mais do que um esforço da narrativa para abarcar novas questões que envolvem o acontecimento e que, em um primeiro momento, não são possíveis pelo caos provocado por sua irrupção, acontece devido a uma necessidade do jornalismo rememorar acontecimentos que foram importantes – o que fica mais evidente, na análise empreendida, ao compararmos o pequeno número de notícias um mês após o desastre e a mobilização para a produção de conteúdo quando o mesmo comemorava um ano e a repentina diminuição nos anos seguintes.

Ir além do “dia do desastre” não deve se restringir, portanto, apenas à necessidade de um prolongamento temporal, seja “antes” ou “depois” do acontecimento: é preciso que sejam revistas e superadas determinadas práticas jornalísticas quando se fala em cobertura de desastres socioambientais, como a escolha dos valores-notícia que selecionam as pautas no jornalismo (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017, p. 15), a qual predomina a novidade e o inesperado, e a apuração que enfatiza o acontecimento em si e aquilo que é visível – e, no caso da narrativa analisada, prioriza os aspectos da quebra da rotina, ou seja, as consequências do acontecimento durante todo o eixo temporal.

Não há dúvida de que as consequências de um desastre devem ser narradas pelo jornalismo, inclusive sendo noticiadas em primeiro lugar, tamanho o caos provocado por esse tipo de acontecimento. Lembremos que o conceito de acontecimento é definido pela afetação a alguém (QUÉRÉ, 2005) e, por isso, tem seu sentido marcado pelas consequências que vai gerar, sejam imediatas ou em retrospecto (BABO-LANÇA, 2011). No entanto, nosso estudo mostra que, ao reverberar uma narrativa que privilegia e se atém ao factual e aos efeitos de sentido que atestam o caráter emocional da narrativa em detrimento da problematização, a narrativa jornalística silencia sobre questões pertinentes ao debate sobre a ocorrência de desastres e até mesmo à sua interpretação e acaba por reproduzir e reforçar referências culturais preestabelecidas que incidem na produção simbólica do desastre, pois também emanam relações de poder – como o entendimento do “desastre natural” e, conseqüentemente, a chuva como a grande “vilã”; a ideia da “tragédia anunciada”; as vítimas como “responsáveis”, pois estavam cientes de que o local onde moravam era considerado uma área de risco; e a “inoperância do poder público” em limitar-se a buscar soluções apenas emergenciais.

A representação simbólica em torno da construção do acontecimento desastroso de que o que aconteceu foi uma fatalidade e, portanto, o desastre é natural e inevitável, esconde as relações sociais e os problemas históricos que decorrem da desigualdade e da pobreza não solucionadas (MARCHEZINI, 2014) e a falta de medidas de prevenção. Isso acarreta em uma construção narrativa que, como vimos, pouco questiona a atuação do Estado antes do desastre e sugere que o mesmo está atuando fortemente durante o acontecimento; além de acabar suscitando um duplo sentimento: ao mesmo tempo em que a narrativa provoca comoção, principalmente em relação ao sofrimento das vítimas, não as desonera da culpa de estarem morando (cientemente) em uma área considerada de risco.

A narrativa jornalística, como mediadora da realidade e configuradora das nossas experiências (LEAL, 2013), poderia, ao contrário, contribuir para a quebra desses enquadramentos e para a potencialização de outras temáticas que envolvem os desastres, compreendendo-os como acontecimentos socioambientais. Ainda fugindo da lógica imediatista da informação em tempo real, poderia demandar um tratamento mais aprofundado e investigativo. Isso, conseqüentemente, colaboraria para a construção de discursos mais responsáveis e compromissados, o que atestaria, inclusive, em uma maior qualidade de cobertura.

Ao afirmar que a “tragédia é anunciada”, a instância jornalística expõe, para além das possíveis falhas do poder público ou das pessoas que vivem em áreas vulneráveis, as suas

próprias, pois não realiza uma cobertura que dá conta do “antes do desastre” e que seja capaz de questionar e até mesmo se preparar para a eventualidade de um acontecimento extraordinário. Ao investigar e denunciar situações de risco, por exemplo, a narrativa jornalística estaria colaborando para que decisões políticas sejam tomadas a respeito e a população tenha consciência e esteja atenta às vulnerabilidades existentes e possa estar adaptada às mudanças climáticas e suas consequências, sensibilizando-a e mobilizando-a para a necessidade de prevenção e redução desses mesmos riscos, mesmo em momentos em que não há a ocorrência de desastres.

Isso é ainda mais importante quando tratamos de países como o Brasil, onde os problemas sociais e ambientais estão sobrepostos e políticas de prevenção e de habitação urbana, apesar de existirem, ainda são incipientes ou mesmo ineficientes e, portanto, fatores de risco são maiores devido às diversas vulnerabilidades encontradas, como o uso desordenado do solo e de recursos naturais, poluição e degradação ambiental, alta densidade demográfica e moradias precárias, falta de serviços sociais e ausência de planejamentos urbanísticos e de mapeamento de locais de risco – circunstâncias atenuantes à ocorrência do desastre de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro e que ficaram evidentes após a sua irrupção, mas não foram encontradas na narrativa analisada.

O desastre é um acontecimento complexo, de ampla temporalidade, e que deve ser narrado como tal; por isso, acreditamos ser tão imprescindível ao jornalismo que este possa ser compreendido pelo viés da narratologia e, da mesma forma, possa analisar suas narrativas, como fizemos neste trabalho. Consideramos que os resultados e as reflexões trazidos por essa pesquisa, no entanto, não se esgotam na mesma. Ao reconhecermos a presença, cada vez maior, dos desastres socioambientais na narrativa jornalística e a necessidade da instância jornalística refletir (e até mesmo repensar) a forma de organizá-los e interpretá-los, entendemos que há novas perspectivas a serem investigadas a partir da relação desastres e temporalidade. Uma possibilidade é a própria ampliação do *corpus* de pesquisa e a inclusão de novos episódios narrativos.

REFERÊNCIAS

“A CASA só cai se Deus quiser”, diz moradora que não quer deixar área de risco em Teresópolis (RJ). **UOL**, Teresópolis, 13 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/13/a-casa-so-cai-se-deus-quiser-diz-moradora-que-nao-quer-deixar-area-de-risco.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo online: em busca do tempo real. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2002. p. 1-12.

AMARAL, Márcia Franz. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais e sujeitos discursivos. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 182-190, set./dez. 2013a.

_____. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015.

_____. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 71-86, abr. 2013b.

_____. Periodismo: de los desastres a las vulnerabilidades y a los riesgos. In: AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos (Coords). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Editorial UOC, 2019. p. 13-26.

AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, Quito, v. 1, n. 130, p. 243-258, 2016.

AMARAL, Márcia Franz; MOTTA, Juliana. O papel das vítimas nas narrativas jornalísticas sobre o desastre em Mariana. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 40-58, 2018.

AMARAL, Márcia Franz; POZOBON, Rejane de Oliveira. Entre o céu e a terra: a cobertura das catástrofes e o discurso das autoridades. **Rumores**, São Paulo, n. 14, v. 7, p. 119-137, jul./dez. 2013.

ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidades em jornais impressos diários**. 2007. 314 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007.

ARAÚJO, Pedro. A vertigem do momento: o poder do sofrimento e da morte e a ilusão da força das vítimas. In: M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.). **Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar**. Braga, Portugal: CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2016. p. 113-130.

ÁREA RURAL de Itaipava, em Petrópolis (RJ), passa de grande vizinhança a “semideserto”. **UOL**, Petrópolis, 11 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/11/area-rural-de-itaipava-em-petropolis-rj-passa-de-grande-vizinhanca-a-semideserto.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ARTISTA plástica constrói 12 canis em mansão para cuidar de cães vítimas da enchente em Teresópolis (RJ). **UOL**, Teresópolis, 15 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/15/artista-plastica-constroi-12-canis-em-mansao-para-cuidar-de-caes-vitimas-da-enchente-em-teresopolis-rj.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BABO-LANÇA, Isabel. Acontecimento e memória. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 55-65.

_____. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 85-94, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de perdas e danos**: inundações bruscas em Santa Catarina - Novembro de 2008. Brasília, 2012b. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7630996-Avaliacao-de-perdas-e-danos-inundacoes-bruscas-em-santa-catarina-novembro-de-2008.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Avaliação de perdas e danos**: inundações e deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=74dde46c-544a-4bc4-a6e1-852d4c09be06&groupId=10157>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo online: dos sites noticiosos aos portais locais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UNIDERP, UCDB e UFMS-MS; Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BIONDI, Angie. Jornalismo de catástrofe: políticas de solidariedade e práticas de si no discurso do humanitarismo mínimo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA; Compós, 2013.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro, e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016. p. 359-276.

BOATO sobre rompimento de represa leva pânico à população de Nova Friburgo. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/boato-sobre-rompimento-de-represa-leva-panico-a-populacao-de-nova-friburgo.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BOMBEIROS e Marinha montam hospitais de campanha em Nova Friburgo. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/bombeiros-e-marinha-montam-hospitais-de-campanha-em-nova-friburgo.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Anuário brasileiro de desastres naturais**: 2011. Brasília: Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), 2012. Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BUENO, Wilson Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017.

CABRAL pede ajuda à Marinha e fala com Dilma sobre auxílio do governo federal. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/cabral-pede-ajuda-a-marinha-e-diz-que-secretarias-vao-intensificar-trabalho-na-regiao-serrana-do-rio.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CARVALHO, Douglas Elias. **O caso Samarco no Jornal Nacional**: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. 2018. 116 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e ressignificação do passado**: os fatos históricos nas notícias de hoje. 2010. 250 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, SP 2010.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de (Org.). **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília. 1998. Disponível em: <<https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/glossario.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CEMADEN. **Missão**. Brasília, 2011-2017. Disponível em: <<https://www.cemaden.gov.br/missao-do-cemaden/>>. Acesso em: 3 out. 2019.

CEMITÉRIO de Nova Friburgo (RJ) tem congestionamento de caixões; “Eu me salvei da morte, mas não da amargura”, diz familiar. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/cemiterio-de-nova-friburgo-rj-tem-congestionamento-de-caixoes-eu-me-salvei-da-morte-mas-nao-da-amargura-diz-familiar.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CENTRE FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS; THE UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTERS RISK REDUCTION. **The human cost of weather related disasters 1995-2015**. Belgium & Switzerland. 29 p. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/COP21_WeatherDisastersReport_2015_FINAL.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012**: volume Brasil. 2. ed. ver., ampl. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013a. Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012**: volume Rio de Janeiro. 2. ed. ver., ampl. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013b. Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CHUVA provoca queda de barreiras e deixa estradas bloqueadas no Rio. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/chuva-provoca-queda-de-barreiras-e-deixa-estradas-bloqueadas-no-rio.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CHUVAS matam dezenas na Região Serrana do RJ e bloqueiam estradas. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/chuvas-matam-dezenas-na-regiao-serrana-do-rj-e-bloqueiam-rodovias.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CHUVAS no RJ já deixam 470 mortos na Região Serrana. **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/chuvas-no-rj-ja-deixam-mais-de-440-mortos-na-regiao-serrana.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CINCO ANOS após tragédia, moradores de Nova Friburgo buscam contornar dor. **UOL**, Nova Friburgo, 11 jan. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/11/cinco-anos-apos-tragedia-moradores-de-nova-friburgo-buscam-contornar-dor.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CONCESSIONÁRIA diz que luz voltou para 91 mil na Região Serrana do Rio, mas ainda há desabastecimento. **UOL**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/concessionaria-diz-que-luz-voltou-para-91-mil-na-regiao-serrana-do-rio-mas-ainda-ha-desabastecimento.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DECOMPOSIÇÃO de corpos dificulta identificação em Teresópolis (RJ); juiz fala em congelamento. **UOL**, Teresópolis, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/decomposicao-de-corpos-dificulta-identificacao-em-teresopolis-rj-juiz-fala-em-congelamento.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DELEVATI, Ananda da Silva. **Comunicação de risco e cobertura de desastres**: o campo jornalístico e as fontes especializadas. 2012. 137 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

DESABRIGADOS de Teresópolis (RJ) lotam ginásio da cidade; “situação está caótica”, diz Cruz Vermelha. **UOL**, Teresópolis, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/desabrigados-de-teresopolis-rj-lotam-ginasio-da-cidade-situacao-esta-caotica-diz-cruz-vermelha.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

DESVIO de dinheiro atrasou recuperação de Nova Friburgo (RJ), diz procurador; turismo está abalado. **UOL**, Nova Friburgo, 17 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/17/desvio-de-dinheiro-atrasou-recuperacao-de-nova-friburgo-diz-procurador-do-mpf-turismo-na-cidade-esta-abalado.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DILMA assina MP com ajuda de R\$ 780 mi para regiões atingidas pela chuva. **UOL**, Brasília, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/dilma-assina-mp-com-ajuda-de-r-780-mi-para-regioes-atingidas-pela-chuva.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

DINHEIRO serviu apenas para ações emergenciais após tragédia de 2011, admite prefeito de Petrópolis (RJ). **UOL**, São Paulo, 11 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/11/dinheiro-serviu-apenas-para-acoes-emergenciais-admite-prefeito-de-petropolis-rj.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DOIS ANOS após tragédia das chuvas no Rio, obras andam devagar, avaliam especialistas. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2013a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/12/dois-anos-apos-tragedia-das-chuvas-no-rio-obras-andam-devagar-avaliam-especialistas.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

DOIS ANOS depois de tragédia, 165 pessoas continuam desaparecidas na Região Serrana do Rio. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2013b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/12/dois-anos-depois-de-tragedia-165-pessoas-continuam-desaparecidas-na-regiao-serrana-do-rio.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

EM MEIO a boato sobre saques, moradores de Nova Friburgo (RJ) enfrentam desabastecimento. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/em-meio-a-boato-sobre-saques-moradores-de-nova-friburgo-rj-enfrentam-desabastecimento.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

EM NOVA FRIBURGO (RJ), sobrevivente extrai poesia de tragédia. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/14/em-nova-friburgo-rj-sobrevivente-extrai-poesia-de-tragedia.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

EMPRESÁRIO relata tentativa desesperada de salvar menina em Nova Friburgo (RJ). **UOL**, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/01/14/empresario-relata-tentativa-desesperada-de-salvar-menina-em-nova-friburgo-rj.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

FAMÍLIA de Nova Friburgo revive drama de perder a casa por causa das chuvas. **UOL**, Nova Friburgo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/familia-de-nova-friburgo-revive-drama-de-perder-a-casa-por-causa-das-chuvas.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FERREIRA, Luiz Claudio. **Dimensões da investigação no “jornalismo desastre”**. 2012. 311 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**. 16. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 335p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2033.

_____. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FRANÇA, Vera; LOPES, Suzana. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, set./dez. 2017.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, jun. 2012

GALLEGO, Juana; LUENGO, María. **Periodismo social**. Madrid: Editora Síntesis, 2014.

GARIS da prefeitura do Rio iniciam ajuda a Nova Friburgo para limpar a cidade. **UOL**, Nov Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/garis-da-prefeitura-do-rio-iniciam-ajuda-a-nova-friburgo-para-limpar-a-cidade.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GOLIN, Cida; CAVALCANTI, Anna; ROCHA, Julia Correa da. A projeção da cidade nas efemérides jornalísticas: estudo do suplemento Cultura de Zero Horas (2006-2009). **Intexto**. Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 623-639, set./dez. 2015.

GOVERNO destina R\$ 100 mi para cidades atingidas pelas chuvas no Rio; 50% devem chegar na segunda. **UOL**, Brasília, 14 jan. 2011a. Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/governo-destina-r-100-mi-para-cidades-atingidas-pelas-chuvas-no-rio-50-devem-chegar-na-segunda.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GOVERNO do Rio calcula que 5.000 moradores da Região Serrana não poderão voltar para suas casas. **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/governo-do-rio-calcula-que-5000-moradores-da-regiao-serrana-nao-poderao-voltar-para-suas-casas.htm>>. Acesso em: 18. mar. 2019.

HOSPITAL de campanha começa a funcionar em Teresópolis (RJ). **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/hospital-de-campanha-comeca-a-funcionar-em-teresopolis-rj.htm>>. Acesso em: 18. mar. 2019.

HOUSTON, Brian; PFEFFERBAUM Betty; ROSENHOLTZ Cathy Ellen. Disaster news: framings and frame changing in coverage of major U.S. Natural Disasters, 2000-2010. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077699012456022>>. Acesso em: 15 set. 2018.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, aetes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

_____. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ILHADA, a cidade de Nova Friburgo vive a sua maior tragédia. **UOL**, Nova Friburgo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/ilhada-a-cidade-de-nova-friburgo-vive-a-sua-maior-tragedia.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de informações básicas municipais (Munic)**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019

JIPEIROS enfrentam lama, rios e pedras para levar comida a comunidades ainda isoladas em Nova Friburgo (RJ). **UOL**, Nova Friburgo, 16 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/16/jipeiros-enfrentam-lama-rios-e-pedras-para-levar-comida-ainda-comunidades-isoladas-um-ano-depois-em-nova-friburgo.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. **Ascensão e queda de notícias de risco**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2002.

LAGE, Leandro Rodrigues. **Elementos de uma poética jornalística do acontecimento**: narrativas do massacre de Realengo em Veja e Folha de S.Paulo. 2013. 153 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

_____. O acontecimento é o passado da notícia? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. O massacre de Realengo na retrospectiva de Veja: entre a memória e o esquecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2012, São Paulo. **Anais...** Curitiba: PUC-PR; SBPJOR, 2012.

LEAL, Bruno. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 25-48.

LEGADO das chuvas: Teresópolis (RJ) tem bairros-fantasmas e “vale de pedras”. **UOL**, Teresópolis, 13 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/13/legado-das-chuvas-teresopolis-rj-tem-bairros-fantasmas-e-vale-de-pedras.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LEONI, Brigitte; RADFORD, Tim; SCHULMAN, Mark. **O desastre sob o enfoque de novas lentes**: para cada efeito, uma causa. Tradução de Sarah Marcela Chinchilla Cartagena. São Paulo: CARE Brasil, 2012.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local**: percepção, comunicação e governança. 2016. 451 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. 2016.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set./dez. 2017.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Coutinho. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. **Mediaciones Sociales**, Madrid, v. 17, p. 209-222, 2018.

LOPES, Daniela da Cunha et al. **Comunicação de riscos e desastres**. Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. 183 p.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. Aportaciones para una historia del acontecer catastrófico. **Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO**. v. 3, In: FIDALGO, Antônio e SERRA, Paulo (Orgs.). Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2005. p. 289-297.

_____. **La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los medios de comunicación social (1986-1991)**. 1995. Tese –Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1995.

LOZANO ASCENCIO, Carlos Horacio; AMARAL, Márcia Franz. Coberturas informativas de la prevención y del acontecer de catástrofes a través de los “Manuales institucionales” dirigidos a los periodistas. **Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 8, p. 6-17, out. 2018.

LOZANO ASCENCIO, Carlos, SÁNCHEZ CALERO, M. Luisa; MORALES CORRAL, Enrique. **Periodismo de riesgo y catástrofes: en los telediarios de las principales cadenas de televisión en España**. Madrid, España: Editorial Fragua, 2017.

MAIA, Marta R.; ANICETO, Caio M. Rodrigues. Análise das narrativas sobre a ditadura no jornal Estado de Minas: memória e acontecimento. In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p. 39-58.

MAIA, Marta Regina; TAVARES, Michele da Silva. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 73-85.

MARCHEZINI, Victor. A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 174-196, jun. 2014.

MARINHA inicia atendimento a feridos em Nova Friburgo. **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/marinha-inicia-atendimento-a-feridos-em-nova-friburgo.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MARTINEZ, Adriana Garcia. A construção da notícia em tempo real. In: FERRARU, Pollyana. **Hipertexto hipermídia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-27.

MARTINS, Eduardo (Org). **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 4, n. 9, p. 1-22, 2001.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 2003. 246 p. Tese (Doutorado em Comunicação)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2003.

MINISTÉRIO da Saúde anuncia envio de 7 toneladas de medicamentos ao RJ. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/ministerio-da-saude-anuncia-envio-de-7-toneladas-de-medicamentos-ao-rj.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Cenad**. Brasília. Disponível em: <<http://integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao>>. Acesso em: 3 out. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007, p. 143-167.

_____. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-compós**, Brasília, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p. 219-241.

MUNICÍPIOS da Região Serrana do Rio têm 75 mil moradores sem energia elétrica. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/municipios-da-regiao-serrana-do-rio-tem-75-mil-moradores-sem-energia-eletrica.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

NASI, Lara. **Crise no cartão portal?** Narrativas sobre punição e injustiça em O Globo e Extra. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

NO MEIO da serra fluminense, o grito dos sobreviventes ainda reverbera, um ano depois: “Não está tudo bem”. **UOL**, São Paulo, 17 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/17/no-meio-da-serra>>

fluminense-o-grito-dos-sobreviventes-ainda-reverbera-um-ano-depois-nao-esta-tudo-bem.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

“NOS SENTIMOS despreparados”, diz bombeiro de Nova Friburgo (RJ) com casa interditada há um ano. **UOL**, Nova Friburgo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/12/nos-sentimos-despreparados-diz-bombeiro-de-nova-friburgo-com-casa-interditada-ha-um-ano.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

NOVA FRIBURGO ainda resgata corpos de vítimas da tragédia. **UOL**, Nova Friburgo, 13 jan. 2011a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/nova-friburgo-ainda-resgata-corpos-de-vitimas-da-tragedia.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NOVA FRIBURGO enfrenta problemas para atender os feridos pela forte chuva. **UOL**, Nova Friburgo, 13 jan. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/nova-friburgo-enfrenta-problemas-para-atender-os-feridos-pela-forte-chuva.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

OLIVEIRA, Juliana Motta de. **Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Nilthon Fernandes de. **Análise semiótica das peças de comunicação para prevenção de riscos de desastres das defesas civis de São Paulo e de Santa Catarina**. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

PALÁCIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: **Jornadas de Jornalismo Online**, Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2002. Disponível em: <Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/doc/covilha_palacios.doc>. Acesso em: 10 out. 2019.

PALOCCI garante ajuda federal para vítimas de chuvas do Rio, diz Lindberg. **UOL**, Brasília, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/palocci-garante-ajuda-federal-para-vitimas-de-chuvas-do-rio-diz-lindberg.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PELO MENOS três pessoas morrem por causa da chuva na Região Serrana do Rio. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/pelo-menos-tres-pessoas-morrem-por-causa-da-chuva-na-regiao-serrana-do-rio.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PETRÓPOLIS já contabiliza 18 mortos nas chuvas; prefeitura admite que número pode superar 40. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/petropolis-ja-contabiliza-18-mortos-nas-chuvas-prefeitura-admite-que-numero-pode-superar-40.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PETRÓPOLIS (RJ) tem pelo menos 6.500 desabrigados e desalojados pela chuva, segundo prefeitura. **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/petropolis-rj-tem-pelo-menos-6500-desabrigados-e-desalojados-pela-chuva-segundo-a-prefeitura.htm>>. Acesso em: 19. mar. 2019.

PINHEIRO, Marta de Araújo. Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2011. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, n. 7, p. 67-83, nov. 2015.

POLÍCIA Rodoviária no Rio poderá receber doações para desabrigados da Região Serrana. **UOL**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/policia-rodoviaria-no-rio-podera-receber-doacoes-para-desabrigados-da-regiao-serrana.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTE, Cristina. **Leitura das notícias**: contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

QUADROS, Mirian Redin de. **O lugar do ouvinte nas narrativas radiofônicas**: concessão de voz e critérios de acionamentos dos ouvintes-enunciadores. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.

REGIÃO Serrana do Rio de Janeiro é castigada pelas chuvas, com mortes e deslizamentos. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/regiao-serrana-do-rio-de-janeiro-e-castigada-pelas-chuvas-com-mortes-e-deslizamentos.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

RESGATE em áreas isoladas pode ser feito por rapel, diz vice-governador do Rio. **UOL**, São Paulo, 14 mar. 2011a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/resgate-em-areas-isoladas-pode-ser-feito-por-rapele-diz-vice-governador-do-rio.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

RESGATE na Região Serrana ganha reforço de agente do Bope e da Força Nacional. **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/resgate-na-regiao-serrana-ganha-reforco-de-agentes-do-bope-e-da-forca-nacional.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo 1. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RUBIN, Anaqueli. **Da previsão do tempo às catástrofes**: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora (RS). 2011. 132 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves do. **Do desastre para o risco: qualidade na cobertura em revistas semanais de informação**. 2014. 253 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 247-263.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 377-396.

SEGUNDO prefeituras das principais cidades afetadas, famílias serão removidas. **UOL**, São Paulo, 12 fev. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/11/segundo-prefeituras-das-principais-cidades-afetadas-familias-serao-removidas.htm>>. Acesso: 11 out. 2019.

SEM ÁGUA, luz e telefone, bombeiros trabalham “na garra”; tragédia é pior que a de Angra em 2010. **UOL**, Nova Friburgo, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/sem-agua-luz-e-telefone-bombeiros-trabalham-na-garra-tragedia-e-pior-que-a-de-angra-em-2010.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SERRA, Joaquim Paulo. **Cataclismos e catástrofes: reflexões da relação entre sistema político e sistema mediático**. 2006. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/06/serra_cataclismoscatastrofes.pdf> Acesso em: 20 maio 2012.

SOUZA, Elise Azambuja. **Cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal em.com.br: das fontes aos enunciadores**. 2019. 227 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

TAVARES, Michele da Silva; ANTUNES, Elton. Jornalismo, memória e mito: um olhar sobre a vitória de Barack Obama em 2008. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 99-110, 2015. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Michele-e-Elton.pdf>>. Acesso em: 07/04/2018.

TERESÓPOLIS (RJ) confirma 130 mortos e decreta Estado de Calamidade Pública. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/teresopolis-rj-confirma-130-mortos-e-decreta-estado-de-calamidade-publica.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

TRAGÉDIA do Rio de Janeiro é destaque nas redes sociais. **UOL**, São Paulo, 13 jan. 2011a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/13/tragedia-no-rio-de-janeiro-e-destaque-nas-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TRAGÉDIA na Região Serrana do Rio já contabiliza mais de 540 mortos. **UOL**, Rio de Janeiro e São Paulo, 14 jan. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/tragedia-na-regiao-serrana-do-rio-ja-contabiliza-quase-540-mortos.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TRAGÉDIA tem efeito devastador no turismo e na vida cultural das cidades serranas. **UOL**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2011c. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/14/tragedia-tem-efeito-devastador-no-turismo-e-na-vida-cultural-das-cidades-serranas.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 233-246.

TRÊS BOMBEIROS morrem soterrados em Nova Friburgo; um está desaparecido. **UOL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/12/defesa-civil-do-rj-confirma-tres-bombeiros-mortos-e-um-desaparecido-em-nova-friburgo.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 353-368.

UM ANO após tragédia, mais de 200 continuam desaparecidas na serra do Rio. **UOL**, 12 jan. 2012a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/01/12/um-ano-apos-tragedia-mais-de-200-continuam-desaparecidas-na-serra-do-rio.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

UM ANO após tragédia, moradores da Região Serrana do Rio reclamam de medo, abandono e desperdício de dinheiro público. **UOL**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2012b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/11/um-ano-depois-da-tragedia-moradores-da-regiao-serrana-do-rio-reclamam-de-medo-abandono-e-desperdicio-de-dinheiro-publico.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

UM ANO após tragédia, obras de prevenção na Região Serrana do Rio não foram concluídas, diz CREA. **UOL**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2012c. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/11/obras-de-prevencao-de-deslizamentos-na-regiao-serrana-do-rio-nao-foram-concluidas-diz-crea.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

UM MÊS após tragédia que matou mais de 800 pessoas, RJ refaz mapeamento da Região Serrana. **UOL**, São Paulo, 11 fev. 2011a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/11/um-mes-depois-da-tragedia-rj-refaz-mapeamento-da-regiao-serrana.htm>>. Acesso: 11 out. 2019.

UM MÊS após tragédia, moradores da Região Serrana dizem que é difícil esquecer trauma. **UOL**, Petrópolis, 12 fev. 2011b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/02/12/um-mes-apos-tragedia-moradores-da-regiao-serrana-dizem-que-e-dificil-esquecer-trauma.htm>>. Acesso em: 11 out. 2019.

VALENCIO, Norma. **Para além do “dia do desastre”**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público. **Disertaciones - Anuário Eletrônico de Estudios en Comunicación Social**, v. 10, n. 2, p. 165-186, jul./dez. 2017.

VAZ, Paulo; RONY, Gaëlle. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes. **Revista Famecos - mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-234, jan./abr. 2011.

VICTOR, Cilene. Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ; Intercom, 2018.

_____. **RRD mídia e jornalistas**. Florianópolis: INEPED, 2013.

VOLUNTÁRIO encontra corpo de amigo sob escombros em Friburgo (RJ). **UOL**, Nova Friburgo, 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/01/14/voluntario-encontra-corpo-de-amigo-sob-escombros-em-friburgo-rj.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

WINCH, Rafael Rangel. **Trajetos de sentido sobre a mudança climática na discursivização da Revista Superinteressante (1995-2015)**. 2017. 171 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 205-238, 2000.

ZAMIN, Angela. No jornalismo, entre atualidade e recorrência: um acontecimento de longa duração. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 91-104, dez. 2011.

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Yaconi Urrutia. **Comunicação em desastres: a atuação da imprensa e o papel da assessoria governamental**. Florianópolis – Governo do Estado de SC – SJ/DEDC – UFSC/CEPED, 2010.

APÊNDICE A – CORPUS ANALISADO

Notícias	Data
Pelo menos três pessoas morrem por causa da chuva na Região Serrana do Rio	12/01/2011
Região Serrana do Rio de Janeiro é castigada pelas chuvas, com mortes e deslizamentos	12/01/2011
Chuva provoca queda de barreiras e deixa estradas bloqueadas no Rio	12/01/2011
Polícia Rodoviária no Rio poderá receber doações para desabrigados da Região Serrana	12/01/2011
Municípios da Região Serrana do Rio têm 75 mil moradores sem energia elétrica	12/01/2011
Palocci garante ajuda federal para vítimas de chuvas do Rio, diz Lindberg	12/01/2011
Chuvas matam dezenas na Região Serrana do RJ e bloqueiam estradas	12/01/2011
Três bombeiros morrem soterrados em Nova Friburgo; um está desaparecido	12/01/2011
Cabral pede ajuda à Marinha e fala com Dilma sobre auxílio do governo federal	12/01/2011
Petrópolis já contabiliza 18 mortos nas chuvas; prefeitura admite que número pode superar 40	12/01/2011
Dilma assina MP com ajuda de R\$ 780 mi para regiões atingidas pela chuva	12/01/2011
Teresópolis (RJ) confirma 130 mortos e decreta Estado de Calamidade Pública	12/01/2011
Ministério da Saúde anuncia envio de 7 toneladas de medicamentos ao RJ	12/01/2011
Ilhada, a cidade de Nova Friburgo vive a sua maior tragédia	13/01/2011
Sem água, luz e telefone, bombeiros trabalham “na garra”; tragédia é pior que a de Angra em 2010	13/01/2011
Desabrigados de Teresópolis (RJ) lotam ginásio da cidade; “situação está caótica”, diz Crus Vermelha	13/01/2011
Governo do Rio calcula que 5.000 moradores da Região Serrana não poderão voltar para suas casas	13/01/2011
Hospital de campanha começa a funcionar em Teresópolis (RJ)	13/01/2011
Resgate na Região Serrana ganha reforço de agente do Bope e da Força Nacional	13/01/2011
Petrópolis (RJ) tem pelo menos 6.500 desabrigados e desalojados pela chuva, segundo prefeitura	13/01/2011
Nova Friburgo enfrenta problemas para atender os feridos pela forte chuva	13/01/2011
Nova Friburgo ainda resgata corpos de vítimas da tragédia	13/01/2011
Família de Nova Friburgo revive drama de perder a casa por causa das chuvas	13/01/2011
Tragédia do Rio de Janeiro é destaque nas redes sociais	13/01/2011
Chuvas no RJ já deixam 470 mortos na Região Serrana	13/01/2011
Tragédia tem efeito devastador no turismo e na vida cultural das cidades serranas	14/01/2011

Voluntário encontra corpo de amigo sob escombros em Friburgo (RJ)	14/01/2011
Boato sobre rompimento de represa leva pânico à população de Nova Friburgo	14/01/2011
Empresário relata tentativa desesperada de salvar menina em Nova Friburgo (RJ)	14/01/2011
Marinha inicia atendimento a feridos em Nova Friburgo	14/01/2011
Garis da prefeitura do Rio iniciam ajuda a Nova Friburgo para limpar a cidade	14/01/2011
Cemitério de Nova Friburgo (RJ) tem congestionamento de caixões; “Eu me salvei da morte, mas não da amargura”, diz familiar	14/01/2011
Resgate em áreas isoladas pode ser feito por rapel, diz vice-governador do Rio	14/01/2011
Bombeiros e Marinha montam hospitais de campanha em Nova Friburgo	14/01/2011
Em meio a boato sobre saques, moradores de Nova Friburgo (RJ) enfrentam desabastecimento	14/01/2011
Governo destina R\$ 100 mi para cidades atingidas pelas chuvas no Rio; 50% devem chegar na segunda	14/01/2011
Tragédia na Região Serrana do Rio já contabiliza mais de 540 mortos	14/01/2011
Decomposição de corpos dificulta identificação em Teresópolis (RJ); juiz fala em congelamento	14/01/2011
Concessionário diz que luz voltou para 91 mil na Região Serrana do Rio, mas ainda há desabastecimento	14/01/2011
Um mês após tragédia que matou mais de 800 pessoas, RJ refaz mapeamento da Região Serrana	11/02/2011
Segundo prefeituras das principais cidades afetadas, famílias serão removidas	11/02/2011
Um mês após tragédia, moradores da Região Serrana dizem que é difícil esquecer trauma	12/02/2011
Um ano após tragédia, moradores da Região Serrana do Rio reclamam de medo, abandono e desperdício de dinheiro público	11/01/2012
Área rural de Itaipava, em Petrópolis (RJ), passa de grande vizinhança a “semideserto”	11/01/2012
Um ano após tragédia, obras de prevenção na Região Serrana do Rio não foram concluídas, diz CREA	11/01/2012
Dinheiro serviu apenas para ações emergenciais após tragédia de 2011, admite prefeito de Petrópolis (RJ)	11/01/2012
“Nos sentimos despreparados”, diz bombeiro de Nova Friburgo (RJ) com casa interditada há um ano	12/01/2012
Um ano após tragédia, mais de 200 continuam desaparecidas na serra do Rio	12/01/2012
“A casa só cai se Deus quiser”, diz moradora que não quer deixar área de risco em Teresópolis (RJ)	13/01/2012
Legado das chuvas: Teresópolis (RJ) tem bairros-fantasma e “vale de pedras”	13/01/2012
Em Nova Friburgo (RJ), sobrevivente extrai poesia de tragédia	14/01/2013

Artista plástica constrói 12 canis em mansão para cuidar de cães vítimas da enchente em Teresópolis (RJ)	15/01/2012
Jipeiros enfrentam lama, rios e pedras para levar comida a comunidades ainda isoladas em Nova Friburgo (RJ)	16/01/2012
Desvio de dinheiro atrasou recuperação de Nova Friburgo (RJ), diz procurador; turismo está abalado	17/01/2012
No meio da serra fluminense, o grito dos sobreviventes ainda reverbera, um ano depois: “Não está tudo bem”	17/01/2012
Dois anos após tragédia das chuvas no Rio, obras andam devagar, avaliam especialistas	12/01/2013
Dois anos depois de tragédia, 165 pessoas continuam desaparecidas na Região Serrana do Rio	12/01/2013
Cinco anos após tragédia, moradores de Nova Friburgo buscam contornar dor	11/01/2016